

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALÉM DAS ARMAS:
GUERRILHEIROS DE ESQUERDA NO CEARÁ
DURANTE A DITADURA MILITAR (1968-72)

José Aírton de Farias

Fortaleza – Ceará
Março/2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

José Aírton de Farias

ALÉM DAS ARMAS:
GUERRILHEIROS DE ESQUERDA NO CEARÁ
DURANTE A DITADURA MILITAR (1968-72)

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do grau de Mestre em História Social à comissão julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação do Prof. Dr. Luigi Biondi.

Fortaleza – Ceará
Março/2007

José Aírton de Farias

**ALÉM DAS ARMAS:
GUERRILHEIROS DE ESQUERDA NO CEARÁ
DURANTE A DITADURA MILITAR (1968-72)**

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do grau de Mestre em História Social de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, pela comissão examinadora formada pelos seguintes professores (as):

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luigi Biondi – UNIFESP (Orientador)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves – UFC

Prof^a.Dr^a. Mônica Dias Martins – UECE

Prof^a.Dr^a. Ivone Cordeiro Barbosa – UFC (Suplente)

Aprovada em ____ de _____ de 2007.

Para aqueles que, empunhando armas, ideais e sonhos, adentraram às trevas para combater pesadelos e semear outras manhãs.

AGRADECIMENTOS

Escrever e pesquisar constituem-se tarefas coletivas. Sem o apoio de várias pessoas e instituições, não teria sido possível elaborar esta obra. Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Luigi Biondi, pelos agradáveis momentos de discussão sobre história (e sobre futebol também, torcedor apaixonado que ele é do Roma!). Valeu, meu camarada! Não poderia deixar de agradecer ao professor Francisco Moreira Ribeiro, dileto amigo, que me acompanhou desde a elaboração do projeto para entrar no Mestrado da Universidade Federal do Ceará aos momentos finais da escrita da dissertação. Aprendi bastante com você, companheiro. Obrigado por tudo.

Grato igualmente aos professores Franck Ribard e Edilene Toledo, os quais ao compor a Banca de Qualificação, deram preciosa ajuda para a pesquisa.

Obrigado especial também para Mário Albuquerque, presidente da Associação 64-68 Anistia, que gentilmente abriu-me as portas daquela entidade e possibilitou vários contatos para entrevistas e obtenção de documentos, sempre solícito e atento, da mesma forma que Papito Oliveira, que franqueou o acesso aos arquivos da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. Agradeço de coração.

A relação de pessoas importantes para a pesquisa é grande. Perdão se esqueço de alguém. Muito grato a Rita Farias, Vagner de Farias, Simone de Sousa, Sebastião Pontes, Claudia Freitas, Mônica Martins, Acrisio Sena, Angelique Abreu, Artur Bruno, Sérgio Braga, Amanda Forte, Manuele Forte, Julie Scott, Wagner Rocha, Audifax Rios, João Rios, Cristina Andrade, Deives e a meus professores do Mestrado da Universidade Federal do Ceará Frederico de Castro, Adelaide Gonçalves, Marya Sylvia Porto Alegre e Eurípedes Funes. Agradeço ao apoio e a agradável convivência com meus diversos colegas de turma. Grato aos funcionários da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, da Associação 64-68 Anistia, da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou e da Pós-Graduação de História da UFC.

Este trabalho é nosso.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto os guerrilheiros de esquerda – sobretudo da ALN (Ação Libertadora Nacional) e PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) – no Ceará durante a Ditadura Militar, precisamente entre 1968 e 1972. Interpreta suas trajetórias e experiências, bem como estas foram mudando com o aumento da repressão por parte do Regime Autoritário existente no Brasil desde 1964. Por meio da análise de entrevistas, jornais e documentos oficiais, igualmente tenta compreender os vínculos entre os ideários de solidariedade e anseio dos militantes por uma sociedade mais justa com tradições antigas, sobremaneira da cultura judaico-cristã, sem descartar as influências diretas de familiares, amigos, espaço escolar, Igreja católica e nacionalismo. Também estuda o contexto em que se deu a guerrilha e as principais ações praticadas pelos revolucionários no Estado.

ABSTRACT

The present work has as object the guerrilla fighters of left – mainly of the ALN (National Liberating Action) and the PCBR (Communist Revolutionary Brazilian Party) – in the state of Ceará during the military dictatorship, necessarily between 1968 and 1972. It interprets its trajectories and experiences, as they had been changing with the increase of the repression on the part of the existing authoritarian regimen in Brazil since 1964. By means of analysis of interviews, official periodicals and documents, it equally tries to understand the bonding between the model of solidarity and the yearning of militants for a fair society with old traditions, mostly of the Jewish-Christian culture, without discarding the direct influences of family, friends, the school's space, the Catholic Church and Nationalism. It also studies the context in which the guerrilla occurred and the main actions of the revolutionaries in the State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - REBELDES COM CAUSA	30
1.1 Uma História de Lutas	30
1.2 Ceará 1964	35
1.3 Assalto aos Céus	45
1.4 Ceará 1968	50
1.5 Em Armas	62
1.6 A História em Lutas	74
CAPÍTULO 2 - DO CÉU PARA AS ARMAS	84
2.1 Os Companheiros	84
2.2 Fazendo a Hora	105
2.3 Em Nome da Revolução	120
CAPITULO 3 - COMBATES NA “TERRA DA LUZ”	135
3.1 Anônimos	135
3.2 As Faces da Guerrilha	142
3.3 São Benedito: o(o)caso	158
3.4 O Estrebucho da Esquerda Armada	176
CONCLUSÃO	186
FONTES	191
BIBLIOGRAFIA	195

INTRODUÇÃO

*Considerando nossa fraqueza
Os senhores forjaram suas leis
Para nos escravizarem.
As leis não mais serão respeitadas
Considerando que não queremos mais ser escravos.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.*
Resolução - Bertolt Brecht

Os pedaços de concreto voando ante os golpes de picaretas e martelos anunciavam o fim de uma era. A 9 de novembro de 1989, a população da antiga República Democrática Alemã punha abaixo um dos grandes símbolos da Guerra Fria – o Muro de Berlim – e fazia literalmente virar pó mais um regime do chamado “socialismo real”. Há semanas ocorriam manifestações pelas ruas, mas a maioria da população ficou incrédula quando às 19h daquele dia, o governo comunista anunciou que os postos fronteiriços de Berlim estavam abertos aos habitantes interessados em emigrar para o Ocidente. Milhares de pessoas não perderam a chance, embora outras milhares, eufóricas, passassem, em seguida, simplesmente a destruir os 166 km do muro o qual, construído em 1961, circundava toda a Berlim Ocidental. Durante a madrugada, a festa tomou conta da Cidade. A queda do Muro transformou-se numa intensa e ruidosa celebração, com fogos de artifício, abraços, sorrisos e bebidas. Ao largo, estátuas sisudas de Marx e Lênin...

Mal a poeira assentara, os vencedores da Guerra Fria começaram a falar de uma “nova ordem mundial”, onde a história “acabara”¹ e não havia nada além do *laissez-faire* neoliberal. Os valores a reger um mundo cada vez mais integrado, “globalizado”, seriam os do livre comércio, abertura econômica, individualismo, competição, “fim das ideologias”, indiferença com o “outro”, relativismo pós-moderno², etc. Parece, contudo, que algo saiu errado no “plano” de se criar um “tempo dourado capitalista” – além da exclusão social, da fome e miséria “companheiras malditas” de milhões de pessoas e das

1 Vide Fukuyama, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

2 Uma crítica ao pós-modernismo é encontrado em CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e Paradigmas Rivais*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

turbulências econômicas que abalaram vários países nos anos 1990, provocando (mais) desemprego e falências, basta atentar-se aos diversos incidentes e conflitos os quais sacodem a “aldeia global” neste início de século, em que até as torres mais altas do capital financeiro desmoronam como um castelo de areia.

A derrocada do Leste Europeu e a difusão dos valores neoliberais trouxeram aos historiadores e demais pesquisadores dificuldades e, porque não, um desapego ao estudo de acontecimentos e personagens ligados à luta pela causa socialista³. Nessa “nova ordem neoliberal”, busca-se esquecê-los, bani-los como verdadeiros “hereges” ou vê-los apenas como “defensores de uma ideologia fracassada e autoritária”, quando não, “heróis românticos” ou mesmo tresloucados “terroristas”. E se tais elementos estão associados a períodos que constroem as classes economicamente dominantes – como a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), cuja instalação e manutenção contaram com o apoio de vastos segmentos sociais, como veremos nestas páginas –, o “ostracismo histórico” é maior ainda.

O professor e historiador Daniel Aarão menciona acertadamente a “demonização” existente hoje do Regime Militar⁴. Poucas pessoas se dispõem a defendê-lo; até os personagens que cresceram a sua sombra, em geral, não mostram interesse em fazê-lo. No Ceará, o “demônio” parece mais assustador. Apesar das indenizações aos ex-presos políticos que o governo Lúcio Alcântara (mandato 2003-07) realizou⁵, da lei estadual determinando a reunião dos documentos relativos ao período autoritário no Arquivo Público através da Comissão Especial Permanente de Acesso e da promoção de eventos⁶, é dificultoso o estudo sobre a Ditadura – não é à toa que o Estado é um dos poucos do País que não abriu ainda seus arquivos disponíveis, sendo vedado o

3 NOVA, Cristiane, NÓVOA, Jorge. *Carlos Marighela: O Homem Por Trás do Mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 22.

4 AARÃO, Daniel. *Ditadura Militar, Esquerda e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 97.

5 Em 2003 instalou-se a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou visando colher provas e indenizar os presos políticos cearenses conforme a Lei 13.2002. A 20 de abril de 2005, com a presença do próprio governador, realizou-se evento na cidade de Crateús para entregar a indenização dos 37 primeiros beneficiados. Crateús foi uma das cidades em que mais aconteceram perseguições e prisões quando do Golpe de 64. *O Povo*, 21/04/ 2005, p. 7.

6 Entre 24 e 25 de novembro de 2005, com apoio do governo estadual realizou-se o evento *Seminário Nacional: Políticas de Acesso a Documentos Sigilosos* na Universidade Estadual do Ceará (UECE), discutindo problemáticas relativas à abertura dos arquivos da Ditadura.

acesso de pesquisadores (esse direito é facultado apenas aos ex-presos políticos e seus familiares, ainda assim sob pena de responder civil e criminalmente caso haja divulgação pública que “atinga terceiros”).

Como se não bastasse isso, especula-se que muitos dos documentos produzidos pela burocracia autoritária cearense estejam “desaparecidos” (permita-nos a ironia), com destino incerto ou, suspeita-se, escondidos em órgãos ligados aos antigos aparatos de repressão ou em posse de indivíduos que colaboraram com a Ditadura, quando não destruídos. Ao longo da elaboração desta obra, no que pese a contribuição de várias pessoas, algumas outras reagiram furiosamente ao tema, chegando a “deselegâncias” com o autor. Sintomático ainda é o culto feito à memória do militar cearense que liderou o Golpe de 1964 e implantou o regime de exceção no País – um dos principais equipamentos da Universidade Federal do Ceará, por exemplo, recebeu o nome de Auditório Castelo Branco...

Não obstante, decidimos dar uma contribuição no “exorcismo” desse “demônio”, como fizeram igualmente outros respeitamos colegas⁷. Ao longo das próximas páginas buscaremos estudar a trajetória dos militantes das esquerdas⁸ armadas no Ceará durante a Ditadura Militar, precisamente entre 1968 e 1972, intervalo no qual se concentraram as ações guerrilheiras no Estado.

7 Tem-se produção de importantes trabalhos locais com temas conexos, como as obras de MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memória de Luta*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2002. RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. *Foi Assim!* Fortaleza: ABC Editora, 2002. VASCONCELOS, José Gerardo. *Memória do Silêncio*. Fortaleza: EUFC, 1998. SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História/UFRJ/IFCS, 2000.

8 Adotaremos nesta obra as categorias clássicas de direita, centro e esquerda. Por **direitas** entenderemos as forças conservadoras, avessas a mudanças e dispostas a manter a ordem capitalista. Por **centros** compreenderemos as tendências da moderação e conciliação, que, ante as circunstâncias, podem se inclinar favoravelmente às reformas, desde que dentro da “lei e da ordem”, ou podem apoiar as soluções de força para deter as reformas. Por **esquerdas** entenderemos os setores favoráveis às mudanças em nome da justiça e do progresso sociais, podendo mesmo defender a criação do socialismo e recorrendo ao uso da força. As expressões serão usadas no plural, pois compreendermos que, em cada termo, agrupam-se posições, lideranças e forças diversas, das mais moderadas às mais radicais, como no caso dos grupos armados brasileiros durante a Ditadura. BOBBIO, Noberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999. AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da Memória. In: FICO, Carlos e outros. *1964-2002 – 40 Anos do Golpe, Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

Como e por que tais militantes elegeram a ação guerrilheira⁹ como maneiras de mudar o Brasil, visando torná-lo mais justo? Quem eram esses revolucionários, tratados pelo governo, imprensa e setores conservadores da sociedade como “subversivos” e “terroristas”? Eram cearenses “natos” ou vinham de outros locais do Brasil? O discurso das direitas cearenses e forças de repressão enfatizava que o “terrorismo” no Ceará vinha de “fora”, do “Sul”, de onde os órgãos de segurança estavam expulsando os “subversivos”, daí porque estes estariam “fugindo” e atuando no Nordeste. Seria isso correto? Qual a origem social dos militantes, que ocupação apresentavam, quais suas faixas etárias? O que imaginavam estar realizando e quais experiências e tradições os levaram a pegar em armas? Quais suas experiências e ações nos agrupamentos armados, na vida clandestina e perante o cerco cada vez maior da Ditadura nos “anos de chumbo”? Como a guerrilha os moldou e mudou? Como perceberam (e sofreram) a derrota de seus projetos políticos? Enfim, como e por que ser guerrilheiro num Estado conservador, de economia predominantemente agro-exportadora, com elites autoritárias e dotadas de extremo anticomunismo¹⁰ e com uma poderosa Igreja Católica, igualmente conservadora e aliada secular dos poderes dirigentes, uma Igreja que influenciou na organização da sociedade local e ao mesmo tempo passou

9 Ao mencionar **guerrilha**, referimos-nos à forma de luta armada revolucionária cujo objetivo é a conquista do poder, destruindo as instituições existentes e emancipando socialmente as populações – como desejavam os grupos armados brasileiros dos anos 1960 e 1970 –, e não a uma simples tática militar. Conforme Norberto Bobbio, essa nova acepção de guerrilha vincula-se diretamente à experiência vitoriosa da revolução Cubana de 1959. A expressão não deve ser usada da maneira pela qual faziam a Ditadura Militar, a imprensa e seus aliados, como sinônimo de **terrorismo**, entendendo-se por este, conforme ainda aquele pensador, a prática política que recorre sistematicamente à violência contras as pessoas ou às coisas provocando o terror, isso de forma indiscriminada, ou seja, atingindo não somente o inimigo de classe, mas quaisquer pessoas próximas. O terrorismo, assim, não pode ser considerado uma forma de luta de classe, embora os grupos guerrilheiros eventualmente também recorram a ações terroristas contra pessoas ou grupos diretamente ligados à classe que se mantém no poder – não com freqüência, pois poderiam provocar vítimas inocentes e uma reação contrária da população, daí sua condenação por líderes como Lênin e Ernesto Che Guevara. Por fim, ainda seguindo o pensamento de Bobbio, compete distinguir terrorismo de **terror**, compreendido no sentido do instrumento de força e violência usado por parte de quem já detém o poder dentro do Estado para combater seus questionadores – é novamente o caso da Ditadura Militar brasileira, que sistematicamente recorria ao terror para reprimir as oposições de esquerdas, fossem armadas ou não. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000. p. 152, 577, 578, 1242 e 1243.

10 São obras que mostram o autoritarismo e anticomunismo das elites cearenses: LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, Tradição e Poder*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1995. PARENTE, Francisco José Camelo. *Anauê: Os Camisas Verdes no Poder*. Fortaleza: Edições UFC, 1986. RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989.

mensagens e valores de solidariedade e amor ao próximo, dentro da tradição cristão-judaica¹¹? Tais valores, como veremos, também estavam presentes dentro dos ideários e projetos dos guerrilheiros, da mesma forma como já estavam no imaginário e práticas dos antigos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹², de onde, não por coincidência, saíram vários dos ativistas simpatizantes da luta armada.

Deixe-se de antemão claro que não desejamos fazer apologias, “canonizar heróis” ou encontrar “bandidos e vilões”, porém estudar, dentro de um contexto de forte efervescência política (os anos 1960), as ações, os desejos, os erros e as contradições de mulheres e homens, os quais dedicaram suas vidas ao ideal de transformar a sociedade brasileira, abdicando do convívio de familiares, de amigos, do conforto de uma “existência normal e estável” dentro da ordem capitalista, em prol de um projeto que supunham ser o único caminho para superar os seculares problemas sociais do País.

Não vemos o mundo ou a história como um palco onde se digladiam o “bem” e o “mal”. Os grupos políticos têm seus projetos. Há disputas, lutas, na sociedade, de classes sociais, de projetos políticos e de memórias, como abordaremos no capítulo 1. As esquerdas não lutavam pelo restabelecimento da democracia nos moldes da que existia até 1964 – a valorização da democracia como um valor fundamental político só deu-se na segunda metade da década de 1970, no contexto da campanha pela anistia e redemocratização. Mesmo com suas grandes diferenças, os grupos armados almejavam a preparação para a instalação do socialismo no Brasil, influenciados por um contexto rico (Revolução Cubana, Guerra do Vietnã, etc.), no qual “o sólido parecia desmanchar-se no ar”. O fato, contudo, das esquerdas terem um projeto político ofensivo, de conquista do poder não implica em desmerecer sua importância na resistência à Ditadura. Tinham seu projeto, que foi derrotado, da mesma forma que também apresentavam projetos os segmentos das direitas, as quais igualmente não eram democráticas (apoiaram o Golpe de 64 e a Ditadura, contribuíram com a repressão, etc.) e que acabaram sendo

11 Sobre a influência da Igreja Católica na sociedade e política cearense veja-se: MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé*. Fortaleza: Edições UFC, 1987. MONTENEGRO, João Alfredo. *O Integralismo no Ceará*. Fortaleza. Imprensa Oficial do Ceará, 1986. PARENTE, Francisco José Camelo. *A Fé e a Razão na Política*. Fortaleza: Edições UFC/ Edições UVA. 2000.

12 FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002

“vitoriosas” – o Brasil de hoje tem a ver com esse projeto triunfante, com suas imensas contradições sociais, com um sistema político viciado, com sua democracia capenga, fruto de uma transição negociada entre militares, elites e oposições conservadoras quando do esgotamento da Ditadura nos anos 80.

As vinculações entre as elites a Ditadura Militar explicam tanta demora e celeuma na abertura dos arquivos do período autoritário no Brasil e especificamente no Ceará. Figuras da “alta sociedade”, gente que aparece com largos sorrisos nas colunas sociais dos jornais, no passado torturaram, delataram, ascenderam em suas funções de jornalistas, médicos, advogados, juízes, professores, burocratas, entregando outras pessoas aos porões do Regime, falsificando informações não raras vezes. Grupos econômicos, bastante conhecidos, que deram dinheiro, combustível, gás, comida, emprestaram veículos para que os agentes da repressão obtivessem informações visando “salvar a Pátria do comunismo”.

O uso da violência não é algo novo na história do Brasil, nem do Ceará. Ao contrario, nosso passado é permeado de lutas, atentados, assassinios. Violência não só dos setores dominantes, mas também dos dominados. Dessa forma, numa perspectiva temporal maior, não deve ser encarada como algo “alienígena” a luta armada das esquerdas. O que talvez incomode mais aos conservadores é o fato daquela luta visar à destruição da ordem capitalista, da propriedade privada e dos privilégios das classes dominantes.

Ainda que muitos questionem os ideais e métodos dos revolucionários, acreditamos que não se pode duvidar da importância de suas trajetórias. Encarnam a história contemporânea brasileira na perspectiva dos vencidos, da experiência de pessoas cuja existência e atuação são tão freqüentemente ignoradas, tacitamente aceitas ou mencionadas apenas de passagem numa visão de história mais conservadora, preocupada, sobretudo, com os “grandes homens” e seus feitos vitoriosos.

Na linha de pensamento de E. P. Thompson¹³, cremos que a diversidade de fatores sociais, culturais, componentes dos modos de vida e das tradições das pessoas, deve assumir um plano de destaque nas análises do historiador, repudiando abordagens que reduzam o processo histórico a meros

13 THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

reflexos de generalizações e mecanicismo econômico. Obviamente não negamos a importância das condições materiais. Mas nos costumes, na cultura, nos modos de vida, encontramos igualmente exemplos de resistência e luta, não apenas nos congressos partidários, ações políticas ou nas divergências ideológicas. Os homens, mulheres, jovens não são marionetes de uma onipotente infra-estrutura econômica. Os sujeitos sociais vivem ardorosamente suas vidas, criam valores, práticas e tradições, elaboram o trabalho, sua produção, vivem perspectivas, sonhos, ilusões, vencem, fracassam, sorriem, choram, amam e são amados.

Para Thompson¹⁴, a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de classe em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. É a partir do cotidiano formador de experiências distintas que os grupos sociais de uma sociedade iniciam a construção de seus próprios padrões de conduta, referendam valores, estabelecem relações. Aquele pensador inglês rejeita a ideia de classe como produto de determinadas relações de produção e cujos interesses poderiam ser definidos de antemão. Uma classe existe quando um grupo de homens que apresentam experiências comuns apreendem tais vivências política e culturalmente, isto é, são capazes de concretizá-las em sistemas de valores, ideias, tradições, etc. É no passar de tal processo que se ergue uma identidade de interesses próprios de uma classe (consciência de classe), diferenciados dos anseios de outras classes. Só se pode entender uma classe como uma formação social e cultural, construída a partir das experiências das pessoas no processo de produção e de suas tradições intelectuais, dos modelos de relacionamento sociais e dos padrões de organização político-social. A determinação direta feita sobre a experiência leva a novas experiências que podem, agora sim, influenciar a consciência social – por exemplo, as experiências que levaram alguém a tornar-se militante armado durante a Ditadura Militar criam novas experiências que aprimoraram ou mudaram as noções de partido, luta política, democracia, etc.

14 THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

O estudo das experiências desses homens e mulheres ensejou a análise, ainda que panorâmica, pela já referida dificuldade de fontes, da fundação e estruturação dos agrupamentos armados de esquerdas os quais atuaram no Estado (o que foi feito no capítulo 1 basicamente), bem como das ações “subversivas” praticadas por tais grupos (do que trata sobretudo o capítulo 3). Obviamente que os episódios envolvendo a guerrilha no Ceará durante aquele período foram quantitativamente menores que em outros Estados da Federação, mas isso não reduz sua significância ou muito menos implica em “brandura” da Ditadura nestas terras. Em verdadeiro trabalho de investigação, conseguimos catalogar vários episódios de guerrilha, alguns nunca descobertos pelas forças de repressão e desconhecidos mesmos até pelos antigos militantes, como o seqüestro de um comerciante grego em Fortaleza no ano de 1968 pela Ação Libertadora Nacional (ALN). Também não vimos nada de “amenidades” da Ditadura; ao contrário, como os órgãos de repressão no Ceará eram desestruturados, recorriam sistematicamente a torturas para tentar apurar os “crimes terroristas” e capturar os “subversivos” – daí os casos de tortura, prisões arbitrárias, seqüestros, ameaça às famílias dos militantes e mortes.

Ao iniciarmos esta pesquisa para o Mestrado da Universidade Federal do Ceará, tínhamos a informação de que apenas dois grupos guerrilheiros haviam atuado no Ceará, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Não obstante, ao longo da produção da obra, descobrimos que outras organizações armadas nacionais fundaram ou buscaram fundar agrupamentos locais, os quais, muito embrionários, foram alvos da repressão, ainda que tenham praticando mesmo algumas ações, no caso, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e a Frente de Libertação Nordestina (FLNE). Emblemática ainda foi a atuação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), entidade que liderou o movimento universitário cearense em 1968 e que instalou vários campos de treinamento de guerrilheiros no Ceará visando apoiar a futura guerrilha do Araguaia, no sul do Pará: apesar de sua disposição em não realizar ações guerrilheiras no Estado (entenda-se, assalto a bancos, expropriação de armas e carros, etc.) fez proselitismo da luta armada (tanto que muitos cearenses foram para o Araguaia) e travou mesmo alguns combates contra as forças da

repressão, como o tiroteio ocorrido num colégio de Fortaleza em agosto de 1970, quando um sargento reagiu à bala contra as pregações dos comunistas em favor do voto nulo nas eleições seguintes.

Pela exigüidade do tempo para uma pesquisa de mestrado (normal, aliás), pelo tamanho menor das organizações VAR-Palmares e FLNE (o que não significa que não tenham importância para o historiador) e especificidades do PC do B no Ceará, bem como pelas poucas ações armadas que praticaram, não abordaremos em profundidade tais agrupamentos, embora façamos algumas análises pontuais e referências quando necessárias, pois os grupos armados várias vezes atuavam em conjunto e as entradas/saídas dos militantes em sucessivas dissidências eram comuns.

A vasta historiografia clássica nacional sobre a Ditadura Militar centrou sua atenção em generalizações feitas a partir principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, não levando em conta a dinâmica de outras regiões do País. Como veremos adiante, algumas dessas generalizações caem por terra quando se estuda casos específicos como o cearense. Assim, enquanto as ações armadas das esquerdas no Centro-Sul passaram a diminuir em 1970, ante a repressão forte da Ditadura, foi exatamente no primeiro semestre desse ano que a guerrilha no Ceará atingiu seu ápice. A tão propalada autonomia dos membros da ALN tinha limites explícitos, pois os militantes cearenses dessa organização foram várias vezes impedidos de fazer ações pela direção nacional, a qual tinha como campo principal para atuação o Sudeste, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), de onde vieram vários guerrilheiros no Ceará, era sistematicamente vigiado e perseguido pelas forças da segurança locais, enquanto no Centro-Sul brasileiro tal repressão deu-se sobremaneira após 1974, quando a esquerda armada já encontrava-se derrotada. Entenderemos o porquê de tais singularidades ao longo do texto.

Ressalte-se que, embora o foco principal esteja nos militantes atuantes no Ceará, quando necessário, citaremos episódios conexos acontecidos em outros estados e mesmo no exterior. Uma coisa logo percebida ao longo da pesquisa foi a intensa mobilidade dos militantes, fosse para escapar das ações repressivas, fosse para levar a “palavra” revolucionária a outros rincões ou participar de operações armadas. Havia grande circulação de pessoas, idéias,

experiências. Igualmente abordaremos a conjuntura do Golpe de 1964 no Estado, pois, no geral, os agrupamentos guerrilheiros eram dissidentes do PCB, entidade que até então hegemonizava a esquerda marxista, e as manifestações do agitado ano de 1968, no qual acontecem já as primeiras ações armadas das esquerdas no Ceará em meio a grande efervescência política, produzida principalmente por estudantes, muitos dos quais depois também guerrilheiros.

Os leitores mais minuciosos certamente perceberão que, sob novo verniz, esta é uma obra de história política. Têm razão. Rendemos-nos às evidências. Antes, contudo, que nos acusem de “historiador tradicional e ultrapassado”, permitam o sagrado direito do contraditório. Esta é uma “nova” história política, fundada em premissas distintas daquela tradicional de caráter elitista, individualista, narrativa, factual, restrita à superfície e incapaz de vincular os acontecimentos às causas mais profundas.

René Remond¹⁵ falou do “renascimento” da história política a partir dos anos 1980, ligando esse “ressurgimento” à importância cada vez maior que a política e os Estados têm sobre a vida dos indivíduos: as guerras, as relações internacionais, a intervenção na economia, etc. O político apresenta consistência própria e dispõe mesmo de certa autonomia em relação a outros componentes da realidade social – se os historiadores cada vez menos acreditam que infra-estruturas onipotentes determinam as superestruturas e se a cultura, o social, o econômico, influenciam determinadas conjunturas, por que seria diferente com a política? Ante determinadas condições, uma decisão política pode modificar uma realidade. Por exemplo, uma escolha política vinculada a questões ideológicas, pode ter conseqüências incalculáveis para a sociedade. Basta ver o que aconteceu no Brasil em 1964, quando da reação dos setores conservadores à política reformista de João Goulart redundou num golpe militar...

Onde, poder-se-ia contra-argumentar, estão as massas, o povo “obscuro” na história política? Tal questionamento seria melhor adequado aos antigos historiadores políticos, voltados sobremaneira para a biografia dos “notáveis”. Não se aplica para uma história que pretende integrar todos os

15 REMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 22 e seguintes.

atores do jogo político e que estar preocupada com a sociedade global. Nesse sentido, existe algo mais coletivo que a participação eleitoral ante a universalização do voto? Será que o povo – por mais vago que seja a definição deste – não estava nas manifestações de ruas, greves, sindicatos, etc., dos anos 1960?

Para a “ressurreição” do político, houve, por outro lado, mudanças na própria metodologia da história política – uma resposta às críticas que lhe eram feitas, sem dúvidas. Tivemos a rediscussão de conceitos clássicos e de práticas tradicionais. Uma das peças fundamentais para essa renovação foi a interdisciplinaridade, ou seja, o contato e a troca com outras ciências sociais, sobretudo com a sociologia, lingüística, direito, ciência política e antropologia; a uma, a história política pediu emprestado técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática, uma abordagem...

Foi com base nesses novos pressupostos que nos lançamos à pesquisa. Trabalho árduo, pela polêmica do tema e dificuldade de acesso às fontes, sobretudo as oficiais. Obtivemos alguns poucos documentos do aparato repressor (relatórios confidenciais, fichas, informes, inquéritos da Polícia Federal, Forças Armadas, Departamento de Ordem Política e Social, Justiça Militar, etc., e cartas pessoais, manifestos, atas de reuniões, declarações políticas, bilhetes de namorados, rascunhos de livros, etc., anexados aos processos como prova dos “crimes praticados”) junto a entrevistados, à Associação 64-68 Anistia (presidida por Mário Albuquerque, ex-guerrilheiro, a qual criada para defender os interesses dos ex-presos políticos, preocupou-se também em recolher e tirar cópias de peças jurídicas disponíveis sobre cearenses em vários arquivos do País) e à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou (sob a presidência do ex-ativista Papito Oliveira e à qual os antigos presos políticos tinham que encaminhar pedido de indenização com documento anexos comprobatórios de sua militância e perseguição sofrida) – apenas para constar, esclarecemos que Wanda Sidou foi uma brilhante advogada que se notabilizou pela corajosa defesa dos presos políticos cearenses durante a Ditadura.

Tivemos o zelo de sempre buscar em outras fontes a confirmação ou não do relatado, ou seja, realizar o cruzamento de fontes, a fim de se

estabelecer o que é provável ou não de ter acontecido, afinal, poderiam os agentes da repressão ao redigir tais peças oficiais omitir o que não lhes interessava, falsificar informações visando prejudicar os desafetos de esquerda ou ainda realizar glorificações visando promoções pessoais e justificar a existência da máquina estatal de repressão. Nos casos – em que não existem provas concretas que permitam chegar mais perto do que aconteceu, parcial ou completamente, mas apenas indícios, depoimentos, declarações, etc. – que envolvem aspectos emocionais e imaginários relevantes, o historiador, por prudência, não pode tomar por “certa” nenhuma das versões, porém analisar todos os indícios e considerar, a partir deles, todas as possibilidades como hipóteses a serem refletidas. Foi o que tentamos ao analisar o polêmico episódio de justicamento de um comerciante feito pela ALN no município de São Benedito, e que marcou o início da derrocada da esquerda armada no Ceará.

Note-se que os documentos dos órgãos de segurança das Forças Armadas, talvez os mais importantes, não foram abertos até hoje no Brasil. Alguns estados abriram os arquivos dos DOPS (que eram órgãos de segurança estaduais, extintos com a redemocratização do País), facultando aos pesquisadores a consulta. Os arquivos do DOPS cearense e de outros órgãos de segurança, como o SEI e DOI-CODI, entretanto, nunca foram abertos, embora, pelo menos, tenha sido criado uma lei estadual que obriga que toda documentação da época da Ditadura seja recolhida ao Arquivo Público. Não deve, contudo, criar muitas expectativas sobre a documentação existente ali. Por exemplo, conforme informações de ex-presos políticos que buscavam provas para justificar o pedido de indenização, os prontuários sobre assuntos do DOPS-CE não se encontram arquivados, havendo apenas algumas fichas individuais sobre os “subversivos”, e mesmo assim incompletas, das letras “A” à “M”, faltando, pois, o nome de vários das pessoas detidas naquele órgão de repressão. Outros documentos possivelmente foram destruídos por agentes da Ditadura ou até a mando de ex-presos políticos, na intenção de “apagar” o passado e obter um emprego, uma bolsa de estudo, etc. É provável, contudo, que documentos do DOPS-CE e demais órgãos locais da burocracia autoritária estejam nos arquivos de outros estados, visto que os agentes da Ditadura trocavam entre si informações sobre os “subversivos” que se deslocavam pelo

Brasil afora escapando da repressão ou em ações revolucionárias. Somente uma pesquisa de maior duração e financiamento poderia fazer o levantamento desses documentos.

Os jornais *O Povo* e *Correio do Ceará* foram fontes importantes na produção da pesquisa. Sabemos que a forma pela qual a imprensa transmite um fato (isto é, a maneira como seleciona as informações que irão compor a notícia e atribui importância a um aspecto da realidade em detrimento de outros) determina a apreensão do público. Não raras vezes é a partir da perspectiva veiculada pelos meios de comunicação que o leitor/espectador é levado a perceber a realidade e se posicionar diante dos acontecimentos. A imprensa vai além, podendo-se mesmo dizer que apresenta capacidade de encaminhar o debate sobre determinado tema, de formular e impor uma agenda e, dessa forma, interferir no rumo dos acontecimentos, obrigando outros autores e instituições a se posicionar. Em determinados casos, sem a participação da imprensa, o desfecho de um determinado processo ou acontecimento poderia ser completamente distinto¹⁶.

Com tantos poderes, a imprensa não passou despercebida pela Ditadura. O trabalho de Beatriz Kushnir¹⁷ chamou-nos a atenção para o colaboracionismo de grande parte dos meios de comunicação com a Ditadura, afinal, vários censores eram jornalistas e muitos jornalistas eram militares – sem falar nos interesses dos proprietários dos meios de comunicação em ter as boas graças dos governantes, de modo que era comum haver autocensura, ou seja, censura dentro dos próprios jornais em abordar temas delicados para a Ditadura (como a política econômica, denúncias de torturas, etc.) e uma postura constante de abominação as esquerdas, especialmente a que praticava a luta armada. Ironicamente, mesmo condenando a guerrilha, a imprensa podia trombar com o governo apenas por noticiar as ações dos movimentos de contestação, o que poderia soar como “propaganda” da “subversão”. Daí Haver momentos em que não se podia acreditar em nada que

16 ABREU, Alzira Alves de. A Participação da Imprensa na Queda do Governo Goulart. In: FICO, Carlos e outros. *40 anos do Golpe: Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 15. Vide também LUCA, Tânia Regina. História Dos, Nos e Por meios dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

17 KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: Jornalistas e Censores. In AARÃO, Daniel e outros. *O Golpe e a Ditadura Militar*. São Paulo: EUSC, 2004.

era impresso: o jornal noticiava que um guerrilheiro tinha morrido atropelado, quando na verdade fora vítima de tortura... Com o AI-5, muitos dos jornalistas mais combativos foram demitidos. Não raras vezes, os periódicos reproduziam informes do governo como se fossem matérias feitas pelo próprio jornal. Assim, além de não fazer frente ao Regime, a maior parte da imprensa apoiou e justificou o que se passava no País, tornando-se porta voz do arbítrio. Apenas com a decadência do Regime Militar, na segunda metade dos anos 1970, que passou a condenar o autoritarismo vigente desde 1964.

Não por acaso, as ações das esquerdas eram noticiadas na página de polícia (quando eram noticiadas!), daí vindo uma armadilha letal para o pesquisador: como saber se um fato era crime comum ou político? O desarme dessa arapuca variou, indo da consulta aos ex-presos políticos (e alguns se recusavam a responder, não raras vezes) ou prestando atenção às “entrelinhas” da notícia, buscando pistas – por exemplo, no geral as operações de expropriação (assaltos) das esquerdas envolviam várias pessoas, evitavam-se ameaças aos populares, devolviam-se aos donos os carros roubados para realizar a ação, etc. Verdadeiro trabalho de detetive...

A escolha de *O Povo* e *Correio do Ceará*, os mais lidos no período ora em estudo, baseou-se em razões pragmáticas: a existência (quase) completa de suas edições diárias na Biblioteca Menezes Pimentel, visto que outros periódicos ali mantidos, apresentam, apesar da boa vontade e esforço dos funcionários, coleções incompletas ou em mau estado de conservação – o que não nos impediu de consultá-los quando necessário, obviamente, como no caso do *Unitário*, jornal matutino que reproduzia no dia seguinte quase sempre as notícias do dia anterior do vespertino *Correio do Ceará*. Também usamos como fontes os jornais *Diário do Nordeste* e *O Povo* dos anos de 2004 e 2005, quando foram publicadas várias e interessantes reportagens sobre os 40 anos do Golpe e a Ditadura no Ceará, embora os referidos jornais não tenham mencionado o apoio que deram ao Regime da Farda...

O Povo, fundado em 1928, pertencia à família Sarasate, cujo patriarca, Paulo Sarasate, fora governador do Estado entre 1955-58, ardoroso defensor do Golpe de 64 e apoiador entusiástico da Ditadura Militar. Mesmo com a morte daquele jornalista em 1968, o vespertino continuou a apoiar o Regime –

há, sobre isso, inclusive, o interessante trabalho de Márcia Vidal¹⁸ mostrando como *O Povo* conseguiu se “modernizar” e sobreviver em virtude do apoio dos Coronéis Cearense (Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra), que representavam a Ditadura no Estado e dominavam a política local¹⁹.

Já o *Correio do Ceará* tivera sua fundação no ano de 1915, passando em 1957 a pertencer aos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, a mais poderosa rede de comunicação do País e igualmente aliada da Ditadura – no Estado faziam parte também do grupo a *TV Ceará*, o matutino *Unitário* e a *Ceará Rádio Clube*, todos sob a direção de Eduardo Campos, um dos mais influentes homens locais nos anos 1960/70. Segundo alguns jornalistas que trabalhavam no *Correio do Ceará* à época da Ditadura e cujos nomes manteremos anônimos, o chefe de redação era militar, notório colaborador do Regime e que chegou mesmo a perseguir colegas de profissão sob o pretexto da “subversão”. Essa proximidade do periódico com os militares ficou explícita quando se observa o anticomunismo exaltado de suas páginas e os “furos” de reportagem que dava no concorrente *O Povo*, como se tivesse acesso a informações privilegiadas.

Vale ressaltar que ao longo do período em estudo os jornais sofreram mudanças, se não na linha editorial, pelo menos da estrutura gráfica. Isso fica mais evidente a partir de 1970, sobretudo no *O Povo*, pois *Correio do Ceará* entra em crise com a decadência dos *Diários Associados*. Os periódicos “modernizaram-se”, usando novas máquinas *off-set*, melhorando a impressão, a qualidade das fotos, diversificando seus cadernos (embora prevaleça a atenção para a parte policial, esportiva e internacional, pelas dificuldades de falar da política nacional e desagradar aos Generais de Brasília).

A consulta a jornais foi importante para realizar um contraponto às entrevistas feitas com os ex-presos políticos e às informações dos documentos oficiais, já que os depoimentos orais, como bem afirma o professor Michael

18 VIDAL, Márcia. *Imprensa e Poder*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará. 1994.

19 Do final dos anos 1960 ao início dos 80, o Ceará foi dominado politicamente pelos Coronéis do Exército Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals, os quais se alternaram no governo e dividiram entre si os cargos administrativos conforme maior ou menor respaldo que detivessem dos Generais de Brasília. Vide PARENTE, Francisco José Camelo. Op. Cit.

Hall²⁰, apresentam várias problemáticas, como a fragilidade da memória quanto aos acontecimentos específicos e sua seqüência. Não é muito realista, por parte do historiador, esperar informações confiáveis ou fidedignas sobre a ordem de lembranças dos entrevistados em relação a sentimentos, opiniões ou imaginários da época, afinal já se passaram quase quatro décadas dos acontecidos. Sem falar que as memórias estão sujeitas a alterações pelas experiências posteriores de vida do depoente e por uma variedade de outras modificações conscientes ou não.

Recorremos igualmente à técnica da História Oral na produção destas mal traçadas linhas. Obtivemos vários depoimentos de pessoas ligadas à Ditadura (não só de militantes), dentre os quais alguns manteremos anônimos. Conservaremos no anonimato mesmo alguns trechos de depoimentos cujos entrevistados aceitaram falar abertamente. Pedimos a compreensão dos leitores para tal artifício. É necessário mais uma vez chamar a atenção para a delicadeza dos assuntos tratados. Se normalmente não é fácil tornar público temas de foro íntimo, imagine-se quando se aborda questões traumáticas como torturas, assassinatos de amigos, atentados, homicídios, estupros, traições, delações, perseguições e afins! Memórias dolorosas. Sentimentos são mexidos, toca-se em lembranças que incomodam e as quais muitos não desejariam rememorar. De certa maneira, é sofrer novamente. Não por acaso, vários dos entrevistados foram às lágrimas nos depoimentos – pessoas que seguraram no máximo o choro quando agonizavam nos porões do Regime! Confessamos aqui nossa “fraqueza” de historiador, de termos também ficado abalados por algumas confissões. Acreditamos que num tema como esse não há como reagir de forma distinta. Desculpem-nos, ainda somos humanos...

Afora esses óbices, no trabalho com memória deve-se atentar a alguns aspectos. A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, cultural, nacional – a memória é, pois, nesse sentido, coletiva. A memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado, registrando não

20 HALL, Michael M. História Oral: Os Riscos da Inocência. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

só o que ocorreu no passado, mas no tempo presente também e seus conflitos. Em outras palavras, a elaboração da memória faz-se no presente, é do presente e para responder às solicitações feitas no momento atual que a rememoração recebe incentivos. A memória é parte do real em movimento, está em evolução permanente, aberta à lembrança e ao esquecimento – e esses lapsos, esses silêncios, intencionais ou não, são importantes para o pesquisador. É, por excelência, seletiva: guarda-se aquilo que tem ou teve significado em nossas vidas. Pode-se mesmo dizer que a memória constitui um suporte fundamental da identidade individual e coletiva²¹.

Como lembra Alistair Thomson²², as reminiscências também variam conforme as alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que leva à necessidade de se compor um passado com o qual possamos conviver. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade (ou identidades, expressão mais adequada para expressar o caráter multifacetado e contraditório da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência. Construímos nossa identidade através do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social. Ao narrar uma história, identificamos o pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembremos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Dessa maneira, nossa identidade também molda nossas memórias – reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes. Não obstante, tal composição nunca é inteiramente bem-sucedida, daí as frustrações, os silêncios, os esquecimentos, as ansiedades, os bloqueios, etc., os quais

21 Vide FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Uso e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória*. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, N. 15, p. 51-71, 1997. POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

22 THOMSON, Alistair. *Op. Cit.*, p. 51-71.

podem, por outro lado, extravasarem no inconsciente, nos sonhos, em atos falhos, sintomas físicos, etc. Isso não pode ser descuidado pelo historiador.

Vale salientar que memória não é história. As memórias são documentos como outros, a serem interpretados; não constituem a história pronta. Como afirma Pierre Nora:

A memória se relaciona a uma experiência vivenciada, tendo como agentes grupos que passaram por diferentes experiências, mas mantendo traços comuns, frutos da experiência coletiva, sujeita a mudanças e permanências. A história, por sua vez, relaciona-se a um distanciamento e a uma preocupação constante com a crítica a ser apresentada. Por isso, “a história, enquanto operação intelectual, dessacraliza a memória” (...)²³.

A história não se opõe à memória, pois a redime, fazendo-a figurar como fornecedora de novas vozes, antes menosprezadas ou esquecidas na redenção do passado.

Dessa maneira, as fontes orais, como outras fontes, não devem ser vistas como a “verdade”, a única versão do passado; são a representação que as pessoas têm do passado; não podem ser idealizadas como uma coisa “autêntica”, “verdadeira”, longe das relações de poder, política e cultura, estabelecidas no contexto social. Elas representam pistas do passado, as quais somadas a outras pistas materiais, serão submetidas a uma intensa investigação e avaliação, até chegar a uma interpretação aproximada do que tenha ocorrido no passado.

Há uma fronteira entre compreender que há versões e afirmar que só existem versões. A busca do pesquisador, menos que afirmar o relativismo total da verdade, é compreender a formação das “verdades” dentro dos relatos, para poder refletir, em um segundo momento, sobre o passado. Interessa menos do que postular os fatos “verdadeiros” ou “falsos” do passado, entender os mecanismos que criaram esse passado construído, para a partir daí pensar na visão do entrevistado e buscar o entendimento analítico-histórico dos fatos acontecidos.

23 NORA, Pierre. Entre Memória e História. In: *Projeto História*, n 10. São Paulo: PUC, 1993, p. 7-24.

As memórias não podem ser descartadas por suas subjetividades, uma vez que constituem uma representação do passado, enriquecidas pelas emoções que a acompanham. Logo a subjetividade do narrador é um bem precioso, pois conta-nos muito mais do que um povo fez. Fala-nos de seus anseios, sonhos, o que acreditavam fazer e acabaram fazendo, informa-nos dos seus custos psicológicos, e esses não encontramos nos registros tradicionais²⁴.

Foi com bases nesses pressupostos que buscamos os depoimentos orais, “diversificando”, dentro do possível, os entrevistados. Tentamos ouvir não apenas os militantes das “cúpulas diretivas”, mas também aqueles de “base”. Preocupamo-nos igualmente com fatores como gênero, faixa etária e condição social, visando estabelecer uma maior representatividade do universo de militantes cearenses. Também colhemos depoimentos de outras pessoas, que embora não fossem militantes de esquerda, vivenciaram de perto a Ditadura no Ceará, como jornalistas, representantes de órgão de repressão e estudiosos do assunto.

Tudo isso está contido nos três capítulos da obra. No primeiro, *Rebeldes Com Causa*, buscamos realizar uma abordagem sobre o contexto nacional e internacional em que se travou a luta armada no País durante a Ditadura Militar, dando atenção às supracitadas questões controversas da qualificação da guerrilha como resistência ou não, da tendência autoritária das esquerdas e do resto da sociedade, e dos projetos políticos das organizações. Falamos ainda especificamente do Ceará, dando ênfase à conjuntura política de 1964 e 1968, de como se originaram e se estruturaram os agrupamentos guerrilheiros locais. Fizemos isso porque os revolucionários cearenses apresentavam, grosso modo, duas origens. Os mais “velhos” (não tão velhos assim!) eram dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, que monopolizava a esquerda marxista até o Golpe Militar de 1964 e perdera prestígio daí em diante, dando origem a várias dissidências. Os mais “jovens militantes”, curiosamente, não tinham muito contato com os mais veteranos (em geral, iriam se conhecer somente nas prisões da Ditadura), e no contexto das agitações de 1968, adentraram em agrupamentos políticos voltados para a

24 THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ação armada. Todos os guerrilheiros, contudo, queriam realizar o “assalto aos céus” e tomar o poder para, no que pese diferenças de programa ou etapas, implantar o socialismo.

Conhecidas as origens dos grupos armados cearenses, tratamos no segundo capítulo, *Do Céu Para As Armas*, de analisar mais detalhadamente os ativistas, muitos deles estudantes freqüentadores do Clube do Estudante Universitário (CÉU) – daí o título. Quem eram (no que toque a origem social, faixa etária, gênero, instrução e profissão), de onde vinham (no sentido geográfico), o que os motivou a pegar em armas e quais as experiências (pessoais, familiares, políticas) e tradições que os levaram a empunhar revólveres e metralhadoras e abandonar familiares, estudos, empregos no intuito de mudar o País? Como e por que agiram na guerrilha? Quais dilemas viveram em oposição a seus ideais? Como perceberam – ou não – a derrota iminente? Neste capítulo, merece destaque para nossa análise, para tentarmos entender o que motivava a ação dos ativistas da esquerda armada, a obra de Jorge Ferreira²⁵, que mostrou como a influência das tradições míticas, sacras e nostálgicas provenientes de sociedades antigas, especialmente da cultura judaico-cristã, está presente ainda nas sociedades ditas modernas, expressa em manifestações discursivas e comportamentais, moldando mesmo pessoas de orientação materialista, como no caso de vários dos guerrilheiros.

Por fim, no último capítulo, *Combates Na Terra Da Luz*, abordamos as principais operações da guerrilha no Estado, das primeiras ações anônimas ainda em 1968 ao ápice da atuação, no primeiro semestre de 1970. Tratamos ainda sobre como os órgãos de repressão locais buscaram combater o “terror”, recorrendo sistematicamente à tortura e de como receberam apoio de setores da sociedade, fossem delações por parte de cidadãos, fosse contribuições materiais de grandes empresas e políticos. Fica evidente aqui que não existiu “brandura” da Ditadura no Ceará. Se o Regime era tão “bom” (?) assim, por que dezenas de cearenses fugiram, acabaram presos, outros, exilados e alguns, mortos? Falamos ainda dos discursos construídos pelas autoridades e imprensa para desqualificar os guerrilheiros, os quais buscavam sempre ressaltar o “comportamento ordeiro nato” cearense e de como o “terror” era

25 FERREIRA, Jorge. Op. Cit.

praticado por “jovens ingênuos” ou por agentes vindos de outros locais do Brasil, expulsos que foram pela repressão nacional. Tratamos das vítimas das esquerdas, sobremaneira do fatídico caso do justicamento de um comerciante em São Benedito, tentando interpretar suas várias versões, e de como contribuiu para dismantelar os agrupamentos armados cearenses. Por fim, mostramos as últimas ações da guerrilha, no quase desespero de acesso a um sonho que se apagava ante os sopros da repressão reinante.

Até que ponto o autor escolhe o tema ou o tema “escolhe” o autor? Esse dilema permeia muitas discussões acadêmicas e atormenta historiadores ávidos por esmiuçar o passado. Não escapamos a tal encruzilhada. Por honestidade intelectual, não negamos aos leitores nossos posicionamentos políticos de esquerda e (pequena) militância socialista. A proximidade temporal da Ditadura ainda torna acalorado o tema em estudo. Não que acreditemos em “neutralidade”, mas buscamos nesta obra realizar análises que permitissem um amplo e diversificado painel sobre um período tão, paradoxalmente, apaixonante e terrível. Os sonhos socialistas levaram homens e mulheres a darem parte de suas vidas, a conhecerem horrores e tombarem diante de carrascos impiedosos. As motivações desses revolucionários não podem ser esquecidas, sobretudo nesta época carente de projetos políticos alternativos ao pensamento neoliberal. Entre os sonhos e os pesadelos, há tênues limites. E dentro de nossos limites, fizemos o possível. Se não saiu melhor, perdoem-nos nosso alcance de pesquisador. Eis nossa contribuição. Boa leitura.

CAPÍTULO 1

REBELDES COM CAUSA

1.1 Uma História de Lutas

Fortaleza, segunda-feira, 16 de março de 1970. O “carro pagador” do *London Bank* deixa rapidamente os terminais da Norte Gás Butano, nas proximidades da enseada do Mucuripe. No interior da camioneta rural cor verde oliva, dois bancários, cansados após longa jornada de trabalho – aquela tarefa, recolher a fortuna de 200 mil Cruzeiros Novos de companhias petrolíferas do Porto do Mucuripe e levá-la para a sede do Banco, no centro da Capital Cearense, era a última do dia. Estavam tranqüilos e despreocupados – tanto que sequer usavam armas e realizavam o transporte num carro comum. Costumeiramente, duas vezes por semana, faziam esse percurso. O dinheiro, colocado na parte de trás do veículo, encontrava-se armazenado em várias sacolas de lona trancadas com cadeados. A velha rotina. Tudo em paz. O que de anormal poderia acontecer no final do expediente?

Mas acontece. Por volta das 17h40min, um corcel verde sem placa abruptamente “fecha” o carro do Banco. De seu interior, saem três rapazes, com revólveres em punho. Um assalto. Tudo é rápido. Dura menos de cinco minutos. Os rapazes mandam os bancários saltarem do carro. Estes, atônitos, assustados, obedecem sem titubear – com as mãos na nuca, são encostados num muro próximo. Os rapazes tomam a camioneta e zarpam tresloucadamente, seguidos pelo corcel, agora dirigido por outros três homens que aparentavam ser apenas transeuntes (na verdade, davam cobertura à ação numa esquina próxima). Adrenalina a mil. Misto de medo e euforia. Tudo estava dando certo. Pouco depois, os carros seriam abandonados, passando os rapazes para um outro automóvel e sumindo pelas ruas de Fortaleza. Enquanto isso, os bancários permaneceriam um bom tempo parados, embasbacados, surpresos com o sucedido, antes de comunicarem ao Banco e à polícia o que se dera. Aquele não era um assalto comum. Havia sido alvo de uma ação de expropriação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), grupo “terrorista” que atuava no País objetivando derrubar o governo

comandado por militares desde 1964. Para fúria das autoridades constituídas, era mais uma ação dos “subversivos” no Ceará...²⁶

As elites economicamente dominantes locais, até como forma de evitar o questionamento a seus interesses e privilégios, buscam ressaltar constantemente o “espírito honesto, pacífico e ordeiro” do cearense. Criou-se o mito do povo “trabalhador, respeitador, que não toca no alheio e não gosta de baderna e confusão”. Afinal, o Ceará é a “Terra da Luz²⁷”, berço da liberdade, local onde vaqueiros, pescadores, agricultores e operários, apesar da falta de recursos e das dificuldades e miséria “provocadas pelas secas”, laboram honestamente esperando “dias melhores”. Parafraseando um grande autor nacional, o cearense seria, antes de tudo, “um forte”²⁸.

Essa visão pacífica e de concórdia sobre o Ceará, sem atritos, conflitos, lutas e movimentos sociais, obviamente que não se sustenta quando se analisa amiúde a história local. Estas mal traçadas linhas vão nesse sentido. Em meio ao caldeirão político e cultural dos anos 60, vários cearenses tiveram a ousadia de empunhar armas num sonho audacioso visando derrubar o sistema capitalista vigente e possibilitar a criação de uma sociedade diferente, mais justa, digna com os mais pobres e excluídos, e que fosse uma etapa para a implantação do socialismo no Brasil. Os militantes desses grupos realizaram treinamentos militares, praticaram assaltos (melhor dizendo, “ações de expropriação da burguesia” ou “ações de resgate da riqueza que a burguesia explorava do povo”), travaram combates contra as forças do Estado, cometeram erros e assassinios, sonharam, viveram perigosamente, foram derrotados, torturados, mortos, achincalhado e por fim, esquecidos pelas correntes historiográficas mais conservadoras.

Apesar da diversidade de agrupamentos de esquerda no País durante a Ditadura Militar, a rigor dois grupos destacaram-se na prática de ações armadas no Ceará, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista

26 Depoimentos e *O Povo*, 17/03/1970, p. 1 e 9; 18/03/1970, p.1 e 8; *Correio do Ceará*: 17/03/1970, p. 1, 9 e 11; 18/03/1970, p. 1 e 9.

27 Expressão associada ao fato do Ceará ter oficialmente abolido a escravidão negra em 1884, antes da Lei Áurea de 1888 – há, contudo, indícios que mesmo após aquela data a escravidão continuou a existir na então Província. Vide CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

28 Um estudo sobre a idealização do nordestino (e que pode ser aplicada ao cearense), bem como da “criação” do Nordeste é feito por ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Recife: FJN/ Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ao longo da pesquisa, e ao contrário do que pensávamos de início (e do que era propagado até por alguns dos próprios ex-guerrilheiros), descobrimos indícios que outras organizações buscaram também fundar agrupamentos locais, os quais muito embrionários, foram alvos da repressão, ainda que tenham praticando mesmo algumas ações, como no caso da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e Frente de Libertação Nordestina (FLNE). Emblemática ainda foi a atuação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), entidade que liderou o movimento universitário cearense em 1968 e que instalou vários campos de treinamento de guerrilheiros no Ceará visando apoiar a futura guerrilha do Araguaia, no sul do Pará: apesar de sua disposição em não realizar ações guerrilheiras no Estado, acabou entrando em choque com as forças da repressão. Não obstante, pela exigüidade do tempo para uma pesquisa de mestrado (normal, aliás), pelo tamanho menor dessas organizações (o que não significa que não tenham importância para o historiador) e pelas poucas ações armadas que praticaram, não abordaremos em profundidade aquelas organizações, embora façamos algumas análises pontuais, pois os grupos armados várias vezes atuavam em conjunto e as entradas/saídas dos militantes em sucessivas dissidências eram comuns.

Neste trabalho, tentamos compreender as motivações e trajetórias da esquerda armada cearense. Afinal, quem eram aqueles rapazes e moças? Quais suas origens sociais? O que pensavam estar fazendo e que experiências os levaram a pegar em arma? Quais suas vivências nas organizações revolucionárias, na clandestinidade e diante do cerco repressor, e como perceberam (e sofreram) a derrota de seus projetos políticos? Como a experiência revolucionária os moldou e os mudou? Como ser guerrilheiro num estado conservador, de elites autoritárias e anticomunistas como o Ceará? Mesmo os que discordam das idéias e objetivos desses revolucionários (chamados pelos conservadores de “terroristas”), hão de reconhecer sua coragem. Suas experiências não podem ser ignoradas.

Os princípios “subversivos de esquerda” grassavam na “Terra da Luz” desde pelo menos o início do século XX. Das viagens de cearenses ou do contato destes com viajantes, sindicalistas e mesmo jornais e livros vindos do Centro-Sul brasileiro e Europa, começaram a circular entre os segmentos

médios urbanos intelectualizados e o reduzido operariado local, idéias “radicais e exóticas” como o anarquismo e depois o comunismo, apesar da “vigilância” da influente Igreja Católica local e das autoridades constituídas²⁹.

Em 1927, era instalada a secção local do Partido Comunista Brasileiro (PCB)³⁰, através de uma organização de fachada denominada Bloco Operário Camponês (BOC). Conforme o professor Francisco Moreira Ribeiro, naquele ano, o sindicalista José Joaquim de Lima, mais conhecido como “Joaquim Pernambuco”, foi ao Rio de Janeiro a fim de participar do congresso da Confederação Geral do Trabalho – entidade concebida pelo PCB –, de onde voltaria com a missão de organizar em Fortaleza o BOC e, conseqüentemente, a secção cearense do Partido. Também foram criados a seguir núcleos comunistas nas cidades cearenses de Camocim, Aquiraz, Aracati e Quixadá, entre outras³¹.

A repressão não tardou. Rotineiramente a polícia surrava socialistas, enquanto patrões os demitiam e negavam-lhes emprego. Jornais esquerdistas eram apreendidos. Em 1931, já na denominada Era Vargas (1930-45), o PCB preparou em Fortaleza a *Passeata da Fome* visando denunciar a miséria do povo e as incoerências da “Revolução” de 30. O executivo cearense mobilizou os aparatos estatais para impedir a realização do evento: nomeou um delegado especial para realizar diligências no Capital e no interior, proibiu a distribuição de folhetos de convocação da passeata e prendeu a liderança do movimento, deportando 16 comunistas para o Rio de Janeiro³².

A 4 de março de 1935, último dia de carnaval, um tiroteio promovido por membros da Ação Integralista Brasileira (cuja secção local fora instalada dois anos antes) contra simpatizante da Aliança Nacional Libertadora (ANL, criada no Ceará em 1935) deixou mortos 3 populares e feridos vários outros.

29 Vide GONÇALVES, Adelaide e Silva, Jorge e. *A Imprensa Libertária no Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000.

30 A rigor, a Organização surgiu como Partido Comunista do Brasil em 1922, só mudando o nome para Partido Comunista Brasileiro em 1962, quando tentou na Justiça sua legalização, clandestina que estava desde 1947. Foram dissidentes stalinistas que, ao saírem da Organização naquele ano e fundarem novo partido, passaram a usar a sigla PC do B, dizendo-se os “verdadeiros” continuadores da agremiação fundada nos anos 20.

31 RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989.

32 Vide RODRIGUES, F. Theodoro. *Os 16 Deportados Cearenses*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000. É um diário escrito por um dos presos, apreendido pela repressão getulista e encontrado por acaso no Arquivo Público do Rio de Janeiro nos anos 1990.

Em julho de 1936, a polícia, na pretensão de combater "subversivos", cercou uma residência em Camocim e fuzilou os comunistas Miguel Pereira Lima (o "Amaral") e Luis Miguel dos Santos ("Luis Pretinho"), torturando e abusando de um terceiro, Raimundo Ferreira de Souza (o "Raimundo Vermelho"), que também em consequência das agressões, faleceu meses depois³³. Mais comunistas acabaram presos, quando não mortos, em virtude da repressão ocorrida após o fracasso da Intentona Comunista em Natal-RN³⁴ e com a instalação do Estado Novo (1937-45).

Com a queda da ditadura getulista em 1945 e com a destacada participação soviética na derrota do Nazismo na Europa, o Partido Comunista ganhou a legalidade – como no resto do Brasil, o PCB crescera localmente bastante nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, sobretudo na Capital Cearense. Apesar das pregações anticomunistas da Igreja Católica e setores direitistas, o Partido conseguiu nas eleições legislativas de 1946, eleger dois deputados estaduais (o médico José Pontes Neto e o pedreiro José Marinho de Vasconcelos) e obter, em termos de legenda, 23% dos votos válidos em Fortaleza, um resultado expressivo e indicador da influência vermelha³⁵.

Os comunistas procuravam conscientizar as camadas mais humildes da população sobre os direitos fundamentais que lhes assistiam e organizá-las no intuito de reivindicar melhorias como luz, calçamento, água, segurança, etc. Combatiam também a carestia, promoviam campanhas de alfabetização e desenvolviam atividades recreativas. O PCB adquiriria ainda em 1946, do oligarca recém-eleito senador Olavo Oliveira, o jornal *O Democrata*, visando veicular diariamente sua ideologia e denunciar a exploração de que eram vítimas os operários e os camponeses.

Com o avançar da Guerra Fria, o PCB acabou tendo seu registro cassado pela Justiça Eleitoral e novamente posto na ilegalidade. Apesar disso, os comunistas elegeram em 1947, sete dos onze vereadores de Fortaleza,

33 Esse episódio ficou conhecido como o "massacre do Salgadinho", região onde aconteceram as mortes. Vide: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História/UFRJ/IFCS, 2000.

34 Mais de duas mil pessoas foram presas nesse período, só em Fortaleza e tropas do 23º BC (Batalhão de Caçadores) foram enviadas para dominar o levante comunista em Natal. RIBEIRO, Francisco Ribeiro. Op. Cit., p. 32.

35 Id. *Ibidem.*, p. 47.

usando como fachada o Partido Republicano³⁶. Nos anos seguintes, contudo, a influência do partido reduziu-se, alvo da repressão, das pregações anticomunistas, dificuldades econômicas (que levaram ao fechamento de *O Democrata* em 1958) e crises internas, advindas, sobretudo com as denúncias dos crimes do stalinismo e invasão da Hungria em 1956 por tropas da União Soviética. Como em outros locais, as denúncias dos crimes de Stalin provocaram imenso impacto no Ceará, frustrações e discussões entre aqueles que acreditavam ser tudo uma “invenção do imperialismo dos Estados Unidos” e os que aceitaram as denúncias de Kruchev – ainda que alguns militantes tenham se afastado do Partido, não houve maiores dissidências, tanto que o Partido Comunista do Brasil (fundado nacionalmente em 1962 por stalinistas dissidentes e apontando a China de Mao Tse Tung como o modelo de sociedade a atingir por meio da violência revolucionária) seria instalado no Ceará apenas em 1965 e mesmo assim no bojo da acusação segundo a qual o Golpe Civil-Militar do ano anterior se dera pela passividade do PCB.

1.2 Ceará 1964

Da mesma maneira que no resto do país, o PCB viveu nova fase no início dos anos 60. Pelo depoimento de antigos militantes do Partido³⁷ e pela documentação apreendida pelas Forças Armadas e anexada ao Inquérito Policial-Militar (IPM) instalado após o Golpe de 64³⁸, há vários indícios evidenciando a atuação comunista na defesa das reformas de base propostas então nacionalmente pelo Governo João Goulart (1961-64) e seu engajamento nos movimentos de massas, penetrando mesmo no interior do Estado, onde historicamente o anticomunismo foi mais forte em virtude das pregações da Igreja Católica, aliada das oligarquias locais, via púlpito. Tal postura, de aproximação com o campo, vincula-se às decisões do V Congresso Nacional do PCB (no qual, entre outras coisas, deliberou-se pela necessidade de

36 Id. *Ibidem.*, p. 50.

37 Informações colhidas junto a Luciano Barreira (jornalista, ex-vereador de Fortaleza, cassado com o Golpe de 1964 e entrevistado a 11/03/2003) e Francisco Moreira Ribeiro (professor universitário e destacado estudioso dos comunistas cearenses, entrevistado a 23/05/06).

38 Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964. Acervo da Associação 64-68 Anistia.

trabalho com as massas) e ao impacto da Revolução Cubana de 1959, que teria “provado o caráter revolucionário dos camponeses”³⁹.

O Partido tinha então na direção Aníbal Bonavides, um intelectual (depois do Golpe, chegou a montar a conhecida livraria *Ciência e Cultura* no centro de Fortaleza), advogado e Deputado Estadual pelo Partido Social Trabalhista (PST). Moderado, leal ao Comitê Central do Partido e a Luis Carlos Prestes, era acusado por alguns militantes mais radicais da Agremiação de “mole”, “passivo” e de estar por demais a reboque da burguesia local – em 1962, por exemplo, Bonavides articulou o apoio do PCB à campanha vitoriosa ao senado de Carlos Jereissati, rico comerciante local (pai do depois governador cearense Tasso Jereissati).

Na realidade, a secção local comunista reproduzia a orientação nacional do Partido, definida pela *Declaração Política de Março de 1958* e basicamente ratificada pelo V Congresso do Partido em 1960. Concebia a revolução brasileira em duas etapas, sendo a primeira, de “libertação nacional e democrática”, de conteúdo antifeudal (havia a crença que existiam resquícios do feudalismo no Brasil) e antiimperialista (contra a dominação dos EUA), congregando uma somatória de classes sociais “progressistas” (proletários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional) visando pela via legal e pacífica (embora não descartando a opção armada) promover o desenvolvimento do País, visto que embora o capitalismo no Brasil tivesse já algum incremento, ainda não amadurecera o suficiente para revolução socialista – daí a necessidade de união com aqueles setores “progressistas” da sociedade visando ampliar as liberdades democráticas e promover as reformas de estruturas (o que ajuda a entender a aproximação dos comunistas em relação às denominadas *reformas de base* que João Goulart proporia), contra a “elite latifundiário-feudal” e o aliado desta, o imperialismo dos EUA⁴⁰.

A segunda fase da revolução seria, aí sim, socialista (várias das organizações que pegaram em armas conservaram, com algumas alterações, muito desse esquema analítico, como foi o caso da ALN e PCBR). Lógico que nem todos dentro do PCB aceitavam a visão de transição pacífica para o

39 AARÃO, Daniel. *A Revolução Faltou ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 25.

40 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999, p. 28-36. AARÃO, Daniel. Op. Cit., p. 23-28.

socialismo, constatação que serviria depois (sobremaneira após o Golpe de 64) para o surgimento de diversas dissidências as quais deram origem a novos partidos.

O Partido Comunista Brasileiro vivia no Ceará uma “semi-legalidade”, apresentando mesmo uma sede conhecida publicamente, cognominada *Escritório Eleitoral 25 de Março*, situado na Rua General Sampaio nº. 1131 (no centro de Fortaleza) e que servia para debates e reuniões comunistas. As esquerdas locais em 1964 englobavam também nacionalistas, em geral acomodados no pequeno Partido Social Trabalhista (PST, liderado nacionalmente por Miguel Arraes e que abria espaço para as candidaturas comunistas, já que o PCB não podia concorrer a eleições), a Frente de Mobilização Popular e os Grupos dos 11, ligados ao ex-governador gaúcho e então Deputado Federal pelo Rio de Janeiro Leonel Brizola.

Poder-se-ia citar ainda a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC, comandada por comunistas como José Leandro Bezerra, líder camponês que desde o início da década estimulava a organização dos trabalhadores rurais no Estado) e o Pacto Sindical (entidade local que reunia vários sindicatos, como dos ferroviários, bancários, têxteis, estivadores, construção civil, gráficos, pescadores, agricultores, alfaiates, garçons, rodoviários, músicos, metalúrgicos, portuários e outros⁴¹), liderado pelo bancário Moura Beleza. Destaque também para o movimento estudantil e suas entidades, como o CLEC (Centro Liceal de Educação e Cultura, do Colégio Estadual Liceu, cujos estudantes estavam entre os mais ativos da época), a UEE (União Estadual dos Estudantes) e o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC), afora os órgãos representativos universitários da UC (Universidade do Ceará, atual UFC – Universidade Federal do Ceará), cujas lideranças ligavam-se ao PCB (que organizara a chamada Juventude Comunista e contava com várias Organizações de Bases, as antigas “células comunistas”, em diversos colégios e faculdades) e à Ação Popular (AP, grupo ligado à esquerda católica e sobre o qual falaremos mais depois), apresentando como um dos principais locais de encontros e articulações o CÉU (Clube dos Estudantes Universitários), situado

41 LEANDRO, José. *Depoimento*. Fortaleza: Edição do Autor, 1988, p. 76.

na Avenida da Universidade, onde hoje se encontra o prédio da faculdade de História da UFC⁴².

O Golpe Civil-Militar de 64 teve efeitos dramáticos sobre o Ceará. Da mesma forma que no resto do País, os meios políticos cearenses conheciam as tramas conspiratórias em andamento, embora não soubessem quando o levante militar eclodiria precisamente. Por outro lado, elementos de esquerdas e nacionalistas acreditavam piamente num “esquema militar” do presidente João Goulart, o qual, como se sabe, revelou-se pífilo, tal a facilidade do triunfo do Golpe.

As primeiras notícias sobre o levante militar chegaram a Fortaleza ainda na noite de 31 de março, pelo rádio, então o principal meio de comunicação de massa. Pelos depoimentos colhidos junto a nossos entrevistados, eram informações confusas, contraditórias, sem detalhes precisos. A única certeza era que o tão propalado golpe de estado estava finalmente acontecendo, o que não significava que o episódio fosse recebido sem surpresas – na manhã seguinte, 1º de abril, “dia da mentira”, existiram pessoas achando que tudo era uma brincadeira. Mas não era. As esquerdas locais, então, tentaram articular uma resistência, inócua e tardiamente.

Estudantes realizaram passeatas e concentrações na Praça José de Alencar, dissolvidas pelo Exército⁴³ – as sedes das entidades estudantis seriam invadidas pelos golpistas, seus dirigentes destituídos e substituídos por “estudantes democratas”⁴⁴, trabalhadores do porto do Mucuripe, da Rede Ferroviária e do Departamento de Telégrafos e Correios iniciaram greves, logo desmobilizadas pelos militares com a prisão dos principais líderes e intervenção nos sindicatos⁴⁵, a Rádio Dragão do Mar, pertencente ao Deputado Federal e aliado de Jango, Moisés Pimentel, foi fechada por estar conclamando

42 O CÉU (Clube dos Estudantes Universitários) era tido como um centro de fermentação política do movimento estudantil nos anos 1960. Era um prédio de dois andares, onde funcionava o restaurante universitário e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), servindo de espaço para realização de palestras e congressos – apresentava ainda uma quadra para práticas esportivas na parte de trás. Outro local de reunião para as passeatas estudantis era a Faculdade de Direito da UFC.

43 *Correio do Ceará*, 2/04/64, p. 7. *O Povo*, 3/04/1964, p. 1.

44 *Correio do Ceará*, 6/04/1964, p. 6.

44 *Correio do Ceará*, 6/04/1964, p. 4.

44 *Correio do Ceará*, 9/04/1964, p. 6. *O Povo*, 7/04/1964, p. 2; 9/04/1964, p. 2.

45 *Correio do Ceará*, 2/04/1964, p. 1, 2 e 8; 3/04/1964, p. 3. *O Povo*, 2/04/1964, p. 1, 2 e 5.

os civis a resistirem ao Golpe⁴⁶, a sede da FALTAC, situada no então distante Jardim Iracema (área agrícola, hoje um bairro de Fortaleza) foi saqueada pelo Exército⁴⁷, a sede do PCB, o Escritório 25 de Março, foi arrombada e praticamente destruída, sendo apreendida farta “documentação subversiva”⁴⁸, homens da Polícia Militar passaram a patrulhar as principais ruas e praças da Capital visando “manter a ordem”⁴⁹.

O governador conservador cearense Virgílio Távora, que contava com vários auxiliares tidos como “esquerdistas” (sobretudo na pasta da Educação) e por isso mesmo visto com certa desconfiança por setores das direitas, por pouco não foi derrubado ante a pressão de militares “linha dura”⁵⁰, apenas escapando pela amizade pessoal que gozava junto a Castelo Branco e ao prestígio de seu tio, o velho marechal Juarez Távora perante os golpistas. Teve, entretanto, de fazer “sacrifícios” aos “deuses revolucionários”, para mostrar sua “sincera fé” aos ideais da “redentora”, através da demissão dos técnicos “comunistas” da Secretaria de Educação⁵¹ (ainda que Virgílio, exemplo de político tradicional, pautado na lealdade e consideração, tenha protegido seus ex-auxiliares, facultando-lhes meios até para sair do Estado⁵²) e da cassação do mandato de vários deputados estaduais “subversivos”⁵³ (a

46 *O Povo*, 1º/04/1964, p. 1.

47 OCHOA, Maria Glória. *As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará (1954-64)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.

48 *Correio do Ceará*, 4/04/1964, p. 1. *O Povo*, 4 e 5/04/1964, p. 1.

49 *Correio do Ceará*, 2/04/64, p. 7.

50 A maior pressão para a destituição de Virgílio Távora vinha dos oficiais do 10º Grupo de Obuses (10ºGO), a mais bem equipada unidade de artilharia do Exército no Ceará. O comandante da unidade, Major Egmont Bastos Gonçalves, integrava uma grupo de militares “linhas duras”, os quais viam com desconfiança Virgílio Távora, pelas proximidades deste com Goulart (ambos eram amigos pessoais e Jango enviou muitos recursos para a administração cearense) e com as esquerdas. *O Povo*, 1º/04/2004, Caderno Especial Sobre os 40 anos do Golpe de 64, p. 28.

51 *Correio do Ceará*, 6/04/1964, p. 3.

52 *O Povo*, 1º/04/2004, Caderno Especial Sobre os 40 anos do Golpe de 64, p. 33. A professora Luiza Teodora, da equipe da Secretaria de Educação de Távora, conta que este articulou nos bastidores para que embarcasse rumo ao Rio de Janeiro “enquanto as coisas se acalmavam”. Diz ainda que VT agiu da mesma forma com outras pessoas acusadas de “subversão”.

53 Numa sessão extra que varou a noite do dia 9 para 10 de abril de 1964, os deputados cearenses cassaram os mandatos de seis colegas por “falta de decoro parlamentar”: Aníbal Bonavides (o já citado secretário estadual do PCB-CE), Blanchard Girão, José Pontes Neto, Raimundo Ivan Barroso, Amadeus Arrais e Fiúza Gomes. *Correio do Ceará*, 10/04/1964, p. 3. Na Câmara Municipal de Fortaleza, foram igualmente cassados por “falta de decoro” no dia 9 de abril (antes, portanto, da Assembléia) os vereadores Luciano Barreira, Tarcísio Leitão (ambos comunistas) e Manuel Aguiar. *O Povo*, 10/04/1964, p. 1. Com o AI-1, teriam cassados os mandatos e os direitos políticos os Deputados Federais Adhail Barreto e Moisés Pimentel.

Assembléia Legislativa foi a “pioneira” nas cassações no Brasil, antes mesmo do primeiro Ato Institucional da Ditadura).

Houve apoio ao Golpe por segmentos empresariais, jornalísticos, eclesiásticos, da classe média e mesmo populares cearenses. Ainda no dia 2 de abril, quando existiam dúvidas sobre o êxito pleno da conspiração, uma comissão de empresários (chamados então de “classes produtoras”), tendo à frente José Afonso Sancho compareceu à residência do governador Virgílio Távora e ao Quartel da 10ª RM para discutir a necessidade de “reprimir os baderneiros à altura” e prestar solidariedade ao “movimento revolucionário”⁵⁴. Depois, empresários enviaram à Assembléia (e à Câmara Municipal de Fortaleza⁵⁵) um memorando pedindo a cassação dos parlamentares “subversivos”:

*O que as Classes Produtoras esperam é que essa (sic) Assembléia, compreendendo a verdadeira significação do movimento revolucionário, empreste seu apoio urgente e vigoroso às Forças Armadas, tomando as medidas legais necessárias ao afastamento do convívio democrático aqueles brasileiros indignos que não se pejavam de trair a pátria a serviço do imperialismo bolchevista. Chegou a hora de extinguir-se o embuste promovendo a cassação dos mandatos dos deputados comunistas a fim de que o saneamento seja integral (...).*⁵⁶

Nos dias seguintes à quartelada, os jornais *O Povo* e *Correio do Ceará* publicam editoriais e artigos exaltando a ação das Forças Armadas contra a “balbúrdia do comunismo ateu que ameaçava o País”. Passa-se a idéia que a falta de maior resistência ao movimento golpista evidenciava como a sociedade “desejara” a intervenção dos militares para acabar com a “baderna reinante”. Em editorial de capa, afirma *O Povo*:

(...) Que se queria com a clarinada revolucionária que partiu de Minas Gerais e ecoou Brasil afora? Levantaram-se os militares, com a solidariedade de prestigiosos líderes civis, para acabar com os

54 *Correio do Ceará*, 2/04/1964, p. 8. *O Povo*, 2/04/1964, p. 5.

55 *O Povo*, 10/04/1964, p. 1.

56 *Correio do Ceará*, 8/04/1964, p. 3. O memorando é assinado por Franklim Monteiro Gondin (Presidente da FACIC – Federação da Agricultura, Indústria e Comércio do Ceará), José Afonso Sancho (União das Classes Produtoras), Clóvis Arrais Maia (Federação do Comércio), Orlando Silva (Federação das Indústrias), Odorico Patrício (Centro dos Retalhistas), Giovanni Gomes (Sindicato dos Lojistas) e Luis Crescêncio Pereira (Associação dos Proprietários de Imóveis).

*desatinos de uma caudilho incorrigível, que ia nos levando, em sucessão de aventuras perigosas, aos braços de uma minoria totalitária que pretendia empolgar o poder. Não houve choque armado, não ocorreu derramamento de sangue, graças a Deus. Mas o País quase era cenário de uma luta fratricida e por pouco a Nação não está a deplorar o sacrifício de vidas preciosas e a destruição de valiosos bens materiais (...).*⁵⁷

No dia 6 de abril, realizou-se uma Missa de Ação de Graças na Catedral de Fortaleza em homenagem às Forças Armadas pela vitória do “movimento revolucionário”. O ato litúrgico foi celebrado pelo próprio Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado, numa evidência do apoio de setores da Igreja Católica cearense aos golpistas, como ocorrera, aliás, no resto do País – no sermão, o religioso teria elogiado *o trabalho patriótico das Forças Armadas em defesa da Constituição, banindo para sempre os comunistas do Brasil*⁵⁸. As manifestações de apoio ao Golpe atingiram o apogeu numa quinta-feira, dia 16 de Abril de 1964, quando se realizou em Fortaleza a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, que partindo da Praça Coração de Jesus, após a execução do Hino Nacional, seguiu para a Igreja da Sé, onde houve um *Te Deum* e dali para o Quartel da 10ª RM, local em que se promoveu uma homenagem às Forças Armadas *pela firme atuação em defesa dos postulados da democracia contra a comunização do País*⁵⁹. O jornal *Correio do Ceará* saudou a Marcha como *a maior concentração popular já registrada em Fortaleza*, estimando em pelo menos 70 mil pessoas os participantes⁶⁰ – um número exagerado possivelmente, para demonstrar como a “Revolução” estava no gosto dos fortalezenses, pois a população da Cidade pouco ultrapassava os 500 mil habitantes, conforme o censo de 1960⁶¹. De qualquer forma, pelos depoimentos colhidos junto a entrevistados e pelas diversas fotos publicadas nos jornais (apesar de sabermos como fotografias podem ser manipuladas na “captura” de ângulos mais favoráveis), havia muita gente no evento, denotando o apoio que o Golpe teve entre setores da sociedade cearense.

57 *O Povo*, 7/04/1964, p.1.

58 *Correio do Ceará*, 6/04/1964, p. 6.

59 *Correio do Ceará*, 17/04/1964, p. 2.

60 *Correio do Ceará*, 17/04/1964, p. 2.

61 SILVA, José Borzachiello da. *Quando Os Incomodados Não Se Retiram*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992, p. 36.

O apoio ao Governo Militar iria continuar nos anos seguintes – a cada aniversário da “Revolução de 64”, os periódicos publicavam editoriais, manifestos, notas, etc. de celebração pelo evento que “salvou” o Brasil do “comunismo, da subversão e da corrupção”, da mesma forma que condenavam a luta armada das esquerdas, tida “terrorista”, como falaremos adiante. Não por acaso, vários cearenses, destacadamente empresários e políticos, contribuiriam local e nacionalmente com os órgãos de repressão da Ditadura, fornecendo carros, dinheiro, gasolina, alimentação, etc. aos agentes que combatiam, torturavam, matavam os “terroristas”. Os nomes de tais pessoas, não revelaremos, pois não temos como comprovar materialmente tais doações (e elas, obviamente, não assinaram nenhum recibo “atestando” suas contribuições). Possuímos o depoimento apenas dos ex-presos políticos, de jornalistas, de estudiosos da Ditadura e, sobretudo, de um agente de determinado órgão de segurança e de um importante funcionário de grande empresa cearense daquele período, cujos nomes, obviamente, manteremos também anônimos.

Enquanto os setores conservadores exaltavam a “revolução”, os nacionalistas, as esquerdas e os aliados do deposto João Goulart encontravam-se em apuros. O “Governo Revolucionário Militar” Instaurou a denominada *Comissão Geral de Investigação* para atuar nas repartições públicas e apurar “subversões”. Vários funcionários públicos perderiam seus empregos. Outras pessoas, “mais visadas” pela repressão, puseram-se em fuga. Para os Comunistas, era a constatação de como se iludiram quanto ao tão propalado “esquema de defesa da legalidade” falado por Jango e pelo líder máximo pecebista Luis Carlos Prestes.

Não se sabe exatamente quantos cearenses foram detidos com o Golpe. O IPM instaurado pelo Exército e sob a responsabilidade do Tenente-Coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, para apurar a “subversão” contabiliza 229 detidos, trancafiados sobretudo nos quartéis do 23º Batalhão de Caçadores (23º BC), da Polícia Militar e da 10ª Região Militar (10ª RM)⁶². A relação, contudo, não está completa, conforme vários dos entrevistados, pois faltam

62 Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964. Acervo da Associação 64-68 Anistia.

nomes. Além disso, não se sabe quantos foram presos em outros quartéis de Fortaleza e no interior.

Curioso notar que parte da documentação “subversiva” anexada ao IPM foi obtida num descuido do líder do PCB-CE Aníbal Bonavides, que curiosamente reproduzia o mesmo teor “arquivista” do secretário nacional do Partido, Luis Carlos Prestes, cujas famosas cadernetas apreendidas pela polícia em abril de 1964 na residência do mesmo em São Paulo, levou à “queda” de vários comunistas e arranhou a imagem do “Cavaleiro da Esperança”. No caso de Aníbal Bonavides, conforme as entrevistas feitas, seu propósito seria escrever um livro sobre a história do Partido Comunista no Estado (de fato, há entre os documentos vários manuscritos do chefe local do PCB), embora o episódio tenha igualmente desgastado-lhe junto aos demais companheiros e valido mesmo a falsa acusação de que havia traído o Partido e se “vendido” aos militares.

Ao saber do golpe, Aníbal reuniu toda a documentação em sua posse num surrão (uma espécie de saco grande feito de palha, muito comum nos sertões cearenses) e pediu a uma vizinha para guardá-lo. Uma ingenuidade de Aníbal, pois logo os militares, ante investigações e denúncias anônimas, se apossaram do que ficou conhecido entre os comunistas como o “surrão do Aníbal”. Numa grande ironia, essa documentação anexada ao IPM transformou-se numa preciosidade para os historiadores que estudam os comunistas cearenses no período anterior à Ditadura.

O Golpe de 64 triunfara. Para amplos setores socialistas, uma experiência dolorosa e frustrante. O momento exigia reflexões. No jargão das esquerdas, era preciso fazer uma “autocrítica”. Como aquela mobilização popular toda, talvez única na República, fora derrotada tão rápida e melancolicamente? Qual era exatamente o grau de coesão e de pressão real das entidades populares? Será que os trabalhadores estavam realmente engajados na defesa das reformas de base ou muitos se limitavam a tentar obter imediatas condições de vida melhores? E a dependência dos movimentos populares em relação ao Estado/governo – as várias manifestações ocorridas antes do Golpe não estariam vinculadas aos interesses próprios de Jango e das camadas dirigentes? E as elites e o capitalismo no Brasil, estavam

realmente em crise? E o papel dos meios de comunicação no apoio ao Golpe, como enxergá-los, cada vez que eram mais estratégicos na sociedade?⁶³

As esquerdas, não obstante, foram incapazes de responder a tais questionamentos. A análise de 1964 veio da pior forma, “personalizando” a derrota, encontrando um “bode expiatório”. Para o PCB, a culpa era o “esquerdismo exagerado” de alguns líderes, os quais quiseram ir “longe demais”. Para outros setores das esquerdas, a culpa fora dos dirigentes pecebistas e de Prestes, com sua postura “reformista, reboquista e pacifista”. Quadros nacionais comunistas como Carlos Marighela, Mário Alves e Jacob Gorender saíam do Partidão e fundariam ou dariam apoio a grupos políticos outros os quais tentariam remediar o que consideravam o “erro essencial” do PCB e nacionalistas em 1964: a perda de uma excepcional ocasião revolucionária ante toda a agitação popular. A luta pelo socialismo poderia ser retomada sem “ilusões reformistas”. Era uma questão de vontade, homens e balas. Inicia-se uma fase de militarização crescente das esquerdas.

O Partido Comunista Brasileiro daí em diante não terá mais o prestígio de antes, responsabilizado que fora pelo Golpe, por passar a defender a oposição institucional à Ditadura via MDB (Movimento Democrático Brasileiro, criado em 1965 pelo AI-2) e pelo isolamento em que mergulhou, decorrência da repressão, de sua clandestinidade e afastamento dos movimentos sociais – para se ter idéia, houve momento em que os próprios integrantes do Partido sequer sabiam quem dirigia a organização no Ceará! Alguns desses militantes, em especial os mais velhos, simplesmente se afastarão do Partido, não cogitando entrar obviamente na luta armada. Os mais jovens, sobretudo através do Movimento Estudantil, se afastarão igualmente do velho PCB, rompendo com uma tradição de obediência às orientações e influências da cúpula comunista. Ganharão autonomia, adentrando em novas organizações de esquerdas aparecidas após o Golpe. Muitos deles, ao lado principalmente de outros jovens militantes atuantes no final dos anos 60 (a “geração de 1968”), que realizarão a luta armada no Ceará.

Logicamente os ativistas do velho Partidão no Ceará não foram esquecidos pela repressão. Fala-se comumente que a fúria policial no Brasil só

63 AARÃO, Daniel. Op. Cit., p. 45-47.

atingiu de fato o PCB após 1974, quando os grupos armados já estavam destruídos. Olhando os jornais cearenses do período de nossa pesquisa, não obstante, eram comuns as notícias da prisão de militantes do PCB-CE pelos agentes da repressão. Afinal, os órgãos de segurança, como veremos no capítulo 3, tinham que justificar sua existência, uma vez que por sua desestruturação e ineficiência, apresentavam dificuldades de capturar os guerrilheiros no Estado, cuja atuação, também, era pequena. Além disso, imaginavam que os velhos militantes do Partidão conheciam ou saberiam de pistas sobre os “terroristas”, de maneira que se fossem “pressionados” (leia-se, torturados) poderiam revelar um nome ou algo⁶⁴. Mais um equívoco da repressão cearense: muitos dos comunistas de 1964 só conheceriam os ativistas de 1968 nos anos 70, quando estavam todos presos...

A luta armada no Ceará ficaria a cargo de jovens militantes, que adentrariam em organizações cuja estruturação local deu-se através do contato com as lideranças armadas de outros estados. Para aqueles rapazes e moças, a época das conversas e debates inócuos acabara. Chegara a hora de tomar o poder. A resposta aos militares e civis golpistas seria dada também pela força. Chegara o momento das armas falarem alto.

1.3 Assalto aos Céus

Um dos mais graves erros que o historiador pode cometer é o do anacronismo, ou seja, enxergar determinada época com um olhar do presente. Para muitas das pessoas das gerações do Brasil atual (início do século XXI), criadas numa sociedade altamente individualista e hedonista, talvez possa parecer loucura o que aquelas pessoas dos anos 1960 realizaram, pegando em armas e deixando “tudo” (família, amigos, emprego, etc.) para trás. É necessário cuidado com esse tipo de visão. É um grande equívoco imaginar que se pode entender as idéias e as ações de uma pessoa sem considerar o contexto histórico que as gerou. Dessa forma, não se pode esquecer a contextualização político-social dos anos 1960 para compreender o porquê da

64 Grande repressão sobre o PCB deu-se em abril de 1973, quando aparelhos do Partido em Fortaleza e uma gráfica em Croatá-CE (onde era impresso o jornal comunista *Voz Operária*, distribuído por todo o Nordeste) foram estourados pela Polícia Federal, sendo presos vários militantes. *O Povo*, 3/04/1973, p. 7; 10/04/1973, p. 12; 12/05/1973, p. 7; 16/05/1973, p. 7.

opção de parte das esquerdas brasileiras pela luta armada. Aquele período foi bastante agitado, não só no Brasil, mas na maior parte do mundo, com promessas de transformações as quais questionavam os sistemas políticos e sociais vigentes.

Internacionalmente, aconteceram vários confrontos, como a Revolução Cubana (1959), a Independência da Argélia (1962) e a Guerra do Vietnã (1962-75) – o triunfo militar desses movimentos é básico para entender as lutas, os sonhos e o ideário questionador da década de 1960. Parecia que todos os povos oprimidos e explorados do mundo estavam em franca revolta contra a ordem capitalista, no firme propósito de criar uma nova realidade. Das revoltas, foi mais impactante a Revolução Cubana para as esquerdas latino-americanas, sobretudo as brasileiras, não somente por demonstrar que era possível vencer o imperialismo ianque no continente, mas também por haver rompido com um dos padrões clássicos da esquerda marxista-leninista da época: a vitória não foi obtida através de um partido revolucionário e de vanguarda, como na Revolução Russa de 1917, ou como resultado de uma vitória militar camponesa, conforme ocorrera na Revolução Chinesa liderada por Mão Tse Tung em 1949. Não. Em Cuba, a revolução teria sido resultado das vitórias políticas e militares de uma guerrilha⁶⁵. Não por acaso, uma das teorias de luta armada mais difundidas nos anos 60 foi a do foquismo, inspirando no triunfo de Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e outros no País Caribenho.

Com base nos escritos de Guevara e do francês Régis Debray, o foquismo partia do pressuposto de que havia amplas condições para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos – a revolução seria continental, acima de “diferenças nacionais secundárias”, e diretamente socialista. Faltavam apenas as “condições subjetivas” para iniciar a revolução, um “motor” para acionar as massas, e este seria o foco revolucionário. O foco, a “vanguarda revolucionária”, começava com um punhado de homens (“a partir do zero”) e se punha a atuar entre os camponeses de uma área cujas condições geográficas facilitassem a defesa contra ataques do exército oficial.

65 BARÃO, Carlos Alberto. A Influência da Revolução Cubana Sobre a Esquerda Brasileira nos Anos 60. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO, Daniel (organizadores). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, volume I, 2003, p. 263.

Posteriormente, colunas guerrilheiras se deslocariam, levando a luta armada a outras regiões e se justariam para formação de um exército que derrotaria por fim o inimigo. Salientava-se, pelo que se percebe, a importância da guerrilha e luta no campo – seria impossível a luta revolucionária nas cidades, onde o inimigo concentrava seu poder. Os grupos armados revolucionários brasileiros, não por coincidência, e apesar de suas divergências, objetivavam instalar a luta armada rural (as ações nas cidades visavam sobremaneira acumular recursos para tanto)⁶⁶.

O foquismo trouxe igualmente como novidade a idéia da primazia do militar e guerrilheiro sobre o político e o partido. Era uma crítica à burocracia e inércia de certos partidos comunistas acomodados à lógica da Guerra Fria. No lugar de esperar pelo partido, o foco tomava a iniciativa de começar a luta (isso, obviamente, não foi de agrado dos tradicionais partidos comunistas, assim, descartados). Daí se entende porque, com base no foquismo, eclodiram no continente latino-americano, várias guerrilhas – esquecia-se, contudo, que a Revolução Cubana fora vitoriosa não só devido a “ação heróica” de duas dezenas de revolucionários (um mito infantil das esquerdas), mas, porque os guerrilheiros contaram desde o início com simpatia de amplos setores da sociedade cubana, descontentes com a ditadura de Fulgêncio Batista, e com certa leniência dos EUA. Nem em Cuba o foquismo foi aplicado e a morte de Che na Bolívia em 1967 era um aviso das limitações da teoria⁶⁷... Como veremos adiante, poucas organizações armadas brasileiras não deixaram de fazer restrições ao foquismo, embora, no geral, o grosso da teoria continuasse prevalecendo.

Igualmente existia nos anos 1960 uma crítica ao modelo socialista soviético, visto já como burocrático, autoritário e acomodado ao jogo internacional da Guerra Fria. O líder russo Nikita Kruchev falava de “coexistência pacífica” entre URSS e EUA, entre comunismo e capitalismo – o socialismo iria mostrar sua “superioridade” em todos os níveis, conquistando cada vez mais adeptos e simpatias, de modo que o capitalismo seria derrotado com custos sociais e humanos mínimos⁶⁸. Se teve grande repercussão

66 *Ib. Idem.*, p. 271-282.

67 GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*, p. 87-92.

68 BARÃO, Carlos Alberto. *Op. Cit.*, p. 261.

(negativa) entre as esquerdas a invasão da antiga Tchecoslováquia em 1968 por tropas soviéticas (episódio óbvia e igualmente usado pelas direitas para demonstrar a brutalidade e contradições dos comunistas), recebeu-se com simpatias a Revolução Cultural Chinesa a partir de 1966, que se imaginava como um “sopro jovial socialista” em resposta aos burocratas.

Daí se entende por que aconteceram tantos protestos e agitação política pelo mundo, especialmente em 1968. A utopia que ganhava corações e mentes nos anos 60 era a da revolução (não a democracia ou a cidadania como hoje) – tanto que os golpistas de 64 no Brasil chamaram seu movimento de “Revolução de 1964”. Não queremos afirmar, outrossim, que a luta armada no Brasil constituiu-se mero reflexo dos movimentos internacionais, que as esquerdas, conforme a imagem difundida pela grande imprensa e Ditadura Militar, fossem “fantoques” submissos às diretrizes de Moscou, Pequim e Havana. Não se nega a influência dos movimentos internacionais, porém não a ponto de determinar a ação revolucionária brasileira, mesmo porque os militantes realizavam uma “leitura seletiva” das experiências internacionais. *Os comunistas brasileiros liam as “orientações” externas com o auxílio de “chaves” próprias, para atender suas necessidades específicas*⁶⁹. A morte de Che Guevara na Bolívia em 1967, em geral, não foi visto como um alerta para as dificuldades da luta armada no Continente, mas como um exemplo de sacrifício pessoal em nome da causa revolucionária triunfante e inevitável.

Nessa perspectiva, não se pode desconhecer as razões políticas internas, do Brasil, que levaram à ação da esquerda armada nos anos 1960 e 1970. Em destaque, a grande mobilização popular no início dos anos 60 em defesa das reformas de base propostas pelo governo João Goulart, o que foi abruptamente interrompido pelo Golpe Civil Militar de 1964. Este encerrou as crescentes mobilizações de operários, estudantes, trabalhadores rurais, militares de baixa patentes, entre outros, que ameaçavam a ordem sócio-econômica imperante.

Verdade que já antes de 64 segmentos das esquerdas tentaram já a luta armada no Brasil, no caso, militantes ligados às Ligas Camponesas e ao advogado (depois deputado federal) Francisco Julião, que, em contato com

69 AARÃO, Daniel. Op. Cit., p. 18.

Cuba, fundaram o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e montaram campos de treinamentos de guerrilheiros em algumas fazendas – foram logo descobertos pelos órgãos de segurança em 1962 e desarticulados, sendo o fato amplamente divulgado pela imprensa⁷⁰. Importa ressaltar que embora Cuba fosse solidária e ajudasse materialmente várias organizações revolucionárias no Continente, estas mantinham sua autonomia, não havia intervenção direta nas ações por parte dos dirigentes cubanos⁷¹.

Após o Golpe, surgiria uma série de grupos armados de esquerda, isso em meio a um descenso dos movimentos populares, desmantelados de modo geral com a repressão de 1964, à exceção do meio estudantil, que conseguiu se rearticular nos anos seguintes nacionalmente, promovendo expressivas manifestações e passeatas, sobretudo no ano de 1968.

Não obstante, foram elementos nacionalistas, ligados a Leonel Brizola (que igualmente manteve contatos com Cuba) e militares de baixa patente das forças armadas (sargentos, cabos, marinheiros cassados após o Golpe), que tentaram a seguir instalar um foco de luta armada no País, entre 1965 e 1967, na Serra do Caparó, na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo, com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Mais um fracasso, com vários guerrilheiros presos. Vários desses elementos militares nacionalistas de baixa patente e estudantes entrariam depois nos grupos marxistas guerrilheiros que começaram a se organizar no Brasil a partir de 1967. Vale ressaltar que se fundou no Ceará um grupo de apoio a esse projeto de Brizola em desencadear uma guerrilha no Brasil, a Frente Popular de Libertação (FPL), que contando com vários estudantes, chegou até praticar ações de expropriação em Fortaleza, numa evidência de como o desejo de realizar a luta armada estava disseminado entre muitos militantes de esquerda local. Tal informação foi-nos passada por um dos integrantes da FPL, Mário Albuquerque e que depois participaria da fundação do PCBR no Ceará⁷².

70 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 52.

71 BARÃO, Carlos Alberto. Op. Cit., p. 284. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003, p. 63.

72 Informação passada por Mário Miranda de Albuquerque, ativista de esquerda nascido em Fortaleza no ano de 1948. Líder estudantil dos anos 1960, participou da luta armada no PCBR, o que lhe valeu a condenação de 34 anos de prisão, dos quais cumpriu nove, sendo liberto apenas com a Anistia em 1979. Atualmente preside a Associação 64/68 Anistia. Entrevistado a 20/01/2003.

Apesar desses fracassos, o ideal revolucionário e de luta armada continuavam presentes no imaginário do militante de esquerda, o que foi intensificado pela agitação toda em 1968 acontecida no Brasil e no exterior. Havia uma crença que grandes transformações estavam prestes a acontecer, bastando uma “firme vontade para tanto”⁷³. Tudo parecia ratificar a idéia da viabilidade da luta armada. Eram, contudo, principalmente “apenas” manifestações estudantis – os movimentos populares, em seu bojo, estiveram praticamente inertes, salvo algumas greves. De certo modo, as esquerdas repetiam o mesmo erro de 1964, em supervalorizar sua força e a mobilização popular. Essa análise estreita, ante o endurecimento cada vez maior do Regime (expresso pelo AI-5, de dezembro de 1968), conduziria muitos dos militantes a enxergar a luta armada como caminho exato a seguir.

1.4 Ceará 1968

O ano de 1968 foi dos mais turbulentos da história cearense, ocorrendo greves, passeatas, confrontos entre oposicionistas e polícia, e mesmo as primeiras ações armadas das esquerdas no Estado, as quais não chegaram a ser noticiadas pela imprensa como tais. Boa parte dessa agitação foi promovida por ativistas de esquerda vinculados às três principais organizações que comandavam o movimento estudantil cearense na segunda metade dos anos 60 (AP, PORT e PC do B) ou ligados às organizações guerrilheiras que se instalavam já no Ceará (ALN e PCBR). Uma breve análise daquelas organizações é importante para melhor compreensão da luta armada na terra cearense, afinal, boa parte dos guerrilheiros vieram do movimento estudantil.

A Ação Popular⁷⁴, formada principalmente por estudantes católicos de esquerda, dividia com o PCB o comando das entidades estudantis

73 ALMEIDA, Hermínia Tavares de, e WEIS, Luis. Carro-zero e Pau-de-arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenação). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, volume IV, 1998, p. 332.

74 A Ação Popular foi fundada em 1962 por militantes de esquerda oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade concebida inicialmente para defender os valores da Igreja nos meios universitários. A criação da Ação Popular vincula-se aos atritos com a cúpula católica em virtude do engajamento daquele grupo na campanha das reformas de base, das simpatias que nutria pela Revolução Cubana e, depois, pela defesa de um “socialismo humanitário e democrático”. A AP terá como fundamentos teóricos o cristianismo e o marxismo e após algum contato com Cuba, quando realizou mesmo ações guerrilheiras no País, aproximou-se da China comunista e do maoísmo, tal o PC do B, o que não deixou de provocar

fortalezenses quando do Golpe de 64. Embora não fosse ainda uma organização marxista e nem visasse à implantação do socialismo (iria aderir ao marxismo em 1968, influenciada pelo maoísmo), estava engajada na defesa das denominadas reformas de base, apresentando grande influência junto aos jovens da época, através da Juventude Estudantil Católica (JEC, para secundaristas) e Juventude Universitária Católica (JUC), cujas estruturas, na prática, se confundiam com a própria AP. Entre seus organizadores locais mais destacados, estavam os padres Tarcísio Santiago e Arquimedes Bruno.

Com a instalação da Ditadura, a Ação Popular foi atingida pela repressão, embora já em 1965 tentasse rearticular a UEE, a UNE e o movimento estudantil, como acontecia no resto do País. Nova onda de repressão. Em novembro daquele ano, o Exército começou a prender os principais líderes da AP no Ceará. Conforme pesquisa de Bráulio Ramalho, foram indiciados em Inquérito Policial Militar 19 militantes, num episódio que desarticulou mais uma vez o movimento estudantil. Isso, na visão do autor supracitado, ajudaria a explicar por que, ao contrário do resto do País, a AP não exerceu a hegemonia entre os universitários cearenses no período de ascenso do movimento estudantil (anos de 1967 e 1968), embora fosse influente e detivesse a liderança entre os secundaristas, através do controle do CESC (Centro dos Estudantes Secundaristas Cearenses)⁷⁵. Posteriormente, vários membros da AP entrariam para organizações armadas.

Já o PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), conforme Jacob Gorenader, se implantou no Nordeste a partir de Pernambuco, com a militância do paulista Paulo Roberto Pinto e do uruguaio Pedro Makovsky⁷⁶. Apenas após o Golpe de 64 que a organização se instalou no Ceará, embora, obviamente, já existissem simpatizantes das idéias de Trotsky no Estado⁷⁷. O

dissidências em 1968. A AP após um desastroso atentado em Recife no ano de 1966, contra o depois presidente Costa e Silva, afastou-se da tese da luta armada imediata, embora continuasse fazendo preparativos para seu desencadeamento futuro. Acabou se fundindo com o PC do B em 1973. Vide RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO, Daniel (organizadores). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, volume V, 2003.

75 RAMALHO, Bráulio. *Foi Assim*. Fortaleza: ABC Editora, 2002, p.147.

76 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 37.

77 Uma das mais conhecidas trotskistas cearenses, já nos anos 1930, foi a escritora Rachel de Queiroz, após romper com o PCB. Depois, porém, a talentosa escritora abandonou o pensamento socialista e se aproximou da direita, tanto que apoiou o Golpe de 64 e gozava da

PORT, também chamado de Quarta Internacional, foi fundado em Fortaleza nos primeiros meses de 1965, através de dois militantes vindos de Pernambuco, Rômulo Augusto Romero Fontes e Gilvan Rocha. Seria robustecida no ano seguinte, quando nela adentraram quase todos os integrantes da recém dissolvida Frente Popular de Libertação, agrupamento de esquerda local de vinculações com Leonel Brizola, que tentara, como vimos, desencadear em 1966 um foco de Guerrilha na Serra do Caparaó-MG/ES, sem êxito⁷⁸.

Apesar de em outros estados o PORT haver contado com militância de operários e camponeses e que nas terras cearenses tenha obtido certa influência junto aos têxteis, com o trotskista José Ferreira Lima chegando a comandar o sindicato da categoria (depois participaria da luta armada entrando na ALN), ficou restrito praticamente ao meio estudantil de Fortaleza, a ponto de possuir a hegemonia do movimento secundarista e se constituir uma força entre os universitários⁷⁹. Embora defendesse as idéias de Trotsky sobre a “revolução permanente”, o PORT recusou a luta armada imediata como resposta à Ditadura Militar, acreditando que o Regime não tinha base social e que poderia ser derrubado pela pressão das massas – daí por que insistia na preparação teórica de militantes (uma novidade para a época no Ceará) através de “Escolas de Quadros”, encontros para estudos e discussões teóricas do marxismo, visando à uma insurreição armada futura. Ao contrário do PCB, contudo, os trotskistas recusaram qualquer aliança com a burguesia e repeliram contato com o MDB, pregando o voto nulo⁸⁰.

Vale ressaltar que o PORT-CE sofreu nos anos seguintes a sua instalação várias dissidências, com a saída de muitos de seus membros e o “recrutamento” de outros. No Ceará, muitos desses militantes adentrariam em organizações que defendiam a luta armada imediata, sobretudo PCBR. Em 1966, Gilvan Rocha rompeu com o Partido, o que motivou a vinda de novos dirigentes de Pernambuco para reorganizar o Partido – Gilvan a seguir organizou no Estado o Movimento Comunista Internacional (MCI), que, embora

amizade do Marechal golpista cearense Castelo Branco. Também fora famoso trotskista o jornalista Jader de Carvalho, pai do depois senador cearense Cid Carvalho.

78 Mário Albuquerque, entrevistado a 20/01/2003.

79 RAMALHO, Bráulio. Op. Cit., p. 135.

80 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 130.

fosse contra a luta armada já, participou dos preparativos para a expropriação do carro pagador do *London Bank*, em março de 1970.

Embora não tendo aderido à guerrilha, o PORT foi alvo da repressão da Ditadura, tendo vários de seus militantes presos no início de 1970, quando as ações armadas no Ceará aumentaram consideravelmente e a polícia não conseguia encontrar os “terroristas” responsáveis. A prisão dos trotskistas foi usada pelos órgãos de repressão como evidência da “competência de seu trabalho investigativo” e alardeado pela imprensa como um grande tento na luta contra a “subversão”⁸¹.

A fundação do PC do B no Estado tem peculiaridades. Após o Golpe de 1964, o dirigente nacional da Agremiação, Diógenes Arruda veio ao Ceará objetivando manter contato com militantes “descontentes” do PCB e, assim, fundar o núcleo local da Organização – não teve êxito em virtude da frustração e confusão que tomou conta das esquerdas locais quando da instalação da Ditadura e pela postura de muitos dos militantes em insistir por esperar qual seria o posicionamento do PCB ante a nova conjuntura política.

Não obstante, da mesma forma que no resto do Brasil, o PCB-CE em breve começou a perder filiados. No ano de 1965, iniciaram-se as conversas entre “descontentes” do Partidão e o PC do B. Contatos do advogado José Augusto Menezes numa viagem de férias ao Rio Grande do Sul fizeram vir ao Ceará o dirigente nacional Ângelo Arroyo. Foram feitas, a seguir, várias reuniões com aqueles “descontentes”, entre os quais Sílvio Mota, José Sales de Oliveira, José Ferreira de Alencar, Oséas Duarte de Oliveira, José Valdir de Aquino, Walton Miranda e Miguel Cunha, visando estruturar a nova Organização nas terras cearenses. A ruptura definitiva desses militantes com o PCB aconteceria em tensa conferência clandestina (a primeira do Partidão após o Golpe) realizada em Paracuru, no sítio do veterano comunista Anário de Carvalho.

81 “Desbaratada rede de subversão no Ceará” – *O Povo*, 8/05/1970, p. 1. “Desbaratada subversão no Ceará” – *Correio do Ceará*, 8/05/1970, p. 1. A polícia estourou um aparelho do PORT na rua Padre Valdevino, em Fortaleza, capturando os universitários Tereza Maria de Paula, Maria Zilene Craveiro e Lourival Carneiro de Sousa. Em junho do mesmo ano, noticia-se o pedido de prisão preventiva feito pela PF à Justiça Militar de mais dez ativistas, além dos três citados: Helena de Paula Joça, Bartolomeu José Gomes, Paulo Emílio de Andrade Aguiar, Verônica Daniel Silveira, Inocêncio Rodrigues Uchoa (preso em Recife), Enrico Dorneles e Ivan de Barros Falcão. *Correio do Ceará*, 24/06/1970, p. 2.

Ali os “descontentes” condenaram o reformismo e a inércia da direção nacional comandada por Luis Carlos Prestes ante a “Revolução” de 1964; irritaram-se ainda mais quando debateram a postura do PCB em não propor a luta armada contra o Regime e realizar a oposição pacífica e institucional via MDB; e quase foram às vias de fato quando foi discutido como a cúpula cearense do PCB havia “contribuído” para a queda, prisão e humilhação de vários companheiros (o caso do “surrão do Aníbal Bonavides”). Os “descontentes” viraram dissidentes – e não foram poucos. Para se ter uma idéia, quase todos os integrantes do Diretório Municipal de Fortaleza romperam com o Partidão. Importante ressaltar que vários desses dissidentes a seguir romperiam da mesma forma com o PC do B, levando à formação da ALN no Ceará⁸².

O PC do B apresentava uma boa base de militância junto aos estudantes cearenses, a ponto de haver mesmo obtido a hegemonia do movimento estudantil universitário, enquanto nacionalmente tal domínio estava com a Ação Popular. O já citado trabalho de Bráulio Ramalho entende que essa liderança ligava-se à repressão desencadeada sobre a AP em 1965 e ao pragmatismo dos dirigentes estudantis do PC do B, os quais não discriminavam os demais militantes das organizações de esquerdas e apresentavam preocupações com questões e reivindicações mais próximas da realidade da estudantada, e não apenas fatores políticos nacionais e globais⁸³. Com a reabertura do DCE da Universidade do Ceará, em 1966, o PC do B elegeu os presidente da entidade em duas gestões, João de Paulo Monteiro (1967/68) e José Genoíno Neto (1968/69)⁸⁴.

É sabido que o PC do B foi a única organização armada do Brasil que implantou a guerrilha rural durante a Ditadura Militar, no caso a Guerrilha do Araguaia, no Norte do País, para a qual, inclusive, foram vários cearenses⁸⁵. Mas, teria o PC do B praticado ações “terroristas” no Ceará? A pergunta é procedente, pois, pelas declarações dos entrevistados no início desta pesquisa, afirmava-se que apenas ALN e PCBR tinham pegado em armas no Estado.

82 RAMALHO, Bráulio. Op. Cit., p. 148-158.

83 lb. Idem., p. 153.

84 lb. Idem., p. 158.

85 Sobre os cearenses que aturaram no Araguaia, vide MOURÃO, Mônica. *Memórias Clandestinas*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

Talvez por ser ainda hoje um partido atuante, os dirigentes do PC do B pouco falem sobre o passado, temendo o comprometimento da “imagem eleitoral” da sigla. Caso se entenda luta armada como a realização de ações de expropriação, atentados, etc., o PC do B realmente não teria agido no Ceará (mesmo por que sua intenção era a guerrilha rural). Realizou, contudo, ativamente o proselitismo revolucionário, através de conversas informais, comícios relâmpagos, panfletagem, recrutamento de militantes – competindo com as outras organizações guerrilheiras – e instalação de campos de treinamentos, principalmente nas proximidades da Serra da Ibiapaba, divisa com o Piauí – não por acaso, uma área de certa maneira “fronteiriça” com o Norte brasileiro, com a região do Rio Araguaia.

Tais organizações apoiaram, incitaram e lideraram as não poucas manifestações populares, sobretudo estudantis, acontecidas em Fortaleza no ano de 1968, manifestações muitas vezes de caráter mais radical e vinculadas já à luta armada. Os jovens protestavam contra os acordos entre o Ministério da Educação e a *United Agency for International Development*, mais conhecidos como acordos *MEC-Usaid*⁸⁶. Criticavam o problema dos “excedentes” (que sempre vinha à tona no início do ano, após o vestibular), estudantes que embora conseguissem a aprovação no vestibular, não cursavam as faculdades, em virtude da falta de vagas. As entidades representativas dos estudantes e os grupos de esquerda em solidariedade aos “excedentes”, promoviam greves, manifestações, acampamentos, reivindicando mais vagas na universidade⁸⁷.

86 Realizados em sigilo, os acordos *MEC-Usaid* previam a assessoria de técnicos estrangeiros para auxiliar o governo militar na formulação de nova política educacional. No início de 1967, a sua renovação, após vir à tona, foi amplamente denunciada como uma infiltração imperialista na educação brasileira, colocando em risco o ensino público e gratuito através da transformação das universidades em empresas a serviço do modelo capitalista, e passou a ser um dos alvos mais freqüentes do movimento universitário. VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o Diálogo É a Violência*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 39.

87 Em fevereiro de 1968, ante a não resolução do problema dos excedentes pelo então reitor da Universidade do Ceará, Fernando Leite, os estudantes radicalizam. Tendo à frente o DCE, presidido pelo acadêmico de medicina vinculado ao PC do B João de Paula Monteiro Ferreira, acamparam nos jardins da Reitoria, sendo desalojados pela polícia, a pedido do Reitor e após infrutíferas negociações. *O Povo* 21/02/1968, p. 5. *O Gazeta de Notícias*, tratando do mesmo episódio, dizia que esta havia sido a primeira vez que a polícia reprimira os estudantes no âmbito interno da Universidade, pois as repressões anteriores, como as ocorridas em 1967 nas passeatas contra o acordo *MEC-Usaid*, deram-se nas ruas de Fortaleza. *Gazeta de Notícias*, 22/02/1968, p. 2. Após novas promessas do Reitor de solução para o problema junto ao Ministério da Educação, os excedentes tiveram êxito no março seguinte, em meio a novas e numerosas passeatas dos jovens. *O Povo*, 23 e 24/03/1968, p.1.

Os ativistas de esquerda buscavam realizar a “solidariedade entre as classes oprimidas” (aliança estudantil, operária e camponesa), apoiando causas populares, como nos protestos contra o aumento das passagens de ônibus, em que normalmente aconteciam confrontos com a polícia e os estudantes apedrejam os veículos – notabilizaram-se por essas depredações os estudantes do Liceu⁸⁸.

A presença de populares e trabalhadores mostra que embora as manifestações de 1968 fossem majoritariamente estudantis, outros segmentos e categoriais sociais as apoiavam, expressando seu descontentamento com o arrocho salarial imposto no início da Ditadura e, porque não, contra o autoritarismo vigente. Era no CÉU (Clube do Estudante Universitário) que normalmente aconteciam em Fortaleza as reuniões do recém criado MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho, fundado nacionalmente em 1967) e de outras organizações sociais. Os estudantes apoiaram as greves eclodidas em 1968, como as dos professores da rede pública (por aumento salarial e contra o atraso nos pagamentos dos vencimentos)⁸⁹, das castanheiras da Fábrica Brasil Oiticica⁹⁰ e dos bancários (ambas por aumento salariais)⁹¹.

Nas passeatas e manifestações públicas de 1968, a radicalização política mostrava o imaginário e o desejo dos militantes por mudanças “de verdade” na sociedade, sem descartar o uso da violência. Não raras vezes, levantavam-se bandeiras de Cuba ou do Vietnã (queimando o pavilhão dos Estados Unidos) e pronunciavam-se palavras de ordens exaltando líderes guerrilheiros como o vietnamita Ho Chi Min e o cubano-argentino Ernesto Che Guevara⁹². Sabe-se que nas dependências do DCE da UFC os estudantes davam cursos de arte marcial e defesa pessoal para os colegas visando

88 RAMALHO, Bráulio. Op. Cit., p 230.

89 A 19 de setembro de 1968, professores e estudantes secundaristas promoveram passeata de protesto contra o atraso dos salários dos docentes, a repressão e a política educacional do governo. A passeata foi dissolvida à bala, gás lacrimogêneo e cassetetes. *O Povo*, 20/09/1968, p. 6.

90 *O Povo*, 26/11/1968, p. 6. O jornal informa que 85 funcionárias foram suspensas pela direção da empresa Brasil Oiticica quando solicitaram uma reunião cuja pauta reivindicava um aumento salarial, visto que recebiam menos que o salário mínimo nacional. As funcionárias chegaram a se agredidas e uma delas hospitalizada.

91 *O Povo*, 2/10/1968, p. 1.

92 O jornal *O Povo* de 14 de março de 1968, por exemplo, noticiava em estilo condenatório na primeira página uma passeata de universitários encerrada na Praça José de Alencar aos gritos invocando Che Guevara, Ho Chi Min e com a queima duma bandeira americana. *O Povo*, 14/03/1968, p. 1.

prepará-los melhor para os embates com a polícia⁹³. Os estudantes chegaram até a seqüestrar um agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), infiltrado nas manifestações, para saber dos preparativos da repressão: o agente, vedado, foi “interrogado” nas dependências do CÉU e, após rodar por mais de duas horas dentro de um carro, acabou abandonado na periferia de Fortaleza⁹⁴. Também aconteceram a invasão da Reitoria e ocupação de prédios da Universidade (os chamados Institutos Básicos, que reuniam os cursos de Química, Física e Matemática)⁹⁵, bem como o uso de bombas caseiras e depredação de alvos associados à Ditadura⁹⁶ e ao imperialismo dos EUA.

Em lembrança a Édson Luis (universitário morto no Rio de Janeiro pela polícia a 29 de março de 1968) e protestando contra a repressão da Ditadura, os estudantes promoveram em Fortaleza a 1^o de abril grande passeata, a qual, segundo a imprensa, contou com cerca de dois mil jovens de escolas superiores e secundárias⁹⁷. No final do evento, um grupo de manifestantes, espontaneamente ou seguindo a orientação da cúpula local do PC do B – há sobre isso controvérsias – depredou a sede do USIS (*United States Information Service*/Serviço de Informações dos Estados Unidos, agência americana encarregada de realizar “intercâmbios culturais”, entenda-se a promoção de cursos, palestras, exibição de filmes, empréstimos de livros, etc., conforme o *american way of life*), na Galeria Pedro Jorge, centro da Cidade⁹⁸.

93 Revelação feita por Fabiani Cunha, ex-integrante da ALN e à época estudante de direito e um dos ministradores desses cursos de defesa pessoal no CÉU. Fabiani Cunha nasceu em Fortaleza, no ano de 1940. Serviu à Aeronáutica e fora lutador de boxe. Atualmente é assessor parlamentar da Assembléia Legislativa do Ceará. Entrevistado a 23/05/2006.

94 *O Povo*, 5/04/1968, p. 6. O agente do DOPS seqüestrado chamava-se Estevinho Ferreira Lima.

95 *O Povo*, 19/06/1968, p. 9.

96 Em agosto de 1968, os estudantes do Liceu, em passeata, entraram em confronto com os bombeiros, depredando o quartel daquela corporação militar, vizinho do Colégio na Praça Gustavo Barroso (mais conhecida como Praça do Liceu). *O Povo*, 13/08/1968, p. 1 e 6. Geralmente os bombeiros faziam a repressão do ativo movimento estudantil liceísta. No auge da repressão da Ditadura, militantes de esquerda chegaram a ser presos e torturados no referido quartel.

97 *O Povo*, 1/04/1968, p. 1.

98 O quebra-quebra do USIS levou vários estudantes a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional e à “prisão preventiva”, por quase 30 dias no 23^o BC, de dois deles, Antônio de Matos Brito e Juraci Mendes de Oliveira (ambos acadêmicos de Filosofia), com base curiosamente em fotos batidas pelo então repórter fotográfico de *O Povo* Egídio Serpa e repassadas ao DOPS. Não por acaso, os jornais tornaram-se alvo de críticas e do furor estudantil (houve agressões a repórteres e manifestações de repúdio ao *O Povo*) nas novas passeatas organizadas e que exigiam a libertação dos colegas. No mesmo intento, os

O fato provocou grande indignação entre os setores conservadores, os quais criticaram através dos jornais veementemente a “baderna”, sem deixar de advertir os estudantes de que foram ações radicais como aquelas que levaram ao Movimento de Março de 1964 para manter a ordem⁹⁹. A imprensa, a mesma que exaltava as manifestações dos jovens da Tchecoslováquia contra a invasão russa àquele País em 1968¹⁰⁰, tratava de diminuir a importância das manifestações estudantis locais, como se fossem atos de “imatuross e ingênuos”, “manipulados” pelos comunistas e “subversivos” – usariam os mesmos argumentos depois para desqualificar os cearenses que participaram da guerrilha. Daí a condenação enfática, associando as manifestações a “terrorismo”, justificando a necessidade de repressão¹⁰¹ – significativo disso é o fato dos jornais noticiarem as passeatas na página dedicada aos fatos policiais. Em Outubro de 1968, numa das primeiras ações da Ação Libertadora Nacional (ALN), tentou-se, sem sucesso, estourar uma bomba num outro símbolo americano em Fortaleza, o curso de línguas do IBEU, conforme veremos adiante.

estudantes soltaram notas pela cidade, promoveram comícios relâmpagos em praças e ônibus, e paralisaram as atividades da Universidade do Ceará. Os dois jovens, que chegaram a acusar a Polícia Federal de tê-los torturado, foram libertos graças a um *habeas-corpus* impetrado junto ao Superior Tribunal Militar. *O Povo*, 2/04/1968, p. 2; 3/04/1968, p. 6; 7/04/1968, p. 6; 16/04/1968, p. 6.

99 (...) *Os estudantes talvez não tenham plena consciência dessa realidade, mas é preciso que se recordem que foram os desregramentos de 1964 que levaram o país ao movimento de março e às conseqüências consideradas necessárias para manter a ordem e o regime. E esta ameaça que pesa hoje sobre o país, se a juventude não compreender que deve lutar por seus direitos, por uma melhor educação, mas de forma diferente da que está sendo utilizada e que, estamos certos, levará aos objetivos pretendidos.* Editorial de capa de *O Povo*, 3/04/1968, p. 1.

100 Os jornais dão imensos espaços e condenam a invasão russa ao que ficou conhecido como Primavera de Praga, em 1968, usada como argumento para desmerecer as manifestações locais. O articulista J. C. Alencar Araripe no artigo “*O estudante e a estrela vermelha*” afirma: *No Ceará, no Brasil, estudantes desfraldam a bandeira vermelha, a mesma bandeira que imposta pela força à Polônia e à Tchecoslováquia, não oferecem soluções que satisfaçam o ideário da mocidade. Ninguém é indiferente à morte de um jovem (...) Mas utilizar o episódio chocante para manifestações políticas é uma exploração revoltante do cadáver de um moço tragicamente sacrificado. A morte foi um ato de violência. Condená-la, lembrando “Che” Guevara e hasteando a bandeira vietcong, é uma incoerência gritante. Porque Guevara e vietcong são expressões da violência, do terrorismo, do homicídio, e quem os aceita não tem razão alguma para protestar porque a arma que carrega contra os outros por ventura o atingiu.* *O Povo*, 3/04/68, p. 3.

101 O artigo “*Paciência Irritante*” do jornalista e então deputado estadual pela Arena, Temístocles de Castro e Silva, condena as manifestações estudantis e informa que as mesmas também aconteciam em outras cidades cearenses: *A coisa já está insuportável. E o mais irritante, ainda, é a paciência o governo diante das provocações e dos desafios da atrevida minoria comunista das universidades, a serviço exclusivamente da baderna e da anarquia (...) Em Sobral, alunos de um colégio dirigido por um padre, durante o desfile [de 7 de setembro] inundou a cidade de boletins imundos, insultando o povo, as Forças Armadas e debochando da mais significativa de todas as datas nacionais.* *O Correio do Ceará*, 17/09/1968, p. 8.

Essa agitação toda, como dito, contava com apoio dos grupos guerrilheiros, que concebiam a radicalização política como forma de criar uma situação favorável à luta armada e mesmo como “campo de observação” para o recrutamento de revolucionários. Um estudante “politizado” e que mostrasse ou realizasse uma ação mais “dura” (por exemplo, atirasse um coquetel *molotov* contra a polícia) possivelmente seria convidado para adentrar nas organizações guerrilheiras, afinal, demonstrara disposição para “coisas maiores”, como pegar em armas. Vários dos militantes armados foram convocados assim. Falou-nos um de nossos entrevistados, que manteremos anônimo, sobre sua entrada na ALN:

Eu entrei depois de uma manifestação que houve aqui no centro de Fortaleza, na Praça José de Alencar, uma manifestação estudantil contra o aumento do ônibus. Então, foi feito comício relâmpago, aquela coisa toda (...) eu não tinha muito contato, mas tava lá (...) tinha um colega do PC do B... me passou um coquetel molotov e eu joguei num ônibus. Dias depois, um colega universitário me procurou e me convidou para participar, segundo ele, de um grupo mais conseqüente, de um grupo armado e tal, e foi dando as propostas da ALN. Depois de algumas discussões, eu aceitei entrar para o grupo.¹⁰²

O intento da radicalização política visando favorecer a guerrilha, ou seja, de agravar ainda mais o “cima revolucionário” que os militantes imaginavam existir, é contado pelo ex-guerrilheiro do PC do B no Araguaia, Pedro Albuquerque:

Nós saíamos nas passeatas armados com bombas molotov, alguns revólveres com alguns companheiros e aí o objetivo era realmente gerar fatos políticos enfrentando a polícia. E na época a polícia não conhecia a bomba molotov e quando a gente jogava a bomba ela realmente corria. As bombas eram produzidas pelos estudantes do Curso de Química e Física, os quais, no começo, tinham dificuldades para acender o estopim, mas, depois, descobriram um processo em que bastava lançá-las e, ao baterem no chão, incendiavam (...) a gente levava isso num carrinho de picolé. A polícia nem desconfiava que aquilo ali era uma bomba.¹⁰³

102 Depoimento mantido anônimo.

103 Pedro Albuquerque Neto nasceu em Fortaleza. Líder estudantil nos anos 1960, lutou na guerrilha organizada pelo PC do B no Araguaia, de onde saiu em 1971. Acabou preso e torturado na capital cearense. Atualmente é professor universitário. Entrevistado a 27/03/2003.

Conforme depoimento de Silvio Mota, um dos primeiros dirigentes da ALN no Ceará, a “introdução” do “coquetel químico” nas passeatas estudantis em Fortaleza foi inovação trazida pela Organização de Marighela – atiravam o molotov com “bombas rasga-lata”, fazendo um barulho ensurdecedor¹⁰⁴. Dessa forma, não surpreende que os ativistas Fabiani Cunha, Gilberto Telmo Sidney Marques, Silvio Albuquerque Mota e José Sales Oliveira, indiciados pela Polícia Federal e enquadrados na Lei de Segurança Nacional em outubro de 1968, por *preparar coquetéis molotov, com a finalidade de atirá-los contra os seguranças durante os comícios e passeatas proibidos em Fortaleza*¹⁰⁵, fossem todos integrantes da Ação Libertadora Nacional.

Embora tais agitações criassem a impressão de uma retomada das lutas sociais urbanas e ajudasse a difundir entre os militantes a “proximidade da eclosão da sonhada revolução”, não se pode exagerar essa perspectiva. Na verdade, as mobilizações, percebe-se, estavam praticamente restritas às classes médias (professores, bancários, etc), sendo difundidas pelo movimento estudantil¹⁰⁶. Como bem afirmou Daniel Aarão, no contexto do pós-Golpe, os trabalhadores urbanos e rurais demonstravam notável incapacidade de articulação na ilegalidade, alvo que eram dos olhos e mãos da repressão¹⁰⁷. Essa desarticulação continuaria, senão aumentaria, quando os louros do “Milagre Econômico” florescessem a partir de 1969, exatamente quando as esquerdas intensificariam a luta armada. O isolamento destas seria uma razão de seu fracasso...

Imensa repercussão em Fortaleza teve a prisão dos estudantes cearenses no Congresso clandestino da UNE, em Ibiúna-SP, no mês de outubro de 1968, fato apontado como um golpe naquelas mobilizações que

104 Silvio de Albuquerque Mota nasceu em Fortaleza no ano de 1945. Foi um dos principais dirigentes da ALN no Ceará, fazendo mesmo treinamento militar em Cuba. Atualmente é Juiz do Trabalho na Capital Cearense. Entrevistado em 3/06/2006.

105 *O Povo*, 16/10/1968, p. 8.

106 A imprensa, por mais que estivesse comprometida com a Ditadura e tentasse diminuir a importância das manifestações populares, noticiava a falta de maior engajamento dos trabalhadores: (...) *Foi iniciado ontem um Movimento Intersindical Anti-arrocho (...) Dos seis sindicatos que em princípio apoiaram o movimento, apenas quatro mandaram representantes para o Sindicato dos Tecelões, local da reunião ontem realizada. A ela compareceram cerca de 200 pessoas, das quais cerca de 50% estudantes, muitos dos quais secundaristas. O Povo*, 9/04/1968, p. 6.

107 AARÃO, Daniel. Op. Cit., p. 64.

sacudiam o País¹⁰⁸ – ainda que tenham acontecido depois várias manifestações de protestos dos estudantes. O pouco resultado prático das manifestações estudantis criava nos militantes o anseio por “ações mais concretas”. No livro de memórias do ex-militante da Ação Popular Mariano de Freitas, isso é explícito:

Por mais de uma vez, invadimos e quebramos a Agência Americana USIS (...) hasteamos, em algumas oportunidades, a bandeira do Vietnã em plena Praça do Ferreira, como no dia em o exército americano massacróu uma comunidade vietnamita indefesa. Por coincidência, a polícia não reprimiu essa manifestação, e, depois de falarmos para o povo em quase todas as esquinas do Centro, encerramos a passeata na Praça do Ferreira. Encontrei-me com o Galba Gomes, abraçamo-nos eufóricos e eu lhe perguntei: “Como é, Galba, vamos ou não tomar o Palácio do Governo de assalto?” (...) Começamos a rir de nossa impotência. Esse problema me assaltava a mente e depois de uma passeata bem sucedida, “E agora? Não vai acontecer nada? Não Vai mudar nada? Vai ficar tudo como era antes?”¹⁰⁹

A “improdutividade” do movimento estudantil, a mentalidade imperante entre muitos militantes de que se mudaria o País apenas pela radicalização política, o aumento da repressão, o fechamento total da Ditadura com o Ato Institucional nº. 5 (13 de dezembro de 1968) – imensamente apoiado pelos segmentos conservadores locais – e o descenso do movimento de massa foram tomados como evidências de que a luta contra a Ditadura só poderia ser vitoriosa através das armas. Dessa forma, os grupos armados já existentes e outros que surgiram intensificaram suas ações. Era a hora do combate.

1.5 Em Armas

Como afirmamos no início deste texto, dos grupos armados nacionais, dois chegaram a atuar no Ceará com maior destaque, a ALN (Ação Libertadora Nacional) e o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). A primeira

108 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p 161.

109 FREITAS, Mariano de. *Nós, Os Estudantes*. Fortaleza: Livro Técnico, 2002, p. 106.

apresentou no País como grande fundador o baiano Carlos Marighela, antigo militante do PCB e que rompeu com o Partido em 1967, após se aproximar de Cuba – embora fosse solidário com a Ilha de Fidel, o Partido Comunista Brasileiro opunha-se frontalmente à aplicação da “via cubana” de revolução no Brasil, entendendo-se por isso a luta armada e a substituição do partido pela guerrilha como vanguarda da revolução¹¹⁰. O Regime Castrista, até como forma de romper o isolamento político imposto pelos Estados Unidos, apoiava e estimulava a luta armada no Continente. Em agosto daquele ano, em Havana, realizou-se uma conferência cujo desdobramento foi a fundação da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) visando expandir a revolução. Já em agosto, os primeiros militantes enviados por Marighela à Ilha começariam seus treinamentos de Guerrilha – nos anos seguintes, outros iriam.

Marighela rompia com o pacifismo pecebista. Acreditava que só a violência armada revolucionária seria capaz de mudar o Brasil e expulsar as oligarquias dominantes e o imperialismo, o que deveria ser feito a partir do campo e com apoio das massas. No tocante ao caráter da revolução brasileira, a ALN herdou do PCB a teoria das duas etapas, defendendo, como o próprio nome da entidade sugere, a “libertação nacional”, ou seja, não seria a revolução imediatamente socialista (nesse quesito, portanto, afastava-se do imediatismo socialista de Guevara), podendo agregar, além de camponeses e operários, segmentos da “pequena burguesia” e mesmo da grande burguesia nacional. Entretanto, ao contrário daquilo sugerido pelo Partidão, a Ação Libertadora Nacional enxergava que tal processo revolucionário jamais deveria ser guiado pela burguesia¹¹¹.

Na interpretação de Jacob Gorender, após o fracasso da guerrilha do Caparaó no Brasil e de Guevara na Bolívia, Marighela se posicionou contrário ao foquismo “puro e simples” e inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contras os holandeses, do cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. Continuava a ter na guerrilha rural o objetivo

110 BARÃO, Carlos Alberto. Op. Cit., p. 289.

111 RIDENTI, Marcelo. Notas Sobre o PCB, Suas Dissidências Armadas e Carlos Marighela. In: MAZZEO, Antônio Carlos, e LAGOVA, Maria Izabel (organizadores). *Corações Vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 209.

principal, mas valorizava igualmente a luta urbana como tarefa tática (fornecimento de quadros, armas, fustigamento do inimigo, etc.). Todavia, a modificação introduzida é secundária no contexto geral. *O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política*¹¹².

A ALN valoriza, igual outros grupos de esquerda da época, a ação revolucionária, desprezando teorias, análises de conjunturas. A ação faz o revolucionário. Chegava de reuniões e conversas supérfluas. As teorias existentes e os exemplos revolucionários bastariam. Justificar-se-ia a ênfase na ação, sobretudo após o AI-5 de 1968: a Ditadura cada vez tornava-se opressora, não havendo mais espaços para ações pacíficas. Em decorrência, a ALN era um forte pólo atrativo daqueles militantes os quais desejavam a luta armada imediata (e havia uma verdadeira ansiedade por parte deles em realizar ações), embora a falta de um maior embasamento teórico e mesmo de reflexões sobre o momento político e a realidade do País tenham prejudicado o desempenho da organização e contribuído para a derrota da luta armada, sobretudo na época do “Milagre Brasileiro”, quando os bons números da economia soavam mais alto que os ideais de justiça social para muitos brasileiros.

O grupo de Marighela não era um partido e isso o distinguiria de outras entidades de esquerda do período, como o PCBR. Esse é um outro fator que dividia os grupos revolucionários, o de sua natureza organizacional. Para entidades como o PCBR, dever-se-ia estruturar um partido nos moldes marxista-leninistas, ou seja, um partido centralizado para coordenar a luta revolucionária. Ora, uma das razões da ruptura e de crítica de Marighela ao PCB era o burocratismo e verticalização deste, da submissão completa do militante ao líder e quase ausência de debates internos – isso inibiria as possibilidades de autocrítica e de transformação, pois os processos se esvaziariam em nome da preservação da instituição, ou seja, se fecharia os

112 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 107.

olhos para os erros visando manter o Partido, pois este seria a chave para a concretização da revolução¹¹³.

A Ação Libertadora Nacional deveria, portanto, ser uma “organização móvel”, que estivesse a todo momento em “plena construção, aberta ao novo e às contradições da vida”. Nada de direções centralizadoras e de escalões intermediários. A ALN se organizaria, em tese, quase como uma federação de grupos guerrilheiros coordenados por Marighela, de modo que apenas num segundo momento se daria o surgimento naturalmente de uma organização guerrilheira polarizadora das atividades revolucionárias. Compor-se-ia de grupos com grande autonomia e liberdade de iniciativa (“criatividade da ação revolucionária”). O militante teria espaço para atuar, agir, não ficar esperando a orientação de um órgão central. Dessa forma, acreditava-se que os grupos e as ações se multiplicariam.

Houve quem identificasse essa postura da ALN como “anárquica” e “individualista”, fatores que inibiriam um dos elementos fundamentais para um exército ou partido, a disciplina, e que contribuiriam para o desmantelamento da ALN em 1970¹¹⁴. Mas não se deve exagerar na “autonomia tática” dos grupos: possuíam liberdade de fazer ação armada que entendesse, desde que estivesse dentro do planejamento estratégico da Organização.

Denise Rollemberg, por sua vez, apontou uma contradição na estrutura descentralizada da Ação Libertadora Nacional: os diversos contatos mantidos por Marighela pelo País (uma rede de apoio e simpatizantes, gente que circulava pelo território nacional, levando e trazendo informações, militantes deslocados para o interior, os quais compravam sítios e esperavam o momento certo para atuar na guerrilha rural, etc.) estavam centralizados nele próprio, por razões de segurança. Quando Marighela foi assassinado em São Paulo pela forças de repressão comandadas pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury em novembro de 1969, levou consigo todas aquelas informações de contatos, sendo perdidos igualmente os recursos de diversas ações enviados para a guerrilha no campo. Nos meses seguintes, com a intensificação da repressão,

113 NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge. Genealogias, Transversalidades e Rupturas de Carlos Marighela. In: NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (organizadores). *Carlos Marighela: O Homem por Trás do Mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 109.

114 FERREIRA, Muniz. Carlos Marighela: Revolução e Antinomia. In: NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (organizadores). Op. Cit., p. 238-239. GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 107.

torturas e quedas (captura de militantes), a ALN naufragou melancolicamente¹¹⁵...

Tal rede de apoio começou a ser articulada já na fundação da ALN. Para tanto, Marighela contou com o prestígio que gozava entre os militantes do velho PCB e com simpatias de elementos vindos do meio estudantil ou de outras organizações de esquerda. Foi dessa maneira que se criou a secção cearense da ALN.

Conforme as entrevistas colhidas, os primeiros contatos com a Organização de Marighela deram-se em 1967, através de antigos militantes do PCB e que haviam estado depois no PC do B. Esses militantes, tendo à frente Sílvio Mota, José Sales de Oliveira, José Ferreira de Alencar, Oséas Duarte de Oliveira e José Valdir de Aquino, haviam deixado o Partido Comunista Brasileiro em 1965, após a já referida conferência clandestina realizada em Paracuru. Entraram a seguir no Partido Comunista do Brasil, com o firme propósito de realizar a luta armada.

Acontece que o projeto guerrilheiro rural do PC do B não era para o imediato. Os dirigentes da Organização defendiam sim a luta armada centrada no campo (influência óbvia da Revolução Comunista Chinesa de 1949), para o que escolheram como ponto inicial de irradiação uma região do Rio Araguaia, sul do Pará. Tal guerrilha começou a ser preparada a partir de 1967, com cautela, sem pressa e com sigilo. Enquanto outras organizações mergulhavam na luta armada, com ações espetaculares nas cidades, o PC do B se preparava “em silêncio”. Exatamente essa espera levaria a cisões no Partido. Para os militantes, a “revolução não poderia esperar”. Disse-nos um daqueles dissidentes, Sílvio Mota:

Nós rompemos para organizar o PC do B na perspectiva de luta revolucionária, já que o Partido tinha aquela bandeira maoísta. Ficamos esperando. Mas se esperava, se esperava... fizemos treinamentos militares... tudo isso, mas o resultado nada. Pelo contrário, toda vez que queríamos fazer alguma coisa mais seria, o Partido vinha e negava. Acabamos perdendo a paciência e nos desligamos – alguns de nós. Foi uma outra divisão¹¹⁶.

115 ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit., p. 70-71.

116 Sílvio Mota, entrevistado em 3/06/2006.

Ao saírem do PC do B, o grupo de militantes, destacadamente Silvio Mota, José Sales, José Aquino e José Alencar, passou a travar melhor contato com os primeiros documentos escritos do Agrupamento Comunista de São Paulo (embrião da ALN), através de um enviado de Marighela a Fortaleza. Assim, ainda em 1967, Silvio Mota viajou a São Paulo no intento de acertar a fundação da secção cearense da Ação Libertadora Nacional – para tanto, foi fundamental a contribuição de universitários cearenses os quais estudavam na Capital Paulista, sobretudo Flávio Torres, que depois seria professor universitário, suplente de senador e fundador do PDT (Partido Democrático Trabalhista) no Ceará na década de 80. Estes estudantes puseram Mota em conversas inicialmente com o sergipano Agonalto Pacheco da Silva e a seguir com a cúpula da Organização. Mota foi informado que a luta revolucionária já começara no Centro-Sul Brasileiro e que seria importante propagá-la para outros cantos do País, de início, anonimamente tal como acontecia então em São Paulo e Rio de Janeiro, visando arrecadar fundos mais facilmente e confundir e assustar a repressão, levando-a a crer que se tratava de crimes comuns.

Essa era a senha esperada pelos jovens ativistas cearenses: ação já! Deveriam os militantes locais da ALN ser o mais auto-suficientes possíveis, ou seja, teriam autonomia para criar a estrutura local através do recrutamento de outros membros, montagem de aparelhos, coleta de explosivos, levantamentos de áreas, realização de ações de expropriação de dinheiro, armas, etc. Entretanto, como já dissemos antes, a autonomia tática não era plena. Os agrupamentos da ALN em estados “periféricos” como o Ceará, tinham que obedecer aos planejamentos centrais determinados por Marighela, segundo os quais a zona de combate principal era o triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Nas terras cearenses, deveria se fazer um trabalho de longo prazo, estruturando a organização com cuidado, no sentido de esperar o “sim” de Marighela para então começar o grande e definitivo ataque ao *status quo*. Poderiam acontecer ações, mas nada “grande” no sentido de afrontar diretamente a Ditadura Militar e que atraísse uma repressão mais intensa. Enquanto Marighela esteve vivo, essa premissa foi cumprida – tanto que as primeiras ações da ALN no Estado foram vinculadas pela imprensa como crimes comuns (ou sequer foram noticiadas) e quando os guerrilheiros

cearenses solicitavam permissão para ações de maior envergadura, recebiam da direção nacional da Organização um solene não! Um de nossos entrevistados contou-nos:

[Das] ações que a gente queria fazer, havia uma que era espetacular. Fizemos até o levantamento, que foi de explodir os aviões do Grupo de Caça na Base Aérea. Nós entramos dentro da Base Aérea, fizemos o levantamento, vimos que [os aviões] ficavam numa área sem sentinela e tudo, tínhamos explosivos, mas quando fizemos contato, um contato que eu mesmo fiz, o próprio Marighela proibiu, [eu] nem sabia que tava falando com o Marighela (...) Nós não estávamos na área tática, então nossas operações armadas tinham que ser operações necessariamente mais encoberta¹¹⁷.

Essas “ações encobertas e menores” desagradariam a alguns militantes, ansiosos por realizar operações de maior envergadura e “apressar” a revolução, numa evidência de como acreditavam em sua potencialidade de ação e no imediatismo da vitória, o que exigiu do comando local da ALN certo pulso e controle. Mesmo as “ações menores” eram vistas com ressalvas pelo comando nacional da ALN – este resistiu muito em autorizar a realização de ações de expropriações em bancos pelo agrupamento local ao ser informado de que as casas bancárias de Fortaleza estavam quase todas concentradas no centro histórico da Cidade, cujas ruas estreitas e trânsito ruim eram óbices os quais dificultariam uma rápida fuga. Não por coincidência, o primeiro assalto à agência bancária na Capital Cearense pela ALN foi ao Banco Mercantil, situado próximo ao Mercado São Sebastião (então principal centro de abastecimento e frutas e verduras), nos “arredores” da Cidade.

Foi somente após a morte de Marighela (ocorrida a 4 de novembro de 1969) que os meios de comunicação e mesmo as forças de repressão passaram a saber das ações “terroristas” da ALN no Ceará, no caso esse citado (e fracassado) assalto ao Banco Mercantil, acontecido exato um mês após o falecimento do líder comunista, 4 de dezembro de 1969. Em 1970, a ALN-CE realizou o justicamento – algo traumático para as esquerdas em qualquer circunstância e de impacto na sociedade – de um possível delator no município de São Benedito e cujo desastroso desfecho levou à intensificação da repressão e desbaratamento da Organização no Estado.

117 Depoimento mantido anônimo.

O organograma da ALN-CE seguia o modelo instituído nacionalmente por Marighela. Formou-se, de início, um grupo central, chamado de GTE (Grupo de Trabalho Estratégico), encarregado de elaborar as linhas de atuação, planejamentos e escolha de alvos imediatos da Organização visando montar a infra-estrutura para o desencadeamento da guerrilha rural – cabia-lhe também a obtenção de informações e contra-informações, cuidar da segurança, reconhecimento de áreas de atuação, constituir “aparelhos”, etc. Seus dirigentes principais eram Silvio Mota, que em 1969 foi mandado pela direção nacional para realizar treinamento guerrilheiro em Cuba, José Sales (que se tornou o homem forte com a saída de Mota), William Montenegro e Fabiani Cunha.

A partir do GTE, formaram-se outros grupos, todos por sua vez compartimentados, ou seja, divididos em subgrupos, cujos integrantes, em tese, não deveriam se conhecer ou atuar juntos (como veremos, isso não era seguido à risca), salvo em ações de maior envergadura – o número de componentes de tais subgrupos variava entre 4 e 6 militantes. Dessa forma, tinha-se o GTA (Grupo Tático Armado), dos combatentes propriamente ditos, responsáveis pelas ações armadas (expropriação de bancos, armas e carros, propaganda armada, fornecimento de apoio às manifestações de massas e greves, etc.) e a Frente de Massa (que fazia pichações¹¹⁸, comícios relâmpagos, distribuía panfletos¹¹⁹, etc. e se articulava com o movimento estudantil, operário, camponês, etc.), além de uma rede de apoio, aliados que embora não fossem da ALN, contribuía com a mesma, fornecendo recursos, escondendo perseguidos, etc. Conforme o depoimento já citado de Silvio Mora, quando se retirou para Cuba, a ALN, contando membros, aliados e simpatizantes, chegou a possuir no Ceará quase 200 pessoas.

Importa ressaltar que junto com aqueles militantes dissidentes migrados para PC do B e posteriormente ALN, foram igualmente parte das velhas bases interioranas do PCB, de modo que a organização de Marighela também tinha grupos nos sertões cearenses, como em São Benedito, cujo líder

118 Uma das mais famosas pichações da ALN aconteceu no edifício do Tribunal de Justiça, no centro de Fortaleza: “40.000 processos engavetados: justiça de pobre é fuzil”. O Presidente do Tribunal, Ubirajara Índio do Ceará, foi à imprensa condenar o “ato de vandalismo”, afirmando que não havia 40 mil processos pendentes – “apenas” 16 mil... *O Povo*, 17/08/1970, p. 1.

119 Um das primeiras prisões de José Machado Bezerra aconteceu em 1968, quando fazia panfletagem “subversiva” entre os operários da Fábrica Brasil Oiticica.

local, José Bento da Silva, teria papel destacado no referido justicamento do possível delator. No capítulo 3, analisaremos em detalhes as principais ações da ALN no Ceará.

Quanto ao PCBR, sua fundação aconteceu em abril de 1968, no Rio de Janeiro, a partir de outra dissidência do PCB, liderada por Mário Alves, jornalista e intelectual dos mais respeitados entre os comunistas. No Partidão, Alves estava à frente da chamada Corrente Revolucionária, grupo que questionava as posições conciliatórias de Luis Carlos Prestes na conjuntura da primeira metade dos anos 1960, posição que se agravou com o Golpe de 1964 e a opção prestista pela resistência pacífica à Ditadura. Tal “corrente”, entretanto, divergiu também de Marighela, pois visava à reconstrução de um novo partido revolucionário, nos moldes marxista-leninistas clássicos e que conduzisse à luta armada – o fundador da ALN, como vimos, era averso a “estruturas partidárias burocratizadas”. Esse era o principal fator a afastar PCBR e ALN, apesar de pontos em comuns, como a prioridade do campo para o início da luta revolucionária (sem descartar ações urbanas, obviamente, para estruturar tal luta)¹²⁰.

Nas palavras de Jacob Gorender, aliás, ex-integrante do “BR” (como era chamado o PCBR pelos militantes), a Organização foi a mais típica dos agrupamentos que então surgiam na perspectiva de enlaçar a tradição doutrinária marxista com a pressão estrondosa pela luta armada e incondicionada¹²¹. Apesar de manter a perspectiva do dualismo da revolução, o PCBR não acreditava que a primeira fase fosse de “caráter democrático”, em aliança com uma burguesia nacionalista, pois esta no Brasil seria carente de potencial revolucionário – no máximo, poder-se-ia caracterizá-la como reformista. Assim, a revolução deveria ser popular, a fim de destruir o estado burguês (que os militares defendiam). Criar-se-ia um governo popular revolucionário, dirigido pela aliança entre proletários, camponeses e classes médias empobrecidas, a qual faria modificações radicais na sociedade (nacionalização de empresas estrangeiras, reforma agrária, planificação econômica, etc.) e abriria passagem à revolução socialista. Apesar de ainda intermediária, a revolução popular era concebida como a maior aproximação

120 RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., p. 209.

121 GORENDER. Jacob. Op. Cit., p. 113.

possível da revolução socialista¹²². Ao contrário de organizações mais militarizadas como a ALN e em divergência com a teoria do foco, o PCBR afirmava que a luta armada não se dissociava do trabalho com as massas – o grupo foi muito ativo nas agitações de 1968 – e tampouco excluía o potencial das cidades, onde seria igualmente possível promover ações armadas, embora o cenário principal e ideal estivesse no campo. Para desfechar essa luta, o PCBR criou Comandos Político-Militares, chamados de Esquadras.

No Ceará, o PCBR foi organizado por militantes vindos do Recife-PE. Pelas informações de Jacob Gorender, era grande a pressão dos membros do Partido em Pernambuco para o desencadeamento da luta armada. Falar apenas em “preparação” da guerrilha era sofrer a acusação de pacifismo, oportunismo e capitulação. Não se podia aceitar menos que luta armada imediata. Assim, ante as ações feitas por outras organizações em 1969 (Marighela chegou a afirmar que aquele seria o “ano da guerrilha rural”), os membros pernambucanos do “BR” promoveram os primeiros assaltos com fins revolucionários no Nordeste, pressionando a cúpula nacional da organização a imergir de vez na luta armada¹²³.

Nesse sentido, fugindo já da repressão e com a perspectiva de estimular e apressar a guerrilha no Nordeste, em 1968 vieram do Recife para Fortaleza alguns militantes comunistas, os quais encontraram caminho fértil ante a agitação política que marcou a Cidade naquele ano. O primeiro desses militantes foi o estudante Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (conhecido como “Assis Magrinho”), que já havia passada algumas “curtas temporadas” nas cadeias da Cidade Maurícia (os militantes chamavam as prisões desse tipo de “mijar na cadeia”) por sua atuação “subversiva” no PCB, embora já tivesse naquele momento rompido com o a organização e se aproximando do PCBR. Em virtude de ter contato com alguns cearenses, especialmente com Pedro Albuquerque, que havia participado da Ligas camponesas antes do Golpe de 64 em Pernambuco, Francisco de Assis refugiou-se na casa daquele, em Fortaleza. A família Albuquerque tinha uma

122 Ib. Idem., p 113. Veja-se também o interessante documento sobre a linha política do PCBR, datado de outubro de 1968 e reproduzido em AARÃO, Daniel, e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 205-229.

123 GORENDER. Jacob. Op. Cit., p. 169.

tradição comunista: o pai Mario Albuquerque, era velho militante do Partidão; o filho mais velho, o citado Pedro Albuquerque, era membro do PC do B; um dos filhos mais novos, também Mário Albuquerque, então militante do PORT, um destacado ativista estudantil secundarista na época (integrara a diretoria do Centro dos Estudantes Secundaristas Cearenses – CESC). Outro filho, Célio Miranda, participaria também do movimento estudantil e integraria o PCBR. Não poderia haver local mais propício para Francisco de Assis e para a germinação de um projeto de luta armada. Após alguma aproximação com o PC do B, Francisco de Assis acabou sendo novamente contactado pela cúpula nacional do PCBR, entrando definitivamente na organização e sendo incumbido de fundá-la em Fortaleza.

Militante já com alguma experiência pela atuação em Pernambuco, onde se envolvera no movimento estudantil, Francisco de Assis buscou estruturar o PCBR a partir do meio discente, “assedando” sobretudo membros do PORT, alguns deles então em franca discordância com a Organização, a qual não abraçara a luta armada imediata. De novo, percebe-se, o imaginário do militante radical de extrema-esquerda, de que a “revolução não podia esperar”.

Dessa forma, contando com o apoio de dois ex-ativistas do PORT, Mário Albuquerque e a namorada deste, Vera Rocha (a “Verinha”, de grande liderança junto aos estudantes), Francisco de Assis iniciou a “pregação revolucionária armada”. Em pouco, o PCBR já tinha um núcleo em Fortaleza, pequeno, composto, como de se esperar, majoritariamente por estudantes, em virtude da atuação daqueles no meio (existiam igualmente outros núcleos em João Pessoa-PB, Natal-RN e Mossoró-RN, compostos da mesma forma na maioria por estudantes). Em pouco tempo, ainda em 1968, Francisco de Assis, por seu trabalho no Ceará, já estava sendo chamado para compor a Direção Regional do PCBR, que se reunia periodicamente em Recife e traçava as diretrizes para atuação no Nordeste.

Para ampliar a atuação do PCBR no Ceará, deslocou-se de Recife, onde também já era perseguido pela Ditadura, o universitário Odijas Carvalho (o “Neguinho” ou o “Baiano”, e que em 1971 seria morto numa sessão de tortura na Capital Pernambucana). Com ele, veio a esposa, Maria Yvone Loureiro, que, em conjunto com Francisco de Assis, Mário Albuquerque, Vera

Rocha e um outro estudante universitário, Paulo Lincoln Leão Sampaio, comporiam a vanguarda armada do PCBR no Ceará, militantes profissionais e dispostos a sacrificar as próprias vidas pela causa revolucionária.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário apresentava duas estruturas distintas, uma política e outra militar. A primeira, como o nome sugere, dirigia a organização, fazendo “trabalho com as massas”, propaganda, traçando objetivos armados, etc. A execução dos planos armados era a cabo da estrutura militar, que, sendo móvel, atuava em toda a região Nordeste. Geralmente, quando o comando político traçava um alvo, o “grupo de fogo” (denominado de Comando Político-Militar ou Esquadras) era convocado, com a intenção de estudar (“levantar informações”) e verificar a forma de concretizar a ação armada da melhor forma possível. Nessas ações, poderiam participar um ou outro militante do Estado em que acontecia o “evento”. O PCBR praticou algumas operações no Ceará, como o assalto do carro pagador do *London Bank* e do Banco do Brasil de Maranguape.

Ao iniciarmos esta obra, tínhamos informações que apenas PCBR e ALN haviam atuado com ações armadas no Ceará. Ao longo da pesquisa, entretanto, colhemos indícios demonstrando que outros grupos guerrilheiros agiram ou tentaram agir no Estado igualmente, embora em reduzido intervalo de tempo, com poucos membros e quase sem estrutura alguma. Afora o depoimento de entrevistados (como o já citado Sílvio Mota), chamou-nos a atenção reportagens dos jornais locais de 24 de maio de 1972 anunciando com estardalhaço que a Polícia Federal tinha desbaratado por completo “grupos terroristas” atuante no Estado, a saber: ALN, PCBR, PC do B, VAR-Palmares e FLNE. O comunicado centrava o foco sobretudo nas duas últimas organizações¹²⁴.

A VAR-Palmares¹²⁵ teria sido fundada no Ceará pelo então professor de antropologia da UFC José Ferreira Alencar em 1969, a partir de contatos

124 *O Povo*, 24/05/1972, p. 1 e 7. *Correio do Ceará*, 24/05/1972, p. 1 e 8.

125 A Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) foi fundada em julho de 1969 no Rio de Janeiro, como resultado da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Realizou a maior expropriação feita por um grupo armado no País, o assalto de US\$ 2,5 milhões de um cofre pertencente ao ex-governador paulista Ademar de Barros. Mas as fortes divergências entre seus membros (a respeito da combinação entre tarefas políticas e militares, entre lutas sociais e luta armada) levaram à divisão da organização. Uma parte dos ativistas reconstituiu a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), enquanto o restante continuou na organização até sua extinção em

com um militante vindo do Centro-Sul do País chamado Aloísio. Ex-integrante do PCB e PC do B, Alencar teria recrutado para organização José Arruda Lopes, Francisco Derli Pereira, Claudionor Couto Roriz, entre outros, instalando um aparelho no bairro fortalezense de Poraguabuçu. Após contatos com Carlos Alberto Soares de Freitas (que consta na lista dos desaparecidos políticos, inclusive), em Brasília, Alencar teria elaborado estudos para a instalação de um foco guerrilheiro na Serra do Araripe, recebendo para tanto a ajuda de mais dois militantes (de nomes Diogo e Raquel) enviados pela cúpula da Organização. Embora o comunicado afirme que a VAR-Palmares não tenha chegado a praticar operações “terroristas” no Estado, sabemos que para obter fundos visando melhor estruturar-se, o Grupo realizou ações armadas em conjunto com a ALN, como na tentativa de assalto ao Banco Mercantil em dezembro de 1969¹²⁶. Ainda conforme a reportagem da Polícia Federal, a necessidade de mais quadros no Centro-Sul brasileiro diante das prisões feitas pela repressão, levou à transferência para ali de vários membros atuantes no Ceará, como Diogo, Raquel, José Calixtrato Cardoso Filho, Francisco Derli Pereira e Claudionor Couto Roriz. Sem apoio, José Ferreira Alencar acabou deixando a VAR-Palmares, passando para ALN e FLNE, e chegando a ser preso em 1970 ao tentar-se exilar no México. Essas informações foram confirmadas por alguns entrevistados.

Também teria havido a atuação no Estado a Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), criada no Ceará e em Pernambuco, no início de 1972, por ex-militantes da ALN e da VAR¹²⁷. Nas palavras da supracitada reportagem, a FLNE no Estado fora organizada pelo ex-dirigente da ALN, José Sales de Oliveira, que conseguiu escapar ao cerco da polícia após o incidente de São Benedito em 1970. Acabou preso em 1972, após a repressão descobrir um plano para assaltar o Banco do Brasil de Crato-CE, o que pode ser considerado a última (tentativa de) ação das esquerdas armadas no Ceará. Falaremos mais sobre a FLNE no capítulo 3.

1971, alvo da repressão. Dos líderes da VAR-Palmares, o mais conhecido foi Carlos Lamarca, tido como um dos piores inimigos da Ditadura. AARÃO, Daniel, e SÁ, Jair Ferreira de. Op. Cit., p. 315.

126 Informação passada por Sílvio Mota, entrevistado em 3/06/2006.

127 *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 95.

1.6 A História em Lutas

Em um tema tão controverso como o da luta armada no Brasil durante a Ditadura Militar, claramente se percebe batalhas de memória, onde os vitoriosos das lutas político-sociais se esforçam para também vencer nas construções da memória, derrotando outras memórias, as quais, contudo, buscam e podem reverter o processo. Como bem afirma Michael Pollak¹²⁸, embora a memória a princípio pareça um fenômeno individual, deve ser entendida, também, como um fenômeno coletivo e social, isto é, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Tais “mutações” da memória acontecem em função do momento em que ela está sendo articulada, em que ela está sendo expressa – daí porque se diz que memória é a presentificação do passado. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade igualmente em relação à memória coletiva, a qual se torna objeto de disputa importante, de quais acontecimentos e como estes serão lembrados na memória de um povo.

Estudar as memórias coletivas implica na análise de sua função – existem, nas interpretações do passado que se quer salvaguardar, uma tentativa mais ou menos consciente de definir e de reforçar a coesão dos grupos e instituições que compõem a sociedade. Tem-se, pois, um enquadramento da memória comum, que, contudo, não pode ser arbitrário – deve atender certas justificativas e exigências. Logicamente que indivíduos e determinados grupos sociais podem manter, subterrâneos e em silêncio, esperando um momento para emergir, aquilo que os enquadradores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam em minimizar ou eliminar.

Esse trabalho de enquadramento da memória se alimenta de material fornecido pela história, um material que pode ser interpretado e combinado a um sem-número de referências, guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las – daí por que o

128 POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

trabalho de enquadramento interpreta o passado em função dos combates do presente e do futuro.

Um dos mais notáveis casos dessas batalhas e enquadramentos da memória refere-se ao Regime Militar brasileiro. Não desprezando as intensas mobilizações populares pela redemocratização do País (Campanha pela Anistia, Diretas Já, etc.), que contribuíram, sem dúvidas, para a queda da Ditadura Militar, esta, em termos institucionais, chegou ao fim num processo de transição pactuada (“abertura lenta, segura e gradual”), tranqüilo para os setores no poder e fruto de um acordo entre os elementos conservadores governantes e as forças oposicionistas de centro e direita¹²⁹. Em decorrência, na conjuntura da “transição democrática” da década de 1980, vários segmentos sociais buscaram recuperar a história agitada dos anos 60/70 numa visão reconciliatória, sem revanchismos ou ódios, numa postura de paz, concórdia. De certo modo, as indenizações pagas aos ex-presos políticos a partir dos anos 90 e as dificuldades para abrir os arquivos da Ditadura, dirigem-se nessa mesma lógica: reconhecem-se as violências praticadas pelo Estado, dá-se algum dinheiro, não se responsabiliza nem se aponta os culpados pelas arbitrariedades e deixa-se tudo para trás, esquecido...

Em suma, com a redemocratização do País, tentou-se construir uma memória de conciliação ou de reconciliação, esquecendo-se tudo que assim não se encaminhasse¹³⁰, embora, pela polêmica do tema e interesses dos envolvidos, permanecessem, subterrâneos, aspectos conflitantes, como adiante veremos. Dessa forma, tendeu-se a apagar ou reduzir da memória o clima de grande embate social e político que havia no País e no mundo nos anos 1960 – embate associado a enfrentamentos violentos, decididos pelo confronto de força e/ou pela luta armada. Era época de, entre outros acontecimentos, Guerra Fria, Guerra do Vietnã, Guerra da Argélia e Revolução Cubana, que marcou profundamente a América Latina, inspirando uma onda nacionalista, popular, antiimperialista, reformista, revolucionária e possibilitando o surgimento de movimentos sociais e guerrilhas. No caso específico do Brasil,

129 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em Direção ao Século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (organizadora). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

130 AARÃO, Daniel. Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da Memória. In: Fico, Carlos e outros. *1964-2002 – 40 Anos do Golpe, Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

ganhou força o movimento das reformas de base, cuja radicalização ensejou a articulação golpista dos segmentos conservadores civis e militares e o Golpe de 64.

No poder e enquanto durou a Ditadura, as direitas cultivaram a memória de que 1964 acontecera como uma intervenção “salvadora em defesa da democracia e da civilização” contra o “comunismo ateu, a baderna e a corrupção”. A cada 31 de março, desfiles militares eram organizados para saudar a “gloriosa Revolução libertadora do povo brasileiro”, enquanto os jornais publicavam editoriais ou matérias pagas por entidades institucionais e empresariais exaltando o Regime. Nas escolas, crianças e jovens eram formados na “moral e civismo”, aprendendo uma história sem conflitos e antagonismos e de grandes vultos e feitos fantásticos para a Pátria, feitos idênticos aos acontecidos em 1964, quando “bons brasileiros” evitaram o “pior” e livraram o País de “pessoas más”...

Entretanto, a medida que a Ditadura tornou-se impopular e a sociedade passou a abraçar valores democráticos (basicamente na segunda metade da década de 1970), outras versões ganharam vigor, expressando os interesses do momento, num processo de enquadramento de uma memória sobretudo conciliatória. Os militares, ironicamente, acabaram perdendo a batalha da memória e ganhando a responsabilidade de terem sido os únicos “culpados” pela Ditadura...

Na conjuntura da transição democrática pactuada a partir do final dos anos 70, como vários setores sociais que antes haviam apoiado a Ditadura, passaram a questioná-la, criou-se uma memória de que todos haviam resistido, de alguma forma, ao arbítrio e ao Regime da Farda.

Assim, se todos tinham resistido e a democracia havia sido finalmente conquistada, para que ações de vingança (entenda-se, apuração dos casos de torturas, mortes, etc.)? O importante seria a “reconciliação” da “família brasileira”. Em decorrência, tentou-se “apagar” da memória coletiva que amplos setores de direita e da sociedade civil (empresários, imprensa, Igreja, classes médias e populares, entre outros) haviam, sim, contribuído para o Golpe de 64, apoiado a Ditadura e mesmo financiado a repressão.

Nessa perspectiva conciliatória que se entende, por exemplo, livros como “1968 - O Ano Que Não Terminou”, do jornalista Zuenir Ventura¹³¹, obra de ficção histórica, que fala da atuação das classes médias cariocas no agitado ano de 1968, e “O Que É Isso, Companheiro?” do ex-guerrilheiro Fernando Gabeira¹³², que conta a história do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick no Rio de Janeiro em 1969 pelas organizações armadas ALN (Ação Libertadora Nacional) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro).

Como bem analisa Daniel Aarão¹³³, tais obras, as quais viraram inclusive *best sellers*, ganhando espaço na mídia e tornando-se até produções cinematográficas, mostram a ação da esquerda, sobretudo, como uma “grande aventura”, quase no limite da irresponsabilidade, com ações “piradas” e equivocadas, apesar de bem intencionadas. O “enredo” é cheio de luzes, alegria, risos, ao lado de alguns contrapontos trágicos; os militantes são, na maioria, ingênuos, dotados dos mais puros e ilusórios desejos, e que não apresentavam condições nenhuma de enfrentar o “profissionalismo” da Ditadura – em consequência, tais militantes pagaram um preço alto, fracassando totalmente. A luta da esquerda parece um grande piquenique, desastrosa, mas vista com certo afeto, dando motivos para boas gargalhadas.

Obviamente que mesmo essa memória coletiva organizada conciliatória, que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor, não apresenta fronteiras estanques e acabadas. Estas são fluídas e em constante deslocamento – e dependendo das conjunturas e circunstâncias do presente (sobretudo em épocas de crises e acirramentos das disputas políticas), aspectos outros das memórias “subterrâneas” podem emergir ganhando ênfase certos elementos¹³⁴.

Um desses aspectos e foco de disputas de memória e reconstruções é o da “resistência democrática”, o qual, inclusive com o uso de produções acadêmicas, tem servido para legitimar as ações políticas posteriores dos ex-

131 VENTURA, Zuenir. 1968 - *O Ano Que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

132 GABEIRA, Fernando. *O Que É Isso, Companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

133 AARÃO, Daniel, e outros. *Versões e Ficções*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

134 POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

guerrilheiros e usada para isentar o apoio que certos segmentos sociais conservadores deram ao Regime ou mesmo para justificar o Golpe de 64.

As esquerdas tenderam a recuperar o passado segundo o princípio de que a sociedade foi submetida no momento do Golpe de 64 e ao longo da Ditadura, à força da repressão. Dessa forma, diante do arbítrio, a sociedade resistiu, de modo que a queda do Regime Militar foi resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia¹³⁵.

Tal análise encontra-se sobremaneira em livros como “*Combate Nas Trevas*”, de Jacob Gorender, e “*O Fantasma da Revolução Brasileira*”, de Marcelo Ridenti¹³⁶. Para esses autores, as esquerdas, acudadas pelo regime e sem opções, resistiriam, de maneira que os anos 1960 foram de resistência democrática. Realizam os autores um desmascaramento da Ditadura e de seus crimes. Naqueles livros, não existem “menininhos rebeldes” ou piadas juvenis, mas homens e mulheres com projetos revolucionários e, principalmente, com o forte ideal de resistir ao arbítrio. O isolamento e derrota dos que tombaram foi mais o resultado dos métodos usados – e com os quais a sociedade não concordou – do que da vontade de resistir à Ditadura.

Ora, as esquerdas não foram apenas vítimas da Ditadura – havia sim por partes delas uma postura ofensiva, revolucionária, por exemplo, de discussão da luta armada para a implantação do socialismo no Brasil, mesmo antes do golpe de 1964. Além disso, os segmentos esquerdistas não apresentavam grandes preocupações com ideais de democracia, francamente desprezadas em seus documentos e associada à manipulação da burguesia. As esquerdas sequer praticavam democracia interna; em geral a vontade da direção prevalecia (o velho “centralismo democrático”), contribuindo para sua fragmentação em pequenos e esparsos grupos, cada qual se auto-proclamando a “vanguarda revolucionária” no combate a uma ditadura que “estaria agonizando”, embora os fatos assim não mostrassem...

Como afirma Daniel Aarão¹³⁷, as organizações comunistas armadas aparecem como uma contra-elite, alternativa, que partiram ao assalto do poder

: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

135 ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit., p. 47-48.

136 RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

137 AARÃO, Daniel, e outros. Op. Cit., p. 38-41.

político. Rompendo com as concepções defensivistas e de formação de frentes ante o imperialismo e ação das elites nacionais, comuns aos partidos comunistas latino-americanos, um grupo de “dissidentes” no início dos anos 60 passou a colocar como desafio imediato de suas reflexões a efetiva conquista do poder político.

Não era essa uma idéia tirada do nada; ao contrário, os exemplos mostravam a possibilidade da revolução triunfar nesta parte do mundo – ora, Cuba não fizera nas portas do “grande Império”? Che Guevara lutando nos Andes não era exemplo? E a Independência da Argélia e a Guerra do Vietnã? Os movimentos sócio-culturais da Europa e da China não eram igualmente sinais? O sistema capitalista estava em crise, vacilava. Para os ativistas de esquerda brasileiros, chegara a hora! Bastava dos tempos de debates amenos, comedidos e bem comportados! Chegava de obter apenas as pequenas vitórias diárias! Tinha-se o momento último da ação transformadora, da revolução, do “assalto aos céus”! Não era mais morrer pela revolução, mas de lutar e matar por ela agora!

Dessa maneira, antes da radicalização do Regime Militar em 1968 e mesmo do Golpe de 1964, os segmentos esquerdistas, particularmente os comunistas, já tinham um projeto revolucionário ofensivo de conquista do poder; dividir-se-iam numa miríade de grupos, grupelhos, dissidências, dissidências das dissidências... mas a questão de tomar o poder estava sempre presente.

Não obstante, a memória das esquerdas tendeu a esquecer ou diminuir a radicalização da defesa das reformas de base e o ímpeto ofensivo e revolucionário socialista dos anos 1960. Os movimentos populares e mesmo o presidente Jango ressurgiram com “vítimas” bem intencionadas e perseguidas pelos golpistas. A ameaça revolucionária socialista não existiria e não passaria de um fantasma explorado pela direita. A esquerda revolucionária que havia pegue em armas foi transformada em resistência democrática de armas na mão. Os militares, “goliras”, apoiados pelo imperialismo dos Estados Unidos, eram os únicos culpados pela Ditadura...

Como bem afirma o historiador Marcelo Ridenti¹³⁸, o termo resistência apresenta um caráter defensivo mais que ofensivo, tendendo mais à reação que à ação e fazendo prevalecer a idéia de oposição sobre a de revolução. Desse modo, a princípio, não seria apropriado usar o termo para caracterizar no Brasil a atuação dos grupos armados de esquerda, os quais, ao contrário, apresentavam um projeto ofensivo e revolucionário, inspirados na Revolução Cubana e que almejavam não só derrubar a Ditadura Militar, mas igualmente implantar, em etapas ou não, o socialismo no País. Seria apenas na segunda metade dos anos 1970, com a Campanha da Anistia e com os militantes de esquerda abraçando e valorizando o ideal democrático, que se operou uma (re)construção histórica que buscou colocar a esquerda armada como parte da “resistência democrática”.

Apesar do projeto ofensivo revolucionário de tendência socialista, concordamos com o citado Ridenti e acreditamos que se deve sim colocar a luta armada da esquerda como integrante da resistência contra a Ditadura. Caso voltemos à origem do termo, associado à resistência dos comunistas na Europa aos nazistas durante a II Guerra Mundial (1939-45), verifica-se que embora aqueles lutassem pelo socialismo, aliaram-se em sua estratégia a partidos burgueses. É num sentido próximo que se deve entender a ação das esquerdas revolucionárias após 64. Ridenti lembra ainda uma “lição” de Max Weber, segunda a qual o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original dos agentes.

Creemos que a oposição e resistência à Ditadura apresentavam vários níveis e que sofreram mudanças ao longo dos anos. A rigor, todos os grupos que de alguma maneira entraram em rota de colisão com o Regime Militar apresentavam interesses e objetivos – pelo exposto, a forma como se deu o fim da Ditadura (num grande acordo), foi a vitória da tese de certos setores sociais dominantes. Ora, os derrotados igualmente apresentavam projetos próprios!

Havia amplas oposições, cujos campos de atuação englobavam desde a ação parlamentar (via o Movimento Democrático Brasileiro), o qual tentava dentro do sistema institucional, conforme as regras ditadas por este, combatê-lo, passando pela formação de frente políticas da sociedade civil (como a

138 RIDENTI, Marcelo. *Resistência e Mistificação da Resistência Armada Contra a Ditadura*. In: AARÃO, Daniel, e outros. *O Golpe e a Ditadura Militar*. São Paulo: EUSC, 2004.

famosa Frente Ampla, envolvendo Lacerda, JK e Jango – tais frentes ficaram mais visíveis no final dos anos 70 e englobavam várias matizes ideológicas), ações do cotidiano (por exemplo, contribuições financeiras às organizações oposicionistas, não pagamento de impostos, acolhimento de perseguidos políticos, etc.) e obviamente os grupos radicais que partiram para o enfrentamento, como no caso da esquerda armada. Se o projeto desta esquerda revolucionária não apresentava condições de êxito é uma outra questão.

Mas se podemos usar o termo resistência para caracterizar a luta das esquerdas armadas, não é de todo correto dizer que as ações destas possibilitaram a volta da democracia ao Brasil. Existe aí uma mitificação, criada, como dissemos, no final da década de 70, quando as lideranças socialistas estavam já comprometidas com o processo de democratização – vendeu-se a idéia segundo a qual a luta armada dos anos 1960/70 fora uma fase preparatória para a atual democracia brasileira, o que sem dúvidas traz dividendos para os ex-guerrilheiros, sobretudo para os que chegaram a cargos governamentais e institucionais¹³⁹.

Ora, os grupos revolucionários nunca propuseram um mero retorno ao modelo democrático “liberal e burguês” que havia antes de 1964 ou ao que se veio a ter no pós-1985! Como dito e ratificando o pensamento de Daniel Aarão¹⁴⁰, as esquerdas nos anos 60 (e não apenas elas) apresentavam pouco apego à democracia (ou pelo menos, à democracia como concebemos atualmente). Estavam comprometidas com um futuro radicalmente novo, no qual o sentido de democracia era outro – popular, socialista, dos trabalhadores e dos explorados e que passaria pelo estágio de ditadura do proletariado, conforme o pensamento marxista. Não se nega que o fechamento gradativo do Regime Militar e o autoritarismo tenham levado muitos militantes a optar pela luta armada, mas tal fechamento não é a razão principal do porque da guerrilha, pois existiram entidades de esquerda, como o PCB (partido

139 Em 2005, durante o longo processo de cassação do Deputado Federal de São Paulo e ex-ministro da Casa Civil do Governo Lula, José Dirceu, acusado de envolvimento num esquema de corrupção (chamado pela mídia de “mensalão”), um dos argumentos usados pelo parlamentar foi sua trajetória política de “luta pela democracia de armas em punho” – Zé Dirceu fora líder estudantil nos anos 60/70 e membro do grupo revolucionário MOLIPO (Movimento de Libertação Popular), fazendo treinamento de guerrilha em Cuba. Preso pela Ditadura, acabou libertado quando do seqüestro do embaixador americano no Brasil em 1969.

140 AARÃO, Daniel. Op. Cit, 1990.

Comunista Brasileiro), que mesmo perseguidas, não abraçaram a ação revolucionária guerrilheira. Na realidade, antes mesmo do golpe de 64 a luta armada já fazia parte dos projetos e discussões políticos das esquerdas, influenciadas substancialmente pela Revolução Cubana, como visto.

Daí, então, parece mais correto usar o termo resistência sem o adjetivo democrática. Curiosamente, essa interpretação histórica acabou sendo apropriada pelos setores conservadores para difundir uma memória que tenta isentar qualquer apoio ou cumplicidade da sociedade civil com Golpe de 64 e a Ditadura.

Numa concepção bastante simplista e partindo da idéia de que as esquerdas já pensavam em armas antes de 1964, o Golpe estaria legitimado para as direitas como uma maneira de “salvar a democracia e livrar a sociedade dos comunistas”, mesmo que depois tenha gerado uma ditadura. Ficava justificado igualmente o apoio que a “Revolução” teve dos liberais, embora depois vários deles viessem a mudar de posição. O endurecimento do Regime também seria explicado nessa linha de raciocínio, na medida em que as “medidas duras” adotadas pelo Regime (sobretudo o Ato Institucional nº. 5, em 1968), seriam entendidas e justificadas como uma reação à esquerda armada comunista e suas ações “terroristas” – ou seja, conforme tal raciocínio, a sociedade, “democrática e desarmada”, assistiu de fora a luta entre os adeptos da ditadura e os guerrilheiros, todos antidemocráticos, e caso não existisse a esquerda armada, não teria acontecido a própria Ditadura¹⁴¹!

Tal abordagem é anacrônica – para não dizer cínica! Não se pode analisar o passado (no caso, os anos 60) com base numa idéia de democracia estabelecida posteriormente, no presente. As tradições e as práticas políticas do Brasil não foram estruturadas em valores democráticos. Ao contrário, o autoritarismo é uma das principais características da sociedade brasileira¹⁴². As vésperas de 1964, as esquerdas não eram democráticas, nem o Presidente João Goulart (que tentara governar sob estado de sítio e articulava provavelmente um golpe para permanecer no poder) e muito menos as direitas e o resto da sociedade! Os atores políticos de então, inseridos naquelas

141 RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., 2004, P 61.

142 Vide CHAUI, *Marilena. Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

tradições e práticas, não apresentavam a democracia como um valor supremo. O golpe estava no ar e poderia vir de qualquer parte!

Os segmentos conservadores já falavam em golpe bem antes das esquerdas pegarem em armas, como na crise de 1954, a qual levou Vargas ao suicídio, ou nas tramas para evitar a posse do Presidente Juscelino Kubitschek em 1955, ou na feroz oposição à posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio em 1961. E se a questão fosse o combate à luta armada, temos que lembrar a ação legalista do próprio governo Jango em 1962, na desarticulação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ligado ao principal líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que passou a defender a luta armada após contatos com Cuba. Não podemos esquecer igualmente o contexto da época – Guerra Fria – em que os EUA apoiavam golpes na América Latina para garantir o poder de seus aliados os quais se auto-proclamavam “democratas”...

Outro anacronismo daquela argumentação é valorizar o debate sobre democracia e esquecer um outro que mobilizava muito mais a sociedade nos anos 60, o da “revolução brasileira”, ou seja, de como o País iria superar suas contradições sócio-econômicas – tanto que os golpistas apelidaram seu movimento de “Revolução de 64”.

Por fim, não se pode esquecer o obvio ululante: quem concretamente quebrou a ordem democrática em 1964 foram os militares e seus aliados civis da direita, não as esquerdas...

CAPÍTULO 2 DO CÉU PARA AS ARMAS

2.1 Os Companheiros

(...) Estava começando a raiar o dia, começa a haver um barulho assim, parecendo fogos. Na casa, eu dormia no quarto da frente, cada um dormia num diferente. Aí eu tomo um susto, penso que estou tendo um pesadelo. De repente, eu vejo que tem um buraco na janela – é uma bala. O aparelho tá cercado pela polícia e já estão atirando (...) a gente [Vera Rocha, Nanci Mangabeira Unger e Francisco de Assis] se encontra na sala: “A gente vai fazer o que?”. “É a polícia, se entrega, se entrega!”. Tiroteio e ao mesmo tempo voz de prisão. “Vamos fazer o que?”. Aí o Chico fala: “Vamos morrer lutando.” Dividimos as tarefas, eu fiquei para destruir o material. A Nanci e o Chico pegaram cada um uma arma e começaram a atirar (...) quando eu tava na cozinha, eu vejo a Nanci, com a mão assim e o veio de sangue escorrendo pela blusa dela. Aí eu pego a arma dela, vejo que ela está ferida. Ela fala: “Companheira, assumo o meu posto!”. Tento atirar, puxo o gatilho várias vezes e o revólver está completamente descarregado. Aí eu chamo o Chico. “Ela está baleada, vamos nos entregar, vamos nos entregar!”. “Você está louca?!”. Eu disse: “Se a gente não se entregar, ela morre.” Então, nesse momento eu senti que o sentido de morrer lutando, todos aceitavam, mas no momento que a gente viu que ela estava baleada, o sentido de preservação da vida foi muito mais forte, acho que foi muito importante para que a gente se entregasse (...).¹⁴³

Os dilemas vividos pela guerrilheira do PCBR Vera Rocha quando de sua queda no Recife-PE em julho de 1970 são apenas uma mostra da diversidade de experiências vividas por aqueles cearenses que decidiram empunhar armas visando derrubar a Ditadura Militar brasileira e modificar a sociedade numa perspectiva socialista. Entre o mito dos revolucionários destemidos, “homens e mulheres de aço”, “Ches Guevaras” passíveis das mais audazes ações, capazes de tombar “em terras alheias pelas mais belas e justas causas”, e a visão criada pelos militares e setores da direita, de que não passavam de “terroristas, jovens imberbes, imaturos e ingênuos, manipulados por potências comunistas estrangeiras no propósito de destruir os valores da Pátria e da família cristã”, existiam sobretudo pessoas comuns, as quais,

¹⁴³ Vera Maria Rocha Pereira, Líder estudantil cearense dos anos 60 e uma das fundadoras do PCBR local. Nascida em Fortaleza no ano de 1950. Foi presa em Recife-Pe em 1970, sendo depois liberta numa troca pelo seqüestrado embaixador suíço Giovanni Bucher. Viveu anos no exílio. Atualmente é publicitária em Salvador-BA. Entrevistada a 28/12/2004.

dentro de um efervescente contexto político e de rebelião dos anos 1960, decidiram largar a retórica muitas vezes vazia e partiram para a ação concreta, cometendo erros e acertos, como apenas os seres humanos são capazes de fazer. Afinal, quem eram esses guerrilheiros cearenses?

A rigor, não se sabe exatamente quantas pessoas ligadas à luta armada foram processadas e presas no Estado durante a Ditadura Militar – os arquivos locais do período até hoje (2007) não foram abertos. Se valer como referência, o *Projeto Brasil Nunca Mais*, desenvolvido pela Diocese de São Paulo, contabilizou 192 pessoas residentes no Ceará processadas entre 1964-78, conforme Marcelo Ridenti¹⁴⁴ – não apresenta, contudo, dados especificamente sobre os guerrilheiros do Estado e muito menos sobre aqueles que agiram no Ceará, mas eram residentes em outras áreas do País. Acreditamos que mesmo com a abertura dos arquivos não se chegue aos números precisos, pois, conforme as entrevistas e depoimentos colhidos ao longo de nossa pesquisa, aconteceram ações cujos partícipes e autores nunca foram descobertos pela repressão. Outras vezes, ainda conforme as conversas com os ex-militantes, para evitar “complicações” ou “constrangimentos”, nomes de “subversivos” foram retirados da papelada da burocracia repressiva por influência de familiares ou de amigos: o antigo ativista era parente, amigo de militares ou conhecia alguém de influência junto a estes e estava interessado em obter um emprego público ou afim, desejando para tanto, “apagar” o passado. Ressalte-se, porém, que em outros locais do País tais documentos sem alterações podem ser descobertos, pois os vários organismos de repressão da Ditadura trocavam informações em sua luta contra a “subversão”. Seria preciso encontrar tais documentos e analisá-los. Dificuldades para o historiador, sobretudo quando faltam recursos para pesquisa...

Entretanto, com base nos relatos dos jornais *O Povo* e *Correio do Ceará*, que noticiavam com alarde e em tom triunfal a prisão dos “terroristas”, dados da Associação 64/68 Anistia, Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou e nas próprias entrevistas realizadas, levantamos que 54 pessoas foram citadas como integrantes das organizações guerrilheiras ALN e PCBR com atuação no Ceará – embora, repetimos, tenhamos suspeitas e indícios sobre a

144 RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 240.

participação de mais gente. Daquele número, conseguimos levantar dados pessoais (idade, sexo, naturalidade, profissão, estado civil, etc.) de 34 militantes (19 da ALN e 15 do PCBR), uma base quantitativa que nos permitiu realizar algumas análises para entender mais sobre as origens de tais guerrilheiros. O ideal seriam mais números, sabemos. Contudo, foi o possível que podemos obter, com esforço. Apesar do universo restrito de números, não acreditamos em grandes distorções quanto às análises, pois, em regra, ratificam os números e estudos realizados nacionalmente sobre os guerrilheiros, no caso, o citado trabalho de Marcelo Ridenti¹⁴⁵.

Cabe ressaltar que do citado universo usado como referência, 11 guerrilheiros, cerca de 32,4% eram “forasteiros” (vide o Quadro 1 no final deste tópico), ou seja, agiram, sim, em algum momento no Estado entre 1968-72, mas eram provenientes de outras áreas do País, deslocados para o Ceará em virtude de razões várias. Alguns tiveram passagem efêmera, vindo para realizar uma ou outra operação, a seguir regressando a suas bases originais de operação – isso deu-se sobremaneira com o PCBR, que tinha um grupo móvel de fogo, o qual agia no Nordeste a partir de Pernambuco, ou seja, a direção local da Organização informava sobre a viabilidade de uma operação e o tal grupo vinha ao Estado para agir. Foi o que aconteceu quando das ações de expropriação realizadas pelo “BR” ao carro pagador do *London Bank* e ao Banco do Brasil de Maranguape, respectivamente em março e setembro de 1970.

*O PCBR tinha duas estruturas separadas. Uma era uma direção política e a outra uma direção militar. Quem decidia era a direção política. Eu fazia parte da direção política. Agora, a execução era feita pelo grupo armado, que era um grupo móvel na região do Nordeste. Esse grupo era chamado para vários estados, geralmente faziam [ações] com algum outro componente da região do estado. Aqui houve vários assaltos. Mário Albuquerque, ex-militante do PCBR.*¹⁴⁶

145 lb. Idem., p. 68-72. Usamos as mesmas categorias e agrupamentos estatísticos utilizados por Ridenti em sua obra.

146 Mário Miranda de Albuquerque nasceu em Fortaleza no ano de 1948. Líder estudantil dos anos 1960, participou da luta armada no PCBR, o que lhe valeu a condenação de 34 anos de prisão, dos quais cumpriu nove, sendo liberto apenas com a Anistia em 1979. Atualmente preside a Associação 64/68 Anistia. Entrevistado a 20/01/2003.

Havia o caso também de revolucionários que vieram ao Ceará por terem se tornado alvos visados pela Ditadura em suas áreas originais de militância. No Ceará, porém, continuaram ativos. A escolha de um ou outro local não apresentava razão única: poderia acontecer por “menor intensidade” da repressão em certa área, por melhor estruturação da organização guerrilheira (o que facilitava a proteção e acobertamento do militante), falta de opção melhor ou mesmo laços de amizade e de parentesco. Um caso exemplar disso igualmente refere-se ao PCBR: o fundador local da Organização, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, ativista estudantil em Recife, deslocou-se para a Fortaleza em decorrência das sistemáticas perseguições que sofria na Capital Pernambucana por parte dos agentes do Regime Militar:

[Vim para o Ceará por] acaso! Poderia responder simplesmente assim (...) Foi o acaso. Preso [no Recife] em outubro de 67, saído da prisão depois de cinco dias, desencantado com o comportamento de alguns companheiros e meio cismado com o meu próprio comportamento, fiquei por três meses sem nenhum contato e procurando não perder o ano na Faculdade. [Os agentes da repressão], contudo, começaram a revelar que não iriam me dar muita sopa, embora me houvessem soltado. Ficavam paquerando as imediações lá de casa, ameaçando familiares (eu ainda morava com meus pais e uma irmã), até que resolvi terminar o ano letivo e cair fora. A primeira opção seria algum estado do Sudeste – principalmente o Rio de Janeiro, onde já havia alguns amigos foragidos. Mas achei que seria mais fácil manter o curso [de Direito], como de fato foi, se ficasse por aqui. Lembrei então de Fortaleza, por força da amizade com Pedro Albuquerque (que havia encontrado no Congresso da UNE em Campinas e que havia sido companheiro de meu irmão mais velho nas Ligas do Julião). Munido de uma carta do mano e do endereço da família do Pedro, desembarquei em Fortaleza na madrugada do dia 2 de janeiro de 1968.¹⁴⁷

Têm-se também casos de ativistas os quais foram mandados ao Estado objetivando incrementar a guerrilha local. Foi o sucedido com os três guerrilheiros enviados em 1970 ao Ceará pela cúpula nacional da ALN, Antônio Carlos Bicalha Lana, Antônio Esperidião Neto e Valdemar Rodrigues Meneses, todos, inclusive com treinamento militar em Cuba (daí porque ficaram conhecidos como “Os Cubanos”), de onde regressaram ao Brasil entrando exatamente pelo Ceará. Na sua justificativa no processo de indenização junto a

147 Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho nasceu no Recife, em 1946. Foi líder estudantil e um dos fundadores do PCBR em Fortaleza. Atualmente é funcionário público em Pernambuco Entrevistado por e-mail em 2006.

Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, Valdemar Meneses, ex-estudante do Seminário de Olinda-PE, relata:

(...) Ingressei em Brasília num grupo de resistência que estava em conversação com a ALN de Carlos Marighela. Fui mandado a São Paulo para contato com Marighela e a cúpula da ALN, inclusive Joaquim Câmara Ferreira. Marighela resolveu enviar-me a Cuba para me preparar militarmente para o lançamento da guerrilha rural. [Em Cuba], permaneci dois anos. Um ano depois de minha chegada, Marighela foi morto. Em seu lugar, assumiu Joaquim Câmara Ferreira, que foi a Cuba logo em seguida. Lá me encontrei com ele e acertei minha vinda para o Ceará.¹⁴⁸

Tal regresso e atuação se deram pela crença de que a repressão era “menor” nas terras cearenses – em geral, esses militantes com maior treinamento militar eram assassinados pela Ditadura, em virtude do óbvio “perigo” que representavam, pois propagariam para outros companheiros as técnicas e experiências aprendidas na Ilha de Fidel, como foi o caso de Antônio Carlos Bicalha Lana, morto sob tortura em São Paulo depois – ou um indício de como a organização fundada por Carlos Marighela acreditava na expansão das ações guerrilheiras no Nordeste brasileiro? Não conseguimos apurar, mas é possível que uma combinação das duas conjecturas seja a resposta.

Vale ressaltar que razões idênticas (fuga da repressão, realização de ações esporádicas e aumento das ações guerrilheiras) também motivavam cearenses a irem a outros estados do Brasil ou até mesmo para o exterior realizar treinamento de guerrilha. O já referido Mário Albuquerque, então recém casado com a também guerrilheira Vera Rocha, ambos fundadores do PCBR em Fortaleza, acabaram deslocados em 1970 para Recife, isso como uma “ascensão” dentro da Organização, uma “premiação” (atribuíam-se a Pernambuco maior importância política) por sua militância forte no Ceará e disposição para a luta, bem como uma forma de retirá-los das vistas dos órgãos de repressão cearenses, que já os perseguiram pelas atividades “subversivas” praticadas – tanto que tiveram de casar às presas na clandestinidade.

148 Valdemar Rodrigues de Meneses nasceu em Santana do Ipanema-AL no ano de 1945. Foi seminarista em Olinda-PE e integrante da ALN. Atualmente exerce a profissão de jornalista. Processo de Requerimento de Indenização de Valdemar Rodrigues Meneses. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

Quando foi em 70, veio uma convocação da direção regional, da direção nacional, para que nós fossemos pra Recife, eu e Vera (...) Era uma espécie de uma promoção você ir para um centro como Recife, que era onde o Partido tinha o centro principal e no Brasil era um dos importantes. O Nordeste sempre foi uma base muito forte do PCBR. Tanto é que a maior parte dos assaltos foram feitos no Nordeste pelo PCBR. Mas o critério que eu fui pra lá não foi porque eu era de um quadro de alto nível, etc., era a pessoa disponível, com disposição. O critério na verdade dessas organizações era isso, era disponibilidade de pessoal. Coragem, eu não digo nem coragem, digo a disponibilidade, as vezes a impulsividade.¹⁴⁹

O ativista da ALN Carlos Thmoskhenko, após o justicamento de um comerciante em São Benedito-CE e desmantelamento da Organização do Estado, teve que fugir em setembro de 1970, indo para o Centro-Sul brasileiro e depois exterior. Poderia-se questionar por que um militante cearense perseguido pela repressão se deslocaria exatamente para o Rio de Janeiro, onde, em tese, a repressão era maior. Como dissemos, o “grau” de intensidade da repressão de fato era um elemento a ser considerado num momento de fuga. Havia, contudo, outros quesitos, como o apoio que poderia ter da Organização para fugir ou continuar a militância (certamente os grupos armados no Centro-Sul eram melhores estruturados que no Ceará) ou a única opção possível, sobretudo quando se considera a grande tensão, nervosismo e medo, de cair nas garras do Regime Militar. Thmoskhenko foi o único ativista a não ser capturado pela ação em São Benedito¹⁵⁰.

Entre os que deixaram o Estado para fazer treinamento de guerrilha em Cuba estava Sílvio Mota, um dos organizadores da própria ALN no Ceará:

Se você ler os textos de Marighela, ele tinha a preocupação de formar os altos quadros da guerrilha, uma oficialidade, talvez. Ele aproveitava pessoas que já tinham ficado “queimadas” [com a Ditadura] e outras. Houve vários grupos que foram para Cuba. Ele chamava de “exércitos” (...) O primeiro grupo foi mais de operários e quadros do Partido. O segundo foi mais de estudantes e gentes das zonas estratégicas. Finalmente, quando foi o terceiro grupo, que foi o que eu participei, foi gente com experiência de ação.¹⁵¹

149 Mário Albuquerque, entrevistado a 20/01/2003.

150 Carlos Thmoskhenko Soares de Sales era Policial civil, nascido em Fortaleza no ano de 1942. Militante da ALN. Entrevistado em 11/06/2003. Falecido em 2005.

151 Sílvio de Albuquerque Mota é originário de Fortaleza-CE, nascido no ano de 1945. Participante do movimento estudantil dos anos 60. Atuou no PCB, PC do B e foi um dos líderes

Essas “andanças”, além de excelente forma de difundir, levar e trazer informações sobre as ações de guerrilhas Brasil afora, furando a censura e a contrapropaganda dos meios de comunicação, permitiam trocas de experiências entre os militantes, indo do uso de novos instrumentos de combates, passando por novas técnicas de ação, a obtenção de novos quadros para a guerrilha, dicas para evitar erros cometidos alhures e mesmo a transmissão de auto-confiança (afinal, o ativista local poderia fazer uma ação ao lado de alguém mais “experimentado” na luta e vindo de um “centro político mais avançado”).

Num dos relatos que manteremos anônimos, foi dito:

A ALN mandou para cá um cara (...) Ele passou a dar aula de luta e defesa pessoal no CÉU, e aquelas pessoas que ele via que tinha maior preparo e dedicação, ele começava a fazer os contatos para entrar na Organização. Ele trouxe também de Cuba umas cartilhas de guerrilha ensinando a fazer coquetéis molotovs químicos, do tipo que explodia quando era jogado (...) foi a gente da física que introduziu esses coquetéis aqui no Ceará. Depois, ele [Davi] foi embora não sei para onde.¹⁵²

Relata a ex-guerrilheira do PCBR, Maria Quintela:

(...) Nessa mesma época veio aqui uma pessoa chamada... hoje eu sei o nome dele: Davi Farias. Já ouviu falar Davi Farias? O Davi veio para cá, ele veio dar um treinamento em armas. Não veio só ele, não, vieram várias pessoas dar treinamento em armas, o pessoal que ia a Cuba e que voltava.¹⁵³

Em outro depoimento anônimo:

[numa tomada de carro], nos foi ensinado a botar esmalte na ponta do dedo para não deixar impressão digital, isso era uma coisa muito comum que fizemos, não deixar, para não ser reconhecido no carro (...) Nem sempre se escondia o rosto, porque num assalto a carro, a gente percebia que pessoa ficava muito mais hipnotizada pela arma do que por quem estava ali. As pessoas descreviam a

da ALN no Ceará, até ser deslocado para Cuba visando fazer treinamento de guerrilha. Viveu anos no exílio. Atualmente é juiz da Justiça do Trabalho. Entrevistado a 3/06/2006.

152 Depoimento mantido anônimo.

153 Maria Quintela de Almeida nasceu em Fortaleza, no ano de 1944. Foi Militante estudantil dos anos 60 e integrante do PCBR. Atualmente é publicitária. Entrevistada a 14/07/2006.

*arma muito bem descrita, agora não sabiam dizer se era branco, preto, amarelo, se tinha dez metros, se tinha um metro e meio (risos).*¹⁵⁴

Logicamente que aqueles “forasteiros” igualmente aprendiam algo, num excepcional intercâmbio de militância e de propagação dos ideais revolucionários. Os agrupamentos da esquerda armada, especificamente os “aparelhos” e mesmo depois, as prisões, onde viveriam por determinado tempo vários ativistas, eram estufas de tradições e trocas de experiências. Nas conversas, nos empréstimos de livros, debates políticos, planejamento de ações, nos afazeres domésticos e até brincadeiras e discussões do cotidiano, etc., os militantes se influenciavam mutuamente.

*(...) a questão do AI-5 jogou muita gente na clandestinidade, obrigou a deslocar. Por exemplo, quem era conhecido em Recife veio para o Ceará, quem era conhecido no Ceará foi para Recife, quem era conhecido no Rio foi para Bahia. A Nanci [Nanci Mangabeira Unger] era do Rio com o AI-5 ela foi para Bahia, você deslocou para colocar em estados onde aquelas pessoas que não eram conhecidas e a militância ficaria mais fácil.*¹⁵⁵ Vera Rocha, ex-militante do PCBR.

Não estamos afirmando, como fizeram os defensores da Ditadura (veja-se o capítulo 3), que foram elementos “estranhos e de fora”, vindo do Centro-Sul brasileiro ou do exterior, os responsáveis pela introdução das idéias “subversivas” e das práticas “terroristas” entre os cearenses. Longe disso. Já havia entre os militantes locais a intenção de realizar a luta armada. Estamos afirmamos, sim, que os ativistas “forasteiros” traziam experiências e mesclavam com as tradições e experiências locais, numa espécie de “movimento dialético guerrilheiro”. Não por acaso, os agentes da repressão buscavam eliminar aqueles militantes que tivessem mais experiências de combate (por exemplo, Marighela, assassinado em 1969, em São Paulo) ou treinamento de guerrilha no exterior, afinal, estes, poderiam passar seus conhecimentos para outros companheiros, incrementando as ações armadas no País.

Por esse mesmo motivo, a Ditadura mantinha sob vigilância os ativistas conhecidos, os aparentemente afastados da militância e os suspeitos de

154 Depoimento mantido anônimo.

155 Vera Rocha, entrevistada a 28/12/2004.

colaborarem com as esquerdas, todos catalogados nos órgãos de repressão, para saber com quem travavam contato. Um ativista ou colaborador destes, sendo acusado ou flagrado em contato com um guerrilheiro mais visado ou fazendo um “ponto” (local previamente acertado em que os militantes trocavam informes), era certamente detido – alguns seqüestrados mesmo, levados para as chamadas “Casas de Horrores”, espécies de aparelhos mantidos pelos agentes da Ditadura – e submetido a sevícias muitas, não apenas para que a repressão descobrisse o que havia sido comunicado, mas, igualmente, para evitar, que alguma nova tática ou informação, algo que pudesse ser um complicador para a Ditadura, acabasse passado adiante.

Eu fui preso em 69, 72 e 74. Em 74, eu fui seqüestrado (...) tinha ido comer alguma coisa no Bar Avião (...) Quando eu fui saindo, fui cercado pelo DOI, Destacamento de Operações Interna, querendo saber onde é que tinha um ponto do PC do B. Eles me abordaram, o Tenente Eurípides, na época ele era lá da PM, foi o fundador da Corpus Segurança. Ele já tinha me encontrado em 72. Ele diz: “No ponto de novo, não é Machadinho”? Eu nem respondi. Já sabia que estava preso, me deram um cala a boca, mãos nos meus peitos e me jogaram dentro do carro. Os carros que eles usavam eram com placa fria. Eles a paisana, armados... Eram bem uns cinco, me agarraram a força e me botaram dentro do carro. Aí me levaram e me torturaram uns dois dias (...) Me torturaram dois dias, com capuz e o mesmo esquema, ponta-pé, pau-de-arara, afogamento, aquele negócio todo.¹⁵⁶ Machado Bezerra, ex-integrante da ALN e PCBR.

Um dos fatores que contribuirá para a derrota das esquerdas no Brasil foi a descoberta pelos órgãos de repressão do funcionamento das organizações guerrilheiras, através da tortura de militantes caídos, da infiltração de espões e da colaboração dos chamados “cachorros”, ou seja, de ativistas capturados pela Ditadura e convencidos (forçados ou cooptados) por esta a colaborarem com a repressão – alguns chegavam a ser libertos, voltando a atuar nas organizações guerrilheiras, recebendo um salário por parte dos órgãos estatais de segurança e entregando sistematicamente informações e relatórios sobre o funcionamento da luta armada. Do mesmo modo que os militantes revolucionários, as forças da repressão igualmente trocavam experiências, ajudando-se mutuamente no combate à repressão,

¹⁵⁶ José Machado Bezerra nasceu em Camocim-CE, no ano de 1947. Ativista estudantil, integrou PCBR e ALN. Atualmente é professor de ensino médio. Entrevistado a 27/05/2003.

como nas visitas ao Ceará do delegado Sérgio Paranhos Fleuri, famoso por ter assassinado Marighela em São Paulo no ano de 1969 (veja-se o capítulo 3).

Não obstante a vinda de muitos militantes para o Ceará, a maioria daqueles que pegaram em armas eram cearenses natos ou com residência fixa no Estado. Iluminavam com o fogo saído de suas armas a “Terra da Luz”. Do universo de dados por nós colhidos (veja-se Quadro 1), aproximadamente 61,8% dos guerrilheiros eram cearenses natos e 5,8%, embora não tendo nascido no Estado, já residiam no Ceará antes de ingressarem na luta armada. Ou seja, 67,6% dos citados, a maioria esmagadora, eram pessoas que já viviam no Ceará antes de 1968.

Meu nome é Francisco Willian Montenegro Medeiros, nascido em 1944, em maio de 44, na cidade de Iguatu, Estado do Ceará. Eu estudei no Crato, que eram [uma das] duas opções na época, no Iguatu não tinha colégio, na época, de bom nível. Então, naquela época, [havia] Crato e Fortaleza e fui pro Crato morar com uma irmã da minha mãe, eram tios. Estudei no Colégio Diocesano do Crato, e o diretor era o padre Montenegro, parente nosso (...) Depois, vim para Fortaleza pro Colégio Cearense estudar interno (...) A gente já tinha um movimento dentro do Colégio Cearense, tinha um movimento muito efêmero, as dificuldades lá dentro do Colégio eram muito grandes, pra fazer política, mas a gente tentava conversar. Por aí que comecei a me politizar...¹⁵⁷ Willian Montenegro, ex-militante da ALN.

Aqueles números são importantes, pois fazem ruir por terra o discurso construído pelos apoiadores da Ditadura Militar no Ceará, e difundido pelos jornais do período, segundo os quais os atos “terroristas” acontecidos nestas terras eram de ativistas vindos do Centro-Sul brasileiro, de onde foram expulsos ante o aumento da repressão (veja-se o capítulo 3). Não, não eram sulistas ou alienígenas – eram cearenses mesmo. Foram cearenses que procuraram contatos com os dirigentes nacionais das organizações armadas, como vimos no capítulo 1. Foram cearenses que lideraram as organizações armadas locais. Cearenses praticaram ações de expropriações de bancos, armas, seqüestros, etc. Cearenses que foram convocados para agir em outros locais do País em novas ações revolucionárias. Enfim, cearenses que com

¹⁵⁷ Francisco Willian Montenegro Medeiros é cearense Iguatu-CE, nascido em 1944. Foi Integrante da ALN. Atualmente é proprietário de uma empresa de produtos de limpeza. Entrevistado em 1/07/2003.

grande sensibilidade e solidariedade social, influenciados pelo rico contexto revolucionário dos anos 1960, herdeiros de tradições políticas contestatórias, em contato com experiências rebeldes variadas, que decidiram pegar em armas visando mudar aquela sociedade injusta e preparar o caminho para a implantação do socialismo no Brasil. São dados que também permitem questionar o “cearense idealizado” pelas elites como “ordeiro, pacífico e comportado”. Ao contrário, sempre houve “questionadores” no Estado. O “pacifismo” e a “idealização” dos povos só existem nos discursos vazios das classes dominantes...

Quanto à faixa etária (Quadro 2), de forma geral os guerrilheiros que atuaram no Ceará eram jovens: 58,9% apresentavam idade inferior ou igual a 25 anos, 29,4% idade entre 26 e 35 anos e 11,6% tinham mais de 36 anos. Apesar de não termos dados completos, percebe-se, considerando a composição de cada uma dessas faixas, o predomínio de pessoas com idade menor a 25 anos no PCBR (32,4%), enquanto na ALN, ainda que igualmente predomine os ativistas nessa faixa etária (26,5%), há mais guerrilheiros com idade variando entre 26 e 30 anos (20,6%) que no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (8,9%). Tal particularidade pode ser explicada pela origem política dos militantes da Ação Libertadora Nacional. Enquanto no PCBR predominou a “geração de 1968”, na ALN havia ainda vários ativistas “veteranos”, provindos do PCB e de 1964, e que acompanharam Marighela quando este organizou seu agrupamento guerrilheiro, como abordamos no capítulo 1. Apesar disso, eram pessoas jovens:

[Comecei a militância] na universidade, lá pelos meus 20, 21 anos, e fui me envolvendo nos Centros Acadêmicos, DCE, que eram ilegais, mas funcionavam e estavam todos tomados pelas esquerdas (...) Eu me identifiquei... eu achava que a luta democrática, a manifestação de rua, essa coisa não levava a muita coisa, ficava naquilo mesmo, a repressão já tava montada, e o único jeito de mudar a sociedade seria por uma luta armada, eu já tinha essa idéia (...).¹⁵⁸ Anônimo.

A predominância de jovens levou o Regime da Farda e seus defensores a tachar os guerrilheiros de “imatuross, inexperientes, seduzidos pelos discursos radicais de comunistas interessados em destruir os valores

158 Depoimento mantido anônimo

nacionais”. Os equívocos cometidos pelos guerrilheiros, a derrota fulminante sofrida por estes e a própria opção pela luta armada, em tese poderiam confirmar essas idéias de “ingenuidade” das esquerdas. Obviamente que existiam ativistas ingênuos, mas isso não é “privilégio” dos agrupamentos guerrilheiros nem dos jovens – quantas pessoas de cabelos brancos não apoiaram com afinco o Golpe de 1964, achando realmente que a quartelada visava combater o “comunismo e a corrupção” do governo João Goulart? A opção pela luta armada deve ser entendida pelo contexto dos anos 1960, e não como algo estanque e isolado, discussão que realizamos no capítulo anterior.

Quanto aos equívocos, erros e excessos de autoconfiança praticados pela militância armada, não devem ser dissociados, conforme lembra Marcelo Ridenti¹⁵⁹, da sensação de força que os grupos armados imaginavam possuir, da ilusão de que o poder estaria próximo a ser alcançado, faltando apenas a ação decidida de uma vanguarda para obtê-lo. A vida clandestina, o ambiente de conspiração, as repercussões das notícias sobre ações exitosas armadas na imprensa, o porte de armas, etc., aumentavam cada vez mais esse sentimento de poder da guerrilha, o que no caso particular do Ceará, possivelmente deve ser aumentado um pouco mais ainda, visto que as primeiras quedas de ativistas da luta armada só deram-se no segundo semestre de 1970, enquanto no Centro-Sul do País a repressão vinha forte desde o ano anterior pelo menos. Nas próprias organizações, aqueles quadros que já tivessem feito ações, participado de combates, apresentavam mais prestígio entre os companheiros e ascendiam mais facilmente em termos de hierarquia, o que, aliás, era até compreensível, visto que os guerrilheiros exaltavam a ação em detrimento de “sonolentas conversas teóricas”. Acontece que esse processo crescente de militarização dos agrupamentos, entenda-se, de supervalorização da ação armada e de crença numa invencibilidade dos poder das esquerdas, levariam a ações cada vez mais ousadas e o pior, a descuido na segurança, o que custou caro para os ativistas...

A presença majoritária de jovens, em idade escolar, ajuda a explicar a predominância de estudantes entre aqueles que empunharam armas contra o Regime Militar no final dos anos 60 e início dos 70. Do universo de dados

159 RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., p. 51.

disponíveis (Quadro 3), nada menos que 70,6% dos guerrilheiros eram estudantes, percentual composto de 29,5% da ALN e 41,1% do PCBR. A predominância maior de estudantes no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no Ceará vincula-se obviamente a seu nascimento e estruturação dentro do movimento estudantil, o que não foi o caso da Ação Libertadora Nacional (formado a partir de dissidentes locais do PCB), embora também contasse com muitos estudantes em suas fileiras. Falou-nos a ex-guerrilheira Maria Quintela:

Eu entrei para Quarta Internacional [PORT] porque na época eu militava no Liceu e a Vera [Vera Rocha] também militava no Liceu (...) Recebi o convite e aceitei, nisso começou a passar em jornaizinhos (...) Quando eu tava na faculdade, no Jornalismo, recebi um convite do Mário [Mário Albuquerque], eu acho que foi o Mário que me levou, que me convidou para o PCBR.¹⁶⁰

Aqueles dados evidenciam a grande agitação estudantil acontecida no Ceará, particularmente no ano de 1968, constituindo-se, pois, os estudantes a grande fonte de recrutamento das esquerdas armada no Estado. É algo compreensível, pois, ante a atuação de militantes dos grupos revolucionários no meio estudantil, era neste que muitos daqueles jovens fazia sua “iniciação política”, participando das assembléias no CÉU (Clube do Estudante Universitário), comparecendo em atos públicos de protesto, como nas passeatas que saíam da Faculdade de Direito em direção à Praça José de Alencar, participando de greves, panfletando nas ruas e ônibus ou realizando comícios relâmpagos, denunciando o que se passava no País, ou ainda lendo, pedindo e emprestando livros sobre marxismo, guerrilha, mazelas da sociedade brasileira, etc. Os colégios e faculdades eram, literalmente, escolas para a formação de militantes de esquerda.

Os estudantes mais arrojados, com visível vocação de dedicação à causa revolucionária mais radical (entenda-se, luta armada), eram em pouco contactados por algum militante já “iniciado” e convidado a deixar a retórica do dia-a-dia e entrar numa organização guerrilheira pra efetivamente “fazer a revolução”. Perante os poucos efeitos concretos e limites da luta estudantil e o fechamento e repressão cada vez maiores por parte da Ditadura, o

160 Maria Quintela, entrevistada a 14/07/2006.

engajamento nas ações armadas parecia o “caminho natural” daqueles jovens de maior politização. O irônico é que os grupos de esquerda nos quais os estudantes adentraram igualmente não conseguiriam fazer a sonhada revolução, caindo num crescente ostracismo e marginalização social. Ao contrário do que se possa imaginar, a entrada em uma ou outra organização, apesar das divergências políticas entre estas (relativamente ao caráter da revolução brasileira, as formas de lutas pra chegar ao poder, o tipo de organização necessária, etc.), dava-se, sobretudo pelos vínculos de amizade pessoal com os colegas e líderes estudantis, visto que poucos conheciam em profundidade teoria revolucionária e porque o impulso da época era a ação prática e imediata, e não debates teóricos. Contou-nos Vera Rocha:

No final de 1967 e início de 1968, eu tenho muito contato com esse pessoal que já está fazendo discurso da luta armada, o pessoal mais radical e eu acho que tem mais uma correspondência por um tipo de militância que eu desenvolvo, que eu vejo, a violência política. A violência da Ditadura Militar é muito grande nas ruas. Aí começam as prisões, as coisas começam a ficar muito pesadas. Aí eu conheço um aluno também da Faculdade de Direito, que é o Francisco de Assis Barreto Rocha, pernambucano e bem mais velho. Então, ele já tinha sido militante no pré-64 lá, como ele estava procurado em Pernambuco, ele vem e se transfere para Fortaleza e vai estudar na Faculdade de Direito aqui. E ele é a ponta-de-lança do PCBR aqui no Ceará, aí ele me conhece, vê, acha que eu tenho muito potencial, muita garra, aí ele começa a fazer contato comigo e tentar mostrar as contradições entre a minha militância e a ideologia política que eu tinha que era a do PORT. E aí com isso, eu saio, final de 67, início de 68, do PORT e vou para o PCBR.¹⁶¹

O grande número de estudantes e de outras categorias semelhantes expõe, como em outros locais do Brasil, o predomínio dos chamados segmentos médios intelectualizados¹⁶² entre os guerrilheiros cearenses – 79,5% do conjunto de dados aos quais tivemos acesso (Quadro 3). O caminho militar para a revolução apontado por Cuba e outras lutas do contexto da década de 1960, a solidariedade com os pobres e o desejo de uma sociedade mais justa, a frustração com a Ditadura – muitos integrantes da classe média apoiaram o Golpe de 64 –, a repressão, a censura, a crise econômica e o risco constante de empobrecimento da classe média, entre outros elementos,

¹⁶¹ Vera Rocha, entrevistada a 28/12/2004.

¹⁶² Artistas, empresários, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais ou outros com formação superior e religiosos. RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., p. 70.

ajudam a entender por que aqueles jovens, de posição social razoável, decidiram pegar em armas e entrar na guerrilha.

Dentre os enquadrados como pertencentes a esses setores médios intelectualizados no Ceará, há o caso de um empresário que emprestou apoio à luta armada. Trata-se de um caso peculiar e específico, é verdade, mas que demonstra como a compreensão da conjuntura histórica deve ser ampla, escapando aos estereótipos e idéias pré-concebidas. Em geral, a burguesia foi solidária à Ditadura – a maioria apoiou e muitos comerciantes e empresários contribuíram com recursos diversos para o combate a “subversão”. Todavia, verificaram-se exceções, nacionalistas, os quais hipotecaram ajuda aos guerrilheiros e até participaram das organizações de esquerda armada, mesmo porque muitas destas esperavam o apoio de segmentos da “burguesia nacional” para fazer a revolução, como a ALN – e foi exatamente da ALN o comerciante cearense João Adolfo Abreu Mora, sobre quem se escreveu no pedido de indenização à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou:

(...) À época dos fatos, era empresário do ramo de material elétrico em Fortaleza. Sua empresa, Organização Olavo T. Moura Elétrica, era das mais conceituadas na esfera comercial (...) A sensibilidade em relação às dificuldades de sobrevivência enfrentadas pela população despertaram no Requerente a consciência para os problemas sociais do País. Por outro lado, a liberdade de organização política e pleno exercício da cidadania estavam tolhidos pelo regime instaurado em 1964. Foi nessa conjuntura que o Requerente, então jovem, aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ingressando em seus quadros (...).¹⁶³

Por outro lado, as organizações armadas no Ceará contavam com poucos integrantes das camadas de transição¹⁶⁴ – 14,8% – e das camadas de base¹⁶⁵ – 5,7%, revelando suas dificuldades de penetração nos setores de trabalhadores manuais e o isolamento social que se aprofundou ao longo dos anos e que contribuiria para sua derrota, apesar dos agrupamentos armados pregarem o “trabalho com as massas”. As esquerdas imaginavam-se

163 João Adolfo Abreu Mora nasceu em Fortaleza-CE no ano de 1932. Processo de Requerimento de Indenização. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

164 Autônomos, empregados, funcionários públicos, técnicos médios, etc. RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., p. 70.

165 Lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores manuais urbanos. Id. Ibidem., p. 70.

representantes da classe trabalhadora, porém concretamente não conseguiam se aproximar dela. Mesmo com as greves verificadas em 1968, a severa intervenção da Ditadura no movimento dos trabalhadores após o Golpe de 64 foi básica para desarticulá-lo.

A gente fazia comícios nas portas das fábricas, que você tinha que fazer com apoio armado, panfletagem, uma coisa muito relâmpago, você tinha que ser muito breve, porque quando a polícia chegava você já tinha que ter saído (...) A gente falava invariavelmente da Ditadura, de transformar o País, das propostas que a gente tinha para o movimento operário, de organização da massa operária (...) Na época, nós achávamos que eles nos recebiam muito bem. Hoje, eu acho que não... (riso) Tinha muita simpatia, mas eles tinham muita dificuldade de se organizar, porque a repressão dentro das fábricas era muito grande¹⁶⁶. Depoimento anônimo

Um dos poucos trabalhadores manuais a participar de uma organização armada no Ceará foi José Ferreira Lima, não por coincidência membro da ALN, que mantinha um pequeno setor operário formado sobremaneira por antigos militantes do PCB que seguiram Marighela para a guerrilha. Ferreira Lima nasceu em Cajazeira-PB em 1921, vindo para Fortaleza em 1942 e passando a trabalhar na indústria têxtil. Em pouco entrou no PCB e tornou-se líder sindical, ocupando a presidência do Sindicato dos Têxteis do Ceará e sendo um dos diretores do Pacto Sindical até o golpe de 1964. Perseguido pelos patrões, que lhe recusavam emprego, vivendo de serviços eventuais e trabalhos em pequenas fábricas (em geral, pertencentes a amigos), passou a participar do PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), adentrando a seguir na Ação Libertadora Nacional. Detido em 1970, com o desmantelamento da ALN, passou quase 10 anos presos. Libertado com a anistia, começou a participar dos movimentos de bairro em Fortaleza, até falecer em 1986¹⁶⁷.

Da mesma forma, participaram poucas mulheres na esquerda armada cearense – dos dados disponíveis, 20,6% dos envolvidos eram guerrilheiras (Quadro 4). Apesar de pequenos, esses números são significativos, quando se lembra o machismo reinante na sociedade cearense, o anticomunismo

166 Depoimento mantido anônimo.

167 Processo de Requerimento de Indenização de José Ferreira Lima. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

associado às pregações da influente Igreja Católica local e a pequena participação de mulheres na política partidária nos anos 60 como um todo – a mulher apresentava um papel secundário, de ratificar sua “função” de “mãe/esposa/dona-de-casa” e “guardiã dos valores familiares e cristãos”, como nas passeatas de apoio aos golpistas de 1964. Aquele percentual é um evidente sinal do processo de emancipação feminina acontecido no final da década de 60, quando, sobretudo jovens mulheres, estudantes principalmente, se engajaram nas manifestações as quais questionavam o *status quo* e defendiam uma sociedade mais justa não apenas na questão de classes, mas também em termos de sexo. Vale ressaltar, contudo, que a perspectiva era de criar uma nova sociedade, um novo homem (e uma nova mulher), mas não da liberação específica da condição feminina, proposta que não fazia parte do contexto político brasileiro dos anos 1960¹⁶⁸.

Ainda que tal politização e defesa das causas socialistas não tenham obviamente atingido todas as mulheres e nem o machismo tenha acabado no Ceará – os jornais noticiavam com ar de surpresa e indignação os nomes de mulheres atuantes na guerrilha local – ou entre as esquerdas, rompia-se, de certa maneira, o papel da mulher restrita à vida doméstica e subserviente ao mundo masculino. Chamam a atenção os dados por mostrar mais uma vez como era forte no imaginário dos militantes da época no Estado o desejo pela luta armada, visto que, pelas características militaristas da guerrilha, havia uma tendência a afastar a integração feminina, pois historicamente sempre foi difícil converter mulheres em soldados.

Havia outras mulheres no PCBR (...) do grupo de fora vieram umas três ou quatro mulheres, veio de Alagoas, tinha a Yvone [Maria Yvone Loureiro, uma das fundadoras do PCBR Local]. Daqui de Fortaleza tiveram outras também, teve uma prima minha, a Helena, morreu ano passado, Helena Mota Quintela. A Helena foi uma pessoa também que eu trouxe para o movimento, que teve atuação grande, mas pelo fato... ela teve contato... ela foi denunciada muito cedo e nessa denúncia ela teve que ir embora daqui, teve uma prisão e nessa prisão vieram muitos traumas, muitas histórias (...).¹⁶⁹ Maria Quintela, ex-militante do PCBR.

168 RIDENTI, Marcelo. Ob. Cit., p. 198-203.

169 Maria Quintela, entrevistada a 14/07/2006.

Apesar dos discursos de igualdade entre os sexos, o machismo ainda existia dentro das organizações armadas, afinal, as esquerdas, por mais que desejassem mudar a sociedade, também a refletiam. Verdade que nas práticas do cotidiano, prevaleciam na guerrilha regras semelhantes para homens e mulheres, tabus como virgindade e sexualidade eram questionados, tinha-se um discurso de igualdade total entre homens e mulheres:

*O aparelho é uma casa “diferente”, tem que limpar, tem que cozinhar e tal. As funções eram divididas. As mulheres, os homens, todo mundo fazia tudo. Tinha um rodízio, alguns se organizavam por semana. As vezes, tinha homens que cozinhavam inclusive melhor que as mulheres. Então, era a semana da limpeza, a semana da cozinha. E aí gente trabalhava na base do rodízio (...) Tinha uns que não gostavam, tinha uns que trocavam (riso). Troca: “Essa aqui é a minha semana de cozinhar, você não quer que eu lave a louça para você, para você cozinhar para mim?” Se o cara trocasse... Isso era uma orientação do Partido. Tinha que ter igualdade total, não podia tentar construir uma sociedade igualitária se a gente não fizesse...¹⁷⁰
Vera Rocha, ex-militante do PCBR.*

Contudo, nas questões macros, nas decisões, nos comandos das organizações, as mulheres, ainda que ocupassem espaços, eram preteridas, diante da crescente militarização dos agrupamentos e pelo discurso machista segundo o qual, “como não eram aptas a realizar ações armadas”, na poderiam falar com “autoridade” sobre um ou outro tema ou porque – chegou-se a esse extremo – eram “emocionalmente instáveis”. Poucas realmente participaram de ações armadas. Normalmente, cabia às mulheres participar das operações de levantamento de informações ou “fazer ponto” (realizar contatos), pois o machismo da sociedade não iria desconfiar que ações de guerrilhas fossem feitas pelo “belo sexo frágil”. Ora, mas as esquerdas quando impunham esse tipo de missão, estavam apenas ratificando e se aproveitando desse machismo! Portanto, ocorreram rupturas e avanços das mulheres militantes armadas, contudo, não de forma exagerada e sem romper com o machismo que existia igualmente nas próprias esquerdas.

Os companheiros achavam que nós não tínhamos condições para participar de ações, daí a gente muitas vezes ficavam mais na parte estratégica, de dar subsídios para o grupo e tal. A

170 Vera Rocha, entrevistada a 28/12/2004.

gente fazia, dava nossa contribuição, pelo bem da Organização e da causa, mas eu sentia isso... Não éramos todos iguais? Por que não igualdade mesmo, para todos os efeitos? Os homens eram muito mais ouvidos dentro da organização (...)¹⁷¹. Depoimento anônimo.

Em suma, os guerrilheiros que atuaram no Estado entre 1968-72, de forma geral, eram cearenses natos, jovens, de idade inferior a 25 anos, pertencentes à classe média intelectualizada, estudantes, sobretudo, do sexo masculino, evidências que ratificam os dados expostos nacionalmente no trabalho de Marcelo Ridenti, com alguma ou outra diferença de percentual possivelmente explicado pela parcialidade de documentos aos quais tivemos acesso, em virtude da não abertura ainda dos arquivos da Ditadura no Ceará.

171 Depoimento mantido anônimo.

TABELAS

**QUADRO 1
PROCEDÊNCIA DOS GUERRILHEIROS**

	ALN	PCBR	TOTAL
“Forasteiros” – ações esporádicas	0	2	2
“Forasteiros” – fugitivos da repressão	1	2	3
“Forasteiros” – incrementar a guerrilha	3	3	6
“Forasteiros” – Total	4 (11,8%)	7 (20,6%)	11 (32,4%)
Cearenses natos	13	8	21
Residentes no Ceará	2	0	2
Cearenses – Total	15 (44,2%)	8 (23,4%)	23 (67,6%)
TOTAL DE GUERRILHEIROS	19	15	34

**QUADRO 2
FAIXA ETÁRIA, USANDO COMO REFERÊNCIA 1970**

Organização	Até 25 anos	26 a 35 anos	36 anos ou mais	Total com idade
ALN	9 (26,5)	7 (20,6%)	3 (8,9%)	19
PCBR	11 (32,4%)	3 (8,9%)	1 (2,7%)	15
Total	20 (58,9%)	10 (29,5%)	4 (11,6%)	34 (100%)

QUADRO 3
AGRUPAMENTOS, OCUPAÇÕES E GRUPOS ORGANIZACIONAIS

Grupo Ocupacional/ Ocupação	ALN	PCBR	TOTAL
Camadas de Base	2	0	2 (5,7%)
Operário Industrial	1 1	0	1 1
Camadas de Transição	5	0	5 (14,8%)
Policial civil	1		1
Vendedor	1		1
Func. Publico	1		1
Corretor	1		1
Contador	1		1
Camadas Médias intelectualizadas	12	15	27 (79,5%)
Estudante	10	14	24
Professor	2	0	2
Empresário	0	1	1
Total	19	15	34

QUADRO 4
SEXO

Organização	Feminino	Masculino	Total
ALN	3	16	19
PCBR	4	11	15
Total	7 (20,6%)	27 (79,4%)	34 (100%)

2.2 Fazendo a Hora

Entre as principais fontes de pesquisa para a elaboração da presente obra estiveram os depoimentos colhidos junto a vários ex-militantes da esquerda armada no Ceará. Não pretendemos retomar em detalhes a discussão realizada em páginas anteriores, mas apenas ratificar a idéia segundo a qual as reminiscências de um indivíduo, expressas oralmente, também dependem das alterações sofridas pela sua própria identidade pessoal, levando-o à necessidade de compor um passado com o qual possa conviver. Contudo, tal composição nunca é inteiramente bem-sucedida, o que ajuda a entender os silêncios, os bloqueios, as ansiedades, etc., de pessoas sobre seu passado¹⁷². No caso da presente pesquisa, é nesta lógica que se compreende a recusa de alguns ex-guerrilheiros em darem depoimentos ou de falar sob o escudo do anonimato.

Não por acaso, esses antigos militantes viveram experiências traumáticas, como a participação no referido caso de justicamento de São Benedito, ou torturas tão brutais que atingiram questões de foro íntimo, como a sexualidade. E mesmo aqueles que se decidiram dar um depoimento aberto, falavam rapidamente sobre temas dolorosos ou omitiam episódios. Foi o caso de uma entrevistada que, durante o depoimento não mencionou o episódio de ter sido orientada pela cúpula de sua organização a interromper uma gravidez inesperada (soubemos disso, por acaso, numa conversa informal com outro militante), sob a alegativa de que a gestação requereria cuidados especiais, complicados para uma organização armada, e que deixaria a mulher muito fragilizada emocionalmente, ao ponto de, presa pela repressão, acabar mais facilmente revelando detalhes sobre a guerrilha – o aborto foi feito com o

172 Vide FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Uso e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº. 3, p. 3-15, 1989. THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 15, p. 51-71, 1997. THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 15, p. 51-71, 1997. NORA, Pierre. Entre Memória e História. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC nº. 10. p. 7-24, 1993.

auxílio de um médico pertencente ao mesmo grupo revolucionário¹⁷³. O historiador deve respeitar e entender esses silêncios.

A identidade traduz, igualmente, um sentimento e uma certeza de pertencimento e vinculação a uma experiência de vida comum. Assim, a questão da composição da identidade deve ser levada em conta quando se busca melhor compreender as motivações e imaginários dos militantes de esquerda armada no Ceará. A partir dos depoimentos colhidos, percebemos que um dos elementos básicos da identidade dos guerrilheiros que atuaram no Ceará nos anos 60, entendido como uma das razões que os levou à ação armada, era o da solidariedade para com o outro, o desejo de um futuro melhor, justo e igualitário para os homens, um futuro que seria alcançado apenas com o socialismo. Desejava-se uma sociedade com justiça social, alternativa ao capitalismo vigente e sustentado no Brasil por uma Ditadura a qual não hesitava em usar a força para manter a ordem, calando e oprimindo a população. Afirmou um ex-guerrilheiro:

Estava numa reunião de estudantes na Faculdade de Direito, quando a Moema [Moema Santiago] chegou para mim: “Fabiani, é o seguinte, todo mundo vai morrer um dia, então vamos morrer por uma causa nobre, mudar o mundo de verdade, ajudar quem precisa (...)”. Eu disse o seguinte: “Eu não sou morredor; eu vou lutar” (silêncio). Eu já tava em contato com o pessoal da ALN. Esse pessoal conhecia minha atuação no movimento estudantil (...). Então, fomos de mala e bagagem para a ALN.¹⁷⁴ Fabiani Cunha, ex-integrante da ALN.

O ideal da “causa nobre” esteve também no depoimento seguinte:

Até então eu era um simpatizante do marxismo, mas não me considerava marxista. Eu tinha muita sensibilidade social, de me revoltar com as injustiças do mundo. Mas a direção da ALN era marxista e seu projeto era socialista, de derrubar a Ditadura e partir para o sistema socialista... Isso bater mais ou menos com o que eu queria...¹⁷⁵ Anônimo.

173 Manteremos anônimos os nomes das pessoas, para preservá-las.

174 Fabiani Cunha nasceu em Fortaleza-CE, no ano de 1940. Foi ativista estudantil e militante da ALN. Atualmente é assessor parlamentar na Assembléia Legislativa. Entrevistado a 23/05/2006.

175 Depoimento mantido anônimo.

O ex-ativista William Montenegro, igual outros, em sua entrevista foi no mesmo sentido:

*Então nós achávamos realmente que seria não uma revolução socialista, ninguém imaginava isso, mas pelo menos, a queda da Ditadura Militar nós acreditávamos. Esse trabalho ocasionaria a queda da Ditadura, e a criação de uma sociedade mais justa, que atenuasse as injustiças, a pobreza, a miséria do nosso povo (...).*¹⁷⁶ William Montenegro, ex-militante da ALN.

Um dos Fundadores do PCBR no Ceará igualmente ressaltou o aspecto da solidariedade:

*Eu comecei a militar politicamente na Juventude do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual entrei em 1962, pouco antes de completar 16 anos de idade. Essa opção inicial foi mais determinada pela efervescência político-cultural que assinalava o período, o clima de liberdade reinante. Em Pernambuco, o governo Arraes começava a sinalizar o que era possível fazer em termos de governo-popular-democrático, trazendo à cena política os milhões de deserdados dos campos, trabalhadores rurais e camponeses, até então absolutamente relegados a undécimo plano (...) Nesse contexto, fui militando, embora só depois de 64 é que posso dizer ter feito, verdadeiramente, opção pelo comunismo e pela luta armada.*¹⁷⁷ Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, ex-integrante do PCBR.

A rigor, essa preocupação com a solidariedade e a justiça social constitui-se a mesma motivação que levara os velhos partidários do PCB à militância e a agüentar as maiores agruras e repressão nas décadas anteriores ao Golpe de 1964, como demonstrou o historiador Jorge Ferreira¹⁷⁸ – algo até lógico, pois muitos dos guerrilheiros, como se percebe no último depoimento, foram paridos no Partidão. Na realidade, para aquele autor, o imaginário comunista, por mais que pregasse o racionalismo, o secularismo e o materialismo, estava eivado de tradições míticas, sacras e nostálgicas provenientes de sociedades antigas, especialmente da cultura judaico-cristã – mitos arcaicos e tradicionais que sobreviveram ao processo de dessacralização do mundo e que ainda circulam na sociedade moderna, expressos em manifestações discursivas e comportamentais. Assim, no ideário comunista,

¹⁷⁶ William Montenegro, entrevistado a 1/07/2003.

¹⁷⁷ Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, entrevistado por e-mail em 2006.

¹⁷⁸ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002, p. 23 e seguintes.

evidenciava-se a “luta entre o bem e o mal” (socialistas x capitalistas), o esgotamento do tempo por meio de uma “catástrofe” (a revolução) e a implantação de uma “idade de ouro” (a sociedade comunista), assegurando o reinado de justiça e fraternidade. Para o militante do PCB, o proletariado surgia como sujeito histórico que desencadearia a revolução – duvidar disso era grave falta ideológica. Não poderiam existir dúvidas: tal como um dogma, a revolução era inevitável, e os proletários, dirigidos por seu Partido, estariam à frente, cumprindo a missão histórica que lhes fora reservada. O *Manifesto Comunista* não seria apenas um texto de referência, mas “a verdade”, as palavras fundadoras e reveladoras da revolução.

Com uma ou outra pequena variante, tais elementos estão presentes também dentro do imaginário dos guerrilheiros. Estes acreditavam na justeza da causa. Haveria ideal mais justo, representando o “bem”, do que desejar um novo tempo, no qual se ultrapassariam todas as mazelas sociais e se garantiria felicidade para a humanidade? O “mal” era o capitalismo, que excluía socialmente milhões de pessoas, que provocava guerras, fome, miséria. O “mal” era a Ditadura Militar, as elites, a imprensa adestrada e até mesmo os “alienados”, aqueles que não enxergavam o que de ruim sucedia-se no País, corrompidos que foram pelo Regime. Para todos eles não havia “salvação”. Deveriam ser derrubados. Era inadmissível que a felicidade e o tempo novo não germinassem em virtude dos interesses de alguns poucos. Estes, expressões/integrantes da classe dominante, pagariam o preço de suas posições. Eram inimigos de classe e, caso não capitulassem, não deveriam ser poupados.

Os ativistas da esquerda armada criam-se como cumpridores de uma “missão histórica” (missão que parecia ser ratificada pelo que acontecia no mundo naqueles anos 1960, verdadeira “era das revoluções”), tendo a convicção na inevitabilidade e proximidade do triunfo de luta, para a qual valeria todos e quaisquer sacrifícios – matar, morrer, largar questões pessoais, familiares, etc., pela certeza da vitória. Acreditavam que aquele era o momento que há tempos esperavam. O militante ao entrar numa organização revolucionária apresenta como grande propósito fazer a revolução. Não pode hesitar. No passado, como em 1964, as esquerdas “titubearam” e em decorrência instalou-se uma Ditadura Militar, que seria a expressão de uma

burguesia e imperialismo “em desespero”, visando do modo mais brutal conservar seus interesses. Mas era tão grande a crise da sociedade capitalista que uma nova chance aparecera para os militantes. Eles deveriam estar cômnicos dos erros e hesitações do passado e de como não poderiam desperdiçar aquela nova oportunidade. Era-lhes, repetimos, seu dever de revolucionário. Foi no tempo deles que a crise capitalista atingira níveis insustentáveis, como demonstrava a adoção do AI-5. Deveriam agir – e agiram.

A revolução não seria feita mais pelo operariado e “seu partido”. Este perdera a oportunidade de fazer a revolução popular em 1964, embora a massa esperasse – e continuasse esperando – “ações mais incisivas”. A revolução seria promovida pela vanguarda guerrilheira, que com suas ações de ataques à ordem burguesa, motivaria as massas a segui-la rumo a um “novo tempo”. A revolução estava na “ordem do dia”. As intensas manifestações de 1968 não eram sinais de como o povo estava em franca revolta contra a ordem reinante? Bastava alguém – os guerrilheiros – tomar a iniciativa e realizar o “ataque final” ao sistema, pois concretizava-se um desejo das massas, as quais, contudo, não sabiam ou não tinham como realizar. A guerrilha era a “expressão da vontade do povo”, imaginava-se. O *Manifesto Comunista* continuava como “fonte da verdade”, mas também os textos de Che Guevara e Régis Debray, avidamente lidos pelos ativistas e, salvo algum aspecto, a “prova provada” (permitam-nos a retudância) do caminho a seguir, como se fossem receitas acabadas para o sucesso da causa, as regras a serem cumpridas para criar o novo, sem ater-se às peculiaridades e o dinamismo das diversas sociedades e as conjunturas históricas diversas.

(...) Eu vim decifrar bem as organizações, partido comunista, etc., quando eu comecei a ler sobre a Igreja, na prisão. Principalmente lendo um livro chamado “Canto na Fogueira”, de Frei Beto e do Frei Fernando. Que é uma reflexão deles, padres, enquanto presos políticos, refletindo sobre a Igreja, sobre a organização deles. E é impressionante a semelhança [com] os partidos comunistas. Porque as categorias eram as mesmas, tipo a infalibilidade papal – no caso dos partidos comunistas era a infalibilidade do partido (...) O secretário geral era incriticável. Basta ver o culto que se fazia a Stálin, etc.¹⁷⁹ Mário Albuquerque, ex-ativista do PCBR.

179 Mário Albuquerque, entrevistado a 20/01/2003.

Contou-nos Silvio Mota, antigo militante da ALN:

*[A luta armada] foi a melhor época de minha vida (...) É a questão da entrega total. Você está cumprindo uma missão histórica e se entrega totalmente aos interesses de sua Pátria e de seu povo. Não há coisa mais linda a se fazer na vida.*¹⁸⁰

Vera Rocha afirmou-nos:

*(...) Era incrível, hoje, quando eu olho para trás, é incrível, a coragem, como a gente era destemido. O paizinho ia nervoso [na polícia, quando de prisões], coitado! Preocupadíssimo com o que ia acontecer no interrogatório e a gente com dezesseis, dezessete anos, firme, peitando, certo da luta e do movimento.*¹⁸¹

Pode parecer um paradoxo os revolucionários falarem num futuro de harmonia e paz, e pregarem ao mesmo tempo a violência e a força para a construção dessa nova sociedade. Os militantes, porém, não vêem grande contradição, pois não há esperança para os oprimidos dentro do *status quo*. Este está corrompido pelo dinheiro das multinacionais, pelo imperialismo, pela censura e manipulação dos meios de comunicações, pela exploração aviltante do trabalhador, pela violência da Ditadura contra quem ousam questioná-la. Só a construção de uma outra sociedade, de tendência socialista, poderia “salvar” a humanidade. Assim, os guerrilheiros estariam apenas apressando o óbito do modelo capitalista, usando uma de suas armas – a violência – para parir o novo. O parto era doloroso, é verdade, sacrifícios seriam feitos, pessoas tombariam, mas valeria a pena no final. O tempo do capitalismo esgotara-se. Tratava-se de destruir o velho para construir o novo, um novo que não se encontrava distante, mas sim, bastante próximo, para o qual valeria os percalços enfrentados.

[Entre os guerrilheiros] praticamente não havia espaço para a vida pessoal, comum, como nós entendemos. A gente vivia sendo preso, se escondendo, já era aterrorizado (...) Havia uma série de slogans: “A burguesia não deixa o poder por conta própria”, “Só se responde à Ditadura com a violência das massas”, “Existem guerras injustas e guerras justas”. A violência era uma categoria política importante em grande parcela da esquerda pós-64. Isso colocava a

180 Silvio Mota, entrevistado a 3/06/2006.

181 Vera Rocha, entrevistada a 28/12/2004.

perspectiva de que na luta armada como inevitável, com que não se tivesse uma vida nos padrões normais. “A palha [da revolução] está secando, basta uma fagulha”. Isso dava um horizonte muito curto, a luta armada não era uma coisa de longo prazo. Era coisa de curto prazo. Então, pra que estudar, ter uma vida, isso seria como se fosse uma alienação, perda de tempo, de energias, etc.¹⁸² Mário Albuquerque, ex-integrante do PCBR.

A solidariedade e a busca da justiça social são expressas, portanto, como elementos constitutivos da identidade e das experiências comuns dos militantes armados, fincada num contexto rico de rupturas como o dos anos 60 e em tradições diversas, sobremaneira cristão-judaicas, tradições talvez mais fortes num estado como o Ceará, onde a Igreja Católica sempre teve grande influência político-social, moldando pensamentos e comportamentos – esteve presente na colonização catequizando conquistadores e indígenas, membros seus participaram de importantes momentos da histórica local, como na Revolução de 1817 e campanha abolicionista, cuidou da instrução básica da população, fundou entidades educacionais e intelectuais, teve representação no parlamento e governos, fundou jornais, praticou assistencialismo, moldou o modo de pensar de gerações via púlpito, etc., como demonstram alguns trabalhos acadêmicos¹⁸³. Com base nesses estudos, acreditamos que não se pode pensar o Ceará e os cearenses sem entender o papel da Igreja Católica – não por coincidência, de formas distintas, vários dos guerrilheiros apresentavam ligações diretas com essa Instituição, como veremos adiante.

O que, contudo, de forma mais imediata, levou os revolucionários a abraçarem esses ideais de solidariedade, a ponto de sacrificar-se num combate armado? Uma coisa percebida nas entrevistas foi a confiança dos guerrilheiros, à exceção de um ou outro, sobre o pouco domínio que tinha do marxismo quando de sua atuação entre 1968-72 – muitos só vieram realmente a ler Marx com profundidade nas prisões, após a derrota da luta armada.

Na época não tinha nenhuma base teórica... Eu lia o Lênin, mas não seguia as correntes. Inclusive, quando o pessoal começava a discutir na assembléia geral, ficava igual cego em tiroteio, sem

182 Mário Albuquerque, entrevistado a 20/01/2003.

183 MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé*. Fortaleza: Edições UFC, 1987. MONTENEGRO, João Alfredo. *O Integralismo no Ceará*. Fortaleza. Imprensa oficial do Ceará, 1986. PARENTE, Francisco José Camelo. *A Fé e a Razão na Política*. Fortaleza: Edições UFC/ Edições UVA, 2000.

entender o motivo das divergências.¹⁸⁴ Machado Bezerra, ex-guerrilheiro da ALN e PCBR.

Dessa maneira, em nossa pesquisa, percebemos experiências muitas, mais imediatas e que se entrecruzavam, somavam-se umas às outras, levando os ativistas a abraçarem a causa socialista e posteriormente à luta armada, como a influência familiar e de amigos, os contatos diretos com a Igreja Católica, o nacionalismo, o ambiente escolar e a revolta contra o autoritarismo da Ditadura.

Um caso da relação entre família e militância foi a trajetória de Carlos Thmoskhenko:

Meus pais eram comunistas do Partidão, PCB (...) Inclusive meu nome é uma homenagem à União Soviética. Em plena Segunda Guerra, eu nasci, no dia 1º de Novembro de 1942. E nesse dia, segundo contava meu pai, o exército de Hitler estava em Leningrado e o General Thimoskhenko, que era o estrategista de tanques de guerra, o derrotou. Por esse motivo o meu pai botou o meu nome em memória desse General (...) Minha mãe além de comunista, o pessoal diz que comunista é pagão, é não sei o que, minha mãe era católica também (...) Desde pequeno, eu via a minha mãe sair para as manifestações do Partidão e ela sempre me levava com ela, eu tinha cinco, seis anos, sete anos. Eu me lembro – eu sempre conto essas histórias – que um dia na Praça da Faculdade de Direito a minha mãe uma vez subindo naquela estátua do (inaudível), num comício do Partido, aí chegou a polícia, correu, minha mãe saiu me arrastando pelo braço (risos).¹⁸⁵

Talvez o caso mais exemplar de como a família, ao lado de elementos outros, repetimos, moldou a mentalidade de um militante socialista seja o de Mário Albuquerque, não apenas na influência das concepções de esquerda, mas igualmente na atitude de questionar e desafiar valores e normas estabelecidos:

Meu pai, Mário Albuquerque também, já tinha atividade política, era do Partido Comunista Brasileiro, tinha sido afastado porque não concordava com a orientação do Partido de não ter contato nem com trotskistas nem com fascistas, integralistas. Meu pai discordou dessa norma e por isso foi afastado do Partido. Mas ele continuava ligado porque, me lembro que eu era ainda garoto, ele mandava distribuir, no bairro onde eu morava – nasci, morei, no

184 Machado Bezerra, entrevistado a 27/05/2005.

185 Carlos Thimoskhenko, entrevistado a 11/06/2003.

Porangabussu, hoje chama Rodolfo Teófilo –, os jornais do Partido (...) Minha mãe, Maria de Lurdes Miranda de Albuquerque, ela trabalhava, não sei a partir de que ano, era 60, 62, ela começou a trabalhar nos Correios e Telégrafos. Naquela época, não tinha concurso. Era nomeação. Então ela começou a trabalhar. Inclusive, no período em que mulher trabalhar era coisa rara, enfrentava preconceitos terríveis, mulher que trabalhava nesse período. Minha mãe tinha uma formação católica, tanto que lá em casa tinha um enorme quadro do Coração de Jesus (...).¹⁸⁶

Não por acaso, outros irmão de Mário (Pedro Albuquerque, do PC do B e Célio Miranda, do PCBR) igualmente abraçariam a causa da luta armada. Num ambiente familiar desse, em contato com debates, idéias, jornais de esquerda, etc., era de se esperar que os filhos da família Albuquerque enveredassem pela causa socialista. Obviamente não estamos afirmando que todo filho de comunista deveria ser obrigatoriamente também comunista. Longe disso. Estamos afirmando que num ambiente familiar “propício”, tendo “heranças” de experiências e tradições de solidariedade e justiça social, e num rico contexto histórico de rebeldia, seria mais fácil alguém optar pela ideologia socialista e, ante a crescente radicalização política, ingressar num agrupamento guerrilheiro. A família é apenas um – importante – quesito, pois temos casos de militantes, de família “tradicional e conservadora”, os quais adentraram a luta armada.

Este é o caso da então universitária Moema Santiago, guerrilheira da ALN e vinculada à tradicional família local – era sobrinhas do deputado federal pela Arena Flávio Marcílio e do ex-governador cearense Virgílio Távora. A revelação de seu nome em 1970 como integrante de uma organização “subversiva” provocou estupefação nos jornais, pois parecia inacreditável que uma pessoa de “boa situação social” estivesse ao lado de “bandidos comunistas” contra a “ordem e a propriedade”¹⁸⁷. Quando do esfacelamento da ALN com o episódio de São Benedito, Moema conseguiu sair do Ceará a tempo (a polícia chegou depois a cercar a casa de sua avó na intenção de capturá-la), aproveitando-se daquela “boa situação” – saiu pelo aeroporto de

¹⁸⁶ Mário Albuquerque, entrevistado a 20/01/2003.

¹⁸⁷ Em extensa reportagem sobre o desmantelamento da ALN no Ceará, o Jornal *Correio do Ceará*, ao traçar o perfil de cada um dos “terroristas”, afirma: *Moema Correa São Thiago, ou Maria, era ligada diretamente a Fabiani Cunha, Hélio Ximenes e Sidney Marques, no setor estudantil. Desenvolvia pessoalmente o trabalho de levantamento das áreas de ação do grupo (...) Filha de tradicional família cearense, o seu envolvimento com o bando foi recebido com impacto. Correio do Ceará, 29/09/1970, p. 8.*

Fortaleza, ironicamente como dama de honra de um General. Continuou a atuar no Centro-sul do Brasil e partiu depois para o exílio no Chile e Europa¹⁸⁸.

Inclinar-se para as esquerdas era também uma maneira daqueles jovens firmarem sua “personalidade e independência”, chocar o conservadorismo dos pais, num momento de franca rebeldia da juventude:

Não, meu pai não tinha militância política, embora fosse um sujeito mais ou menos esclarecido. Ele tinha tido uma militância na juventude, de direita, mas abandonou ao longo da vida (...) De meu pai, guardo dele seu reacionarismo, o que também me fez ir para a esquerda. Ele era um anticomunista e eu era muito questionador, questionava as posições dele...¹⁸⁹ Anônimo.

Isso gerava, por razões óbvias, vários choques familiares. Nas conversas informais com os ex-militantes, soubemos de uma ativista estudantil dos anos 60 que fora entregue pelo próprio pai, ardoroso defensor da “Revolução” de 64, aos órgãos de repressão, sem acontecer mais reconciliação dentro da família (confirmamos a informação com a própria ativista, cujo nome omitiremos por se tratar de questão de foro particular). Por outro lado, e mais comumente, pais conservadores não mediram esforços, tal as famílias vinculadas às esquerdas, para também retirar seus filhos das garras da Ditadura, mudando, não raras vezes, de posição política, passando de defensores dos militares a críticos ferrenhos, ao tomar conhecimento, amiúde, daquilo que se passava de arbitrário no País.

Normalmente os ativistas não informavam aos parentes sobre a militância guerrilheira, temendo repreendas da família – um sinal claro de como ainda tinham a família em alta cota, apesar da “revolução dos costumes” a qual se dava à época, o que mostra como as “mudanças comportamentais” dos anos 60 não foram tão grandes como se exagera algumas vezes – ou mesmo perseguições da Ditadura a ente queridos, que estes fossem pressionados, presos ou torturados para informar algo a cerca do filho ou filha “subversivos”. Daí, quando os ativistas entravam definitivamente na clandestinidade, os longos períodos sem qualquer comunicação com pais, irmãos, esposas e filhos, criando para todos grande angústia, medo e saudades. Um caso de

188 CORTEZ, Luci Grageiro. *As Repercussões do Golpe Civil-Militar no Ceará*. www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_ceara_01.pdf. p.16.

189 Depoimento mantido anônimo.

perseguição policial a parentes de guerrilheiros deu-se com a família de Jane Vasconcelos Dantas, integrante da ALN e namorada do policial civil partícipe de São Benedito, Carlos Thmoskhenko. As forças da repressão acreditavam que a captura de Jane levaria à “queda” do foragido policial “traidor e terrorista”. Com o desmantelamento da ALN no Ceará, Jane fugiu para Recife e depois São Paulo, até ser capturada em 1971. Informa em seu relatório de pedido de indenização, que ao ser trazida para a Polícia Federal de Fortaleza:

(...) Fiquei sabendo que durante minha fuga, meus pais foram presos [em Maranguape] e trazidos algemados para Fortaleza várias vezes, com muitas outras pessoas. [convocados pela Polícia, como tortura psicológica] meus pais e irmãos vieram reconhecer meu corpo no IML. Minhas irmãs (...) tiveram suas camas e guarda-roupas revirados para “revistas” várias vezes. Soube também que minha mãe foi levada à uma praia para ver meu cadáver meio enterrado na areia. Não havendo nenhum cadáver, minha mãe sofreu torturas, coronhadas e empurrões para dizer onde me encontrava com aquele negro [Carlos Thmoskhenko].¹⁹⁰

No caso de militantes pertencentes a famílias mais conservadoras ou sem antecedentes de militância política de esquerda, percebemos que a opção direta pelas idéias socialistas vinculou-se também à influência de amigos, sobremaneira no ambiente escolar, algo compreensível, afinal, como dito antes, para jovens, a escola sempre foi um espaço importante para o estabelecimento de relações sociais e o apoio e entrada numa ou outra organização relacionava-se não apenas ao ambiente político ou questões ideológicas, mas também a afinidades pessoais. Dizer que amizades levaram a opção pela guerrilha não significa afirmar que se tivessem garotos “imaturos” conduzidos ao “caminho da perdição” (às armas) por “más influências”. Longe disso. Apenas que, no contexto da agitação política dos anos 60, muitos rapazes e moças em contato com outros jovens já atuantes ou com semelhantes preocupações de solidariedade e por um mundo mais justo, influenciavam-se mutuamente, adentravam em organizações políticas juntos, partindo para a ação revolucionária concreta. Tanto é isso, que a maioria dos jovens não adentrou na guerrilha, seguindo o curso normal de suas vidas.

190 Processo de Requerimento de Indenização de Jane Vasconcelos Dantas. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

Uma postura nacionalista, de defesa dos interesses e desenvolvimento autônomo do País ante a exploração imperialista das grandes potências capitalistas, era uma outra razão imediata que levava alguém a adentrar numa organização armada. Lembremos que nos anos 60, o discurso terceiro-mundista e de denúncia do imperialismo estava bastante presente no imaginário dos ativistas de esquerda. Lembremos ainda da repercussão da Guerra de Independência da Argélia, colônia francesa, ocorrida num processo armado violentíssimo, e – mais uma vez – da própria Guerra do Vietnã. Dos ex-guerrilheiros que entrevistamos, alguns denotavam muito mais um caráter nacionalista – e confessavam isso – do que efetivamente socialista, de ruptura com o capitalismo.

Éramos uma família de classe média. A única coisa que talvez fosse fora dos padrões para a classe média era o fato de que comecei a trabalhar. Eu aprendi inglês e comecei a trabalhar como professor do IBEU aos 15 anos de idade (...) Com isso, eu tive muito contato com os americanos, inclusive, fui para os Estados Unidos, num programa lá representando o Brasil. Os contrastes entre os dois países, as distinções sociais, a riqueza de um [País] e a miséria do outro e tal, foram me dando uma formação política. Eu já tinha participado de umas coisas aqui [movimento] estudantil e, a princípio, tomado umas posições. Mas ao invés de ser cooptado pelos americanos, fui tomando uma posição nacionalista, de como nosso povo e nossa Pátria eram explorados por eles (...) Depois de voltar dos Estados Unidos, eu entrei no PCB.¹⁹¹ Silvio Mota, ex-militante da ALN.

Uma ex-guerrilheira chegou a afirmar que obteve igualmente maior postura nacionalista numa viagem aos Estados Unidos, com uma bolsa de estudos num intercâmbio cultural:

Eu estava na Universidade de Yale. Meu “pai americano” era professor desta Universidade e o Celso Furtado, que em 64 era visto como um comunista, um diabo aqui no Brasil, foi recebido como um herói... Mas eu tomei um choque, porque vi uma pessoa que estava sendo perseguida no Brasil e, de repente, sendo recebido pelos estudantes e professores americanos como um Deus. Lembro da biblioteca americana. Tinha estudante até nas estantes, nas janelas, em pé, no chão, em todo lugar para ouvir o Celso Furtado. Já nessa época, a imprensa americana batia bastante na violação dos direitos humanos. Ditadura, seca, miséria no País e tudo isso reforçou, chamou mais a minha atenção para um trabalho de

191 Silvio Mota, entrevistado a 3/06/2006.

consciência social, consciência política e social. Aí, voltando para o Brasil, passo em dois vestibulares: História e Direito. E foi uma consequência natural me engajar no movimento estudantil.¹⁹² Moema Santiago, ex-integrante da ALN.

Um outro fator imediato que levava à adesão à luta armada estava no contato com a Igreja Católica, instituição cujas pregações estavam eivadas de solidariedade e sacrifício pelo próximo, ainda que vários de seus membros fossem ardorosos anticomunistas. Colhemos informações sobre guerrilheiros atuantes no Estado originários da Ação Popular, organização de esquerda gestada dentro da Igreja Católica dos anos 60, ou que apresentavam alguns vínculos com esta, como no caso da já citada Vera Rocha:

Minha militância tem dois momentos. Tem o momento da minha irmã Viviane, que é nove anos mais velha que eu e que tinha uma militância em JEC [Juventude Estudantil Católica]. Então, eu ia para algumas reuniões com ela, apesar de nove anos de diferença, eu não sei muito por que; a gente se aproximou, eu ia para o cinema de arte, freqüentava as reuniões da JEC e lia vorazmente tudo que tinha na estante dela de mais engajado. Era uma coisa assim meio espontânea, vindo muito por ela. E tem um segundo momento, que é depois do Golpe de 64, que eu conheço o pessoal do PORT, o José Arlindo Soares (...) ele vai ser assim o meu grande iniciador político, me empresta Lênin, me empresta Trotski, e eu começo a descobrir uma nova visão que não é religiosa, que não é aquela visão humanista da JEC, já é uma visão socialista.¹⁹³

Esses militantes vindos ou com alguma vinculação com a Igreja logicamente “filtravam” as pregações anticomunistas ou incompatíveis com sua “ânsia revolucionária”, lendo as mensagens religiosas e passagens da Bíblia, como uma base justificadora da luta armada que realizariam:

Minha família era muito religiosa. Lembro que meu avô lia para mim trechos da Bíblia quando eu ia dormir, como se fossem “contos de fada” (risos). Sempre fui católico, nunca deixei de ser. Ia à missa, comungava, rezava... Quando eu comecei a ter contato com as primeiras idéias socialistas, ainda na escola, foi inevitável não fazer a associação. Estava ali, sempre esteve, nos evangelhos, “amar ao próximo”, o “reino dos céus é dos humildados”... Cristo, se tivesse vivido naquela época [anos 60] estaria ao nosso lado [emociona-se]. Usar a força não está longe do cristianismo. Davi

192 CORTEZ, Lucili Grageiro. Ob. Cit., p. 16.

193 Vera Rocha, entrevistada a 28/12/2004.

matou Golias. Nós éramos “Davis” enfrentando o monstro da Ditadura (...).¹⁹⁴ Anônimo.

O “cubano” mandado ao Ceará pela ALN, Valdemar Rodrigues de Menezes, era ex-seminarista e igualmente tivera passagem pela JEC. Em seu processo de pedido de indenização, informa que a impossibilidade de continuar com os trabalhos assistenciais difundidos pela Igreja Católica teria igualmente motivado sua atuação revolucionária. Diz:

Quando [o Golpe de 1964] aconteceu, eu tinha acabado de ingressar no Seminário de Olinda, depois de uma atuação na Juventude Estudantil Católica (JEC) (...) O Seminário, onde eu estudava filosofia, encheu-se de refugiados (...) Aquilo aguçou minha indignação e me levou a participar, junto com outros colegas seminaristas, das primeiras manifestações de rua contra o novo regime. A partir daí a situação foi ficando insustentável, pois o trabalho pastoral junto às comunidades da periferia de Recife foi-se tornando impossível, pois tudo era considerado suspeito e subversivo. A uma certa altura, não deu mais para continuar a agir, assim eu decidi deixar o Seminário para participar de uma ação política mais direta e clandestina contra o regime (...).¹⁹⁵

Percebe-se, pois, que pessoas vinculadas à base da Igreja Católica foram radicalizando-se politicamente, inclinando-se para as esquerdas, tal outros segmentos sociais na conjuntura dos anos 60, não só condenando a Ditadura Militar e as contradições da sociedade brasileira, mas abraçando mesmo a causa da luta armada. Lembremos que naquela década, tivemos a adesão de padres e outros religiosos à guerrilha na América Latina, como o Padre Camilo Torres, na Colômbia, morto em 1966. No Brasil, alguns padres apoiaram as Ligas Camponesas em Pernambuco. Sabe-se da ligação que havia entre os Dominicanos e Marighela, a influência cristã sobre a Ação Popular e o engajamento cada vez maior de setores da Igreja com movimentos sociais e condenação da Ditadura, como fazia o Arcebispo de Recife e Olinda, o cearense D. Hélder Câmara.

No próprio Ceará, se setores católicos apoiaram o Golpe de 1964 e a Ditadura, outros segmentos se opuseram, denunciando os arbítrios do Regime, protegendo os perseguidos e envolvendo-se até com os guerrilheiros: já em

194 Depoimento mantido anônimo.

195 Processo de Requerimento de Indenização de Valdemar Rodrigues Menezes. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

1964, fora preso o Pe. Archimedes Bruno, que se engajara na defesa das reformas de base propostas pelo governo João Goulart; Dom Antônio Fragoso, Bispo de Crateús nomeado em 1964, deu apoio aos militantes do PC do B na região. O interventor e depois Arcebispo de Fortaleza após 1973, Dom Aloísio Lorscheider, prestou solidariedade e ajudou vários presos políticos, sem falar de outros clérigos que estiveram na oposição ao Regime da Farda, como Frei Geraldo Bonfim, Pe. Daniel Juffe, Pe. Geraldo Oliveira Lima (Pe. Geraldinho), Pe. José Pendandola, Pe. José Maria Cavalcante e Pe. Giovanni Sabóia de Castro¹⁹⁶. Não surpreende, portanto, que alguns fiéis, inspirados nos princípios católicos e nas combativas lideranças da Igreja, tenham partido para a luta armada igualmente.

A identidade fincada num ideário de solidariedade e justiça social pode ser visto como uma evidência do que motivou jovens a adentrar em organizações armadas no Estado durante a Ditadura Militar, bem como um indício da representação que os guerrilheiros têm de si próprios. Fazer a luta armada foi, para eles, uma opção política radical objetivando mudar o mundo e criar uma nova era, baseada na maior justiça social e solidariedade humana, beneficiando os trabalhadores, alvo das injustiças do modelo capitalista, destacadamente os trabalhadores brasileiros, vitimados também por um regime autoritário. Os ativistas, a rigor, acreditavam lutar contra todo tipo de opressão, fosse sociais, econômicas ou políticas.

Eivados por esse sentimento maior, num contexto internacional no qual mudanças aconteciam, parecendo confirmar suas aspirações – que se veja o impacto da Revolução Cubana –, os militantes renunciaram a interesses pessoais, e literalmente, partiram para a luta em busca do futuro melhor. “*Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*”, dizia a famosa música da época. Seria um futuro melhor para todos, não para uns ou outros. O coletivo sobre o individual. Lançaram-se com depreendimento e ousadia – o que não descartou o medo também, como veremos adiante –, crendo que cumpriam um “dever histórico”. Não viam aquilo como um suicídio ou algo inútil, mas como uma etapa da libertação da humanidade.

¹⁹⁶ O Povo, 22/05/2004, p. 5.

Não conheciam, é verdade, com profundidade o ideário marxista. Mas para muitos não foi o marxismo que lhes despertou o desejo de justiça social. Aqueles guerrilheiros, talvez sem perceberem, eram herdeiros de tradições mais antigas, de sacrificar-se pelo outro e acreditar numa época dourada vindoura, como estar presente dentro do ideário cristão/católico, cuja influência é marcante para compreender povos como o cearense. Dentro destas tradições, em contato com a atuação política de familiares, amigos, etc. ou inspirados diretamente nas pregações da Igreja Católica e de seus líderes mais combativos, ou ainda em franca revolta contra o autoritarismo reinante no Brasil com a Ditadura, era até lógico que muitos mergulhassem na luta armada, alguns mais, participando de ações, outros menos, dando apoio tático.

Quais, entretanto, suas vivências na luta armada e como estas mudaram as concepções que tinham de si próprios? Como viveram e perceberam a derrota diante da Ditadura?

2.3 Em Nome da Revolução

Se havia a crença na justiça da causa guerrilheira e – a princípio, pelos menos – na inevitabilidade e proximidade do triunfo da revolução, os militantes das esquerdas tiveram suas concepções de mundo e trajetórias pessoais mudadas radicalmente pela opção política escolhida, vivendo, trocando e produzindo experiências diversas ao adentrarem nos agrupamentos armados, ao realizarem ações e ao sofrerem a derrota perante a Ditadura Militar. Isso, obviamente, deixou uma amálgama de sentimentos, orgulhos, frustrações, boas e más recordações, o que pode ser facilmente percebido quando se fala com um ex-ativista.

Afora os critérios ideológicos – fidelidade à causa socialista – e de disposição, coragem e depreendimento para até sacrificar a vida num combate – os guerrilheiros tinham plena consciência do risco que corriam –, existiam outros “atributos” necessários para alguém ser convidado a adentrar numa organização armada, como o controle emocional, a capacidade de agüentar e agir sob pressão, e tomar as mais duras decisões quando fosse preciso, afinal, particularismos e “emoções menores” deveriam ser postos de lado em nome da causa revolucionária. Maria Quintela, que dentro do PCBR-CE apresentava

entre suas funções a de recrutar possíveis novos guerrilheiros, deixou claro quando indagada a cerca dos critérios que utilizava:

Eu observava muito as pessoas que eu via que tinha uma formação e tinha uma indignação com a miséria do povo, uma sensibilidade, fosse um humanista, fosse profundamente humano, sensibilizado, que fosse capaz de doar seus pertences a qualquer pessoa. Isso era uma coisa que eu observava muito, mas, também, fundamentalmente, o controle emocional... depois... por exemplo, essa pessoa hoje eu não [a convidaria]... Foi quase circunstancialmente, porque ela se aproximou, a gente era amiga e de repente ela estava envolvida, mas era uma pessoa sem muito controle emocional, emocionalmente era uma pessoa muito fragilizada e isso foi ruim na prisão. Ela falou coisas que não deveria falar, não conseguiu parar (...) Depois ela ficou super deprimida porque entregou pessoas. Isso foi péssimo.¹⁹⁷

Pelo exposto pela ex-guerrilheira, logicamente que os critérios do “recrutamento ideal” não eram seguidos à risca, acontecendo análises erradas e equívocos, o que, aliás, é algo totalmente normal quando se faz política – esqueçamos a visão ingênua do político como o perfeito, de que nada dar errado; os homens fazem escolhas, talvez até bem intencionados, como no caso de vários dos ex-militantes. Se acontecerá tudo certo, isso é impossível dizer, pois não há como adivinhar o futuro. Os seres humanos ainda não têm esse dom. Na história e em sociedade, não pode ser esquecida a existência do imponderável, do imprevisível, do erro e de como é difícil para alguém em determinada época e situação compreender perfeitamente uma conjuntura – no caso do tema desta obra, as análises ficavam mais complicadas quando se lembra o afincamento com que aqueles ativistas lançaram-se à luta e que negar ou questionar a guerrilha era uma das mais altas traições aos seus ideais.

Apontar hoje (início do século XXI) os equívocos das esquerdas no passado, é até fácil. Nos anos 60, não. Esses erros, inclusive, foram usados por muitos dos ex-guerrilheiros para tentar explicar a derrota sofrida, num mal recorrente de ver a história como um processo individual, particularizando culpas e êxitos, e não se atentando também às conjunturas e estruturas que podem fornecer outros subsídios – o isolamento social das esquerdas armadas

197 Maria Quintela, entrevistada a 14/07/2006.

e a falta de apoio do grosso da sociedade aos ideais socialistas, sobretudo, devem ser ponderados para entender o insucesso da guerrilha¹⁹⁸.

Dentro das organizações, como a prioridade era a ação – e os próprios militantes pressionavam por ela –, inexistiam grandes preocupações teóricas: a leitura de algum texto de Marx, Lênin, Che ou Debray, o debate sobre um manifesto ou documento do agrupamento, nada muito além disso. Por outro lado, era fundamental que os ativistas participassem dos treinamentos com armas, os quais aconteciam em áreas ermas próximas da Capital Cearense.

A gente ia pra essas praias muito afastadas, por exemplo, onde hoje é [a Praia do] Icaraí. Tinham outros locais que na época era só mato, morro, e o pessoal ia também [para a Praia do] Caça e Pesca, para a Serra de Maranguape. A gente fazia exercícios, movimentação, tiros com revólver e rifle (...).¹⁹⁹ Machado Bezerra, ex-guerrilheiro da ALN e PCBR.

Para quem desejava ansiosamente a ação, apenas o treinamento com armas trazia já a sensação de poder e que realmente a revolução começara efetivamente, não sendo mais preciso teorias. Por outro lado, muitas vezes o desejo da luta era bem maior que o preparo dos guerrilheiros.

Eu não era boa atiradora não, não me achava assim maravilhosa não, mas era tão auto-suficiente que me achava preparada. Tanto é que quando eu fui presa (...) eu me achava injustiçada. Hoje eu olhando para trás, eu não acho que eu não estava não, acho (riso) que precisava de mais treinamento.²⁰⁰ Vera Rocha, ex-ativista do PCBR.

Silvio Mota, da ALN, contou episódio demonstrando a crença dos guerrilheiros em seu potencial e o não preparo adequado:

(...) Nós decidimos tomar um carro perto da Faculdade de Medicina. Então, eu havia trazido de São Paulo, barbas e bigodes [postiços], aquele negócio todo. Mas nós não sabíamos que era para

198 AARÃO, Daniel. *A Revolução Falta ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999. RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003 NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (organizadores). *Carlos Marighela: O Homem Por Trás do Mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

199 Machado Bezerra, entrevistado a 27/05/2003.

200 Vera Rocha, entrevistada a 28/12/2004.

aparar (risos). Quando, então, cinco homens desceram do carro, com aqueles bigodões, chamou a atenção ... Um grupo de garotos, que tava jogando bila assim, parou para ver aquela marmota. Daqui a pouco soltaram uma vaia (risos). Tivemos que abortar a ação (risos).²⁰¹

Na fase aguda da repressão, com a dificuldade cada vez maior de obter novos guerrilheiros e de realizar treinamentos, aconteceu mesmo de ativistas os quais nunca antes haviam pegue numa arma, participarem de ações de expropriação, um sinal de como os militantes de esquerda acreditavam em sua causa, de como a vontade e a certeza do triunfo poderiam suprir qualquer falha que tivessem.

Eu fui chamado para participar da frente guerrilheira, inclusive, eu não cheguei a receber treinamento (silêncio). Eu nem cheguei a treinar. Nós fizemos uma ação de expropriação de uma impressora, uma off-set. Foi a única ação que eu participei ... Nela, eu fiquei na cobertura dos caras que iam pegar a máquina e eu fiquei na cobertura, na segurança. Nessa hora eu peguei num revólver. Mas treinamento militar eu não tive...²⁰² Anônimo.

Esses “despreparos” (teóricos e práticos), apesar de terem contribuído, não podem ser vistos como o fator fundamental para o fracasso da guerrilha, afinal, em locais outros do mundo, os guerrilheiros em revoluções vitoriosas não eram tão preparados ou treinados como se imagina – basta lembrar, por exemplo, o início desastroso da guerrilha de Fidel e Che em Cuba, quando por pouco os revolucionários não foram assassinados quando do desembarque na Ilha Caribenha ao virem do México no navio Granma em 1956.

[a luta na guerrilha] é um caminho que se faz ao andar. Eu cheguei a conhecer militantes de várias organizações depois, tupamaros [guerrilheiros do Uruguai], sandinistas [Nicarágua], e outros, e não eram muito diferentes de nós. Os próprios revolucionários cubanos viveram experiências muito parecidas com as nossas.²⁰³ Silvio Mota, ex-ativista da ALN.

Mesmo com tantas “falhas”, os ativistas buscavam fazer o melhor. Uma ação armada era cuidadosamente planejada, realizando-se antes uma

201 Silvio Mota, entrevistado a 3/06/2006.

202 Depoimento mantido anônimo.

203 Silvio Mota, entrevistado a 3/06/2006.

pesquisa sobre o alvo a ser atacado, como se daria a operação concretamente e qual a rota de fuga mais viável. Chegava-se mesmo a ensaiar (simular) a operação. A “pesquisa”, isto é, o levantamento minucioso de informações podia ser feito a partir de dados levantados por simpatizantes ou integrantes da organização dentro das próprias empresas ou por mulheres – o machismo predominante na sociedade não tendia a associar o sexo feminino ao “terror”, ou a assaltos e armas, do que se aproveitaram as esquerdas, reproduzindo, como já afirmamos, aquele mesmo machismo. Os jornais noticiavam com grande espanto, chamando a atenção com ênfase para a participação de mulheres nos grupos “subversivos”.

Quem era do grupo tinha que participar. Não era um grupo de conversa não, era um grupo de ação (...) A gente fazia um levantamento, era um trabalho militar. Éramos orientados a fazer um levantamento, somente depois que tínhamos informação concreta, como é que era tudo, fazíamos um ensaio, segurança, depois de tudo isso é se fazia a ação.²⁰⁴ Machado Bezerra, ex-guerrilheiro da ALN e PCBR.

Buscava-se saber quantos vigias o banco ou outro estabelecimento qualquer apresentavam. A hora de menor movimentação de clientes (exatamente para que “civis” não saíssem feridos ou não atrapalhassem) e do trânsito de veículos ao redor. Onde deveriam ficar as pessoas que se encontrariam no recinto do assalto? Deveria-se escolher a melhor rota de fuga. Existia um modo “diferente” do revolucionário relacionar-se com a cidade. Uma pessoa comum poderia atravessá-la sem atentar-se aos detalhes; o militante armado, ao contrário, deveria conhecê-la bem, pois disso poderia depender o sucesso de uma empreitada ou mesmo a vida dos guerrilheiros, em caso de cerco da repressão²⁰⁵. Uma das coisas percebidas em nossas entrevistas foi a maneira detalhista como os ex-guerrilheiros descreviam os logradouros de Fortaleza, inclusive nomeando ruas e estabelecimentos existentes na época e relacionando-os com os existentes hoje.

204 Machado Bezerra, entrevistado a 27/05/2003.

205 ALMEIDA, Hermínia Tavares de, e WEIS, Luis. Carro-zero e Pau-de-arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenação). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, volume IV, 1998, p. 382.

Os principais centros de repressão aqui no Ceará era o Dops, ali onde hoje funciona a Secretaria de Segurança, a Polícia Federal, que funcionava onde hoje é a Fundação Cultural de Fortaleza e a 10ª Região Militar (...).²⁰⁶ Mario Albuquerque, ex-guerrilheiro do PCBR.

Quase sempre se fazia uma ação com três carros: um que levariam os envolvidos diretamente na expropriação; um segundo, armado também, que daria cobertura (por exemplo, para dificultar uma eventual perseguição policial); e um terceiro veículo, o qual ficava num ponto distante, recolheria os militantes e o fruto da ação quando o primeiro carro fosse abandonado. Normalmente os carros usavam placas falsas (“frias”), ou sequer as tinham²⁰⁷. Como as organizações armadas do Ceará não possuíam carros suficientes, recorriam à “tomada” de veículos, normalmente de taxistas – tomada porque os carros eram abandonados para o proprietário reencontrá-lo; taxistas por que estes melhor conservavam seus carros para o exercício da profissão. Também havia um levantamento sobre o carro (se era novo, potente, etc. – em alguns casos, até melhorias e consertos mecânicos eram realizados no veículo!) e os hábitos do motorista (por onde transitava, estacionava, etc.).

Hoje um carro tem valor, trinta anos atrás o valor que um carro daquele tinha era muito maior, eram mais caros. De preferência optava-se por carros que pudessem facilitar a descida. Na época você tinha muito volkswagen, agora o volkswagen tinha duas portas. Então, você fazer uma ação com quatro pessoas descendo de um carro de duas portas ou entrando num carro de duas portas é um inferno. Você perdia dez segundos nisso e dez segundos é muito precioso numa ação. Então você tinha de pegar o DKW que tinha quatro portas (...) Depois que pegava o carro, trocava a placa, para dificultar a identificação no momento que a gente estava usando. Você pegava também o carro e fazia uma revisão para deixar o carro em boas condições. Desse ponto de vista, quem recebia o carro de volta, recebia melhor do que estava, você trocava, você fazia a revisão (risos) ... Depois [da ação] o carro era abandonado.²⁰⁸ Anônimo.

Se a revolução era feita em nome das massas, os ativistas buscavam evitar violências gratuitas contra estas e atrair-lhes o apoio e simpatia, denunciando a Ditadura Militar. Assim, os guerrilheiros, pelo menos nas

206 Mario Albuquerque, entrevistado a 20/01/2003.

207 José Machado Bezerra, por exemplo, respondeu processo pela expropriação de placas para colocá-las nos veículos utilizados pela ALN e PCBR. *O Povo*, 24/05/1972, p. 7.

208 Depoimento mantido anônimo.

primeiras ações, deixavam claro ao proprietário de um veículo expropriado que não eram criminosos, mas sim revolucionários os quais estavam lutando para derrubar o governo e libertar o País; afirmavam ainda que não sofreria nenhuma violência e que, ao sair dali, procurasse a polícia, pois seu carro seria depois abandonado²⁰⁹.

Se dizia que aquilo não era um assalto, era uma expropriação da burguesia para a revolução. E quando não havia isso, pelo próprio “modus operandi” da missão, [os agentes da repressão] identificavam [a ação política guerrilheira]... Por exemplo, geralmente, para se fazer uma ação dessas, se roubava carros ou de particulares ou táxi. E nunca se assaltava a pessoa. Geralmente se dizia que aquilo era para isso, tal, que a pessoa ficasse tranqüila, que ele receberia seu carro, que a pessoa poderia dar parte a polícia, para evitar problemas e quando não havia isso, se deduzia por que não se roubava o motorista, só levava o carro.²¹⁰ Mário Albuquerque, ex-ativista do PCBR.

Dizer que os guerrilheiros tinham convicção em sua luta não implicava descartar sentimentos como o medo. A concretização de uma operação guerrilheira era sempre marcada pela tensão, ansiedade e nervosismo: preocupação com o sucesso da empreitada (que tudo saísse conforme o planejado), com uma possível reação de guardas ou policiais, com o risco de alguém, especialmente os ativistas ou os “civis”, sair ferido – daí se compreende porque militantes chegassem a ter desregulações intestinais ou urinárias, sobretudo quando de suas primeiras participações em ações, ou desistissem mesmo de uma operação.

Primeiro assalto aqui foi do Banco Mercantil Cearense, ficava ao lado do Mercado São Sebastião. Foi uma tragédia. O pessoal da ALN usou como motorista um cara que era primo do Miguel Arraes, só por isso. Ele não tinha preparo algum, porque pra

209 Exemplo disso foi citado na imprensa, quando o PCBR tentou assaltar o depósito da empresa de cigarros Souza Cruz, em 22 de agosto de 1970, para o que os guerrilheiros tomaram o táxi de Francisco Ribeiro da Silva. No *O Povo*, o motorista relatou que temeu por sua vida. *Um dos assaltantes, entretanto, afirmou que nada lhe iria acontecer, se entregasse o Corcel. Quando o iam amarrando, amordaçando e colocando vendas nos olhos, os assaltantes disseram que estava fazendo aquilo “obrigados, por causa do Governo” (...) [Nas] matas do bairro Verdes Mares [deixaram] o guiador (...) amarrando-o junto a uma árvore. Pediram desculpas mas (sic) uma vez – repetindo os ataques ao governo – pagaram o preço da corrida marcado no taxímetro, 10 cruzeiros, e avisaram ante de partirem que dariam telefonema anônimo para a polícia ir buscá-lo. Não tocaram também nos 50 cruzeiros arrecadados pelo taxista nas últimas horas de trabalho. O Povo, 24/08/1970, p. 6.*

210 Mario Albuquerque, entrevistado a 20/01/2003.

ser de ação, ter que ser um bom motorista. Então, nessa ação tinha um cara de fora, do Rio, que na maior tranqüilidade tomou um carro e entregou para esse primo. No trajeto, o cara mandava o primo acelerar, voar. Eu lembro que ele disse: “Rapaz, assim nós vamos morrer antes de chegar no [sic] Banco” (risos). Estava nervoso... E chegaram no [sic] Banco, tomaram a metralhadora do soldado, mas não tomaram o revólver. O soldado se entocou dentro do banheiro, começou a atirar no pessoal, o pessoal atirava no soldado em um tiroteio danado (...) Quando o pessoal voltou e entrou no carro, esse primo arrancou, entrou na [Avenida] Bezerra de Menezes, passou de uma vez sem olhar pra nada, não sei como não bateu. Ali perto do antigo Hospital Universitário “desovou” [abandonou o carro], mandou o pessoal todo ir embora. Ele ficou tão nervoso que se molhou todo (risos).²¹¹ Anônimo.

Apesar do medo e da ansiedade, o êxito de uma ação era logicamente recebido com êxtase pelos guerrilheiros. Em suas concepções, a sonhada revolução estava cada vez mais próxima. Sorrisos, abraços e até alguma bebida alcoólica – a qual, em geral, não era bem vista pelos grupos armados, pois poderia atrapalhar o bom andamento da revolução: além de prejudicar a concretização de uma operação, um militante, entre um gole e outra, poderia “falar demais”. No caso dos dois revolucionários do PCBR que conduziram para o Recife o dinheiro da expropriação do *London Bank* em março de 1970, sua comemoração aconteceu numa pequena rodoviária na cidade de Mossoró-RN, quando pararam por algum tempo o fusca no qual viajavam, para jantar, brindar com cerveja a vitória alcançada e observar a reação das pessoas diante dos noticiários da televisão divulgando raivosamente o acontecido²¹²...

A disposição e a coragem dos ativistas em pegarem em armas, fundamentadas na crença de suas causas, portanto, não os imunizava do medo e ansiedade quando da realização das operações, e do alívio e alegria pelas vitórias “menores”, porém importantes para a concretização da revolução esperada. A esses sentimentos somavam-se outros, sobretudo o da preocupação com a segurança dos militantes e das organizações, visando conservar a causa. A necessidade da sobrevivência do grupo, sobretudo quando a repressão se intensificou, tornou a ideologia cada vez mais rígida, militarizada, também impedindo uma análise mais realista do momento político – como a popularidade da Ditadura ante o “Milagre Econômico” e o isolamento

211 Depoimento mantido anônimo.

212 Manteremos anônima a fonte da informação, já que sua participação na ação nunca foi descoberta pelos órgãos de segurança.

social cada vez maior e a iminente derrota da própria guerrilha. Dessa forma, a lealdade à organização e o cumprimento estrito das regras ditadas por estas assumiram um lugar chave dentro da vivência dos militantes²¹³. Daí se entende uma série de condutas, verdadeiros rituais, de como deveria se comportar o ativista, inclusive quando “caísse”, isto é, fosse preso. Obviamente que o concreto não se dava exatamente como o planejado, havendo falhas, descuidos e negligências.

Assim, em regra, os militantes deveriam usar e se conhecer apenas por pseudônimos, escolhidos por eles próprios, para dificultar qualquer identificação por parte da polícia caso alguém os delatasse.

Meu “nome” era Roberto, era assim que me chamavam na Organização. Não conhecia todo mundo da Organização. Você tava na rua e quando menos esperava tava um companheiro. Tanto é que quando nós caímos, nós não conhecíamos colegas pelo nome. Vários, vários, eu não sabia quem era. Conhecíamos pelo pseudônimo. Então, isso foi mantido. Um ou outro se conheciam. E isso se mantinha.²¹⁴ William Montenegro, ex-membro da ALN.

Lógico que muitos dos militantes acabavam se conhecendo pelo nome verdadeiro, sobretudo aqueles vindos do meio estudantil, em virtude de parentescos, namoros, do grande contato e convivência dos estudantes nas passeatas, no CÉU, etc., e mesmo porque Fortaleza não era uma cidade tão grande no final dos anos 1960/início dos 70. Havia igualmente todo um preparativo para a passagem de informações de interesses dos agrupamentos em predeterminados locais públicos (os militantes não deveriam saber onde residiam), nos chamados “pontos”:

A gente marca os pontos no contato direto e vai se encontrar, passa antes, vê se está tudo limpo, se não tem o que a gente chamava, uma “pilotagem”, se não tem uns caras assim meio tontos, como se tivesse varrendo, fazendo qualquer coisa, fiscalizando ali o local. Olha se está limpo, passa uma vez, passa duas, para como a gente dizia “entrar no ponto”, chegar no ponto e fazer contato com o companheiro. Quando a gente conhecia não tinha problema. Quando a gente não conhecia, a gente trabalhava com senha, tinha que dizer a senha. A senha a gente combinava na hora. A senha tinha alguma coisa que ao mesmo tempo tivesse

213 ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit., p. 72.

214 William Montenegro, entrevistado a 1/07/2003.

alguma lógica, mas que fosse absolutamente inusitado. Se você perguntasse a um policial se ia nevar, estava escrito na testa, estava estranho, estava pedindo para ser preso. Mas se chegasse e perguntasse a alguém, tipo: “Escuta, o mercado X fica a quantas quadras daqui?” Normalmente ela dizia: “O X, eu não sei.” Agora se alguém respondesse: “O X fica a cento e quarenta e duas quadras e você tem que tomar dois ônibus.” Aí era a resposta certa. Era uma resposta tão precisa que dificilmente alguma pessoa na rua ia me dar uma resposta nesta seqüência e com esta precisão.”²¹⁵ Anônimo.

Não se deveria escrever nada para fazer um ponto, pois caso a polícia capturasse um dos militantes – e sempre havia esse risco –, poderia ter acesso a papéis que comprometeriam outros companheiros. Fundamental decorar datas, locais, horas, isso não raras vezes com antecedência de semanas. Pontualidade era outra coisa básica. O militante não ficava muito tempo no local. Se o contato não aparecesse, era sinal de algo sucedera-se errado – provavelmente o outro ativista caíra. Em caso de queda, a recomendação era desativar os aparelhos que por ventura o “caído” conhecesse e dar fim a toda documentação comprometedor para a organização. “Aparelhos” constituíam-se casas onde se alojavam militantes clandestinos (nem todos eram – muitos levavam uma vida “normal”, até serem descobertos pela polícia), armas, dinheiro, material de propaganda, etc. O desmantelamento de um aparelho trazia grande prejuízo para a guerrilha, não apenas do ponto de vista político (um “atraso” na luta), mas financeiro mesmo, visto que, como os militantes não tinham avalistas para fazerem um contrato de aluguel, normalmente pagavam vários meses de antecedência²¹⁶.

Percebe-se, pois, que a preocupação com a segurança e o medo eram constante naqueles que pegaram em armas na guerrilha, o que mostra mais uma vez, por outro lado, a convicção dos militantes na causa que abraçaram e no desejo de construir uma nova sociedade mais justa e solidária. Tudo valeria a pena, visto que era inevitável o triunfo da revolução. As agruras do momento não eram nada comparadas ao novo tempo que viria.

Não obstante, o medo maior do ativista revolucionário era o de “cair”. Primeiramente, a frustração de não poder continuar na luta e ajudar os demais companheiros em fazer a revolução. Depois, o pânico de ser morto ou sofrer

215 Depoimento mantido anônimo.

216 Vários depoimentos.

torturas, e muitos o foram no Ceará, fazendo demolir o mito de que a Ditadura Militar foi branda nestas terras, como veremos no capítulo 3. Havia, por fim, o trauma do militante acabar falando algo comprometedor do agrupamento armado, atrapalhando, pois, os planos da organização, levando à queda (e tortura) de outros companheiros e liquidando sua “imagem de revolucionário”, de haver “traído” a causa, visto que, de início pelos menos, os guerrilheiros concebiam como grande desdém aqueles que confessassem algo, mesmo sob sevícias, ou deixassem a militância. As organizações armadas chegavam a apresentar aos ativistas “fórmulas” sobre como se portar em caso de queda, “fórmulas” que foram mudando à medida que a repressão aumentava e fazia desmoronar o tipo idealizado do guerrilheiro que “a tudo resistia e preferia a morte a entregar algo”:

(...) A Organização [PCBR] tinha uma posição em relação às pessoas que eram presas e falassem alguma coisa: dava logo uma “intimação”, repreendia, tachava logo que eram traidoras. Enquanto as pessoas que eram presas eram desconhecidas minhas, eu não tinha problema com isso, concordava, confiava, tudo bem. Mas quando começaram a ser presas pessoas que eu conhecia, aí eu comecei a discordar disso. Porque eu sabia que não era uma pessoa traidora. Torturadas, as pessoas davam informação. Elas eram vistas como traidoras, expulsas do partido e traidores, isolavam... Houve até “judiciamentos” dentro do Partido... No começo, no começo foi isso. Depois as organizações começaram a mudar de critério. A ALN, por exemplo, exigia que o militante segurasse por 24 horas. Depois podia abrir.²¹⁷ Mário Albuquerque, ex-membro do PCBR.

Apenas num momento posterior, já no estrebucho da luta armada que os ativistas, cuja militância política até 1968 efetivamente não havia sido alvo de uma repressão tão forte como aconteceu após o AI-5, convenceram-se da impossibilidade da maioria das pessoas resistirem às brutalidades dos agentes da Ditadura.

Nessa época, nós éramos extremamente sectários. A gente achava que quem falasse tinha traído. Nós não tínhamos a visão da dimensão do limite de cada um, as características psicológicas, os processos a que muitos foram submetidos (...) Muito mais tarde é que a gente vai fazer uma autocrítica dessa visão e vai descobrir que a gente cortou a dimensão humana do sofrimento que a tortura causa e faz pensar de uma forma mais profunda. Mesmo que o cara

217 Mario Albuquerque, entrevistado a 20/01/2003.

*seja imbuído de toda ideologia, ele pode ser submetido a um sofrimento insuportável e falar por uma fraqueza momentânea.*²¹⁸
Vera Rocha, ex-integrante do PCBR.

Com a intensificação da luta guerrilheira, a Ditadura não perdoava mais ninguém; mesmo aqueles ativistas de boa condição social e até de parentesco com militares eram barbarizados nos porões do Regime. Todos “apanhavam democraticamente”. Assim, de modo geral, a “fórmula” para o revolucionário detido passou a ser resistir o máximo, de modo a dar tempo ao agrupamento desmontar os aparelhos e acontecer a fuga dos companheiros. Isso também mostrou-se inviável na prática. Não há regra para suportar torturas. Vários militantes agüentaram ao máximo, mentiram – nesse caso, os agentes da repressão ao descobrirem a inverdade, aumentavam as sevícias –, foram mortos. Outros, suportaram menos, existindo também quem nada falou. De qualquer forma, raro era o militante que preso, não fosse submetido a torturas físicas ou psicológicas.

*Aí eu ficava amarrado com uns fios de cobre nas minhas mãos. Perguntaram como era meu nome e eu disse. “Qual o partido que você milita?”. Então, eu cometi a infantilidade de dizer: “Rapaz, eu não gosto de política”. Me deram um choque tão grande que eu acho que subi um metro. Infantilidade minha, numa situação daquelas dizer que não gostava de política. Era choque, murro, soco, afogamento, a gente com capuz, depois pau-de-arara. Colocavam o capuz porque antes eles torturavam sem capuz e começou a morrer gente deles. Isso foi mais ou menos uns 4 dias e meio.*²¹⁹
Machado Bezerra, ex-membro da ALN e PCBR.

Muitos dos que confessaram algo sob tortura passavam a viver dramas pessoais – houve até casos de suicídios –, sentindo-se intimamente arrasados, correndo-se em culpas e responsabilidades. Lembremos do ideal que movia aqueles militantes, a nobreza que acreditavam possuir sua luta. Tão traumática essa questão que nas diversas entrevistas que realizamos, nenhum dos ex-guerrilheiros, mesmo os anônimos, afirmaram que teriam dito algo de “comprometedor” da luta armada enquanto sofriam nos porões do Regime.

Mais simbólico ainda é o caso da recusa em dar entrevista por parte daqueles ex-ativistas que reconhecidamente delataram alguma coisa, ou dos

218 Vera Rocha, entrevistada a 28/12/2004.

219 Machado Bezerra, entrevistado a 27/05/2003.

que passaram a colaborar com a Ditadura, os chamados “cachorros”. Estes, ao lado dos que “desbundaram”, ou seja, renegaram ou abandonaram a luta armada, não seriam, em regra, perdoados pelos antigos companheiros, sofrendo mesmo grande preconceito quando nas prisões (teriam somente atenuadas suas penas por colaborarem com a “ordem”), quando não ameaças de morte ou justicamento²²⁰.

*A posição da organização se o cara delatasse era “justiçar”, como a gente chamava na prática, não chamava matar, estava justificando, fazendo justiça. Havia uma diferença entre o cara delatar e o cara falar. Não é porque falasse que você ia mandar matar. Agora o cara que passava a ser colaborador. Colaborador é o cara que dá informações que estão além do que é pedido, que dá informações fora do acontecido, que aceita se transformar em cachorro dos caras. Ai, já viu, né?*²²¹ Anônimo.

Obviamente que não foram as delações de um ou outro ativista que possibilitaram a derrota da esquerda. O isolamento social, a falta de simpatia do grosso da sociedade com as propostas da guerrilha e mesmo a tática da luta armada e fragilidade e divisão das organizações explicam melhor essa derrota. Individualizar culpas é muito mais fácil do que analisar conjunturas. Vários dos ativistas que caíam continuaram acreditando na luta armada. Sonhavam com fuga, em serem libertos numa operação de resgate das organizações ou numa troca por um dos diplomatas seqüestrados pela guerrilha – apenas alguns poucos passaram a defender um “recoo tático” ou mesmo o abandono das armas. No geral, os revolucionários persistiram apegados à idéia da ação política guerrilheira, especialmente os que não foram presos e torturados ou que acabaram exilados.

Fique em Cuba, a primeira vez por um ano. Fiz o curso lá de guerrilha. Mas ai nessa época, por volta de 1971, as coisas não estavam boas, muitas quedas (...) Mesmo assim fizemos uma esquema para voltar ao Brasil, sozinhos, sem o controle da ALN. Quando cheguei aqui [em Recife], o meu contato, o Jeová, ele foi morto. Fiquei sem contato com a Organização (...) Acabei fazendo

220 Ficou famoso entre os militantes cearenses o caso de um dos envolvidos no caso de São Benedito, preso em São Paulo em fevereiro de 1972. *O Povo*, 29/02/1972, p. 6. Tal militante, segundo os entrevistados, teria colaborado com a Ditadura, renegado a luta armada na televisão (no programa *Fora de Série*, de Flávio Cavalcante, na TV Globo) e revelado detalhes e nomes de guerrilheiros atuantes no Estado.

221 Depoimento mantido anônimo.

*contato com um irmão meu, consegui um pouco de dinheiro e voltei para Cuba. Quando cheguei lá, soube que as coisas no Brasil tavam degradingolando mais ainda, mas o pessoal ainda pensava em voltar ainda. Queria continuar lutando.*²²² *Sílvio Mota, ex-dirigente da ALN.*

Defender a posição de rever a guerrilha era também ser alvo de condutentes críticas, algo até compreensível, pois diante a cada vez maior militarização dos agrupamentos revolucionários, tinha-se como fundamental manter a lealdade ao projeto político da guerrilha, de continuar fazendo as ações armadas determinadas pelas cúpulas – apenas sugerir um recuo das armas poderia ser tratado como “desbunde” ou traição à causa e aos companheiros que estavam presos sob torturas.

*[A derrota era] patente. Além de ver que a estrutura que Organização dizia ter e não tinha, acontecia prisão em cima de prisão. A gente por último não tinha dinheiro nem pra comer. Tava se assaltando qualquer coisa. Tem um certo momento que eu senti que eu tava fazendo parte do jogo do gato e do rato (...) Então, a partir de um certo momento, eu comecei, aliás, eu radicalizei na posição: passei a defender abertamente que a gente parasse a luta armada, colocasse pra fora do Brasil aquelas pessoas que não podiam viver legalmente, e aqueles que pudessem retornar a vida legal, retornassem, para que a gente pudesse reconstruir o nosso trabalho político com as massas (...) Isso foi a maior discussão dentro da organização, me acusando de traidor, covarde, oportunista, etc. Mas essas divergências não tinham efeito concreto. Minha posição não tinha efeito concreto. Não era nem colocado em votação porque ninguém nem pleito pra discutir isso.*²²³ *Mário Albuquerque, ex-integrante do PCBR.*

Pelo tipo de ação que desenvolviam, os guerrilheiros sabiam da possibilidade de serem detidos a qualquer momento, embora, óbvio, não esperassem – na realidade, o risco de ser preso existia para todos que realizassem oposição à Ditadura, independente do nível de participação política. A queda era, pois, um misto de surpresa e a concretização de uma ameaça sempre presente. Daí em diante, os ativistas estariam totalmente dependentes de seus inimigos, os quais não hesitariam em usar dos modos mais violentos para extrair informações e vencer “aquela guerra contra a subversão”. Para os ativistas, era uma outra luta agora – pela sobrevivência, num cenário de horror, medo e insultos.

²²² Silvio Mota, entrevistado a 3/06/2006.

²²³ Mario Albuquerque, entrevistado a 20/01/2003.

Nas celas e salas de torturas naufragariam definitivamente os sonhos dos revolucionários. Processados, humilhados, seria condenados a penas altíssimas, quando comparadas com as punições de criminosos comuns – para a estrutura judiciária da Ditadura, era muito mais grave um crime contra a ordem política que contra a vida ou patrimônio²²⁴. Passariam anos em presídios – no caso cearense, sobretudo o Instituto Penal Paulo Sarasate, nome de um fiel aliado da Ditadura, numa coincidência que mais parecia uma irônica provocação – sonhando com uma liberdade que nunca vinha. Sairiam a partir de 1979, com a Anistia, esquecido pelo grosso da sociedade. Foi com dor, lágrimas, sangue e cadáveres que as esquerdas armadas pagariam o preço de sua ousada pretensão de criar uma sociedade mais justa, etapa para o socialismo.

224 MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. *Contra os Inimigos da Ordem*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CAPÍTULO 3

COMBATES NA “TERRA DA LUZ”

3.1 Anônimos

Uma missão dura. Não podia haver hesitações. E não houve, apesar do nervosismo. A revolução não tinha preço. Morria-se por ela. Matava-se também. Justiça. O comerciante tido como explorador de trabalhadores e possível delator das operações da Ação Libertadora Nacional, encontrava-se no balcão de seu estabelecimento na rua principal de São Benedito, pequena cidade da Serra da Ibiapaba, fronteira do Ceará com o Piauí. O possante *DKW*, com os revolucionários, estacionou exatamente em frente ao prédio. Do seu interior, saltaram dois homens, com fardamentos militares, uma metralhadora e revólveres. Entraram no estabelecimento rapidamente e identificaram o negociante, chamando-o pelo nome. O motorista deste, também no recinto, foi “convidado” a retirar-se – um erro crasso, pois ele iria incontinenti avisar a polícia. O comerciante foi levado até um outro compartimento no interior do prédio e teve desapropriados trinta mil Cruzeiros guardados num cofre. Dinheiro para a revolução.

A seguir, os homens conduziram o negociante para o banco traseiro do *DKW*, que zarpou tresloucamente. Em pouco já estariam sendo perseguidos pela polícia. Mas a justiça revolucionária não poderia falhar nem tardar. No percurso, na estrada de Tianguá, o carro pára. O comerciante, com as mãos atadas às costas, foi levado para a borda de um abismo por três dos guerrilheiros e executados com quatro tiros de revólver a queima roupa (um na cabeça, que varou de um ouvido ao outro, dois no lado esquerdo do tórax e um no braço esquerdo). O cadáver rolou abaixo no precipício – seria encontrado no dia seguinte pelo próprio pai da vítima.

O fato teve grande repercussão, indignando diversos setores da sociedade cearense. Nada melhor para as forças da repressão, que usariam o episódio para mostrar a periculosidade e brutalidade dos “terroristas” que ameaçavam a Pátria – apesar de, nos porões da Ditadura, acontecerem execuções, torturas e mortes de forma semelhante. O caso de São Benedito,

além de um trauma para as esquerdas cearenses, marcou o ocaso da luta armada no Estado. Um grande golpe em todos os sentidos.

Afirmar quais e quantas foram as operações armadas da esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar não é tarefa fácil. Vários dos ex-guerrilheiros, em geral, não falam sobre as ações cometidas. Alguns por esquecimento, outros, por constrangimento. Os arquivos do Regime não estão abertos e, desconfiamos, talvez não tragam “tudo”, pois, pelos (poucos) documentos confidenciais aos quais tivemos acesso, não há citação de algumas ações “descobertas” por nossa pesquisa, conforme veremos adiante. Na realidade, muitas das operações da esquerda armada no Ceará só foram descobertas pelas forças de repressão com a queda dos militantes da ALN no caso de São Benedito e isso após torturar os guerrilheiros. Sabemos, por outro lado, que não raras vezes, os documentos oficiais alteravam fatos, falseavam episódios – em outras palavras, mentiam, para justificar a existência da burocracia autoritária, facilitar a promoção de delegados, policiais, etc.

Os jornais, uma de nossas principais fontes de pesquisa, sofriam censura ou faziam censura própria, relatando episódios apenas quando a Ditadura autorizava ou lhe agradava, para que as notícias não “atrapalhassem as investigações em andamento” ou acabassem mesmo virando propaganda do “terrorismo”. Caso sintomático disso foi a apreensão pela Polícia Federal da edição de *O Povo* de 15 de fevereiro de 1971, que relatava a prisão da “terrorista” Jane Vasconcelos Dantas, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e ligada ao supracitado caso de São Benedito. Na edição do dia seguinte, o Periódico traz editorial de capa protestando contra o ocorrido, citando um telegrama enviado ao Ministério da Justiça pelo qual busca justificar-se e mostrar-se como um *jornal respeitável e com assinalados serviços aos ideais democráticos da Revolução*²²⁵.

Os periódicos, em várias oportunidades, limitavam-se a reproduzir os informes da Ditadura, a qual, obviamente, só relatava aquilo que lhe interessava, chegando ao ponto de falsificar episódios e documentos para denegrir ainda mais a imagem dos “terroristas”. *O Povo*, de 12 de novembro de

225 *O Povo*, 16/02/1971, p. 1. O apoio à Ditadura não era apenas retórica: em editorial de capa na edição de 11 de novembro de 1970, o Jornal chegou a pedir votos para a ARENA nas eleições a acontecerem quatro dias depois. *O Povo*, 11/11/1970, p.1.

1970 traz um documento intitulado *“Como destruir a Igreja Católica em qualquer lugar do mundo”* que teria sido apreendido pela PF num aparelho do “Partido Comunista Chinês” (PC do B) em Fortaleza. O texto, publicado na íntegra em quase uma página inteira do periódico, diz que tal destruição se daria por etapas, primeiramente pela “infiltração” de “terroristas” no seio da Igreja e depois pela discussão dentro desta de “temas da realidade social e econômica”, renegando e por fim esquecendo os “aspectos religiosos”²²⁶. Perguntamos sobre tal texto a vários militantes, alguns até sob o subterfúgio do anonimato: nenhum respondeu conhecer aquele conteúdo. Ao contrário, eram até boas as relações dos comunistas com a esquerda católica, de modo que não seria lógico pregar o fim desta Instituição. Ter-se-ia um erro político crasso para quem desejava a simpatia das massas à revolução, principalmente num Estado de forte tradição católica como o Ceará. Provavelmente, o documento seja uma “invenção” da PF, para desacreditar certos setores católicos, tendo a frente D. Hélder Câmara, cearense arcebispo de Recife e Olinda, que então denunciavam os arbítrios, torturas e mortes da Ditadura.

O historiador não pode esquecer que, sobretudo em 1968-69, quando das primeiras ações armadas guerrilheiras, as operações eram relatadas na imprensa como crimes comuns – o que, aliás, era a intenção dos próprios revolucionários, para não chamar a atenção da repressão naqueles momentos iniciais de instalação das organizações. Dessa forma, as páginas policiais dos periódicos mereceram uma atenção especial em nossa pesquisa, levando-nos a atentar a detalhes que poderiam revelar uma ação política. Em geral, as operações da guerrilha aconteciam nos finais de semana, nas noites de sábado para domingo, quando as forças de repressão estavam em menor número e menos mobilizadas. O roubo, melhor dizendo, a “tomada” de carros, principalmente taxistas, era outro “sinal” – quase sempre o motorista era, apesar de amordaçado, “bem tratado”, sendo avisado para procurar dias depois a polícia, pois seu carro seria deixado em algum lugar da cidade. Houve episódio até curiosos, dos guerrilheiros tomarem um táxi, abandonando o taxista em algum matagal, deixando-lhe com o apurado do dia e até pagando a corrida²²⁷...

226 *O Povo*, 12/11/1970, p. 6.

227 *O Povo*, 24/08/1970, p. 6.

Nessa perspectiva, olhando os jornais, consultando a um ou outro ex-guerrilheiro, vendo documentos oficiais, buscamos saber das ações armadas das esquerdas no Estado. Infelizmente, sobre vários “crimes estranhos” noticiados pela imprensa, alguns de características visivelmente guerrilheiras e até vinculados na imprensa como “terroristas”, não pudemos comprovar taxativamente o caráter político ou qual organização o praticou. Que as pesquisas futuras comprovem ou não nossas suspeitas²²⁸.

As primeiras ações revolucionárias, como dito, passaram incólubres pelas forças de repressão. Uma delas, conforme depoimento de Silvio Mota²²⁹, deu-se ainda em 1968, antes do AI-5, numa fase ainda embrionária da ALN no Estado, que buscava recursos financeiros para melhor estruturar-se. Em troca de determinada quantia, a Organização teria promovido uma operação para libertar um preso comum, o que acabou se transformando num seqüestro. O preso, no caso, era o grego Georgios Joannis Tsakiridis, médio comerciante proprietário das lojas de importados *Galeria Grécia e Helena de Tróia*, acusado e preso em abril de 1968 por contrabando e sonegação de impostos. Constituíam-se uma ótima oportunidade para o governo militar evidenciar seu

228 São episódios aparentemente ligados à luta armada: o arremesso de bombas de dinamites na Estação Ferroviária de Crateús e num circo da mesma Cidade, o que levou à prisão, como “terroristas”, de Antônio Aguiar Oliveira, Francisco Antônio Martins e José Aragão de Araújo. *O Povo*, 9/04/1969, p. 1; 6/05/1969, p. 8; *Correio do Ceará*, 30/04/1969, p. 8; 5/05/1969, p. 11. A prisão em Quixadá por fabricação de coquetéis *molotov* de João Rocha Jesus e Luis Silvestre da Silva. *O Povo*, 3/06/1969, p. 6; 9/06/1969, p. 8 e 14/06/1969, p. 8; *Correio do Ceará*, 3/06/1969, p. 8 e 4/06/1969, p. 11. A tentativa de assalto ao Banco Cearense, Indústria e Comércio, em Fortaleza, na véspera do “Dia do Soldado” (25 de agosto) de 1969. *O Povo*, 25/08/1969, p. 6. A tentativa de se colocar uma bomba debaixo do palanque das autoridades no desfile de 7 de setembro em Sobral e o plano para assaltar o trem pagador da Rede de Viação Cearense – foram presos Antônio Ferreira dos Santos, Francisco Alves de Oliveira e o menor A. X. P. (Amílcar Ximenes Pontes). *O Povo*, 9/09/1969, p. 1 e 2; 11/09/1969, p. 8; *Correio do Ceará*, 8/09/1969, p. 11; 9/09/1969, p. 11 e 11/09/1969, p. 11. Sabotagem com descarrilamento de trem em Crateús. *Correio do Ceará*, 10/11/1969, p. 9 e 11/11/1969, p. 9. O assalto de cinco mil Cruzeiros da Loja Recel em Fortaleza. *O Povo*, 15/04/1969, p. 6. Assalto em embocada na estrada entre Missão Velha e Milagre, sul cearense, de um carro pagador da empresa Infoplasma. *O Povo*, 19/12/1969, p. 4. Ataque ao *USIS*, saindo ferido à bala um vigia. *Correio do Ceará*, 24/08/1970, p. 1. Atentado à bala conta a Loja Romcy (cujo proprietário, era acusado de contribuir financeiramente com a repressão), em Fortaleza. *O Povo*, 6/11/1970, p. 6. Mascarados roubam táxi e assaltam jipe com dinheiro da Companhia Industrial de Produtos Agrícolas, na estrada de Chorozinho. *O Povo*, 30/11/1970, p. 6; *Correio do Ceará*, 30/11/1970, p. 5. Armas, munição e dinheiro assaltados da Loja Libanesa, em Fortaleza. *Correio do Ceará*, 29/03/1971, p. 8. Homens em fusca e com metralhadoras assaltam alimentos do Hotel Irauçuba, na Cidade do mesmo nome – polícia suspeita que foram os mesmos que sabotaram a linha elétrica entre Irauçuba e Sobral, no norte cearense. *Correio do Ceará*, 2/04/1971, p. 1.

229 Silvio de Albuquerque Mota é originário de Fortaleza-CE, nascido no ano de 1945. Participante do movimento estudantil dos anos 60. Atuou no PCB, PC do B e foi um dos líderes da ALN no Ceará, até ser deslocado para Cuba visando fazer treinamento de guerrilha. Viveu anos no exílio. Atualmente é juiz da Justiça do Trabalho. Entrevistado a 3/06/2006.

discurso de exaltação do nacionalismo e de moralidade: um estrangeiro pego praticando corrupção a ser punido!

Após subornar policiais para levá-lo em casa na pretensão de “melhor tomar banho e pegar umas roupas”, Tsakiridis conseguiu escapar por uma clarabóia do banheiro, sendo levado por revolucionários para um aparelho da ALN. Ali, contudo, não quis pagar a quantia previamente acertada, e acabou verdadeiramente seqüestrado. Apenas após alguma negociação com o irmão da vítima que o dinheiro foi entregue e o grego liberto, voltando para seu País de origem – os jornais da época noticiaram apenas a “fuga” de Tsakiridis a 3 de maio de 1969 (“*Grego enganou polícia e fugiu*”²³⁰) e sua chegada à Grécia no dia 14 do mesmo mês²³¹.

O episódio evidencia uma contradição entre as pretensões dos guerrilheiros e suas práticas concretas, mostrando os dilemas, dificuldades e paradoxos em levar adiante o sonho revolucionário. Lutavam por um futuro melhor e digno para o povo que julgavam defender, vendo a si próprios como “novos homens”, de certa maneira, “puros”, solidários, portadores dos melhores ideais para “sara” e “corrigir” aquela sociedade capitalista cruel e injusta. Não obstante, aceitaram libertar alguém tido como criminoso para obter fundos visando à insurreição armada. Valia tudo para fazer a revolução? Caso positivo, não estariam reproduzindo um vício das elites que condenavam?

Obviamente que não pretendemos por este pequeno episódio cair no lugar comum de afirmar que os ativistas da esquerda armada tinham práticas sociais, políticas e comportamentais idênticas aos integrantes das elites brasileiras e cearenses, as quais, em geral, praticaram ao longo do tempo manobras espúrias para conservarem seus privilégios em detrimento dos mais humildes. Longe disso. O fato dos guerrilheiros terem aberto mão de uma vida “normal” e confortável (a maioria deles, como vimos no capítulo 2, eram de classe média) em prol de uma causa objetivando uma sociedade mais justa por si mesmo mostra sua grandeza de caráter e preocupações sociais. Estamos querendo dizer que mesmo com esses “ideais maiores”, as esquerdas, armadas ou não, apresentam igualmente vícios e equívocos, afinal, não estão à margem do resto da sociedade brasileira. Têm suas contradições, cometem

230 *O Povo*, 3/05/1968, p. 1. *Correio do Ceará*, 3/05/1968, p. 1.

231 *O Povo*, 14/05/1968, p. 1. *Correio do Ceará*, 14/05/1968, p. 1.

erros e “desvios”. Não se pode idealizar o militante. Ser de esquerda, mesmo que um guerrilheiro, não é atestado de “pureza social”. A *praxis* política tem outra dinâmica, algumas vezes bem distante dos manuais e sonhos socialistas.

Uma outra ação de caráter guerrilheira não associada pela imprensa à luta armada foi a colocação de uma bomba na sede do *IBEU* (*Instituto Brasil-Estados Unidos*, famoso curso de línguas, na Rua Sólon Pinheiro, em frente ao Parque das Crianças, centro de Fortaleza), em 14 de outubro de 1968, exatamente quatro dias após a dissolução do 30º Congresso da UNE em Ibiúna-SP e prisão de vários estudantes. Era uma operação de “propaganda revolucionária” da ALN, conforme nos revelou um de seus membros: como no Ceará não havia embaixada ou consulado dos Estados Unidos, a intenção era atingir um alvo difusor dos valores ianques e incitar ainda mais a agitação popular grassante naquele ano. A bomba, deixada na entrada do prédio de madrugada (para que a explosão não fizesse vítimas “civis”), não teve maiores conseqüências, pois seu pavio acabou apagando em virtude da pressa da ação.

Comunicada sobre o artefato explosivo, a polícia logo o “desativou”, apesar do pânico provocado pela situação, havendo a evacuação do prédio e áreas próximas, pois se temiam existirem outras bombas. Mesmo tachando o incidente de “terrorismo” (igual aos atentados que já aconteciam pelo País afora naquele momento), as autoridades e os jornais consideraram o fato não como um indício da existência de grupos armados agindo já no Ceará, mas sim um ato isolado de algum anti-americano extremista, figura não rara entre aqueles que iam às passeatas as quais agitavam a Capital Cearense em 1968, como evidenciado nas constantes queimas de bandeiras dos Estados Unidos²³².

Esse atentado frustrado expõe a crescente radicalização política dos militantes de esquerda ante a agitação do ano de 1968. Obviamente que os ativistas e simpatizantes da guerrilha não previam aquele ascenso das mobilizações populares, mas não perderam a oportunidade para endossá-las e aumentá-las, tal a crença que tinham na iminência e triunfo da revolução a qual defendiam e como o povo marcharia a seu lado, bastando a vanguarda

232 Entrevistados e *O Povo*, 14/10/1968, p. 1 e 9. *O Povo*, 15/10/1968, p. 1 e 8. *Correio do Ceará*, 14/10/1968, p. 1 e 9. *Correio do Ceará*, 15/10/1968, p. 1 e 9.

“apontar o rumo”. Acreditavam tanto que promoveram um ataque a um alvo civil, o que nunca era recomendável, pela possibilidade do efeito contrário, ou seja, de haver vítimas inocentes e isso colocar a população contra os revolucionários. Mesmo o descenso da agitação do final de 1968 e o AI-5 não abalariam tal crença. Foram incapazes ou não tiveram como perceber que se encontravam, em geral, distantes das massas (aquelas manifestações envolviam sobremaneira os estratos sociais médios intelectualizados), que estavam cada vez mais se isolando do resto da sociedade e entrando numa disputa mortal contra os militares e aliados civis donos do poder.

Igualmente passou despercebida a tentativa de apropriação de armas feita pela ALN no estande da Polícia Militar na I FENACE (Feira Nacional do Ceará), um evento promovido pelo governo visando divulgar os setores produtivos e de serviços do Estado. A Feira acontecia no terreno da Secretaria de Agricultura, na Avenida Bezerra de Menezes, bairro de São Gerardo, apresentando vários estandes, músicas, bebidas, etc., e tornando-se uma atração para o lazer das pessoas. No estande da Polícia, encontravam-se expostas várias armas, como metralhadoras, revólveres e balas – um alvo tentador para a Organização de Marighela no Ceará, que deveria, como vimos no capítulo 1, obter por conta própria seus armamentos.

Assim, na madrugada de 4 de janeiro de 1969 (um sábado), por volta de 2h da manhã, quatro integrantes da Ação Libertadora Nacional invadiram a FENACE para se apossar dos armamentos. Foi um desastre, pois o vigia do estande da polícia, o soldado Waldemar Carneiro de Brito, reagiu ao assalto, havendo uma troca de tiros com os guerrilheiros, estes usando máscaras e portando revólveres. O PM levou três tiros e veio a falecer. Pelos informes dos jornais, os guerrilheiros teriam fugido sem nada levar, com a chegada de vigias dos estantes vizinhos²³³. Não obstante, conforme informações colhidas junto aos ex-militantes, as armas acabaram, sim, levadas, mas não tiveram utilidade nenhuma, pois em cada uma delas faltava uma peça, sem a qual não podiam funcionar (certamente uma prevenção da polícia contra assaltos eventuais que pudessem ser feitos pela guerrilha, como se deu).

233 Entrevistados e *O Povo*, 6/01/1969, p. 1 e 6. *O Povo*, 7/01/1969, p. 1 e 6. *Correio do Ceará*, 6/01/1969, p. 1 e 6. *Correio do Ceará*, 7/01/1969, p. 1 e 9. *Correio do Ceará*, 7/01/1970, p. 9.

O soldado Waldemar era a primeira vítima fatal da guerrilha no Estado, o que aguçou um importante debate dentro das organizações armadas: como tratar os civis e as pessoas que estavam trabalhando para o sistema? De maneira geral, para os guerrilheiros, deveria-se evitar violências maiores e poupar vidas a todo custo, pois aquelas pessoas eram “vítimas alienadas” do Regime e cometer assassinios ou agressões criava antipatias populares. Nas ações, os militantes advertiam os presentes não para não reagirem, que nada lhes aconteceria. Se, contudo, tais indivíduos reagissem, não deveriam os revolucionários hesitar em “atuar com os meios necessários”, ou seja, responder à altura, isso por um “processo educativo necessário”, de que as pessoas deveriam aprender que não adiantava revidar, e por um princípio de legítima defesa – legítima defesa da integridade dos guerrilheiros e da revolução, que estava acima de quaisquer pessoas. Se os militantes armados punham em risco suas próprias vidas, não deveriam também titubear em matar.

As investigações dos casos do IBEU e da FENACE não foram muito adiante (no caso da morte do policial, especulou-se entre a ação de uma “gangue de terroristas”, um caso de vingança ou roubo comum) e caíram no esquecimento, tanto que nos anos seguintes, quando do desmantelamento dos grupos armados locais, nenhum dos “terroristas” teve que responder por essas operações.

3.2 As Faces da Guerrilha

As ações armadas das esquerdas cearenses intensificaram-se no final de 1969 e no primeiro semestre de 1970, exatamente quando a repressão aumentava pelo País. Ao contrário do que os órgãos de segurança relaram à época, não foi a “impossibilidade” dos “terroristas” agirem no Centro-Sul brasileiro que os levou a intensificar as ações no Norte, como no Ceará. Pelo que conversamos com os entrevistados, não existiu nenhuma recomendação por parte das cúpulas nacionais das organizações guerrilheiras nesse sentido – tanto que as ações armadas no Centro-Sul continuaram ocorrendo naquele período (se houvesse essa determinação, se existisse a convicção de que era perigoso “agir no Sul”, as organizações teriam parado com as ações ali e

passado a atuar apenas no Norte-Nordeste). Acreditamos, sim, que a dificuldade dos militantes em analisarem “realisticamente” a conjuntura política do País se fazia presente também entre os cearenses. Era preciso prosseguir na luta, obter mais infra-estruturas, novos quadros, etc., intensificando e propagando as ações em áreas onde não tinham “acontecido” ainda, mostrando que o cerco à Ditadura estava se “completando”, que era nacional, que se estendia agora por todo o Brasil, não apenas no Centro-Sul. Lembremos que era grande a pressão dos militantes cearenses em 1968 e ao longo de 1969 por “ações mais audaciosas”. Fizeram-nas finalmente. Nos fins de 1969 e início de 1970, foram bem sucedidos, contando para tanto com a desestruturação dos órgãos policiais cearenses, que, a rigor, nunca seriam um primor de repressão. Acontece que ao longo de 1970, tais órgãos buscaram se estruturar minimamente, recebendo apoio das forças de repressão nacionais e recorrendo a sistemáticas práticas de torturas, estraçalhando, então, os grupos guerrilheiros locais.

Essa repressão com apoio federal por si apenas levaria à derrota das esquerdas cearenses. Elas, contudo, igualmente cometeram erros. Superestimaram seu potencial e subestimaram a Ditadura no Estado, visto que até setembro de 1970 nenhum quadro de expressão das organizações havia caído no Ceará e as autoridades de segurança, conforme o noticiado pela imprensa, encontravam-se “atordoadas” com as ações da guerrilha – daí, inclusive, por que estas buscaram auxílio em nível nacional. A até então “intocabilidade” das esquerdas locais levou-a a praticar ações cada vez mais audazes, expondo-a ainda mais aos órgãos de repressão, a ponto que, estes, mesmo com suas persistentes fragilidades, puderam agarrar e desmantelar finalmente as organizações “terroristas” do final de 1970 ao início de 1972. Logicamente que falar isso hoje, à distância, sem envolvimento político, mentais e técnicos, etc. é fácil. Mas no início dos anos 1970, para aqueles homens e mulheres, cuja mentalidade estava impregnada na crença da justiça de sua causa e na vitória da sonhada revolução – não por acaso, deixaram tudo para trás e se lançaram com armas na mão para mudar o Brasil –, era difícil perceber como a conjuntura tornara-se desfavorável. Mortalmente desfavorável.

Esse “ciclo guerrilheiro de ações mais ousadas” tornou-se público a 4 de dezembro de 1969. Os jornais de Fortaleza daquele dia trouxeram manchetes garrafais noticiando, pela primeira vez, uma ação explicitamente atribuída aos grupos “terroristas” no Ceará, exatamente quando a repressão se intensificava Brasil afora. Na manhã daquele dia, a Ação Libertadora Nacional tentara assaltar o Banco Mercantil, numa operação que, porém, não obtivera o êxito esperado.

A ALN sofrera há pouco um grande golpe, com a morte de seu líder maior, quase um mito para os guerrilheiros, Carlos Marighela, assassinado pela polícia paulista a 4 de novembro de 1969. Após o sucesso do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burkes Elbrick no Rio de Janeiro, em setembro do mesmo ano (operação realizada pela própria ALN e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR 8), a repressão crescera no País. As quedas, as torturas, as mortes intensificaram-se. Afora o golpe moral pela perda de Marighela – cujos efeitos foram da frustração, passando pela desmotivação e chegando ao desejo quase cego de vingança, colocando em risco a segurança da Organização –, como os principais contatos e autorização de ações mais audaciosas estavam centrados nele, evidenciou-se um vácuo de poder. Isso fica explícito quando se verifica o que seu deu com a ALN no Ceará. Marighela não via com bons olhos a promoção de “operações de expropriação da burguesia” no centro de Fortaleza, pela já citada e prática questão de serem as ruas desta pequenas e de trânsito intenso, dificultando as fugas.

Com a ausência do líder e com a pressão cada vez maior dos militantes por ação – a sonhada revolução estava “próxima”, não se podia “perder tempo”, dever-se-ia mostrar aos ditadores que a luta guerrilheira era agora por todo o Brasil, criam –, decidiu-se enfim realizar uma ação de expropriação no Banco Mercantil, mesmo assim levando em consideração que este se localizava numa região mais afastada do centro da Capital, perto do Mercado de frutas e legumes São Sebastião. Optou-se, não por acaso, promover a ação exatamente no dia que completava um mês do assassinato de Marighela. A idéia era passar uma mensagem à repressão: morre um revolucionário, mas não a revolução! Buscava-se igualmente um efeito propagandístico, de que as ações guerrilheiras não estavam apenas nos

centros urbanos “mais avançados” do País, mas por todo o território nacional agora. Era a hora do ataque final contra o Regime.

Para realizar a expropriação do Banco Mercantil, os integrantes da ALN tomaram minutos antes da ação um carro *Aero Willys*, no bairro fortalezense da Aldeota, pertencente a Francisco Rocha Oliveira, motorista particular de um comerciante e que, ironicamente, nos dias posteriores ao assalto, foi até apontado como suspeito, tal a desorientação da polícia nas investigações.

Apenas em dezembro de 1970, já com vários guerrilheiros presos e submetidos a sevícias, que a Polícia Federal apontou os autores da ação²³⁴ – e não todos, pois soubemos de militantes partícipes os quais nunca foram processados. Os detalhes foram depois repassados para a imprensa, logicamente como uma evidência da “capacidade investigativa” dos órgãos de segurança. Confirmamos os detalhes com nossos entrevistados, havendo uma ou outra pequena discrepância. Nesta e em outras oportunidades, como historiadores, sentimos uma sensação conflitante, pois colhíamos detalhes interessantes sobre o modo de agir dos grupos armados no Ceará, mas sem esquecer que para aquelas informações estarem ali nos jornais, pessoas foram violentadas e agredidas... Vale ressaltar que essas ações mais radicais da ALN-CE foram lideradas pelo novo “reforço” do agrupamento, no caso, três militantes mandados pela direção nacional e com treinamento militar em Cuba²³⁵. Esses guerrilheiros, com maior preparo para a luta armada, eram geralmente assassinados pelos órgãos de repressão, pelo perigo que representavam, como difusores de “refinadas técnicas terroristas”.

Tomado o carro *Aero Willys*, pouco tempo depois, em torno das 12h30min, momento de pouca movimentação na agência bancária (apesar do dinheiro em caixa ser alto, em função do expediente da tarde que começara) e do trânsito em Fortaleza (momento de sol e calor escaldantes), aconteceu a ação da ALN. Tudo rápido, durando menos de 10 minutos. Dois guerrilheiros dominaram o único policial que guarnecia a entrada do Banco, tomando-lhe a

234 “Federal revela nomes de assaltantes do Mercantil e da Coca-Cola”, manchete de *O Povo*, 15/12/1970, p. 1. Foram indiciados, a princípio, pela ação no Banco Mercantil os seguintes integrantes da ALN: José Ferreira Lima, Valdemar Rodrigues Menezes, Francisco William Montenegro, José Sales Oliveira, Gilberto Telmo Sidnei Marques e Ronaldo Dutra Machado. Depois foram citados José Everardo Arrais Norões de Alencar, José Calistrato Cardoso Filho, Valdenor Arrais de Farias. *O Povo*, 10/01/1973, p. 1.

235 Antônio Carlos Bicalha Iana, Antônio Esperidião Neto e Valdemar Rodrigues Meneses, os quais ficaram conhecidos entre os ativistas de esquerda como “Os Cubanos”.

metralhadora que portava e o arrastando para o interior do estabelecimento. Entraram, então, outros quatro “subversivos”, com revólveres e uma metralhadora. Os militantes anunciaram o assalto. Funcionários e clientes, assustados e sem reação, foram conduzidos para o banheiro, nos fundos do prédio, enquanto eram arriadas as portas da agência.

Os guerrilheiros, contudo, enquanto recolhiam o dinheiro dos caixas, acabaram surpreendidos pela reação do vigia, que sacou um revólver escondido na farda. Houve um tiroteio, no qual saíram feridos o próprio vigia e o filho do gerente da agência. Fracassara a ação, pois não foi possível apossar-se do dinheiro do cofre. Os revolucionários foram obrigados a deixar o banco e a fugirem, zarpando rapidamente no *Aero Willys* e num fusca que dava cobertura à ação. Levaram algum pouco dinheiro e a metralhadora do guarda²³⁶.

O fato teve imensa repercussão. As autoridades, líderes empresariais e os jornais em editoriais se apressaram em condenar a “ação terrorista”, ao mesmo tempo em que ressaltavam a frustração do assalto pelo guarda como uma prova do “preparo” dos órgãos de segurança locais. O delegado da recém criada Delegacia de Polícia Federal do Ceará, Laudelino Coelho, apontado pelas entidades de ex-presos políticos como torturador, foi enfático nas declarações à imprensa: *se pensam que podem se localizar aqui para atividades terroristas, estão enganados. Encontrarão, da parte dos órgãos de informação, a mesma barreira encontrada no sul do país*²³⁷.

Interessante opinião foi dada pelo jornal *Unitário*, matutino dos *Diários Associados*, que em geral transcrevia reportagens do *Correio do Ceará*, em relação ao assunto:

O banco se encontrava com quase 100 milhões em caixa e os assaltantes, diante do cerrado tiroteio, simplesmente desapareceram. O objetivo não era o dinheiro e sim o ato comemorativo do primeiro mês da morte do líder do terror no Brasil, Carlos Marighela. Houve, entretanto, uma novidade em todos os fatos: jamais a fórmula importada do sul do país poderia encontrar a

236 Entrevistados e *O Povo*, 4/12/1969, p. 1; 5/12/1969, p. 1 e 8; 6/12/1969, p. 6. Por coincidência (será?), as edições de *Correio do Ceará* entre 4 e 9 de dezembro de 1969 não estão na coleção da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

237 *Unitário*, 5/12/1960, p. 12.

*reação bem cearense. No sul, todos obedecem e correm para o banheiro. Aqui, o apelo foi respondido à bala (...)*²³⁸.

Começava a construção pelas autoridades e jornais de um discurso o qual seria intensificado nos meses seguintes, apesar de algumas modificações quando de outras ações “terroristas”: o cearense, de modo geral, jamais endossaria o “terrorismo”, ao tempo que não o temia. No Ceará não havia condições para a prática da “subversão”, pois os cearenses, embora “destemidos e corajosos”, teriam “espírito pacífico e ordeiro”, nunca fazendo, apoiando ou se dobrando a uma ação “subversiva”. O “terror” era praticado por ativistas vindos do “Sul brasileiro”, onde a repressão se intensificara, e sob as ordens do comunismo internacional. Nessa perspectiva, apoiar o “terror” seria dar provas de “mau cearensidade”, de trair a natureza ordeira da “Terra Alencarina”. Ao mesmo tempo, os que não combatiam a “subversão” – fosse pela reação à bala, como no caso do guarda, ou apoiando o papel investigativo das autoridades, passando pistas, nomes, etc. – estariam sendo “frouxos”, “covardes”, igualmente indo contra a tradição de “valentia” dos cearenses.

Quando, porém, o número de operações “subversivas” aumentou ao longo de 1970, esse discurso sofreu alguns retoques. Persistiu a idéia da influência “sinistra” dos militantes provenientes do Sudeste do País e do “pacifismo” do cearense e sua aversão ao “terror”. Para justificar a existência dos “terroristas cearenses”, contudo, enfatizou-se sua “corrupção moral”: eram jovens, inexperiente, imaturos, seduzidos pelo discurso exótico dos radicais de esquerda de outros estados brasileiros²³⁹. Isso, todavia, não impedia que fossem punidos. Ao contrário, a punição deveria vir, contra seus atos “terroristas” e porque envergonhavam uma terra tão “boa e pacífica” como a cearense. Diz o editorial de *Correio do Ceará*, de outubro de 1970, após o caso

²³⁸ *Unitário*, 5/12/1960, p. 12.

²³⁹ Editorial de *O Povo* sobre o envolvimento de jovens e “terrorismo”: (...) *A inquietação juvenil é um fato em toda parte e é ela que se procura canalizar para a atividade terrorista. Jovens inexperientes são atraídos para uma verdadeira armadilha, através da exploração de seus sentimentos. Trata-se de uma verdadeira conspiração mental, pois o idealismo de rapazes e moças é transformada em arma contra os melhores padrões de comportamento humano, contra os mais altos valores da civilização (...). Os atos de terrorismo revelam uma crueldade ilimitada, um absoluto desrespeito pela vida. Praticada por jovens que deveriam encontrar-se num estado de quase pureza, eles revelam que seus autores sofreram uma verdadeira devastação em suas mentes, nas quais se implantou um único sentimento, que é o do ódio cego que diante de nada se detém.* *O Povo*, 4/08/1970, p.3.

de São Benedito e o quase total desmantelamento da Ação Libertadora Nacional no Estado.

(...) Até recentemente se dizia que no Ceará não existia condições para a prática do terrorismo, argumentando-se com a mentalidade pacífica e ordeira do povo cearense (...) A reconstituição dos fatos que precederam aos atos subversivos praticados ultimamente mostrou que a articulação foi devida a ativistas vindos do sul com desígnios sinistros. Indo mais além, as autoridades remontaram à origem de tudo, precisando que foram pessoas treinadas em Cuba. Diante disso, nenhuma autoridade moral tem para criticar o neo-colonialismo [dos Estados Unidos] quem admite servir a um governo estrangeiro, como o cubano, na tarefa de destruir o Brasil (...) As revelações sobre os assaltos e demais crimes praticados pelos terroristas no Ceará deixaram bem claro que não resultou deles nenhum benefício (...) Mais uma vez verificou-se que jovens estudantes foram iludidos (...) É lamentável o sacrifício de alguns levados a acreditar na eficácia de métodos que se destinam mais apenas a destruir um povo (...) Não basta repudiar o terrorismo, sendo de esperar que, cômicos do perigo real, os cearenses se reúnam todos prontos a repelirem [a subversão].²⁴⁰

Era a construção de um discurso obviamente bastante favorável à Ditadura e de detração não só das esquerdas como de seus apoiadores e simpatizantes. Na realidade, como abordamos no capítulo anterior, constituía-se normalidade que os ativistas de uma área se instalassem ou transitassem por outra. Se pessoas do “Sul” vieram para o Ceará, também cearenses foram dirigiram-se àquela região (onde, contrariando a lógica do argumento apresentado, a repressão era mais forte), num intenso “leva e trás” de experiências e informações. Dessa forma, atribuir a origem da luta armada no Estado a agentes externos, ou seja, vindos do Centro-Sul brasileiro, é uma inverdade. Pelos dados levantados na pesquisa, a maioria absoluta dos “subversivos” era cearense nato. Já havia no Ceará, mesmo antes da intensificação da repressão no Sudeste, um debate e uma propensão da esquerda radical local a pegar em armas – os militantes cearenses buscaram contato com as organizações armadas de outros estados para instalá-las igualmente na “Terra da Luz”.

Além disso, o uso da violência em disputas políticas não era algo novo no Ceará (e óbvio, no Brasil). Vide os choques entre autoridades e famílias no

240 *Correio do Ceará*, 2/10/1970, p. 4.

Período Colonial, as “revoluções” no século XIX (Revolução de 1817, Confederação do Equador), cujos participantes (Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves, etc.) são “heróis” cultuados pelas próprias classes dominantes cearenses (em nomes de ruas, praças, etc.), os motins que levaram a deposição de governantes, como a queda da oligarquia de Nogueira Accioly em 1912 e a Sedição de Juazeiro em 1914, evidenciam o que falamos. Na história política recente e mesmo durante a Ditadura Militar, teve-se caso de “conceituados políticos” matando ou mandando matar desafetos em atentados à bala ou por pistoleiros²⁴¹. A violência política sempre esteve presente na história do Ceará. Os guerrilheiros de esquerda não estava foram dessa tradição. O “horror” maior de suas ações era outro. Atentavam contra a propriedade privada, contra a ordem capitalista, falavam em socialismo, em acabar com os privilégios das elites. Isso era inconcebível para os segmentos proprietários – por isso que muito desses iriam colaborar com recursos vários no combate, tortura e morte daqueles “subversivos”. A questão não era apenas a violência política. As classes dominantes também usam a violência para fazer prevalecer seus interesses. A questão principal era o foco, o propósito, o sentido no qual essa violência era usado.

A partir da tentativa de assalto ao Barco Mercantil, as ações armadas da esquerda radical intensificaram-se no Estado, atingido o apogeu em 1970, quando outras organizações igualmente passaram a agir. Recuperando-se do fiasco inicial, a ALN obteve pleno êxito a 31 de janeiro na expropriação de quatro mil Cruzeiros Novos de um fiscal de ônibus da Empresa São Vicente de Paula, que inapropriadamente, recolhia e transportava, sem nenhuma segurança ou armas, o dinheiro apurado pelos veículos na prestação diária do serviço de transporte de passageiros²⁴². Igualmente teve sucesso o assalto da Fortaleza Refrigerantes, representante local da Coca-Cola, a 10 de março de 1970. A ação tinha significado especial para a guerrilha. Afora a questão da obtenção de recursos (foram levados mais de vinte e dois mil Cruzeiros Novos), atingia-se um dos maiores símbolos do *american way of life* e uma empresa multinacional, “agente”, portanto, do imperialismo dos Estados Unidos

241 Vide CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. *Matadores de Gente: Como se Faz um Pistoleiro*. São Paulo: Annablume, 2000.

242 Foram indiciados: Fabiani Cunha, Francisco William Montenegro, José Sales Oliveira e Ronaldo Dutra machado. *O Povo*, 22/05/1971, p. 8.

no mundo. O assalto aconteceu à noite, em torno de 21h30min, evidenciando falhas na segurança da Empresa, cujos donos, talvez, não levassem a sério a suspeita que os grupos armados continuassem a atuar no Estado ou acreditassem piamente no aparelho repressor da Ditadura²⁴³.

Nos jornais dos dias seguintes, o mesmo laudatório das autoridades tentando justificar o ocorrido, dizendo que tinham pistas e suspeitos, que as investigações caminhavam e outras palavras vazias. Ao que parece, os órgãos de segurança, evidenciando sua desestruturação naquele momento, não tinham rumo algum. Só apontariam alguns envolvidos no episódio bem depois, quando da prisão e tortura dos militantes da ALN envolvidos no caso de São Benedito²⁴⁴.

Não obstante, mal passaram as repercussões do assalto à Coca-cola, aconteceu a sensacional ação de expropriação do carro pagador do *London Bank*, a 16 de março. Caiu como uma bomba em Fortaleza, dando entender que a atuação das esquerdas armadas no Ceará seria bem maior do que se imaginava – afinal, eram duas ações em menos de uma semana!

A ação do *London Bank* foi a primeira de maior envergadura do PCBR no Estado, em conjunto com o Movimento Comunista Internacional (MCI), organização trotskista chefiada por Gilvan Rocha, cuja participação foi “dar a dica” sobre a maneira insegura e irregular como o *London Bank* transportava recursos. O levantamento do trajeto do carro pagador e de como seria feita a ação ficou a cargo do PCBR. Como havia as já citadas complicações de realizar assaltos no centro da Capital Cearense, a alternativa foi abordar o carro pagador do Banco na saída do terminal de gás do Porto do Mucuripe – ali, era recolhido para ser depositado no Banco o dinheiro arrecadado no dia pelas grandes empresas e combustíveis, como Esso, Shel, Texaco, Atlantic e a cearense Norte Gás Butano, do emergente empresário Edson Queiroz. O dinheiro das multinacionais e de um forte grupo econômico cearense iria financiar a revolução. Mais sugestivo ainda era o fato de que quase na mesma hora da ação, final da tarde (em torno de 17h40min), o General Jaime Portela assumia o comando da 10ª Região Militar em cerimônia a qual contava com a

243 Depoimentos e *O Povo*, 11/03/1970, p. 1; 12/03/1970, p. 1 e 2; 13/03/1970, p. 1 e 3; 14/03/1970, p. 1 e 9. *Correio do Ceará*, 11/03/1970, p. 1 e 9; 13/03/1970, p. 1 e 9.

244 Foram acusados da ação da Coca-Cola: Fabiani Cunha, José Ferreira Lima, José Sales de Oliveira, Maurício Anísio de Araújo e Adolfo Sales Galvano. *O Povo*, 15/12/1970, p. 6.

presença de todo o estafe da forças de segurança do Estado. Uma provocação.

A operação, cujo produto foi cerca de 98 mil cruzeiros novos (a imprensa, em manchetes sensacionalistas, falou inicialmente em 200 mil e até 350 mil, mas boa parte desse valor era em cheques, os quais foram logo cancelados), foi realizada pelo Comando Político Militar, estrutura móvel do PCBR que atuava em todo o Nordeste sob a responsabilidade de Carlos Alberto Soares. Embora sediado em Recife, esse grupo de fogo fazia ações onde era chamado pelos núcleos da Organização na região. A operação foi um grande sucesso. Os militantes haviam tomado um táxi antes, usando-o para interceptar a camioneta do Banco – um veículo totalmente inadequado para o transporte de valores vultosos e cujos ocupantes sequer estavam armados. Não poderia haver coisa mais fácil para os guerrilheiros, daí a importância da informação do MCI, que teria ficado com 20% do valor arrecadado.

Os guerrilheiros, conforme o planejamento e após o sucesso da operação, seguiram para um “aparelho” no bairro de Fátima, ainda em Fortaleza, onde se realizou o rateio do dinheiro²⁴⁵. A quantia do PCBR foi enviada para Recife, nos dias seguintes, por dois militantes da Organização, dentro do estepe e bancos de um fusquinha, que tranquilamente cruzou as fronteiras cearenses, sem ser incomodado ou inspecionado pela polícia²⁴⁶. Vale ressaltar que, no caso da ALN, como esta se estruturava em unidades autônomas, os recursos de suas ações de expropriação ficavam mesmo no Ceará, salvo casos de necessidades em outras áreas do País.

O assalto do carro pagador do London Bank teve enorme repercussão. Para o PCBR, foi um estrondoso sucesso, não apenas pelos recursos obtidos ou pelos efeitos de propaganda na desmoralização da Ditadura, mas como uma forma igualmente de atrair novos simpatizantes. Apesar de se ajudarem e manterem relações cordiais, as organizações armadas “concorriam” entre si

245 Foram indiciados pela ação do carro pagador do *London Bank*: Odijas Carvalho, José Gersino Saraiva Maia, Carlos Alberto Soares, José Moreira Lemos Neto, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Alberto Vinicius do Nascimento, Jamildo Conserva Tavares e João Alves Gondim Neto. Informações obtidas nas entrevistas e nos jornais *O Povo*, 17/03/1970, p. 1 e 9; 18/03/1970, p.1 e 8; 20/03/1970, p. 8; 9/09/1971, p. 1 e 8; 29/05/1972, p. 1; 27/03/1973, p. 1; 3/04/1973, p.7. *Correio do Ceará*: 17/03/1970, p. 1, 9 e 11; 18/03/1970, p. 1 e 9; 9/09/1971, p. 1 e 7; 27/03/1973, p. 12.

246 Manteremos anônima a fonte da informação, já que sua participação na ação nunca foi descoberta pelos órgãos de segurança.

para verificar qual iniciaria logo a guerrilha rural e a revolução (o ataque final ao Regime), além de disputarem a simpatia e o ingresso de militantes, sobretudo naquele 1970, quando as forças da repressão cada vez faziam minguar o número de possíveis guerrilheiros no Brasil. Ora, A ALN, que havia sido a primeira organização armada a se instalar no Estado recebeu com certo despeito e até “ciúmes” a operação vitoriosa do “caçula” PCBR. Não surpreende que nos meses seguintes o Grupo fundado por Marighela realize várias ações, conforme veremos adiante, operações cada vez mais ousadas, cujos êxitos reforçavam a confiança dos militantes em seu potencial e provocavam nossas ações, fazendo aumentar o cerco da Ditadura e gerando algo fatal para qualquer guerrilha: o descuido da segurança. Daí o desastre de São Benedito...

Para as forças de repressão, foi um terrível o caso do London Bank. Novamente nos dias seguintes repetem-se nos periódicos as mesmas palavras vazias das autoridades sobre a apuração das culpabilidades – os nomes dos envolvidos na ação só viriam a público em setembro de 1971, a partir da prisão de um membro do PCBR em Recife, que, pressionado e torturado, acabou renegando a luta armada (fez isso na televisão, inclusive) e contando detalhes da ação do grupo na região²⁴⁷. Os Jornais, ante os êxitos dos “terroristas”, de forma comedida, criticam a ineficiência das forças policiais locais. Em editorial de capa, *O Povo* pede providências:

(...) É possível que os últimos fatos alertem tanto as autoridades quanto os particulares para os perigos da presente situação. Esses perigos são muito maiores do que se pensa, e o que admira é que mais assaltos já não tenham ocorrido, pois o ambiente de lassidão é plenamente favorável. Da parte das autoridades é necessário que preparem melhor seus homens para enfrentar uma nova realidade no campo da atividade policial. E aos particulares, compete seguir o conselho do próprio Secretário de Segurança: armar sua própria defesa e, sobretudo, não cometer imprudências tamanhas, como a de andar conduzindo por aí dinheiro como se fossem batatas²⁴⁸.

Realmente, uma coisa evidente ao se estudar a Ditadura Militar no Ceará é a falta de estrutura dos órgãos de segurança, mesmo com as

247 Manteremos anônimo o nome do militante, embora seja bastante conhecido entre os ex-ativistas.

248 *O Povo*, 18/03/1970, p. 1.

“melhorias” que sofreria em virtude da intensificação da luta armada no Estado. Como afirma o Professor Rodrigo Patto Sá Motta²⁴⁹, os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e as Polícias Militares, organismos policiais de âmbito estadual, embora atuando ainda na repressão aos “subversivos”, foram aos poucos sendo esvaziados ao longo da Ditadura, perdendo espaço e prestígio para outros órgãos, sobremaneira aqueles ligados às Forças Armadas – Centro de Informação do Exército (CIE), Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) e Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) – e ao Governo Federal – Serviço Nacional de Informação (SNI) e Polícia Federal. Isso fica evidente quando se olha nos jornais cearenses do período e se constata que a apuração dos crimes de “terrorismo” era deixada apenas a cargo da PF. Acontece que a Delegacia da Polícia Federal de Fortaleza fora criada em outubro de 1969 (antes havia uma subdelegacia, sem muito autonomia)²⁵⁰, apresentando uma carência de funcionários e recursos, pelo menos a princípio, o que, aliás, era compreensível, visto que o Ceará não estava na rota principal do “terrorismo” no Brasil. Dessa forma, compreende-se a ineficiência da PF quando das primeiras ações da esquerda armada no Estado.

Com o aumento e centralização do controle do Governo Federal sobre as forças estaduais de segurança, a partir de 1969, quando houve uma reorganização das polícias estaduais em todo o País, a autoridade dos Governadores dos estados sobre a PM foi reduzida, pois os cargos de secretário de segurança pública e dos comandantes das polícias militares passaram a ser destinados exclusivamente a oficiais do Exército. Tais oficiais, obviamente levaram seu anticomunismo extremado para dentro das corporações policiais, que igualmente se envolveram em casos de arbítrios, torturas e mortes contra “subversivos”²⁵¹. Esse controle do Governo Federal

249 Notas da palestra “A Abertura dos Arquivos do DOPS: Um Balanço”, ministrada pelo Professor Rodrigo Patto Sá Motta em Fortaleza, no Auditório da Universidade Federal do Ceará, a 14 de junho de 2006.

250 Antes de 1969 existia subdelegacia da Polícia Federal em Fortaleza, sob o comando de Laudelino Coelho e submissa à Delegacia Regional de Recife. Com a transformação da subdelegacia em Delegacia, foi mantida a titularidade de Laudelino, que passou a ter mais autonomia e jurisdição sobre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão. *O Povo*, 21/11/1969, p. 2. *Correio do Ceará*, 21/11/1969. p. 7.

251 Já em maio de 1966, fora torturado e morto numa delegacia da Polícia Militar de Fortaleza o ativista ferroviário José Nobre Parente. A Secretaria de Segurança Pública alegou suicídio, porém o laudo do Instituto Médico Legal apontou como *causa mortis* uma fratura do crânio.

sobre o aparato estadual de segurança levará o Governador cearense César Cals em 1971 a criar o Serviço Estadual de Informação (SEI)²⁵², cuja atuação maior, ironicamente, não foi nem o combate à “subversão”, mas o recolhimento de “fatos comprometedores” de autoridades públicas cearenses para serem usados como barganha no jogo político local dos anos 1970, quando três Coronéis hegemonizavam e disputavam entre si o comando do Estado (o próprio César Cals, Adauto Bezerra e Virgílio Távora)²⁵³.

As primeiras ações armadas reconhecidas como tais no Ceará levarão a uma tentativa de melhor estruturação dos órgãos de repressão²⁵⁴ que, mesmo assim, continuaram muito a desejar, pois, como dissemos, a descoberta de vários crimes políticos só foi possível com a tortura de guerrilheiros caídos. A falta de melhor estrutura investigativa explicará a sistemática postura de recorrer a sevícias de presos políticos para colher informações – sobretudo na sede da Polícia Federal e no Quartel do 23º. BC. Dos entrevistados por nós, a maioria foi torturada no Ceará. Isso faz cair um mito de que a Ditadura Militar no Estado foi “branda”. Ao contrário, as carências dos órgãos de repressão induzirão a práticas sistemáticas do arbítrio. Lógico que as ações “terroristas” no Ceará foram em menor número que em outros estados. Também, assim, foram menores os casos de torturas. Não vemos, entretanto, a brutalidade da Ditadura como uma questão de números, de saber ou quantificar quem apanhou mais ou se os agentes da repressão pernambucano ou paulista eram mais brutais, mas sim, pelas violências que foram promovidas.

Dessa forma, agentes da repressão de outros Estados passaram a visitar o Ceará, trazendo suas “experiências” no combate aos “inimigos da Pátria” – um desses foi o delegado do DOPS paulista Sérgio Paranhos Fleury,

José Nobre Parente era militante do PCB e funcionário da Rede de Viação Cearense, cujo superintendente, José Walter foi dos maiores colaboradores da Ditadura no Ceará. A responsabilidade do Estado no assassinado foi reconhecida pela Comissão Especial de Anistia em 2006. Outra vítima fatal da Ditadura no Ceará foi o militante do PCB Pedro Jerônimo de Souza, morto em 1975, após ser seqüestrado dentro de um ônibus e conduzido para o DOI-CODI. Os agentes policiais informaram à família que Pedro Jerônimo suicidara-se. Exumação do cadáver e exame pericial posteriores constataram as torturas. *O Povo*, 3/05/2006, p. 8.

252 “Assembléia aprova criação do SEI”. *O Povo*, 31/08/1971, p.1.

253 *O Povo*, 16/03/2005, p. 20.

254 “Efetivo de federais aumentará no Ceará”. *O Povo*, 29/07/1970, p. 8.

que esteve no Estado no começo de 1971²⁵⁵. Ao mesmo tempo, a PF buscou se estruturar, enviar seus membros para cursos de reciclagem e mesmo pedir apoio da população no combate às esquerdas armadas.

O êxito das ações guerrilheiras e a ineficiência da Polícia Militar, DOPS e Polícia Federal em encontrar os responsáveis pelo assalto do carro pagador do *London Bank* levou a uma auto-censura dos jornais. Após manchetes diárias sensacionalistas, os periódicos *O Povo* e *Correio do Ceará* simplesmente silenciaram sobre o assalto a partir do dia 18 – apenas o primeiro falou do assunto no dia 20 em suas páginas internas, sem muito destaque, informando que as investigações continuavam. Acreditamos que o assunto não tivesse perdido a atenção do público leitor. Possivelmente, a questão ligava-se ao fato das informações veiculadas estarem servindo muito mais para propagandear os “terroristas” e, por conseqüência, desmoralizar o governo. A idéia da colaboração da imprensa com as autoridades policiais da Ditadura, naquele difícil momento de ofensiva da “subversão” no Ceará, evidenciou-se mais uma vez em editorial de primeira página de *O Povo*, de 21 de março seguinte, no qual se tenta explicar o “silêncio” da imprensa sobre o tema, embora solicitando-se que as informações liberadas pelas autoridades não privilegiassem nenhum órgão de informação:

O último assalto ocorrido em Fortaleza pôs em evidência a necessidade de que se estabeleça uma convivência em novos termos, entre a polícia (...) e a imprensa. Os jornais, o rádio e a televisão têm interesse em informar (...) pois esta é sua função primordial (...) Ao mesmo tempo, porém, não pode furta-se a uma colaboração com as autoridades, tendo em vista não perturbar e sim facilitar sua ação normal. Ao que sabemos, no Sul do País, recentemente os jornais e emissoras concordaram em retardar algumas horas as notícias sobre o rapto do Cônsul Geral do Japão em São Paulo, em benefício das investigações que se processavam – o que se constitui uma forma dessa cooperação. Em contrapartida, é preciso que a polícia estabeleça meios mais adequados de

255 A chegada de Fleury foi noticiada com destaque pelos jornais: “Chega hoje o comandante do cerco de Marighela”. *O Povo*, 31/01/1970, p.1. “Esperado delegado famoso na guerra ao terror e subversão”. *Correio do Ceará*, 31/01/1970, p.1. O Delegado deu uma entrevista à imprensa, não permitindo a entrada de fotógrafos. Disse, com base em sua experiência, que o Ceará não seria escolhida para o desenvolvimento de atividades terroristas (...) pois não há aqui clima político nem condições geográficas propícias (...). *Correio do Ceará*, 5/02/1970, p.8. Na “visita”, Fleury manteve contato com autoridades locais da segurança. Seu objetivo oficial era levar para São Paulo os “subversivos” condenados Luiz Anastácio Momesso e Valdir Araújo, que haviam fugido para o Crato-CE, onde acabaram capturados.

*comunicação com a imprensa de modo que todos os órgãos tenham acesso às informações essenciais, no tempo devido.*²⁵⁶

A proposta de “convivência em novos” termos parece que foi aceita, pois a partir daí as notícias de ações vitoriosas guerrilheiras seriam divulgadas sem grande estardalhaço, ou dias depois de acontecidas ou ainda sem a conotação que se tratava de crime político. E haja trabalho e atenção do historiador para tentar “decifrar” o que estava acontecendo! Antes não se noticiavam as operações porque não se sabiam sua natureza política. Agora, não se divulgavam (ou se divulgavam discretamente) porque sabiam!

Dessa forma, as expropriações duma máquina de escrever e um mimeógrafo da Faculdade de Educação do Ceará (antiga Filosofia Estadual) pelo PCBR a 12 de junho de 1970 foram tratadas discretamente pela imprensa, enfatizando-se o assalto em si e não seu caráter “terrorista” – os jornais mencionam “terrorismo” apenas uma vez nos textos das reportagens, não falando mais do assunto nos dias posteriores²⁵⁷. A Organização Revolucionária buscava estruturar um setor de imprensa clandestina visando a melhor produção de seus boletins políticos²⁵⁸. Esse mesmo objetivo levou a ALN, no mês seguinte, na madrugada do sábado 13 de julho – uma prova como as organizações estavam em “competição” –, a apropriar-se de uma fotocopadora, de uma máquina de escrever e de um mimeógrafo do Instituto de Química (o fato só veio a público nos jornais em dezembro do mesmo ano²⁵⁹) e, no dia 23 de agosto, a apossar-se de uma máquina de escrever e duas copiadoras do Instituto de Matemática da Universidade Federal (noticiado seis dias depois, também com discrição e sem associação com “terrorismo”)²⁶⁰.

256 *O Povo*, 21/04/1970, p. 1.

257 “Assaltada Faculdade de Filosofia”. *Correio do Ceará*, 12/06/1970, p. 7. “Terrorismo na Faculdade de Filosofia”. *O Povo*, 12/06/1970, p. 1 e 2. Em 1971, era noticiado que Paulo Fernando Magalhães dos Santos e Augustos César Farias Costa, ao lado de outros elementos ainda não identificados do PCBR foram os responsáveis pela ação no Instituto de Educação. *O Povo*, 1º/04/1971, p. 6.

258 Pelo depoimento dos entrevistados, o PCBR chegou a produzir no Ceará um jornalzinho chamado *Vanguarda*.

259 *O Povo*, 14/12/1970, p. 2 e 6. *Correio do Ceará*, 14/12/1970, p. 8. Foram indiciados: Moema Santiago, Hélio Pereira Ximenes, Gilberto Telmo Sidney Marques, José Jerônimo de Oliveira, Fabiani Cunha, José Sales de Oliveira e José Evon Siqueira. *O Povo*, 15/09/1972, p. 1.

260 Noticiado em pequena nota em *Correio do Ceará*, 29/08/1970, p. 1. Foram indiciados: Gilberto Telmo Sidney Marques, José Jerônimo de Oliveira, José Sales de Oliveira, Valdemar Rodrigues de Meneses, Swami Cunha, Fabiani Cunha, Hélio Pereira Ximenes e Esperidião Neto. *O Povo*, 8/05/1972, p. 1. *Correio do Ceará*, 9/05/1972, p. 12.

Ao mesmo tempo, as notícias “positivas” para a Ditadura, ou seja, que evidenciavam as iniciativas para apurar e desbaratar as esquerdas, continuavam a receber ênfase, bem como os “crimes nefastos” (morte de vigias, atentados, lesões a “civis” nas ações, etc.) do “terror”. Igualmente buscava-se associar os guerrilheiros à “depravação dos costumes” como um “atentado aos valores cristãos e da família”. *O Povo*, de 16 de setembro de 1970, trazia em primeira página matéria sobre a palestra ministrada pelo Reitor da Universidade Federal Fluminense, o professor cearense Djacir Menezes na Escola Superior de Guerra, na qual se enfatizou que uma das razões que levava os jovens de classes médias e abastardas a entrarem na luta armada seria a “desagregação da família”, visto que os pais *não dão atenção a seus filhos, não se interessam por suas vidas e a família se reúne casualmente*, de modo que estes se tornam vítimas dos “aliciadores marxistas”²⁶¹.

Ante as mudanças comportamentais que ocorriam na época para escândalo dos conservadores, os jornais não hesitavam em associar guerrilha e “sexo irresponsável”, como noticiou também em matéria de primeira página o *Correio do Ceará* de 30 de janeiro de 1970, afirmando que o dinheiro do “terror” era usado para “orgias” e “doce vida de vagabundagem”, havendo mesmo a “corrupção de mocinhas colegiais” e o depósito dos valores em bancos estrangeiros para financiar as “viagens dos terroristas ao exterior” (os exílios)²⁶².

Além da óbvia condenação da subversão e da defesa da repressão dura aos “inimigos da Pátria”, expressa em vários editoriais²⁶³, intentou-se associar a guerrilha a episódios históricos “condenáveis”, como o nazismo – *O Povo* de 17 de junho de 1970 diz que os “subversivos” são os “nazistas de hoje”²⁶⁴ – e a “traição” dos comunistas na chamada “Intentona Comunista” ocorrida em 1935, quando os “marxistas teriam matado vários inocentes dormindo” em sua “ambição de tomar o poder”. Em 1970, completavam-se 35 anos deste episódio, o que deu margem a reportagens e artigos associando o “terrorismo” daquele momento com a trama do PCB dos anos 1930. *Correio do*

261 *O Povo*, 16/09/1970, p. 1.

262 *Correio do Ceará*, 30/01/1970, p.1.

263 Por exemplo, os editoriais em *O Povo*, 3/03/1970, p. 3; 11/08/1970, p. 3; 17/12/1970, p. 3; 8/04/1972, p. 3; 5/06/1972, p. 3; 17/06/1972, p. 4; *Correio do Ceará*, 9/06/1970, p. 4; 12/09/1970, p. 4; 25/09/1970, p. 2; 17/04/1971, p. 4.

264 *O Povo*, 17/06/1970, p. 3.

Ceará de 27 de novembro de 1970, trouxe texto especial intitulado “O Terror de 35”, com a foto dos militares mortos na Intentona e ao fundo o desenho de uma mão ensangüentada, concluindo que:

[os militares mortos em 1935] Estavam vivendo num Brasil independente e livre e jamais se venderiam a nações estrangeiras. Por isso, pagaram com a própria vida o crime de amar a Pátria, de defender a família, de respeitar o Deus dos Exércitos. Mas esse sacrifício não foi em vão, por que no presente, com a Salvadora Revolução de Março, como nos dias futuros, os fanáticos do comunismo apátrida, ateu e materialista, prestarão conta dos seus crimes hediondos. Agora, mais do que nunca, quando a Rússia Soviética, Cuba e China Vermelha, pretendem destruir a Civilização Cristã (...) pondo em prática na América Latina o assalto à mão armada aos bancos e empresas, o seqüestro de pessoas e de aeronaves (...), não padece dúvida de que a guerra revolucionária está em ação, nos restando uma resposta à altura dos acontecimentos. Devemos nos arregimentar, e, sem medo, ir buscar o inimigo onde ele estiver, fazendo uma limpeza em regra dos “NAZISTAS VERMELHOS” que desejam nos escravizar.²⁶⁵

Se a intenção da Ditadura era desgastar os guerrilheiros e minar algum apoio que pudessem ter dos cidadãos comuns, foi-lhe uma verdadeira “dádiva” o caso de São Benedito.

3.3 São Benedito: o (o) caso

Há todo um complexo contexto para entender como a ALN promoveu uma desastrosa operação de justicamento no município cearense de São Benedito em agosto de 1970, episódio que assinalou o “começo do fim” da luta armada no Estado. Tal contexto envolve o aumento da repressão na Ditadura, com doses exageradas de otimismo sobre o potencial da Organização e subestimação do poder de reação dos órgãos de segurança locais.

Apesar do cerco repressor ter se elevado por todo o País naquele 1970, havendo já várias quedas e mortes de “terroristas”, a cúpula em Fortaleza da Ação Libertadora Nacional, então liderada por José Sales de Oliveira, continuou apoiando a realização de ações cada vez mais ousadas, denotando uma superestimativa da capacidade da Organização e a sensação de poder dos militantes, algo até compreensível ante os êxitos locais obtidos –

²⁶⁵ *Correio do Ceará*, 27/11/1970, p. 16.

atuando no Estado há mais de dois anos, nenhum integrante da ALN em Fortaleza tinha sido preso ainda.

Um indício de como a Organização superestimava sua capacidade – e desdenhava a repressão – se evidenciou um mês antes do caso de São Benedito, numa operação realizada na residência em Fortaleza do latifundiário Manoel de Alencar e de sua esposa Maria Iracema, situada nas proximidades do Quartel do 23º Batalhão de Caçadores do Exército, onde, numa macabra ironia, muitos dos militantes de esquerda do Ceará seriam torturados. A ALN jogava cada vez mais alto: agia na vizinhança do inimigo! Os guerrilheiros disfarçaram-se de policiais federais e a pretexto de entregar uma intimação, tiveram acesso à residência, rendendo o casal e expropriando quatro mil Cruzeiros Novos e um revólver²⁶⁶.

Além de superestimar sua capacidade, os guerrilheiros cearenses apresentavam dificuldades, presente igualmente nos revolucionários de outras áreas do País, em realizar uma análise mais “realista” das mudanças da conjuntura política nacional, de não perceber o endurecimento do regime em andamento sob a Presidência da República do General Emílio Médici e o isolamento dos grupos armados em relação ao resto da sociedade, quando a economia do Brasil voltava a crescer em níveis notáveis. As idas e vindas, deslocamentos dos militantes entre os estados certamente faziam vir informações das quedas e mortes de companheiros. Ainda que a imprensa fosse aliada do Regime, vinculava com euforia notícias sobre a morte de algum “terrorista” ou o desbaratamento de “células subversivas”. Mesmo quando não desejava, os jornais falavam do aumento da repressão, como nos editoriais criticando os “maus brasileiros” que tentavam “atingir a imagem” do Brasil ao denunciar no exterior “falsos casos de tortura e maus tratos de presos políticos”²⁶⁷.

266 Foram indiciados pela ação de expropriação ao proprietário rural Manoel de Alencar: Fabiani Cunha, Carlos Thimonshenko, José Sales Oliveira, Gilberto Telmo Sidney Marques e José Jerônimo de Oliveira. *O Povo*, 1/07/1971, p. 1.

267 Sobre o tema, é exemplo o seguinte editorial: *Já não há dúvidas de que a opinião pública internacional está sendo deliberadamente desinformada sobre a situação política e social do país. Está sendo vítima das maquinações de uma verdadeira central de mentiras, que não hesita diante das maiores falsidades para denegrir e intrigar (...) O prato de força dos divulgadores internacionais de inverdade são as supostas torturas de presos políticos (...) Os sentimentos humanitários de milhões de pessoas que lêem os relatos espúrios continuam sendo incansavelmente explorados e a consciência jurídica internacional espicaçada contra brutalidades que não existem (...) O pior de tudo é que essa campanha de calúnias é realizada*

Não se pode deixar de conjecturar que a ALN-CE deve ter subestimado o poder de fogo da repressão local, que, como vimos, mesmo com muitas falhas, buscou melhor organizar-se para enfrentar os “terroristas” ao longo de 1970, conseguindo alguns êxitos no segundo semestre daquele ano. Em agosto de 1970, uma tentativa de assalto do PCBR à Companhia de Cigarros Souza Cruz falhou²⁶⁸ – um vigia reagiu à bala, saindo ferido no pulso com um tiro após tiroteio com os guerrilheiros. No mesmo mês, um comício relâmpago do PC do B no colégio Castelo Branco, na Itaóca, criticando a Ditadura e defendendo o voto nulo nas eleições a ocorrerem no mês de novembro seguinte, também terminou em tiroteio: um dos alunos do turno da noite, o sargento Francisco de Sousa sacou de sua arma, quando um grupo de seis militantes fazia pregações “subversivas”. Na troca de balas com estes, o sargento acabou ferido com um tiro à altura do estômago, o que foi noticiado como um “ataque terrorista”. Os militantes escaparam ilesos²⁶⁹.

Esse aumento da repressão no Estado contribuiu para o próprio justicamento de São Benedito, na medida em que possivelmente a cúpula da ALN passou a crer na iminência de sua queda ante as denúncias segundo as quais um comerciante daquela Cidade poderia denunciar-lhe. Por informações que colhemos junto a entrevistados, a Polícia Federal e a Polícia Militar realizavam uma varredura na Capital e no interior cearenses em meados de 1970 visando localizar antigos militantes do PCB e assim encontrar alguma pista que levasse aos “terroristas” responsáveis pelas últimas ações armadas no Estado, visto que não conseguiram colocar as mãos em nenhum destes até agosto de 1970. Nossos entrevistados falaram de comunistas detidos, presos e até mortos no

por brasileiros, por homens que deveriam ser os primeiros a procurar dar de sua pátria uma idéia verdadeira, uma imagem inspirada pelo patriotismo e amor. Se eles supõem estar sabotando o governo é porque não tem consciência dos sentimentos mais íntimos de nosso povo (...) O consolo que nos resta diante disto é compreender que os que veiculam as falsidades são não mais que frustrados, cassandras que não conseguiram ver realizadas suas profecias negras. E os que lhe dão guarita só podem ser os que começam a temer o crescimento nacional, os que começam a ver em nós não mais uma nação combalida, mas um país em franca expansão econômica, trilhando a estrada do progresso. Não mais um espoliado, mas um concorrente. E isto é mesmo para se temer. O Povo, 27/08/1970, p. 3.

²⁶⁸ “Assalto frustrado é aviso do terror”. *O Povo*, 24/08/1970, p. 6. Após assaltar um táxi na Aldeota, os militantes do PCBR tentaram realizar uma ação de expropriação no depósito da empresa Souza Cruz, no centro da Capital Cearense.

²⁶⁹ “Terror invade colégio”. *O Povo*, 28/08/1970, p. 1 e 6. “Terroristas atacam colégio na Itaóca”. *Correio do Ceará*, 28/08/1970, p.1 e 7. Os jornais não citam a organização de esquerda envolvida, mas noticiam que fora identificado um dos integrantes do grupo de seis “terroristas” promotores do ataque, Dower Cavalcante de Moraes, membro do PC do B e que inclusive participaria da Guerrilha do Araguaia.

interior cearense nessa varredura, fatos que sequer eram citados pela imprensa. Um desses casos, contudo, conseguimos maiores detalhes: a prisão de José Luis Figueredo e o assassinato de Antônio Bem Cardoso em Jati.

Os jornais de junho de 1970, mês da conquista do tricampeonato de futebol pela Seleção Brasileira no México, entre notícias falando de Pelé, Tostão e a taça *Jules Rimet*, referem-se em algumas matérias aos incidentes naquela cidade do sul cearense, quase divisa com Pernambuco, como uma operação de combate a “bandidos” mancomunados com “subversivos” participantes de assalto a casas bancárias em Fortaleza, particularmente do carro pagador do *London Bank*. Nessa versão difundida pela imprensa, o bloqueio dos “terroristas” foi efetuado pela Polícia Federal, Secretaria de Segurança do Estado e outros órgãos de segurança, “num trabalho de completa integração”. Seguindo os passos de Antônio Bem Cardoso, os agentes “comprovaram” que o mesmo era “um marginal comum” que vinha dando cobertura a “terroristas” em sua residência em Jati, verdadeiro “aparelho subversivo”. Teria chamado atenção o fato de Cardoso encontrar-se desempregado e de estar gastando muito dinheiro em farras e bebedeiras.

Recebida a bala na casa de Bem Cardoso, a polícia teria travado violento tiroteio, matando aquele e capturando um “subversivo” escondido debaixo de uma cama, o funcionário público José Luis Figueredo, que foi trazido a seguir para Fortaleza. A missão, capitaneada pelo Delegado Laudelino Coelho foi apontada como um grande tento dos órgãos de segurança do Brasil no combate à subversão, perdendo apenas para a operação que matara Marighela em São Paulo²⁷⁰!

Esse caso mostra mais uma vez como o historiador não pode acreditar piamente no que os jornais e os órgãos de repressão da Ditadura relatavam – deve “cruzar” informações, questionar os textos. Também revela certa “angústia” do aparato de segurança cearense em “mostrar resultados”, ante sua inoperância e incompetência até ali. Conforme os entrevistados e familiares, Antônio Bem Cardoso era um pequeno agricultor – nunca um “marginal” –, velho militante do Partido Comunista Brasileiro, que como vimos no capítulo 1 desta obra, buscou se estruturar melhor no interior cearense no

270 *Correio do Ceará*, 2/06/1970, p. 7.

início dos anos 1960. Após o Golpe de 1964, Cardoso passou a ter contatos com a ALN, não tendo, porém, nenhuma vinculação com os assaltos a bancos em Fortaleza – mesmo porque a ação do *London Bank* foi do PCBR. No relatório do pedido de indenização feito à Comissão Estadual de Anistia em 2004²⁷¹, Maria Madalena Cardoso Figueredo, viúva de José Figueredo (falecido em 2000) e irmã de Bem Cardoso, confirma que os dois eram engajados no movimento comunista e simpatizantes da luta armada. Relata ainda que:

Mesmo não tendo muita noção do que estava acontecendo, [eu] nem sequer sabia o que era o comunismo, as reuniões normalmente aconteciam lá em casa, era lá que eles planejavam suas ações e atividades. Como testemunha ocular, eu via muito material que era levado por eles, os panfletos, era um exemplo, cujo conteúdo dava ênfase à propaganda comunista.

A atuação de um militante comunista na zona rural cearense deve ter levado a alguma delação ou chamado a atenção dos órgãos de segurança na citada “varredura”. Maria Madalena afirma que seu irmão Bem Cardoso não ofertara nenhuma reação à Polícia Federal, a qual, na realidade, cercara e invadira a casa deste e o assassinara a sangue frio com um tiro no meio dos peitos. Possivelmente uma “imprudência” e mais uma prova da inoperância da Polícia Federal cearense: um “subversivo” vivo e preso era bem mais valioso, pelas informações que “soltaria” sob tortura. É possível que, temendo alguma reação armada de Bem Cardoso quando da invasão da casa, os agentes federais precipitaram-se e acabaram o assassinando. A seguir, os policiais foram para a residência de José Figueredo, capturando-o truculentamente e o levando para Brejo Santo e depois Fortaleza, onde foi torturado na sede da Polícia Federal para confessar a participação nos assaltos acontecidos.

Foi nesse contexto de meados de 1970, quando a repressão se intensificava no Brasil e também no Ceará, onde a segurança das organizações e a garantia da integridade dos guerrilheiros estavam cada vez mais ameaçadas, apesar de persistir certo otimismo em virtude dos sucessos alcançados até ali em Fortaleza (ninguém caíra até então, repetimos), que a

271 Processo de Requerimento de Indenização de José Luiz Figueredo. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

Ação Libertadora Nacional promoveu o justicamento de um possível delator no município de São Benedito.

Pelos depoimentos colhidos junto a nossos entrevistados, foi passada informação por José Bento da Silva, um apoiador da ALN na região da Ibiapaba, divisa Ceará-Piauí, que um comerciante chamado José Armando Rodrigues tornara-se um perigo para a Organização no Estado. Na condição de negociista, conhecedor de muita gente por sua atividade, o comerciante descobrira que José Bento era comunista e militante de um grupo “terrorista”, sabendo inclusive dos nomes de alguns contatos da ALN que o visitavam em São Benedito. Teria então, feito uma lista com o nome de vários “subversivos”, ameaçando entregá-la ao Exército. Homem de “má índole”, Armando Rodrigues seria detestado localmente, pois “não respeitava filhas nem mulher dos outros”, embora fosse casado e pai de quatro crianças, e explorava a população cobrando preços exorbitantes em seu estabelecimento comercial e fazendo agiotagem. Apresentava posses, um dos mais ricos proprietários da Serra da Ibiapaba, era candidato a vice-prefeito de São Benedito pela ARENA nas eleições municipais do ano, estando, pois, ligado politicamente à Ditadura e tendo interesse em preservar “a ordem”, daí sua intenção em elaborar a citada lista e repassá-la às autoridades competentes.

Para as cúpulas local e nacional da ALN, informadas da “ameaça”, o negociista tornou-se um obstáculo à sobrevivência da Organização e dos revolucionários, pois caso a lista fosse entregue aos órgãos de repressão, o grupo guerrilheiro seria desarticulado no Estado, levando à queda, tortura e provavelmente morte de vários militantes. Era um caso de legítima defesa revolucionária: devia-se eliminar o inimigo antes que ele agisse, ou seja, realizar-se-ia um justicamento. Além disso, imaginava-se que a execução seria um extraordinário feito de propaganda revolucionária, afinal, se eliminaria um “inimigo do povo e da revolução”, um aviso claro para aqueles que exploravam a população. Esta, por sua vez, certamente, receberia com alegria a eliminação de um algoz, o que aumentaria o prestígio da ALN entre as massas.

Ainda conforme os informes colhidos junto aos entrevistados e pela denúncia apresentada pela Polícia Federal contra a ALN²⁷², tentou-se fazer a

272 Denúncia do Procurador da Justiça Militar sobre a atuação da ALN no Ceará (1970). Acervo da Associação 64-68 Anistia.

ação pelo menos uma vez antes, provavelmente na segunda semana de agosto de 1970, mas sem sucesso, pois os guerrilheiros, em um jipe, ao chegarem a São Benedito, não encontraram o comerciante em seu estabelecimento, e seria arriscado retirá-lo de casa, visto que a Cidade encontrava-se em festas. A missão foi abortada.

Após novos preparativos, a ALN agiu a 29 de agosto, como de costume, num sábado, em torno de 18h30min na expectativa de contar com uma eventual desmobilização das forças policiais em virtude do final de semana. A operação foi realizada num carro *DKW* por seis revolucionários, alguns vestidos com fardas semelhantes as do Exército. O disfarce visava facilitar a captura de Armando Rodrigues, dando a entender que se tratava realmente de uma ação feita pelas Forças Armadas; teve, não obstante, efeito contrário, pois o fardamento não era exatamente igual ao do Exército e chamava atenção, sobretudo numa pequena cidade do interior cearense.

Ao realizarem a expropriação de trinta mil Cruzeiros Novos e seqüestrarem o comerciante em seu estabelecimento, partindo em fuga no *DKW*, os ativistas da ALN cometeram o equívoco de mandar o motorista daquele, Valdemar Glaviano, retirar-se do recinto. Este, obviamente, desconfiou do que vira e comunicou à polícia, pedindo ajuda ainda a amigos para socorrer o patrão. O erro dos guerrilheiros em não dar maior atenção a esse motorista não pode ser visto como ingenuidade – alguns daqueles revolucionários já haviam participado de outras operações e apresentavam até treinamento em Cuba. Notabilizava-se, sim, o poder, a força, a superestimação do potencial o qual os militantes julgavam possuir em sua luta revolucionária. Excessiva autoconfiança gera descuido de segurança...

Junto com um colega, o motorista Valdemar Glaviano pegou outro carro, uma *Veraneio*, e partiu no rumo tomado pelos seqüestradores, na direção da cidade de Ibiapina. Em pouco a polícia da região foi comunicada por telefone do seqüestro. A 53 quilômetros de São Benedito, no lugar chamado Cascatinha, estrada de Tianguá, os revolucionários pararam o *DKW* e realizaram o justicamento. Na escuridão da noite, Glaviano e os policiais passaram pelo local do justicamento na perseguição, mas não tiveram como

ver as manchas de sangue no asfalto e o corpo. Este só seria achado no dia seguinte, por acaso, pelo próprio pai da vítima.

Ainda na noite do sábado a polícia montou várias barreiras para deter o carro dos militantes, que, em mais um equívoco de superestimação de força, fizeram várias paradas para abastecimento de combustível (Tianguá, Ubajara e Irauçuba) no percurso em direção a Fortaleza – um deles, José Sales de Oliveira, note-se, após a execução do comerciante e por razões de segurança, deslocara-se no *Jeep* de um dos apoiadores da ALN em São Benedito para o Piauí com o dinheiro expropriado, dias depois vindo para Fortaleza. Finalmente o *DKW* foi interceptado nas proximidades da cidade de São Luis do Curu.

Ao verem a estrada bloqueada pela polícia, os guerrilheiros deram uma “marcha” ré no carro – manobra ressaltada pelos nossos entrevistados como “sensacional, coisa de cinema” –, buscando, como esperado, fugir pelo outro sentido da estrada. A polícia abriu fogo, o que igualmente foi “respondido” pelos guerrilheiros ocupantes do carro. O *DKW* acabou varado de balas, tendo os pneus estourados. Os guerrilheiros não estavam armados para um combate com tantos homens da polícia. Foram obrigados a abandonar o automóvel e fugir, embrenhando-se nas matas ao redor da estrada.

Era o começo do fim. Os guerrilheiros separaram-se e seguiram rumos distintos²⁷³. Bastante nervosos, passaram a andar em círculos e perderam-se na mata. Para complicar ainda mais, estavam bastante longe de Fortaleza, onde seria mais fácil contar com ajuda para se refugiar. A polícia promoveu então um cerco gigante²⁷⁴, o qual contou com a participação da PF, pois, pelos detalhes do crime, já suspeitava-se de sua natureza política. Era a chance há tanto esperada pelo aparato de segurança em finalmente colocar as mãos num dos “terroristas” que vinham atuando no Ceará. Dos militantes que fugiram da polícia em São Luis do Curu, dois foram presos na tarde do domingo, dia 30, por volta das 16h, nas proximidades de São Gonçalo do Amarante, Valdemar

273 Depoimentos e *O Povo* 31/08/1970, p. 1 e 6; 1º/09/1970, p. 1 e 6; 2/09/1970, p. 6; 3/09/1970, p. 1 e 6; 4/09/1970, p. 1 e 6; 5/09/1970, p. 8; 9/09/1970, p. 6. *Correio do Ceará*, 31/08/1970, p. 1, 7 e 8; 1º/09/1970, p. 1, 5, 7 e 8; 2/09/1970, p. 7; 3/09/1970, p. 1 e 7; 5/09/1970, p. 1 e 7; 8/09/1970, p. 1 e 5; 9/09/1970, p. 1, 7 e 8; 11/09/1970, p. 1 e 2; 12/09/1970, p. 1, 4 e 7. Foram indiciados pelo caso de São Benedito: Valdemar Rodrigues Meneses, Francisco William Montenegro, Carlos Thimonshenko, José Sales de Oliveira, Gilberto Telmo Sidnei Marques, Antônio Experidião Neto, João Xavier de Lacerda e José Bento da Silva. *O Povo*, 2/08/1971, p. 20. *Correio do Ceará*, 2/08/1971, p. 8.

274 “Mil policiais na maior caçada a terroristas”. *O Povo*, 2/09/1970, p. 1.

Menezes e William Montenegro. A caçada continuou aos demais implicados, os quais, não obstante, mais uma vez mostrando o despreparo dos órgãos de repressão, conseguiram fugir do cerco – nos meses seguintes, porém, acabariam todos caindo, à exceção do policial civil Carlos Thmoskhenko, que atuava como informante da Organização dentro dos órgãos de segurança e cuja prisão foi manifestada como uma questão de honra pelo Secretário de Segurança, Cel. Hamilton Holanda²⁷⁵.

O caso de São Benedito teve conseqüências desastrosas para as esquerdas cearenses. Primeiramente, porque com a prisão dois militantes da ALN, os quais torturados (ainda que resistissem por alguns dias, dando a entender que o crime fora promovido por um tal “Movimento Revolucionário 1848” – em referência ao ano do lançamento do *Manifesto Comunista*), acabaram revelando informações sobre a Organização no Estado e outros membros, cujas quedas sucessivas e torturas levaram a novos informes e prisões. Assim, as forças de segurança cearenses puderam finalmente “apurar” a culpa e autoria de várias ações “terroristas” e dismantelar a luta armada no Ceará, pois as informações obtidas via sevícia faziam referências aos outros grupos guerrilheiros (lembremos que as organizações mantinham contatos, trocavam informações, emprestavam armas, etc.), sem falar que determinados militantes, pressionados ou torturados, renegaram a luta armada, passando para o lado da Ditadura e fazendo importantes confissões.

O episódio, ao mesmo tempo, ganhou enorme espaço na mídia local e nacional, sendo explorado pela Ditadura para mostrar a “brutalidade, covardia, frieza e o perigo dos terroristas” que com seus projetos comunistas, “atentavam contra a Pátria e matavam inocentes sem piedade”. Certamente a população, há muito bombardeada pela imprensa e governo com uma imagem negativa dos “terroristas”, recebeu com indignação o acontecido, contribuindo ainda

275 O secretário de Polícia e Segurança Pública, Ce. Hamilton Holanda, vem empenhando todo esforço de sua pasta para a prisão dos foragidos, especialmente do agente Carlos Thmoshenko Soares Sales, que, integrando a organização terrorista, faltava com seus deveres de cidadão e especialmente de policial, traíndo a instituição que servia e os interesses do país. *Correio do Ceará*, 28/09/1970, p. 8. Thmoskhenko conseguiu deslocar-se para Brasília e Rio de Janeiro (contando, inclusive, com o apoio do PCBR) e a seguir para o Uruguai, Chile e França – voltaria ao Brasil apenas após a anistia, em 1980, constituindo-se o único partícipe de São Benedito a não ser capturado. Vide Thmoskhenko, Carlos. *Timo-Thmoskhenko: O Subversivo que Cruzou a Fronteira*. Fortaleza: FUNCET, 2003.

mais para isolar a guerrilha de esquerda do resto da sociedade e para seu desmantelamento. Esse sentimento foi expresso num editorial de *O Povo*:

*Seus autores [do justicamento] devem ser débeis mentais para imaginar que semelhante atentado possa produzir algum lucro em favor das causas que dizem defender. Seria preciso que nosso povo tivesse perdido todo o sentimento de humanidade, honra e dignidade para olhar mesmo com indiferença um crime tão revoltante. Ele só pode condenar essa monstruosidade. Só pode encará-lo com profunda repulsa. E essa repulsa generalizada haverá de levar cada dia a um isolamento, a uma fatal e irremediável marginalização social.*²⁷⁶

Para o Regime Militar, o cadáver de São Benedito era um importante tento em sua luta contra a oposição armada, uma evidência da brutalidade desta, especialmente naquele momento, quando aumentavam as denúncias de torturas e mortes praticadas pelo governo militar. O cadáver de José Armando Rodrigues e de todos os outros mortos e feridos nas ações das esquerdas seriam usados para desacreditar tais denúncias. A mensagem era clara: quem matava e torturava eram as esquerdas, não o Regime! Assim, o governo tinha que ser “duro com os duros” – não por acaso, a Polícia Federal chegou a pedir pena de morte em seu inquérito para os envolvidos em São Benedito²⁷⁷. O governo, buscando mostrar o perigo das “idéias exóticas” e “unir” todos no combate a “subversão”, fazia publicar fotos nos jornais no sentido da população delatar os “subversivos”, no que foi correspondido, conforme o Jornal o *Correio do Ceará* ao referir-se à prisão de alguns membros da ALN em outubro de 1970:

O Delegado Regional da Polícia Federal, Laudelino Coelho, fórmula apelo ao povo para que colabore na prisão dos inimigos da pátria, que, a serviço de ideologias estranhas e incompatíveis com a formação cristã da gente brasileira, vêm praticando horripilantes atos de terror, como perpetrado contra o comerciante José Armando Rodrigues em São Benedito. O povo atendeu à primeira convocação, possibilitando novas prisões, efetuadas após a divulgação pela imprensa, das fotografias dos implicados na ação terrorista, esperando-se encontrar os foragidos da mesma sorte, com a

276 *O Povo*, 1º/09/1970, p. 1.

277 “Polícia Federal pede pena de morte para os terroristas cearenses”. *Correio do Ceará*, 29/10/1970, p. 1.

*eficiente participação popular na localização de todos, cujo paradeiro deve ser comunicado à autoridade mais próxima.*²⁷⁸

Afora essas questões, São Benedito, como esperado, criou entre os militantes de esquerda um enorme debate, sobre as causas e razões que levaram à desastrosa ação e de quem seria a culpa. Não por acaso, em várias das entrevistas realizadas com os ex-guerrilheiros, mesmo que sequer tocássemos no tema, o assunto sempre via a tona, com cada um dizendo-se sabedor do que “verdadeiramente acontecera”. Nesses casos – em que não há provas concretas as quais possam afirmar com certeza qual é a “versão verdadeira”, mas apenas indícios, depoimentos, declarações, etc. – que envolvem aspectos emocionais e imaginários relevantes, o historiador, prudentemente, não pode tomar por “certa” uma ou outra versão, mas considerar todas as hipóteses e possibilidades, refletindo sobre o que está em jogo, os interesses e as concepções (ainda que inconscientes) em cada uma das versões²⁷⁹.

Uma das hipóteses mais destacada pelos ex-guerrilheiros, inclusive entre os participantes da ação²⁸⁰ e mesmo aqueles que não eram da ALN²⁸¹, associa São Benedito e a possibilidade de delação da Organização como fruto de uma questão passional. A filha do mencionado militante da ALN naquele município da Serra da Ibiapaba, José Bento, tivera um envolvimento amoroso com o comerciante José Armando Rodrigues, na qual perdera a virgindade. O genitor da garota, por esse motivo, inventara a história de que o comerciante seria uma ameaça para a ALN, portador que seria de uma lista a ser entregue ao Exército delatando os “subversivos” atuantes na região, além de que seria um “mau caráter”, explorador que era de pequenos proprietários com a prática de agiotagem. Dessa maneira, ante a ameaça da segurança dos guerrilheiros, dos riscos da delação para o projeto revolucionário e até como propaganda revolucionária (eliminação de um “inimigo do povo”), a Organização agiu,

278 *Correio do Ceará*, 6/10/1970, p. 7.

279 NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge. *Genealogias, Transversalidades e Rupturas de Carlos Marighela*. In: NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (organizadores). *Carlos Marighela: O Homem Por Trás do Mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 157.

280 Thmoskhenko, Carlos. Op. Cit., p. 44. William Montenegro, integrante da ALN, nascido em Iguatu-CE, atualmente proprietário de uma empresa de produtos de limpeza, foi entrevistado a 1/07/2003.

281 José Machado Bezerra, nascido em Camocim-CE em 1947 e entrevistado a 27/05/2003. Na época do caso de São Benedito, Machado já militava no PCBR.

executando o comerciante. Apenas após o justicamento que a maioria dos militantes da ALN teria tomado conhecimento das questões pessoais envolvidas no caso e do “real” interesse motivador da ação.

Tal versão, primeiramente, é muito cômoda para os militantes e revela um velho traço stalinista das esquerdas, de individualizar ou restringir as culpas e encontrar um “bode expiatório” para o sucedido. Os guerrilheiros, na maioria, teriam agido de boa fé e apenas constataram posteriormente como foram levados ao equívoco no justicamento. Talvez muitos deles realmente não soubessem da questão passional envolvida, visto que a postura nas organizações armadas era, por razões de segurança, conhecer o mínimo sobre os outros companheiros. Além disso, não teriam tido espaço ou motivo para duvidar ou questionar a ordem de justicamento (embora alguns tenham questionado, como revelou Fabiani Cunha em seu depoimento²⁸²), em virtude do militarismo²⁸³ cada vez mais grassante na ALN ante o aumento da repressão da Ditadura, ou seja, da supervalorização da ação armada (o que, aliás, estava presente desde o começo), da coragem e da capacidade do militante cumprir as missões mais difíceis mandadas pela organização como prova de cimentar sua lealdade e adesão ao projeto revolucionário num momento em que muitos guerrilheiros já tinham “caído” ou passado para o lado da Ditadura mesmo.

Em suma, a culpa do justicamento recairia sobre alguns poucos (no caso, José Bento da Silva, sua filha e alguns integrantes da direção da ALN, destacadamente José Sales de Oliveira, que teria conhecimento também dos fatores passionais envolvidos), os quais “desvirtuaram” a causa revolucionária, levando ao erro do justicamento e ao fracasso da Organização.

Logicamente essa é uma visão simplista das coisas. É possível que José Bento e a filha tivessem razões pessoais para querer a morte do comerciante – afinal, conforme a tradição machista cearense, “honra se lava com sangue”. Não obstante, teriam eles, militantes do interior cearense, de um agrupamento de quatro ou cinco pessoas numa cidadezinha distante, tanta

282 Fabiani Cunha nasceu em Fortaleza, no ano de 1940. Ex-integrante da ALN, atualmente é funcionário da Assembléia Legislativa do Ceará e foi entrevistado a 23/05/2006.

283 ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003, p. 72.

capacidade, espaço e influência para manipular a direção local e nacional da ALN? Custa-nos acreditar.

José Bento era antigo militante do PCB e seguira seu amigo e companheiro Silvio Mota quando do ingresso na Ação Libertadora Nacional. Conforme depoimento prestado por este, principal dirigente da Organização no Ceará até meados de 1969 (quando deixou o Estado para fazer um curso de guerrilha em Cuba), já nesse momento existiam manifestações de José Bento alertando sobre o “perigo” representado pela possibilidade de delações do comerciante. Mota e os outros dirigentes da ALN (como José Sales Oliveira) não tomaram providência alguma em 1969, talvez por que naquele contexto não levassem a sério ou não tivessem convencidos do alerta ou por que realmente conhecessem em detalhes a antipatia pessoal de Bento pelo comerciante (visto que o mesmo nunca aprovara o namoro da filha com José Armando). Mas em 1970, a ALN agiu, executando o comerciante. O que estamos tentando argumentar é que o justicamento de São Benedito não deve ser analisado em termos de questões puramente passionais ou individuais. Devem-se observar outros fatores para entender a ação, conforme escreveremos adiante. A nosso ver, havia também toda uma conjuntura, um contexto, mais ameaçador em 1970 para justificar o assassinato, o que não existia ainda em 1969, quando Silvio Mota estava no Ceará.

Quanto a “culpabilizar” alguns poucos pelo sucedido, igualmente temos considerações. Podemos até considerar que a filha de José Bento estivesse realmente indignada com o rompimento do romance ou por haver sido “iludida” e “seduzida” pelo comerciante – ao que consta, a moça teria confirmado a existência da lista com o nome dos “subversivos” e fornecido vários detalhes sobre o cotidiano de José Armando. Podemos até considerar que José Bento, por ser homem do interior cearense (era funcionário do DNRU, Departamento Nacional de Endemias Rurais), em geral mais conservador, ou mesmo por ser velho militante do PCB, cuja rigidez dos princípios morais era valorizada para mostrar a “superioridade” do comunista²⁸⁴, tivesse em alta estima a virgindade e buscasse vingança. Será, porém, que os integrantes da ALN (mesmo considerando a hipóteses que apenas alguns deles conhecessem a questão

284 FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

passional envolvida), por mais ousada, audaciosa ou imprudente que fosse a liderança de José Sales (conforme seus críticos), iriam consentir um justicamento, algo traumático sob quaisquer circunstâncias, com base apenas nas acusações de um militante (José Bento) indisposto pessoalmente com o acusado, indisposição vinda dum namoro “frustrado” e da violação de uma virgindade? Lembremos que estamos tratando da geração de 1968, a qual por mais que não rompesse tantos padrões comportamentais no Ceará como se imagina no senso comum, apresentava uma “mente mais aberta”, não vendo como uma grande ofensa moral uma “sedução”. Colocariam todo o projeto revolucionário, a segurança dos guerrilheiros – tão valorizada por nossos entrevistados – por uma aventura sexual? Parece não muito crível.

Os defensores da hipótese passional como “real causa” de São Benedito reproduzem ironicamente o mesmo “machismo” que atribuem como motivadores de José Bento e a filha. Tentam diminuir o caráter político e as desastrosas conseqüências da ação da ALN em São Benedito. O discurso produzido nas reconstruções de memória ressalta com ênfase que os militantes “caíram”, foram presos não por que estivessem praticando uma ação política “real” – justicar, matar um inimigo que ameaçasse a revolução sonhada –, mas na verdade, por que estavam, ainda que enganados e manipulados, vingando um “atentado contra os costumes”. Ora, dentro da tradição machista cearense, como já vimos, seria “aceitável (?) matar para defender a honra”. Assim, para os interesses políticos posteriores dos guerrilheiros, para sua reinserção no “convívio da sociedade” ou mesmo para esgarço de consciência dos envolvidos no episódio, é bem mais interessante ressaltar o aspecto passional duplo (a virgindade e a “traição” daqueles que não lhes falaram do envolvimento do comerciante com a moça) que uma operação política a qual custou a vida de um sujeito (por mais que seu caráter fosse questionado) em nome de uma revolução que acabou não vindo, e que contribuiu para o desmantelamento da luta armada no Estado. Aos olhos de hoje, parece muito mais cômodo afirmar que fora melhor matar para lavar a “honra” do que para fazer a revolução – quando, na virada dos anos 1960 para os 70, a ênfase era exatamente oposta, matar pela revolução para mudar o mundo, inclusive os costumes, como o da valorização da virgindade...

A nosso ver, numa questão como essa, não se deve ficar buscando culpas ou “verdades absolutas”. Deve-se, sim, tentar compreender os interesses envolvidos nas versões e o contexto no qual os fatos sucederam-se. Como dissemos, não se pode restringir esse episódio a razões passionais, mesmo porque não há como saber se foram realmente motivos de vingança pessoal que levaram Zé Bento e a filha a acusarem o comerciante de ter uma lista com os nomes de “terroristas” da ALN. Se a lista existia ou não, isso vai ficar sempre pendente nas versões dos ex-militantes. Contudo, mais importante que a existência (ou não) da tal lista é aquilo em os ativistas da ALN acreditavam e imaginavam nos anos 1970! Isso ajuda a entender por qual razão o justicamento não foi realizado um ano antes, quando já tinham informes do “perigo” representado pelo comerciante Armando.

Na rapidez do aumento da repressão, o contexto político nacional e local de 1970 possivelmente tenha levado a cúpula da Ação Libertadora Nacional no Ceará a dar crédito finalmente às denúncias de José Bento: como dissemos naquele momento, Governo Médici, as quedas, torturas e morte de militantes das esquerdas armadas aumentaram consideravelmente por todo o Brasil. Notícias de companheiros assassinados e “desaparecidos”, denúncias de sevícias e execuções sumárias, etc., circulavam entre os ativistas socialistas. Mesmo no Ceará, ainda que até agosto de 1970 não tivessem caído nenhum integrante das organizações armadas em Fortaleza, sabia-se que os órgãos de segurança estavam intensificando a atuação (os grupos armados tinham vários informantes e mesmo integrantes, como o mencionado Carlos Thimonschenko, dentro da polícia), levando mesmo a prisão e execução de militantes no interior do Estado.

A Polícia Federal, conforme afirmamos antes, estaria fazendo uma “varredura” no Ceará, prendendo para “averiguações” antigos militantes do PCB, sabendo já que alguns destes tinham adentrado às organizações guerrilheiras, ou imaginando que, pelo menos, conheceriam os “terroristas”. Em outras palavras, como a polícia não tinha posto as mãos em nenhum guerrilheiro do Ceará, iria pressionar os “camaradas” mais próximos destes, os velhos adeptos do Partidão. Sintomático disso foi a prisão de José Luis Figueredo e execução de Antônio Bem Cardoso no município cearense de Jati, em junho de 1970 – aproximadamente dois meses antes do caso de São

Benedito. Figueredo e Cardoso eram apoiadores da própria ALN, militantes vindos do PCB.

Ora, por mais que alguns militantes vissem ali a “reação de uma Ditadura em agonia” e um indicativo da necessidade de continuar a luta, os sentimentos de medo, de insegurança, de cair nas mãos do Regime e padecer horrores e, óbvio, vir a ser assassinado, estavam presentes. Criou-se um clima de paranóia dentro das organizações guerrilheiras. Cada vez mais a questão da segurança tornava-se fundamental naqueles idos de 1970 (vide Capítulo 2). Assim, o que pode parecer uma “iniciativa precipitada” de José Sales em acatar as denúncias de José Bento, mesmo possivelmente sabendo das questões passionais envolvidas, provavelmente seja, por outro lado, uma ratificação do objetivo de preservar os quadros da ALN no Ceará.

Nas entrevistas realizadas, alguns dos ex-guerrilheiros sempre ressaltavam que no Ceará “ninguém morrerá”, “estavam todos vivos para contar a história”, etc. Preocupação em preservar seus quadros, num momento de aumento da repressão no Estado: essa parece uma possibilidade que pode ajudar a entender melhor o caso de São Benedito. Ante a possibilidade de que novos companheiros fossem mortos ou presos, José Sales, como dirigente da cúpula da ALN, não poderia desconsiderar qualquer denúncia de delação – seria um irresponsável caso desconsiderasse. Não estamos dizendo que existia tal ameaça de delação, apenas tentando entender o que imaginaram os militantes naquele contexto.

Nesse ponto, a relação pessoal José Bento/ filha/ comerciante, no lugar de descredenciar as denúncias, pode ter servido para aumentar ainda mais as suspeitas: se o comerciante teve determinada convivência e intimidade com uma integrante da família de Bento, é muito provável que realmente soubesse algo sobre a militância comunista deste, no mínimo, ou mesmo sobre os projetos de luta armada (houve mesmo entrevistado que afirmou ser o negociante José Armando um colaborador financeiro do velho PCB!). E mais, a repressão já estava executando e prendendo simpatizantes da ALN no interior. O comerciante morava no interior cearense. Quem poderia garantir que os sucedidos em Jati não era já um indicativo de delações? Nada poderia ser descartado. Aquele era um momento delicado. Vidas corriam risco. Dever-se-ia agir preventivamente, ou seja, executar o possível delator, fosse ou não

verdade a hipótese da delação, afinal, fazer a ação é o papel esperado de um líder guerrilheiro, por mais audacioso e insensato que fosse José Sales, conforme os críticos caracterizaram-no...

Longe de nós tentar justificar as ações de José Sales e outros integrantes da cúpula da ALN. Não temos capacidade nem competência para traçar um “perfil psicológico” do mesmo – mesmo porque ele já falecera. Poderia ser que muitas de suas ações de fato fossem precipitadas e autoritárias, como disseram alguns dos entrevistados. Isso, porém, não era algo exclusivo de Sales. Não havia democracia interna nas organizações armadas. Ante a crescente militarização das organizações revolucionárias, prevalecia mesmo o “centralismo democrático”, em que uma minoria decide o “melhor para os rumos da revolução”. Talvez José Sales tivesse razões, novamente diante do contexto, para suas iniciativas ousadas. À exceção do Banco Mercantil, a ALN obtivera sucesso em suas ações até São Benedito. A repressão estava aumentando naquele meados de 1970, mas militante algum da ALN caíra na capital cearense. Qual o dever do revolucionário? Fazer a revolução! Sales estava fazendo...

Pelo exposto pelos entrevistados, a cúpula nacional da ALN corroborou na decisão do justicamento. Existiriam planos da Organização para a Ibiapaba, de instalar uma guerrilha rural naquela região, de certo modo “fronteiriça” com Maranhão, Pará, etc. – lembremos que fora no sul paraense que se instalara a guerrilha do Araguaia pelo PC do B, que, não por coincidência, montou campos de treinamento e de apoio exatamente nas proximidades da mesma Ibiapaba. Isso, contudo, são apenas conjecturas, levantadas por alguns dos ex-militantes. É necessário mais pesquisa sobre isso e averiguar se havia realmente esses planos da direção da ALN para a região. Mas que a questão do justicamento teve o apoio da cúpula diretiva da organização da entidade, isso foi dito por todos nossos entrevistados.

Ao mesmo tempo, poucas pessoas dentro da organização se opuseram à realização da ação, o que ratifica nosso argumento de que naquele contexto de meados dos anos 70, parecia plausível acreditar na possibilidade de existir realmente a lista com as denúncias. Deveria-se preservar a ALN, eliminar um “dedo-duro” (elementos odiados pelas esquerdas, tanto que uma polêmica nas organizações era como encarar os companheiros que “abriram o

bico”, mesmo sob torturas) e ainda fazer “propaganda revolucionária”, pois o comerciante seria um agiota (outra figura detestada pelas esquerdas), que formara fortuna explorando humildes pessoas da Ibiapaba. A eliminação de um sujeito deste para qualquer militante de esquerda, “não seria uma grande perda para a humanidade”. Acontece que o efeito foi exatamente o oposto: a Ditadura e os órgãos de imprensa divulgaram que se tratava de um “honesto pai de família”, morto por “bárbaros terroristas”. O apoio e simpatia de setores da sociedade à guerrilha certamente foi abalado pelo episódio.

Some-se a isso o isolamento cada vez maior da guerrilha em relação ao resto da sociedade. Talvez os militantes não tenham feito uma análise mais ponderada do custo político de um justicamento. Por mais “ruim e explorador” que o comerciante fosse, execuções e mortes não são maneiras agradáveis de obter apoio para uma causa. Tanto que o episódio, quaisquer que fossem as razões do justicamento, foi muito mal recebido pelos próprios militantes de esquerda já à época, o que ajuda a entender o verdadeiro trauma que é falar sobre esse assunto.

Em suma, não temos como saber se havia ou não uma lista elaborada pelo comerciante José Armando. Não temos como saber se foi uma questão passional que levou José Bento e filha a fazerem a denúncia do risco de delação à ALN. Mas acreditamos ser difícil que os dirigentes da Organização se deixassem convencer pelas denúncias de um pequeno grupo de militantes da Serra da Ibiapaba, por mais que a guerrilha visse a área como estratégica ou fosse imprudente a liderança de José Sales. Enfatizar a questão da virgindade e da “traição” de José Bento, que teria usado motivos pessoais e a ALN para matar um desafeto, é uma construção de memória dos envolvidos no episódio visando atenuar suas participações e que reproduz um discurso conservador, dentro do machismo da sociedade cearense, segundo o qual se pode “matar pela honra”. O caso de São Benedito não pode ser dissociado do aumento da repressão às esquerdas no Ceará, como ficou evidente no assassinado do ativista Antônio Bem Cardoso em Jati, dois meses antes do justicamento do comerciante. Mais importante que descobrir “verdades”, é saber das “verdades” pensadas pelas pessoas. Dessa forma, para alguns militantes da ALN, ante o risco de queda da Organização, nada restava senão a execução. E ela aconteceu.

3.4 O Estrebucho da Esquerda Armada

Não podemos achar também que o projeto da esquerda armada no Ceará naufragou apenas devido ao ruidoso caso de São Benedito. Na realidade, como no resto do Brasil, fracassaria da mesma forma, pela fragilidade e isolamento da guerrilha em relação ao resto da sociedade, uma vez que não existia uma identificação do grosso da sociedade com os projetos da guerrilha (derrubada do regime capitalista vigente e a revolução de viés socialista) e com a tática de luta armada adotada, isso num momento em que a economia do País voltava a crescer a níveis elevados, no que ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”. Some-se a isso o aumento da repressão por parte da Ditadura, que buscou se preparar e se equipar para enfrentar os opositores, embora sempre recorrendo, cada vez mais, à tortura dos presos políticos a fim de conhecer o funcionamento, a lógica e a estruturação das organizações revolucionárias, para dessa maneira, destruí-las²⁸⁵. O caso de São Benedito em terras cearenses só apressou o processo da derrota inevitável das esquerdas armadas, aumentando o fosso entre os guerrilheiros e a sociedade, e dando justificativas para um maior cerco e repressão às organizações revolucionárias.

De fato, o aparato de segurança aumentou sua atuação no Estado – não por acaso, apesar do Ceará constituir-se um das “áreas secundárias” da luta armada no Brasil, foi um dos locais em que verificou a instalação da OBAN/ DOI-CODI (provavelmente no segundo semestre de 1970 ou início do ano seguinte, conforme apuramos)²⁸⁶, a qual funcionava nas estruturas dos quartéis militares e com agentes vindos de outros Estados, contando com gordas contribuições financeiras de empresários e políticos locais, convocados

285 AARÃO, Daniel. *A Revolução Faltou ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999. RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge. Op. Cit.

286 A Organização Bandeirantes (OBAN) surgiu em 1969, em São Paulo, visando combater a “subversão” e contando com membros das Forças Armadas e investigadores da Secretaria de Segurança paulista. Era uma organização extra-oficial, paramilitar, visto que era bancada por recursos doados por grandes empresas brasileiras e multinacionais. Em 1970, por decreto do Presidente Médici, a OBAN se integrou à estrutura oficial de segurança com o nome de Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações e Defesa Interna do Exército (DOI-CODI). Além de São Paulo, foi instalada no Rio de Janeiro, Recife, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém e Fortaleza. GORENDER, Op. Cit. p. 171- 172.

a ajudar no combate aos “inimigos da Pátria”. Naquela conjuntura de indignação com o assassinato do comerciante de São Benedito e pelas persistentes “ações terroristas” no Ceará, e conhecendo-se o tradicional e quase doentio anticomunismo das elites cearenses, não surpreende que aqueles “homens de bem” tenham contribuído com dinheiro, combustível, alimentos, carros, etc., para enfrentar os guerrilheiros.

Suspeita-se que foram esses recursos que possibilitaram o aluguel/compra de uma “casa de horrores”, (provavelmente em Maranguape, região metropolitana de Fortaleza²⁸⁷), isto é, de um “aparelho” da Ditadura, clandestino, no qual os presos políticos eram mantidos em cárceres privados após serem seqüestrados ou caírem nas mãos dos agentes da repressão. Ali, os militantes padeciam horrores, sendo alguns deles mantidos permanentemente encapuzados, de modo que não tinham noção do lugar em que se encontravam – por essa razão não se sabe exatamente onde ficava tal casa no Ceará. Contudo, colhemos vários relatos de pessoas torturadas em tal local (ou locais), em sevícias feitas não raras vezes por agentes da repressão com sotaque carioca ou paulista, o que ratifica nosso pensamento de como os órgãos de seguranças do Estado foram robustecidos neste momento com “reforços” de outros locais do País.

Após São Benedito, a ALN no Ceará desmanchou-se como um castelo de areia. A 28 de setembro de 1970, os jornais trouxeram fotos e manchetes em letras garrafais sobre o desbaratamento do “terror” no Estado, sendo enfim “apurada” a autoria dos vários crimes “subversivos” ocorridos²⁸⁸. Foram capturados vários militantes, tornado público os nomes de outros foragidos (o que levou as autoridades a pedir o apoio da população na captura dos mesmos) e apreendidos equipamentos gráficos, panfletos, armas e carros, fruto do estouro de vários “aparelhos” em Fortaleza.

Buscou-se tornar a divulgação do desmantelamento da ALN um grande evento de propaganda e da “eficiência” dos órgãos de segurança – tanto que o delegado da Polícia Federal, Laudelino Coelho, reuniu a imprensa em seu

287 (...) *As informações dadas [por] presos políticos torturados em local ignorado, fora de Fortaleza, a uma hora de viagem, de clima ameno, leva a crer que a casa fica em Maranguape, na região metropolitana de Fortaleza. O Povo, 19/01/2004, p. 4.*

288 “Desbaratado o grupo do terror que assaltou e matou no Ceará”. *Correio do Ceará, 28/09/1970, p. 1.* “Desbaratado terror no Ceará”. *O Povo, 28/09/1970, p.1.*

gabinete a 28 de setembro para dar uma entrevista coletiva e relatar detalhes das operações investigativas. Tal postura era compreensiva, afinal, as forças de repressão tinham apresentado até então resultados pífios, recebendo (discretas) críticas. O jornal *O Povo* ratificou em seu noticiário o tento “incrível” dos órgãos de segurança:

*Depois de insistentes e sensacionais diligências com a colaboração da Polícia Militar e de outros organismos de segurança, a Polícia Federal prendeu oito dos 14 terroristas que tomaram parte nos assaltos neste Estado, e tem em seu poder verdadeiro arsenal, uma frota de oito veículos, além de um parque de máquinas e material para os trabalhos de divulgação e grande quantidade de livros, revistas e panfletos sobre a doutrinação terrorista.*²⁸⁹

Não obstante, as “insistentes e sensacionais diligências” não passavam, na maior parte das vezes, de tortura dos militantes caídos. Por mais que os guerrilheiros evitassem falar algo, acabavam relatando o nome de um companheiro, o local de um aparelho, etc. O integrante da ALN, José Jerônimo Oliveira, preso em setembro de 1970, relatou em seu pedido de indenização à Comissão Estadual de Anistia, as violências das quais foi vítima e os nomes dos torturadores:

*Na fase inicial da prisão na Polícia Federal fui vítima de violentas torturas (...) Várias horas em diferentes dias. Sapatadas e botinadas no abdômen, no estômago, na região glútea e em todo o corpo (...) Aplicaram-me numa sessão de tortura de uma tarde inteira um grande número de “telefones” [tapas nos ouvidos]. Tais procedimentos se repetiram em outros dias nesse período em que fiquei preso na Polícia Federal. Estas torturas me causaram graves seqüelas. As botinadas e sapatadas na região glútea me geraram uma fístula (...) As porradas nos ouvidos perfuram meu tímpano direito e maltrataram muito o ouvido esquerdo (...) Vale ressaltar os nomes daqueles que me torturaram na Polícia Federal: Dr. Porto, inspetor da PF, Lucena, agente da PF e Deusdeth, torturador vindo de Brasília (..), comandados por um torturador-mor, Laudelino Coelho, Chefe da PF no Ceará (...).*²⁹⁰

289 *O Povo*, 28/09/1970, p. 8.

290 Processo de Requerimento de Indenização de José Jerônimo de Oliveira. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

A queda de um militante levava à queda de outros²⁹¹. Tanto era assim que a 6 de outubro de 1970, poucos dias após a citada entrevista do Laudelino Coelho, a Justiça Militar pedia o indiciamento de 21 integrantes da ALN, sendo noticiado pela imprensa a prisão de mais seis “terroristas”²⁹². Entre estes, o universitário de odontologia Hélio Pereira Ximenes, torturado na PF de forma sádica, com uma dinamite introduzida no ânus, o que lhe trouxe problemas de saúde e traumas psíquicos para o resto da vida²⁹³.

Uma prova cabal da dificuldade das esquerdas em fazer uma análise da conjuntura de aumento do cerco repressor foi o audacioso assalto de 200 mil Cruzeiros (um dos maiores da história do Ceará) realizado pelo PCBR ao Banco do Brasil de Maranguape (aliás, a única ação de expropriação conhecida em agencia bancária no interior cearense²⁹⁴) a 11 de setembro de 1970, exatos treze dias após o incidente de São Benedito, quando os agentes da repressão continuavam muito ativos ainda em virtude da morte do comerciante – para a guerrilha, contudo, era preciso prosseguir a luta, obter mais infra-estrutura e quadros para repor aqueles militantes “caídos” através de mais ações, o que, ironicamente, expunha ainda mais as organizações à sanha da repressão.

Para disfarçar a incompetência, falta de estrutura e trapalhadas após três meses de “investigação” dessa expropriação em Maranguape, a polícia cearense tratou de atribuir a ação à ALN²⁹⁵, sendo inclusive indiciados vários

291 Foram apontados como membros da ALN: Valdemar Rodrigues Meneses, Francisco William Montenegro, João Xavier de Lacerda, José Bento da Silva, Carlos Thimonschenko Soares da Silva, Carlos Bicalha Lana, Fabiani Cunha, Gilberto Thelmo Sidney Marques, Antônio Sales Oliveira, João Batista de Lima, Jane Vasconcelos Dantas, José Jerônimo de Oliveira, Moema Correia São Tiago e Newton Gurgel Barreto. *O Povo*, 28/09/1970, p. 8. *Correio do Ceará*, 29/09/1970, p. 8.

292 Os jornais noticiaram que já estavam presos na Polícia Federal: Fabiani Cunha, Swami Cunha, Valdenilo Balaio da Silva, José Edvon Siqueira, Elias Andrade Ferreira, José Ferreira Lima, Valdemar Rodrigues Meneses, Francisco William Montenegro, Hélio Pereira Ximenes, João Xavier de Lacerda, João Batista de Lima, José Bento da Silva, Newton Gurgel Barreto e José Jerônimo de Oliveira. *O Povo*, 6/10/1970, p. 1 e 6. *Correio do Ceará*, 6/10/1970, p. 1 e 7.

293 (...) *Hélio Ximenes, integrante da ALN, não está mais vivo para contar o que sofreu, mas os registros escritos e o depoimento das irmãs Sônia e Ana apontam conseqüências físicas e psicológicas das torturas. Um proctologista confirmou que ele tinha hemorróidas em terceiro grau (...)* “Cansei de ver meu irmão, já depois da prisão, de repente ficar chorando alto”, lembra Sônia. *O Povo*, 19/06/2004, p. 5. Hélio Ximenes faleceu em 1980, afogado na praia cearense do Cumbuco. Familiares não descartam suicídio.

294 A ALN, antes do caso de São Benedito, fizera o levantamento para uma ação de expropriação do Banco do Brasil em Senador Pompeu, sertão central cearense, mas sem concretização. Depoimento mantido anônimo.

295 *O Povo*, 23/11/1970, p. 6. *Correio do Ceará*, 23/11/1970, p. 5.

integrantes da Organização que estavam já presos e que sob tortura assumiram a autoria da operação – apenas em 1972, que os meios de comunicação afirmaram que a autoria era do PCBR²⁹⁶, isso em consequência do desmantelamento da Organização em Pernambuco.

Mesmo com as quedas do pessoal da ALN no Ceará ainda em setembro de 1970 e com o aumento generalizado da repressão por todo o Brasil, o PCBR continuou ativo – inclusive contando com novos integrantes enviados pela direção nacional²⁹⁷ –, mantendo intensa campanha pelo voto nulo nas eleições a acontecer em novembro daquele ano. Tal campanha dava-se pela entrega de panfletos, realização de comícios relâmpagos e pichações – os guerrilheiros desenhavam nos muros da cidade e na lateral dos ônibus um retângulo tendo ao centro um enorme “X”, o que certamente chamava a atenção das pessoas, visto que Fortaleza em 1970 não tinha tantas pichações assim²⁹⁸. Outras vezes, escreviam frases provocativas: “Vote nulo: eleição é tapeação, luta armada é a solução”. Foi numas dessas pichações que começou a cair o PCBR no Ceará.

A 15 de outubro de 1970, um grupo de militantes acabou surpreendido na Avenida Duque de Caxias, no centro fortalezense, por uma patrulha da polícia, quando pichava a lateral de um ônibus, ao que se seguiu intenso tiroteio; foi preso, então, Paulo Fernando Magalhães dos Santos, um militante de apenas 16 anos (vindo de Pernambuco, onde já era perseguido pela repressão), que, torturado, acabou entregando o endereço de um aparelho do “BR” no Bairro do Montese.

Ao chegar ao referido local, a polícia flagrou ainda alguns ativistas que, incrivelmente, tentavam mudar a mobília do aparelho, num comportamento

296 “Reviravolta no assalto ao Banco do Brasil de Maranguape”: Uma reviravolta total se verificou nas investigações em torno do assalto à agência do Banco do Brasil de Maranguape. A Delegacia da Polícia Federal chegou à conclusão de que o assalto foi obra do PCBR e não da organização terrorista ALN. Neste caso, estão presos diversos terroristas implicados naquela operação e excluídos do inquérito anterior Fabiani Cunha, Gilberto Thelmo, o ex-policia Carlos Thimoshenko e outros. *Correio do Ceará*, 2/06/1972, p. 1 e 12.

297 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 204.

298 “Pixadores (sic) contra as eleições”: Os grupos radicais de extrema esquerda entraram em ação nestes dois dias realizando pichamento em muros, no interior das escolas e em outros locais afastados da cidade. O pichamento é apenas um X. As autoridades interpretam o fato como sendo uma conclamação para votação em branco no próximo pleito de 15 de novembro (...) Severa vigilância vem sendo exercida por todos os setores policiais, tendo em vista a capacidade de atuação que a organização subversiva vem demonstrando. *Correio do Ceará*, 23/09/1970, p. 2.

totalmente contrário às recomendação dos agrupamentos guerrilheiros, as quais orientavam o abandono de todo e qualquer esconderijo quando um ativista caísse, mas que denotava a decadência da Organização, a qual tinha cada vez mais dificuldades financeiras para se manter. Teve-se, então, mais um tiroteio, no qual foi ferido à bala o estudante universitário Pedro Paulo Pinheiro²⁹⁹, que ficou com o projétil alojado no corpo e, em decorrências das más condições higiênicas de prisão e torturas sofridas, acabou tendo os olhos infeccionados, perdendo a vista esquerda anos depois³⁰⁰. Apesar dos demais revolucionários terem conseguido escapar dessa ação no Montese (alguns fugiriam para outros Estados a seguir, sobretudo Pernambuco), os documentos apreendidos no lugar e as informações obtidas com as torturas dos “caídos”, levaram a polícia a invadir vários aparelhos e efetuar a captura de outros militantes do PCBR.

As coisas estavam difíceis para o “BR” em todo o País. As lideranças da Organização estavam caindo. Em julho de 1970, o PCBR foi esfacelado em Pernambuco (onde estavam vários militantes cearenses fugidos com o aumento do cerco à guerrilha no Estado) após tentar expropriar um fusca a ser usado no seqüestro do cônsul japonês em Recife – o condutor do carro, um tenente da aeronáutica, não obstante, reagiu e acabou baleado (faleceria nove meses depois), gerando grande comoção na Cidade. Em pouco os órgãos policiais estouraram um aparelho do PCBR na Rua Jandaia, na Capital Pernambucana, após breve tiroteio, prendendo três ativistas³⁰¹ e tendo acesso à farta documentação sobre a Organização no Nordeste.

Um consenso entre os entrevistados foi sobre a maior eficácia e brutalidade dos órgãos de repressão em Pernambuco (o que, por outro lado, não significa falar em brandura da Ditadura no Ceará, como dissemos já). Torturados, humilhados, os militantes de esquerda “abriam o bico”, no jargão policial, alguns ao ponto de passar a colaborar depois espontaneamente com a Ditadura. A documentação apreendida e as informações obtidas de maneiras

299 “*Estudante baleado ao reagir à prisão*”. *Correio do Ceará*, 16/10/1970, p. 8. Foram indiciados nessa ação Paulo Fernando, Célio Miranda de Albuquerque, Pedro Paulo Pinheiro e Lilia da Silva Guedes. *O Povo*, 1/04/1971, p. 6.

300 Processo de Requerimento de Indenização de Pedro Paulo Pinheiro. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

301 Foram presos a norte-americana Nancy Mangabeira Unger, a cearense Vera Maria Rocha e o pernambucano Francisco de Assim de Sá Barreto, os dois últimos, fundadores do PCBR no Ceará.

várias em Recife, ao lado da captura dos “pichadores” em Fortaleza, foram fatais para o PCBR nas terras cearense. Ainda que muitos militantes continuassem a defender a luta armada, outros já pensavam em um “recoo estratégico”. As prisões, fugas e exílios aumentam enormemente, tanto que não localizamos nenhum registro de ações das esquerdas armadas nos jornais de 1971, apenas a suspeita sobre alguns episódios noticiados como crimes comuns e sem maiores repercussões. Mesmo assim as autoridades afirmavam-se “atentas à subversão”, alertando e difundindo o temor entre a população de que a “ameaça” continuava, como ao sugerir a possibilidade do “terrorista” Carlos Lamarca ter se refugiado no Estado³⁰².

Alguns ativistas do PCBR ainda tentaram reorganizar o partido no Ceará em fins de 1971 e início do ano seguinte³⁰³, evidenciando que mesmo com a repressão dura, o desejo de realizar a luta armada continuava firme entre muitos. A tentativa, não obstante, frustrou-se em virtude de um incidente acontecido a 7 de janeiro de 1972. Conforme as entrevistas obtidas, integrantes do “BR” marcaram um ponto com membros da recém fundada FLNE (Frente de Libertação do Nordeste³⁰⁴) na Praça Coração de Jesus, no centro de Fortaleza, visando acertar detalhes para uma ação de expropriação a ser feita no depósito da Companhia de Cigarros Souza Cruz, situada ali próxima. Acontece, contudo, que um desses militantes virara “cachorro”, ou seja, passara para o lado da polícia. Na realidade, o ponto era uma farsa armada pelos órgãos de segurança. Assim, enquanto os revolucionários discutiam os detalhes dentro do fusca, um guarda de trânsito aproximou-se, exigindo a documentação do veículo e que todos saíssem para ser revistados. O tal guarda entregou os documentos a um outro homem que se aproximara do veículo, o agente da PF João Lucena Leal³⁰⁵. Ante a recusa dos militantes em descerem, Lucena sacou do revólver e atirou para dentro do carro, não acertando ninguém. Os guerrilheiros, contudo, acertaram o agente, ao responderem à bala. Seguiu-se, então, rápido tiroteio, o que deu tempo aos

302 “Lamarca procurado também no Ceará”. *O Povo*, 30/06/1971, p. 8.

303 Foram acusados de tentar reorganizar o PCBR em Fortaleza: João Alves Godim Neto, José Luis da Costa, Natur de Assis Filho, Fernando José Bastos Macambira e José Machado Bezerra. *O Povo*, 24/05/1972, p. 7.

304 Segundo entrevistados, a FLN foi formada principalmente por dissidentes da ALN, descontentes com o fato da cúpula nacional desta Organização estar levando os principais quadros do Nordeste para suprir as quedas ocorridas no Sudeste.

305 Apontado pela *Pesquisa Brasil Nunca Mais* como torturador.

guerrilheiros deixar o fusca e entrar num táxi estacionado perto, obrigando o motorista a retirá-los dali. O incidente foi relatado na imprensa como um ataque do “terror”³⁰⁶.

Os militantes do PCBR conseguiram fugir, mas haviam sido identificados. Nas semanas seguintes cairiam quase todos, numa grande operação de repressão da Polícia Federal e do DOI denominada “Barra Limpa”. Era o fim da Organização no Ceará. A FLNE teria o mesmo destino, embora durasse um pouco mais.

Vale ressaltar que muitas das ações nessa fase final da guerrilha objetivavam muito mais a sobrevivência e escapatória dos militantes que o desencadeamento da sonhada revolução. O sentido e o comportamento dos guerrilheiros mudaram completamente da mesma forma. Vários exilaram-se, outros “desbundaram” (abandonaram a luta) e alguns passaram a colaborar com a Ditadura – estes últimos jamais seriam perdoados pelos antigos companheiros, sofrendo discriminações, ameaças e até justicamentos, como vimos no capítulo anterior.

Outras vezes, as ações assumiam características de crimes comuns: nada mais de discursos revolucionários ou justificativas para as expropriações. Agora era tomar tudo que pudesse virar dinheiro e garantir a sobrevivência dos militantes remanescentes e ativos. Os ativistas estavam com dificuldades financeiras para pagar os aluguéis dos “aparelhos” e até para comprar mantimentos. Desespero. No Ceará, conforme apuramos junto a alguns entrevistados e pelos próprios informes da imprensa sobre crimes comuns – mas que eram realizados por organizações armadas –, isso se deu sobretudo nas últimas ações da guerrilha, no início do ano de 1972, envolvendo alguns militantes do PCBR e da FLNE .

Afora o tiroteio na Praça Coração de Jesus, a FLNE realizou algumas outras operações as quais foram tidas pelo aparato policial como crimes comuns, apenas depois se percebendo seu viés político, ainda assim com dificuldades de caracterização. *Correio do Ceará* de 17 de janeiro de 1972 noticia o assalto de três motoristas de táxi em Fortaleza no final de semana

306 “Terror ataca a bala na Praça Coração de Jesus”. *Correio do Ceará*, 8/01/1972, p. 1. Foram indiciados pelo “atentado à vida” do agente João Lucena Leal: João Mendes de Araújo, Aloísio Valério da Silva, Luis Eduardo Andrade e José Luiz da Costa. *O Povo*, 24/05/1972, p. 7.

anterior, chamando a atenção para o fato dos bandidos não terem feito maiores agressões contra os motoristas, embora levando o “apurado” do dia e os veículos, como no caso do automóvel corcel de José Wilson Paiva:

(...) Às 22 horas homens apanharam o “corcel” de placa AZ 3005 na rua Moacyr Wayne e ao chegarem na Praia do Meireles, apontaram o revólver para o motorista José Wilson Paiva, obrigando-o a descer do veículo e entregar 116 Cruzeiros referentes ao apurado. Os gatunos fugiram com o táxi que mais tarde foi abandonado no bairro do Benfica.³⁰⁷

No dia seguinte, o mesmo periódico informa que a investigação da autoria dos delitos passou para alçada da Polícia Federal, pela suspeita que fossem ações “subversivas”³⁰⁸. Conforme o apurado pelas forças de repressão após o desmantelamento da FLNE, pelos menos um desses assaltos foi realmente político: o do citado corcel; na noite de sábado, 15 de janeiro de 1972, militantes da Organização se apossaram do táxi e usaram-no para fazer uma ação de expropriação à Empresa de ônibus Viação Silvano LTDA, situada no Bairro do Montese, Capital Cearense³⁰⁹.

Conforme denúncia oferecida pela Polícia Federal, A Frente de Libertação do Nordeste tentara sem êxito expropriar também o depósito da Companhia de Cigarros Sousa Cruz (o carro da empresa, que traria o dinheiro apurado no dia, acabou não aparecendo)³¹⁰. Era talvez um aviso da impossibilidade de continuar a luta armada. Por fim, quando os integrantes da FLNE preparavam-se para fazer uma ação de expropriação do Banco do Brasil no Crato-CE, acabaram caindo. A frustração da operação (cuja autoria a PF

³⁰⁷ *Correio do Ceará*, 18/01/1972, p. 8.

³⁰⁸ “Últimos assaltos podem ser subversivos”. O Secretário de Segurança Pública, Coronel Henrique Domingues, transferiu para a área da Polícia Federal as investigações em torno dos três últimos assaltos registrados em Fortaleza. “Somente após uma definição sobre a natureza dos atos é que a Secretaria de Segurança poderá entrar” – disse o titular da Secretaria de Segurança. De acordo com as informações colhidas na Secretaria de Segurança, os atos poderão levar à conclusão de que se trata de uma ação subversiva, razão pela qual as investigações foram deslocadas para a área da Polícia Federal. *Correio do Ceará*, 19/01/1972, p. 8.

³⁰⁹ Os Jornais trazem poucos informes sobre esse assalto. Há referências em *O Povo*, 24/05/1972, p. 7 e *Correio do Ceará*, 24/05/1972, p. 8. Colhemos ainda informes em *O Povo*, 29/05/1972, p. 1, quando se noticia o resultado da viagem de Auditores da 10ª Circunscrição Militar de Fortaleza a Recife para ouvir os acusados da ação (José Calistrato Cardoso Filho, Leonardo Mário de Aguiar Barreto e Aluísio Valério da Silva) presos ali.

³¹⁰ Foram indiciados por essa nova tentativa de assalto a Souza Cruz: José Calistrato Cardoso Filho, João Mendes de Araújo, Leonardo Mário de Aguiar Barreto e Arnaldo Cadoso da Rocha. *O Povo*, 24/05/1972, p. 7.

atribuiu inicialmente a ALN) e o nome dos “terroristas” da FLNE vieram a público em 25 de janeiro de 1972, sendo divulgado com estardalhaço pela imprensa³¹¹.

Ali foram detidos vários ex-integrantes da ALN, com destaque para José Sales Oliveira, codinome Marcos, apontado como um dos últimos foragidos do caso de São Benedito (o outro era Carlos Thmoskhenko). Conforme os jornais, após o justicamento do comerciante José Armando Rodrigues, José Sales fugira para São Paulo, depois voltando a Pernambuco onde participou de algumas atividades revolucionárias. Estava já condenado à prisão perpétua e seria o último preso político liberto do Brasil, com a anistia, em outubro de 1980. Com a prisão do “cabeça” cearense da Ação Libertadora Nacional, mais detalhes foram obtidos pelos órgãos de segurança sobre a luta armada no Ceará, tanto que em extensas reportagens nos jornais a 24 de maio de 1972, a Polícia Federal anuncia a conclusão de dez inquéritos sobre os grupos armados que atuaram ou tentaram atuar no Estado (ALN, PCBR, PC do B, VAR-Palmares e FLNE), fazendo um balanço das ações destes, proclamando a prisão de seus principais membros e o total desmantelamento da guerrilha³¹².

Os órgãos de repressão estavam certos. A tentativa de assalto no Crato seria a última ação revolucionária de uma organização armada no Ceará. Uma ação que sequer aconteceu. A FLNE e as demais organizações estavam desbaratadas; A luta armada no Ceará, findada.

311 “*Frustrado assalto terrorista no Crato*”. *O Povo*, 25/01/1972, p. 7. “*Frustrado plano de assalto à agência do BB do Crato*”. *Correio do Ceará*, 25/01/1972. Foram presos: José Sales Oliveira, Patrício de Medeiros, José Arruda Lopes, Geraldo Alves Formiga e José Valdir Aquino. Foram anunciados como integrantes da organização ainda: José Calixtrato Cardoso Filho, José Carlos Líbano, João Mendes de Araújo, Everardo Norões, Elói Teles, Valmir Farias, Luis Gonzaga Matins, Heribaldo Portela, Claudionor Couto Roriz, Antônio Cruz, Francisco Novais, Francisco Derli Pereira e José Ferreira Alencar.

312 “*Polícia desarticula grupos terroristas*”. *O Povo*, 24/05/1972, p. 1. “*Prisão para 13 terroristas*”. *Correio do Ceará*, 24/05/1972, p. 1.

CONCLUSÃO

Estas últimas linhas fecham (momentaneamente) um trabalho de pesquisa o qual, a rigor, se iniciou antes mesmo de nosso ingresso, em 2005, no Mestrado de História da Universidade Federal do Ceará. Desde o ano de 2003 que mais diretamente trabalhamos com a questão dos ativistas de esquerda no Estado. O tema, sejamos sinceros, sempre nos fascinou, pela (pequena) militância socialista que chegamos a exercer. Como apaixonados pela História desde jovem, perguntávamos como teria sido a ação da guerrilha no Ceará ao ouvirmos os nomes de famosos revolucionários brasileiros, como Marighela e Lamarca. A curiosidade é uma das características fundamentais para o pesquisador da História. Quando dávamos os primeiros passos neste trabalho, um amigo chegou a dizer-nos que seria uma pesquisa “inútil e frustrante”, pois “não teria havido luta armada no Estado”, salvo “uma ou outra ação de gente vinda de fora”.

Não pretendemos ser esnobes, porém estas quase 200 páginas são uma resposta adequada! Sim, houve luta armada no Ceará. Os guerrilheiros em sua maioria, eram cearenses mesmos, “cabeças-chatas” de fato (permitam-nos a expressão popular), que decidiram num rico e revolucionário momento histórico – os anos 60, época de grandes mudanças culturais e da influência impactante da Revolução Cubana – também mudar a injusta sociedade brasileira, torná-la mais igualitária e, posteriormente, talvez implantar mais um regime socialista nos Trópicos e nas barbas do Tio Sam. A essas influências estrangeiras, some-se o cenário do Brasil, desde 1964 governado por militares, os quais contavam com apoio de expressivos segmentos sociais, sobremaneira de multinacionais, empresários, latifundiários e meios de comunicação. O ano de 1968 foi dos mais agitados da história do País, com dezenas de passeatas e confrontos nas ruas entre os opositores (especialmente estudantes) e os agentes do Regime. Para os militantes da esquerda radical, a hora finalmente chegara. Era o momento de tomar o poder. A revolução era iminente. Poderia-se finalmente concretizar o sonho, acalentado há tempos, de derrubar aquele regime capitalista que supunham “agonizante”.

Daí em diante uma miríade de grupos guerrilheiros passariam a agir no Brasil. Não visavam apenas derrubar a Ditadura. Não desejavam o retorno da

“democracia burguesa” existente antes de 64 e que francamente desprezavam – não apenas as esquerdas olhavam com desdém a democracia, mas igualmente os conservadores, tanto que estes apoiaram o Golpe Militar. A “dama democrática” somente passou a ser exaltada em suas virtudes a partir de meados dos anos 1970, com a derrocada da Ditadura Militar e após ser violentada e desprezada por muitos de seus atuais adutores...

Nesta pesquisa, estudamos os militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ainda que fizéssemos referências a agrupamentos outros que recrutaram membros, realizaram proselitismo revolucionário ou tentaram instalar-se na “Terra da Luz”, como Partido Comunista do Brasil (PC do B), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e Frente de Libertação do Nordeste (FLNE). Foram meses de entrevistas com diversos militantes, alguns mantidos anônimos. Meses revirando os jornais *O Povo* e *Correio do Ceará* na Hemeroteca da Biblioteca Menezes Pimentel. Meses freqüentando a associação dos ex-presos políticos 64-68 Anistia e a Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. Era uma informação aqui, outra alhures. Era a ajuda e simpatia de muita gente (ainda bem), era o desprezo de algumas poucas, por ousar tocar em feridas que ainda não estão perfeitamente cicatrizadas.

De fato, tocamos em feridas. Os equívocos das esquerdas. O isolamento social, que custaria caro e seria um dos fatores da derrota da guerrilha. A falta de percepção – difícil naquele momento, é verdade – de como o grosso da sociedade não concordava com a estratégia de ação política – a ação armada – ou não aceitava o projeto socialista. Exatamente quando a guerrilha intensificou-se, o denominado “Milagre Brasileiro”, com altas taxas de crescimento econômico, iniciou-se também, dando aos militares grande popularidade. Há questões como as ações de expropriação e os assassinatos praticados pela guerrilha, sobretudo o justicamento de um comerciante, possível delator, no município de São Benedito em 1970 pela ALN. Tão traumática a questão, que todos os entrevistados, mesmo sem que perguntássemos, tocavam nesse caso, cada um dizendo saber da “verdade”. Seria de fato uma delação ou haveria questões passionais (a sedução da filha de um militante da ALN pelo negociante) no caso? Apontamos conjecturas, as quais ligavam-se ao verdadeiro pânico que tomou conta dos ativista de

esquerda perante o aumento da repressão no Brasil a partir de 1969. Pela revolução, morria-se – mas também matava-se! Foi a partir da prisão dos envolvidos nesse justicamento que concretamente começou a “queda” da esquerda armada no Estado.

Tem-se também o drama daqueles que “caídos”, acabaram falando da guerrilha, sob tortura. Outros passaram a colaborar espontaneamente com a Ditadura. Muitos deles jamais seriam perdoados pelos ex-companheiros, como se a derrota da esquerda houvesse acontecido apenas porque um ou outro “mudou de lado”. É bem mais fácil individualizar culpas do que realizar uma análise sobre toda uma conjuntura de isolamento do projeto da guerrilha em relação ao resto da sociedade, isolamento que se aprofundava com os equívocos daquela.

Existem ainda outras feridas tocadas, que contribuíram, acreditamos, para fazer cair o mito segundo o qual a Ditadura foi “branda” no Ceará. Esse tipo de afirmação é um acinte para aqueles que sofreram sevícias, humilhações e perseguições durante o período. E o apoio material e financeiro que empresários e políticos deram ao arbítrio? E os órgãos de imprensa que em sua maioria colaboraram intencionalmente com o que se passava? E as pessoas que ascenderam em profissões agindo como delatores ou acusando inocentes de “subversão” no propósito de eliminar concorrentes a suas aspirações pessoais? Pior que muitos dos torturadores, apoiadores e delatores estão por aí, tidos como “homens de bem”, alguns até envolvidos em programas assistencialistas ou atuando no meio dos desportos, encantando a todos com seus largos sorrisos nas colunas dos jornais ou na televisão. Sorriam também quando exerciam o papel de carrascos dos inimigos políticos?

Ao lado das experiências passadas pelos militantes, fruto de tradições herdadas, do contato com ativistas de outros locais e das vivências deles próprios nas organizações armadas, levantamos dados que os permitissem melhor conhecê-los. Igual outros locais do Brasil, de forma geral, os guerrilheiros atuantes no Ceará eram jovens, de idade inferior a 25 anos, pertencentes à classe média intelectualizada, estudantes, sobretudo, do sexo masculino. Os militantes apontavam a solidariedade e a busca da justiça social como elementos maiores que impulsionavam sua luta. Tais elementos, pois, são expressos como constitutivos da identidade e das experiências comuns

dos militantes armados, fincados num contexto rico de rupturas como o dos anos 60 e em tradições diversas, heranças de sociedades passadas, sobretudo da cultura judaico-cristã, tradições talvez mais fortes num estado como o Ceará, onde a Igreja Católica sempre teve grande influência político-social, moldando pensamentos e comportamentos desde os primórdios da colonização no século XVII.

Igualmente contribuíram, de forma mais imediata e direta, para despertar os sentimentos de solidariedade e justiça social, levando os militantes a abraçarem a causa socialista e posteriormente à luta armada, fatores como a influência familiar e de amigos, os contatos com a ala à esquerda da Igreja Católica, o nacionalismo, o ambiente escolar e a revolta contra o autoritarismo da Ditadura. Bem intencionados, voluntariosos, corajosos – sem descartar o medo e temores quando da realização das operações –, os revolucionários no Ceará acabaram derrotados, como no resto do País. Tidos como “terroristas”, sofreriam toda sorte de agressões, humilhações e condenações, passando anos nas prisões. Libertos com a Anistia a partir de 1979, saíam “esquecidos” pelo grosso da sociedade. Muitos dos rapazes e moças capturados com 20, 21 anos, foram soltos com 30, 31 anos, passando a juventude praticamente atrás das grades em virtude do sonho ousado o qual possuíam.

As correntes historiográficas mais conservadoras, em geral, “esqueceram-nos”, quando muito os citando rapidamente. Esses guerrilheiros, de certa maneira, continuam incomodando. Eles são a “prova provada” (permitam-nos a retundância) de como os “esquecidos” da história igualmente lutam, revoltam-se contra a ordem social e anseiam por outro modelo de sociedade. O tipo idealizado de brasileiro, especialmente o cearense, como portador de uma “natural índole pacífica, ordeira e comportada”, desmonta-se quando se estuda o passado destas terras. A violência é uma marca constitutiva da formação cearense. Violência do opressor, mas também do oprimido.

O projeto da esquerda armada nos anos 60/70 fora derrotado. Acreditamos, contudo, que muito da utopia dos ativistas ainda faz sentido, sobretudo no que se refere a defesa de uma sociedade mais justa e fraterna, principalmente neste momento (início do século XXI), tão carente de modelos

alternativos ao pensamento neoliberal. Este é a consagração da desigualdade social, a ratificação da lei do mais forte, o agravante das mazelas das sociedades contemporâneas. Para os pessimistas quanto à possibilidade de mudar esse quadro dantesco, fica, pelo menos, o exemplo daqueles nossos antepassados, jovens os quais dedicaram a vida e ousaram lutar na crença firme de que era possível construir um mundo novo. Continuamos crendo nisso ainda.

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

Hemeroteca da Biblioteca Menezes Pimentel

Correio do Ceará

1964 (março/abril).

1968/1973.

Diário do Nordeste

2004/2005.

Gazeta de Notícias

1968 (janeiro/março)

O Povo

1964 (março/abril).

1968/1973.

2004/2005.

Unitário

1968 (janeiro/março).

Acervo da Associação 64-68 Anistia

- Alegações finais da Procuradoria Militar à 10ª Circunscrição Militar sobre o Processo de reorganização do PCBR no Ceará (1974).
- Denúncia do Procurador da Justiça Militar sobre a atuação da ALN no Ceará (1970).
- Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964.
- Processo nº. 95/70 da Justiça Militar de Pernambuco sobre o PCBR.

- Processo nº. 40.748 do Superior Tribunal Militar sobre a ALN em Pernambuco.
- Relatório Especial nº. 11 da 10ª Região Militar sobre as ações terrorista no Ceará até 1969.

Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou

- Processo de Requerimento de Indenização de Amílcar Ximenes Pontes.
- Processo de Requerimento de Indenização de Antônio Esperidião Neto.
- Processo de Requerimento de Indenização de Carlos Thmoskhenko Soares de Sales.
- Processo de Requerimento de Indenização de Célio Miranda de Albuquerque.
- Processo de Requerimento de Indenização de Elísio Arimatéia Ribeiro.
- Processo de Requerimento de Indenização de Eribaldo de Cavalho Portela.
- Processo de Requerimento de Indenização de Fernando José Bastos Macambira.
- Processo de Requerimento de Indenização de Hélio Pereira Ximenes.
- Processo de Requerimento de Indenização de Jane Vasconcelos Dantas.
- Processo de Requerimento de Indenização de João Adolfo Moura.
- Processo de Requerimento de Indenização de João Alves Gondim Neto.
- Processo de Requerimento de Indenização de José Luiz Figueredo.
- Processo de Requerimento de Indenização de José Jerônimo de Oliveira.
- Processo de Requerimento de Indenização de José Ferreira Lima.
- Processo de Requerimento de Indenização de José Machado Bezerra.
- Processo de Requerimento de Indenização de Lília Silva Guedes.
- Processo de Requerimento de Indenização de Moema Correia Santiago.
- Processo de Requerimento de Indenização de Mário Miranda de Albuquerque.
- Processo de Requerimento de Indenização de Newton Gurgel Barreto.

- Processo de Requerimento de Indenização de Paulo Fernandes Magalhães dos Santos.
- Processo de Requerimento de Indenização de Pedro Paulo Pinheiro.
- Processo de Requerimento de Indenização de Valdemar Rodrigues Meneses.

Entrevistados

Carlos Thmoskhenko Soares de Sales – Policial civil, nascido em Fortaleza no ano de 1942. Militante da ALN. Entrevistado em 11/06/2003. Falecido em 2005.

Cláudio Roberto Marques Gurgel – Funcionário público no Rio de Janeiro. Nasceu em Vitória-ES. Integrante do PCB e PCBR. Entrevistado por *e-mail* em 2006.

Fabiani Cunha – Funcionário da Assembléia Legislativa. Nascido em Fortaleza-CE no ano de 1940. Ativista estudantil dos anos 60 e membro da ALN. Entrevistado em 23/05/2006.

Francis Gomes Vales – Advogado e Professor universitário. Nasceu no Pará, em 1945. Militante estudantil e integrante do PC do B. Entrevistado a 2/04/2003.

Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho – Funcionário público em Pernambuco. Nasceu no Recife, em 1946. Líder estudantil e um dos fundadores do PCBR em Fortaleza. Entrevistado por *e-mail* em 2006.

Helena Serrazul Monteiro – Professora universitária. Nasceu em Fortaleza, em 1947. Militante estudantil e integrante da AP. Entrevistada a 24/06/2003.

José Machado Bezerra – Professor de ensino médio. Nascido em Camocim-CE, no ano de 1947. Ativista estudantil, integrou PCBR e ALN. Entrevistado a 27/05/2003.

Luciano Barreira – Médico aposentando. Nasceu na capital cearense em 1926, tendo forte militância comunista na região de Quixadá-CE com seu irmão, Américo Barreira. Foi integrante do PCB e vereador em Fortaleza cassado em 1964. Entrevistado a 11/03/2003.

Pedro Albuquerque Neto – Professor universitário. Nasceu em Fortaleza-CE em 1945. Atuou no movimento estudantil dos anos 60. Membro do PC do B, atuou na Guerrilha do Araguaia. Entrevistado a 27/03/2003.

Maria Quintela de Almeida – Publicitária. Nasceu em Fortaleza, no ano de 1944. Militante estudantil dos anos 60 e integrante do PCBR. Entrevistada a 14/07/2006.

Mário Miranda Albuquerque – Preside a Associação 64-68 Anistia. Nasceu em Fortaleza-CE, no ano de 1948. Líder estudantil dos anos 60. Participou do PCBR. Entrevistado a 20/01/2003.

Silvio de Albuquerque Mota – Juiz da Justiça do Trabalho. Originário de Fortaleza-CE, nascido no ano de 1945. Participante do movimento estudantil dos anos 60. Atuou no PCB, PC do B e foi um dos líderes da ALN em Fortaleza, até ser deslocado para Cuba visando fazer treinamento de guerrilha. Entrevistado a 3/06/2006.

Tarcísio Leitão – Advogado. Nasceu em Fortaleza-CE, no ano de 1935. Membro do PCB e vereador da capital cearense cassado em 1964. Entrevistado a 29/01/03.

William Montenegro Medeiros – Proprietário de uma empresa de produtos de limpeza. Nascido em Iguatu-CE, no ano de 1944. Integrante da ALN. Entrevistado em 1/07/2003.

Vera Maria Rocha Pereira – Publicitária em Salvador. Nascida em Fortaleza no ano de 1950. Líder estudantil cearense dos anos 60 e fundadora do PCBR local. Entrevistada a 28/12/2004.

OBS: Foram entrevistados ainda mais três ex-guerrilheiros, dois jornalistas do período, um agente de determinado órgão de segurança e um funcionário de uma empresa que contribuía com a repressão no Estado. Comprometemos-nos com os entrevistados que, **em tempo algum ou nenhuma circunstância**, revelaríamos seus nomes.

BLIBLIOGRAFIA

AARÃO, Daniel. *A Revolução Faltou ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. e outros. *Versões e Ficções*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. *Ditadura Militar, Esquerda e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Ditadura e Sociedade: as Reconstruções da Memória. In: FICO, Carlos e outros. *1964-2002 – 40 anos do Golpe: Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

_____. e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ABREU, Alzira Alves de. A Participação da Imprensa na Queda do Governo Goulart. In: FICO, Carlos e outros. *40 anos do Golpe: Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Hermínia Tavares de, e WEIS, Luis. Carro-zero e Pau-de-arara: o Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenação). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, volume IV, 1998.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil, Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARÃO, Carlos Alberto. A Influência da Revolução Cubana Sobre a Esquerda Brasileira nos Anos 60. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO, Daniel (organizadores). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, volume I, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

- _____. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.
- BURKE, Peter (organizador). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (organizadores). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. *Matadores de Gente: Como se Faz um Pistoleiro*. São Paulo: Annablume, 2000.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
- CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- CORTEZ, Lucili Grageiro. *As Repercussões do Golpe Civil-Militar no Ceará*. www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_ceara_01.pdf.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: VAINFAS, Ronaldo (organizador). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, e AMADO, Janaína. *Uso e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FERREIRA, Muniz. Carlos Marighela: Revolução e Antinomia. In: NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (organizadores). *Carlos Marighela: o Homem por Trás do Mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FREITAS, Mariano de. *Nós, Os Estudantes*. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.
- Fukuyama, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GABEIRA, Fernando. *O Que É Isso, Companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB, 1985.
- GONÇALVES, Adelaide, e SILVA, Jorge. *A Imprensa Libertária no Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999.
- HALL, Michael M. História Oral: os Riscos da Inocência. In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (organizadores). *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEANDRO, José. *Depoimento*. Fortaleza: Edição do Autor, 1988.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, Tradição e Poder*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1995.
- KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: Jornalistas e Censores. In: AARÃO, Daniel e outros. *O Golpe e a Ditadura Militar*. São Paulo: EUSC, 2004.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memória de Luta*. Fortaleza: Dissertação de mestrado em História/UFC, 2002.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. *Contra os Inimigos da Ordem*. Rio de Janeiro : DP&A, 2003.
- MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé*. Fortaleza: Edições UFC, 1987.
- MIRANDA, Nilmário, e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos Deste Solo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Bomtempo Editorial, 1999.
- MONTENEGRO, João Alfredo. *O Integralismo no Ceará*. Fortaleza. Imprensa Oficial do Ceará, 1986.
- MOURÃO, Mônica. *Memórias Clandestinas*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. In: *Projeto História*, nº. 10. São Paulo: PUC, 1993.
- NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge. Genealogias, Transversalidades e Rupturas de Carlos Marighela. In: NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (organizadores). *Carlos Marighela: o Homem por Trás do Mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- OCHOA, Maria Glória. *As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará (1954-64)*. Fortaleza: Edições UFC; Stylus Comunicações, 1989.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *Anauê: os Camisas Verdes no Poder*. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

_____. *A Fé e a Razão na Política*. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 14, p. 24-39, 1987.

RAMALHO, Bráulio. *Foi Assim: o Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968)*. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996

RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO, Daniel (organizadores). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, volume V, 2003.

_____. Notas Sobre o PCB, Suas Dissidências Armadas e Carlos Marighela. In: MAZZEO, Antônio Carlos, e LAGOA, Maria Izabel (organizadores). *Corações Vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Resistência e Mistificação da Resistência Armada Contra a Ditadura. In: AARÃO, Daniel, e outros. *O Golpe e a Ditadura Militar*. São Paulo: EUSC, 2004.

RODRIGUES, F. Theodoro. *Os 16 Deportados Cearenses*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em História/UFRJ/IFCS, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em Direção ao Século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (organizadora). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, José Borzachiello da. *Quando Os Incomodados Não se Retiram*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SOUZA, Simone (organizadora). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicação, 1989.

_____. *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

THMOSKHENKO, Carlos. *Timo-Thmoskhenko: o Subversivo que Cruzou a Fronteira*. Fortaleza: FUNCET, 2003.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 15, p. 51-71, 1997.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o Diálogo é a Violência*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Memória do Silêncio*. Fortaleza: EUFC, 1998.

_____. *Memórias da Saudade*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

VENTURA, Zuenir. *1968 - O Ano Que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIDAL, Márcia. *Imprensa e Poder*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994

INTERNET

<http://www.dhnet.org.br>

<http://www.diariosdaditadura.com.br>

<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br>

<http://www.resgatehistorico.com.br>

<http://www.torturanuncamais.org.br>

<http://www.ternuma.com.br>

- F238a FARIAS, José Airton de.
Além das Armas: Guerrilheiros de Esquerda no Ceará Durante a Ditadura Militar (1968-72) / José Airton de Farias. – 2007.
200 p. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) em História Social.
Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.
Luigi Biondi (orientador).
1. Ceará – Política e governo – 1968-72. 2. Ditadura Militar – Ceará – História – 1968-72. 3. Guerrilheiros – Luta armada – Ceará – História. 1968-72. I. Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social. II. Biondi, Luigi. III. Título.